

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**ECOS DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE
EUGENIA: A REALIZAÇÃO DO EVENTO E SEUS DEBATES
(1928-1933)**

LEONARDO BISPO SANTOS

2021



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ECOS DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE
EUGENIA: A REALIZAÇÃO DO EVENTO E SEUS DEBATES
(1928-1933)**

LEONARDO BISPO SANTOS

Sob a Orientação do Professor Doutor

Fábio Koifman

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, ao Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Setembro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237e Santos, Leonardo Bispo, 1992-
Ecos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia:
a realização do evento e seus debates (1928-1933) /
Leonardo Bispo Santos. - Seropédica, 2021.
194 f.: il.

Orientador: Fábio Koifman. Dissertação(Mestrado).
-- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, 2021.

1. Congresso Brasileiro de Eugenia. 2. Eugenia. 3.
Intelectuais brasileiros. I. Koifman, Fábio, 1964-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ
III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 1035 / 2021 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.071267/2021-47

Seropédica-RJ, 04 de outubro de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LEONARDO BISPO SANTOS

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA DISSERTAÇÃO.

APROVADA EM 29 de setembro de 2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professor Doutor FÁBIO KOIFMAN - orientador - UFRRJ
Professor Doutor LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES - UFRRJ
Professor Doutor RICARDO AUGUSTO DO SANTOS - FIOCRUZ

(Assinado digitalmente em 04/10/2021 17:11)

FABIO KOIFMAN
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1775134

(Assinado digitalmente em 06/10/2021 10:24)

LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1353338

(Assinado digitalmente em 04/10/2021 10:09)

RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 728.110.647-53

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1035**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **04/10/2021** e o código de verificação: **0ab6e60b88**

AGRADECIMENTOS

A atividade de pesquisa e principalmente de escrita de uma dissertação é bastante solitária, nem sempre prazerosa e muito desgastante. Ainda mais quando temos a realidade político-econômico-social brasileira dos últimos anos sempre pronta a nos desestimular.

Escrever um trabalho de História enquanto vivencia acontecimentos históricos bastante singulares é uma experiência instigante para a reflexão, porém muito fastidiosa. Sinto-me compelido a fazer lembrança a essas questões que também fazem parte do realizar uma dissertação e ser pós-graduando no Brasil do período atual. Em meio à Pandemia de COVID-19 em curso, muitas coisas acabaram por perder ou ao menos parecer “sem sentido”. Inclusive, a nossa pesquisa e formação acadêmica.

Porém, me sinto extremamente agradecido e feliz por ter conseguido chegar até aqui e poder finalizar uma dissertação de mestrado em História pelo PPHR na minha querida Rural, universidade na qual também cursei a graduação. E para isso, contei com o apoio de algumas pessoas e instituições que foram muito importantes durante todo o desenvolvimento desse trabalho, que seguem mencionadas abaixo. A todos e todas o meu muito obrigado!

Aos meus pais, Penha e Fernando Santos.

À minha companheira, Ana Gomes.

Ao meu irmão, Bernardo Santos.

Às minhas tias e tio, Cléa Bispo, Adriana Santos e José Luis Monteiro.

À minha sogra, Rosângela Gomes.

Ao meu amigo, Lucas Gonzaga.

Ao professor e amigo Mário Newman de Queiroz (DLC/UFRRJ).

A todo o corpo docente, discente e trabalhadores técnico-administrativos do Programa de Pós-graduação em História da UFRRJ – PPHR. Em especial: ao Paulo Longarini, secretário da pós, por sua extrema competência e solicitude em auxiliar-nos nas mais diferentes questões burocráticas do curso; à professora Rebeca Gontijo Teixeira, quem me ajudou a pensar e chegar ao tema do Congresso Brasileiro de Eugenia ainda na graduação; aos colegas de turma de mestrado ao qual dividi conversas, trocas de experiências e lamúrias nos pré e pós-aulas durante o curso; à minha colega de curso Tatiane de Souza, pela ajuda com dicas preciosas no período em que estudava e elaborava o pré-projeto para a seleção do mestrado.

Ao Setor de Apoio Psicossocial ao Estudante – SEAPE/UFRRJ pelo importante trabalho desenvolvido relacionado à saúde mental dos estudantes e pelo atendimento oferecido.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, por ter custeado uma bolsa que foi o meu salário ao longo de todo o segundo ano de mestrado.

À Fundação Biblioteca Nacional – FBN, pelo importante trabalho de digitalização e disponibilidade de acesso a parte de seu acervo de periódicos via internet em sua plataforma Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional Digital.

Ao professor Vanderlei Sebastião de Souza (UNIOESTE), por sua solícita colaboração com o envio de livros e textos, para além de ser uma de minhas principais referências nesse trabalho.

Aos professores da banca avaliadora de qualificação e defesa dessa dissertação, Luis Edmundo de Souza Moraes (PPHR/UFRRJ) e Ricardo Augusto dos Santos (COC/FIOCRUZ), por sua disponibilidade, bem como pelas ricas sugestões e comentários realizados durante a banca de qualificação. É gratificante poder ser avaliado por professores e pesquisadores aos quais possuo imensa admiração por seus trabalhos, que inclusive ajudaram como referência desde o início de minha elaboração e reflexão sobre o tema. Foi, pois, durante as aulas na graduação com o prof. Edmundo que ouvi pela primeira vez sobre o tema da eugenia.

Por fim, agradeço profundamente ao meu orientador Fábio Koifman (PPHR/UFRRJ), por sua extrema solicitude, paciência, contribuição, apoio e palavras de incentivo nos diferentes momentos dessa caminhada.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – Brasil (CAPES) – Código de
financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação
de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –
Brasil – (CAPES) – Finance Code 001*

RESUMO

SANTOS, Leonardo Bispo. *Ecos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: a realização do evento e seus debates (1928-1933)*. 2021. 183p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica – RJ, 2021.

A eugenia foi um movimento científico e social que pretendeu aplicar o conhecimento sobre a hereditariedade ao meio social, buscando com isso “aprimorar” racialmente alguns tipos humanos. Criada na Inglaterra na segunda metade do século XIX expandiu-se nos mais diferentes países nas primeiras décadas do século XX. No Brasil, a eugenia associou-se ao movimento médico-sanitarista e à psiquiatria e conquistou diversos adeptos entre os mais célebres “homens de ciência” e autoridades da época, obtendo o ápice de seu reconhecimento com a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia no Rio de Janeiro em julho de 1929. Na presente dissertação tratamos desse Congresso de Eugenia, seus participantes e as suas discussões, que ultrapassaram o próprio evento e publicações circunscritas ao meio restrito de médicos, intelectuais e simpatizantes da eugenia e foram publicadas nas páginas de periódicos do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil. Privilegiamos como fonte principal desse trabalho artigos de diversos jornais, revistas e outros periódicos da referida capital. Buscamos com isso, além do resgate de material até aqui inédito sobre o evento e seus trabalhos, estimar a importância, o espaço e o impacto que o Congresso Brasileiro de Eugenia e as discussões geradas em seu bojo ocuparam dentro da eugenia brasileira e nos diferentes debates caros à intelectualidade no período entre a convocação e realização desse evento, além dos anos imediatamente subsequentes, período esse que abarca o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930.

Palavras-Chave: Congresso Brasileiro de Eugenia; Eugenia; Intelectuais brasileiros.

ABSTRACT

SANTOS, Leonardo Bispo. *Echoes from the First Brazilian Congress of Eugenics: the making of the event and its debates (1928-1933)*. 2021. 183p. Master thesis (Master in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica – RJ, 2021.

Eugenics was a scientific and social movement that intended to apply knowledge about heredity to the social environment, in intent to racially "improve" some human types. Created in England in the second half of the 19th century, it expanded in many different countries in the first decades of the 20th century. In Brazil, eugenics became associated with the medical-sanitary workers and psychiatric movement and gained several supporters among the most celebrated scientists and authorities of the time, reaching the apex of its recognition with the holding of the First Brazilian Congress of Eugenics in Rio de Janeiro in July 1929. In the present master thesis we deal with this Eugenics Congress, its participants, and its discussions, which went beyond the event itself and publications limited to the restricted circle of physicians, intellectuals, and sympathizers of eugenics, and found their way into the pages of periodicals in Rio de Janeiro, then the federal capital of Brazil. As the main source of this work, we have privileged articles from several newspapers, magazines, and other periodicals. In this way we sought to recover unpublished material about the event and its works, but also to estimate the importance, the space, and the impact that the Brazilian Congress of Eugenics and the discussions generated in its wake occupied within Brazilian eugenics and in the different debates dear to the intelligentsia in the period between the convening and holding of this event, as well as in the years immediately following, a period that spans the late 1920s and early 1930s.

Keywords: Brazilian Congress of Eugenics; Eugenics; Brazilian Intellectuals.

ÍNDICE DE IMAGENS:

Imagem 1: Aspecto da capa de <i>O Jornal</i> , 1º jul. 1928.....	34
Imagem 2: Fotos das festas do centenário da ANM, 1.....	83
Imagem 3: Fotos das festas do centenário da ANM, 2.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS:

ABL – Academia Brasileira de Letras

ANM – Academia Nacional de Medicina

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LBHM – Liga Brasileira de Higiene Mental

PCBE – Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. O ESTABELECIMENTO DA EUGENIA COMO UMA “VIA REFORMADORA” DO BRASIL.....	7
1.1 Medos e pessimismos diante da “degeneração” e da “desorganização do mundo”.....	8
1.2 A contribuição da historiografia da eugenia: pensando sobre um movimento científico e social “fruto” do “espírito de seu próprio tempo”.....	16
1.3 Mudanças no contexto científico-profissional da intelectualidade brasileira, final séc. XIX/início séc. XX.....	21
1.4 A Eugenia no Brasil: a “ciência do aprimoramento hereditário” na nação que queria “dar certo”.....	26
2. A CONVOCAÇÃO E AS DISCUSSÕES PARA A REALIZAÇÃO DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA.....	33
2.1 “Uma oração lapidar”.....	33
2.2 “Da esterilização operatoria dos grandes degenerados”.....	43
2.3 “A Eugenia na Europa e no Brasil” e a “defesa da nacionalidade”.....	49
2.4 “Falso pudor” e o “delicto de contágio”.....	55
2.5 O apoio institucional e governamental às “commemorações” de julho de 1929.....	65
3. CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA: A REALIZAÇÃO DO EVENTO E ALGUNS DE SEUS DEBATES.....	68
3.1 “Quando mudaremos [...]?” “Aperfeiçoemos a raça humana!”.....	68
3.2 “E’ hora de pensar na raça”.....	74
3.3 As festas comemorativas do centenário da Academia Nacional de Medicina e a realização do Congresso Brasileiro de Eugenia.....	81
3.4 “Para melhorar a nossa gente”.....	93
3.5 O “problema eugenico da imigração”.....	97
3.6 “Maternidade consciente” e o “Feminismo e a raça”.....	105
3.7 “Accordo conjugal”, divórcio e “pilherias”.....	114
3.8 Plágio no Congresso de Eugenia?! “A idade e o casamento” e a “Continencia masculina como factor eugenico”.....	132
3.9 Os “Limites da Eugenia”.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
FONTES.....	160

Do Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.....	160
Outras fontes.....	163
Outras fontes (via consulta indireta).....	164

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 166

Livros, capítulos de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações.....	166
Verbetes e materiais diversos consultados da Internet.....	172

ANEXOS..... 174

Anexo 1 – Folheto de divulgação e Boletim de inscrição do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.....	174
Anexo 2 – Programação prevista para o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.....	175
Anexo 3 – Lista dos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia...177	
Anexo 4 – Principais conclusões aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia.....	180

INTRODUÇÃO

A eugenia, como um movimento científico e social que pretendeu aplicar o conhecimento sobre a hereditariedade ao meio social, foi utilizada com o objetivo de “aprimorar” racialmente alguns tipos humanos. Criada na Inglaterra na segunda metade do século XIX expandiu-se em diferentes países nas primeiras décadas do século XX. No Brasil, a eugenia associou-se ao movimento médico-sanitarista e à psiquiatria e conquistou diversos adeptos entre os mais célebres “homens de ciência” e autoridades da época, obtendo o ápice de seu reconhecimento com a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia no Rio de Janeiro em julho de 1929.

Na presente dissertação tratamos desse Congresso de Eugenia, seus participantes e as suas discussões, que ultrapassaram o próprio evento e publicações circunscritas ao meio restrito de médicos, intelectuais e simpatizantes da eugenia e foram parar nas páginas de periódicos do Rio de Janeiro, então Capital Federal do Brasil. Privilegiamos como fonte principal desse trabalho artigos de diversos jornais, revistas e outros periódicos da referida capital. Buscamos com isso, além do resgate de material até aqui inédito sobre o evento e seus trabalhos, estimar a importância, o espaço e o impacto que o Congresso Brasileiro de Eugenia e as discussões geradas em seu bojo ocuparam dentro da eugenia brasileira e nos diferentes debates caros à intelectualidade no período entre a convocação e realização desse evento, além dos anos imediatamente subsequentes, período esse que abarca o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930.

As discussões promovidas ou acolhidas por esse congresso perpassaram inúmeras questões caras aos grandes debates nacionais daquele tempo que já eram travadas antes do evento e continuaram após o mesmo. Sendo assim, seria impossível dar conta da totalidade dessas discussões de maneira aprofundada em um único trabalho. Para isso, há uma crescente produção que vem sendo realizada pela historiografia da eugenia e da intelectualidade nacional, a qual parte dela foi utilizada e referenciada nessa dissertação.

Delimitamos como marco temporal desse trabalho o período entre 1928 e 1933, que corresponde, respectivamente, ao período entre a convocação do Congresso de Eugenia e ao início da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34. Porém, quando julgado necessário, utilizamos material que ultrapassa esse marco temporal. Para elaborar essa delimitação, utilizamos como base o que pôde ser encontrado nas fontes selecionadas e o que julgamos

estar dentro da esfera de influência do Congresso de Eugenia, ao passo que foi utilizado a historiografia e textos de outras áreas das humanidades disponíveis como ferramenta para a análise.

Sobre a pesquisa e o levantamento de fontes realizado, tecemos algumas considerações. É em meio a crescente modernização da imprensa no Rio de Janeiro dos anos 1920 que podemos entendê-la cada vez mais como um importante e complexo agente político-social, um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.¹ Sendo assim, o uso de jornais e revistas como fonte de pesquisa se faz um meio privilegiado para estudar as contradições, disputas políticas e de significados nos vários momentos históricos retratados pela grande imprensa brasileira, não se achando diferente no caso da presente pesquisa a respeito do Congresso Brasileiro de Eugenia.

De acordo com a historiografia, esse foi “um evento científico importante não somente para o movimento eugênico como também para a própria história intelectual brasileira”. Alguns dos temas discutidos durante o evento tiveram desdobramentos importantes ao longo dos anos 1930, como em relação à questão das discussões sobre imigração, “que acabaram servindo de referência para um amplo debate acerca da implantação de políticas imigratórias durante a Constituinte de 1934”, assim como durante todo o período Vargasista.² Porém, até então não existiam trabalhos específicos a respeito do Congresso de Eugenia, mesmo que muitos o mencionem, exponham as suas informações gerais e destaquem a sua importância para o percurso do movimento eugênico brasileiro.³ Por mais que atualmente existam textos que utilizaram como parte de suas fontes primárias as

¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim.; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 19; BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp. 57-58.

² SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.3, pp. 763-777, jul.-set. 2009, p. 765. Mesma opinião sobre a importância desse evento para a eugenia nacional à época e para a história da eugenia, podemos encontrar em: STEPAN, Nancy Leys. *‘A hora da eugenia’*: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005 e SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito?* Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37). 2008. 257f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 19 e 133. Sobre a influência da eugenia na política imigratória durante o Período Vargasista, cf. KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

³ SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. *op. cit.*, 2009, pp. 771-772.

atas, os trabalhos ⁴ e documentos originais desse evento ⁵, geralmente em busca das discussões sobre um determinado tema, praticamente não existem trabalhos específicos a respeito do Congresso de Eugenia. ⁶ Muito menos há pesquisas que utilizaram periódicos como fonte principal para pesquisar esse importante evento para a eugenia nacional.

⁴ Após o fim do Congresso Brasileiro de Eugenia foi publicado um primeiro volume contendo as atas de suas reuniões e parte dos trabalhos apresentados no evento. Nele podemos encontrar ao final uma listagem com os trabalhos que seriam publicados no segundo e no terceiro volume subsequente que acabaram não sendo publicados. Cf. 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 5-6 e 341-342. Disponível em Acervo Raro, COC/FIOCRUZ: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AceBibCOC_R&PagFis=9788&Pesq=>. Último acesso em ago. 2021.

⁵ Esses documentos eram constituídos por alguns originais de trabalhos e conclusões apresentadas pelos participantes, parte deles inédito. Assim como, por documentos pertencentes a secretaria do evento, como regulamentos, regimento interno, programação, relação de trabalhos encaminhados e apresentados, fichas de inscrição, relação dos inscritos, correspondência, monções, relatos, originais das atas das sessões datilografadas com correções manuscritas, originais das conferências apresentadas e documentos sobre o centenário da Academia Nacional de Medicina, como temas, regimento interno dos congressos e recortes de jornais sobre as comemorações. Tal documentação, juntamente com outros importantes documentos sobre eugenia no Brasil estavam guardados no Setor de Antropologia Física, ligado ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) por conta do Congresso de Eugenia ter sido presidido pelo então diretor do Museu Nacional entre os anos 1926-1935, o antropólogo Edgard Roquette-Pinto. Cf. SANTOS, Ricardo Ventura; MELO E SILVA, Maria Celina S. de. *Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2006, pp. 65-68; SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. *op. cit.*, pp. 764-765. Infelizmente, de acordo com o que pudemos averiguar via troca de e-mails com o professor Ricardo Ventura Santos, esses documentos foram perdidos no grave incêndio que o Museu Nacional sofreu no dia 2 de setembro de 2018, onde foi destruído grande parte de seu acervo. Mostrando assim, a validade de uma das propostas dessa pesquisa sobre utilizar periódicos como fonte para o resgate de material sobre o evento.

⁶ Até o início da formulação dessa pesquisa e seu posterior desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História da UFRJ não era de nosso conhecimento nenhuma outra proposta que abordasse o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia como o seu objeto de estudo. Porém, cada vez mais tem sido realizadas pesquisas sobre a eugenia no Brasil e esse campo de investigação tem se expandido nos últimos anos com a realização de dissertações e teses na pós-graduação nacional, cabendo mencionar a existência da dissertação de Anderson Ricardo Carlos defendida em 2019 sob o título *Problematizações Históricas do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia para o Ensino de Biologia* (181f. Mestrado em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática – Centro de Ciências Naturais e Humanas, Universidade Federal do ABC, Santo André). Destacamos ainda, alguns trabalhos de nosso conhecimento que, dentre vários que abordaram o Congresso de Eugenia brasileiro em algum momento de seu texto que, mesmo não o utilizando como objeto de estudo principal, possuem como título de um de seus subcapítulos exatamente o nome do evento:

(1) ROSA, Alessandra. *Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)*. 2005. 126f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro; (2) SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*. 2008. 257f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói; (3) RICCIOPPO, Thiago. *"Inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis?" Raça, etnia, miscigenação, imigração e trabalho na perspectiva de Fidélis Reis (1919-1934)*. 2014. 192f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia; (4) MIKI, Bianca Sayuri. *Os inassimiláveis: o antiniponismo na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34*. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; (5) GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. 2015. 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.

Alguns trabalhos sobre eugenia no Brasil já se utilizaram de periódicos como uma de suas fontes primárias, porém estão restritos em sua maioria ao *Boletim de Eugenia*⁷, editado em propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia, ou a recortes avulsos de jornais disponíveis em arquivos como o Fundo Renato Kehl, anexado ao acervo do Departamento de Arquivos e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, no Rio de Janeiro.

Com a disponibilização de consulta digital à hemeroteca digital da Biblioteca Nacional a partir do ano de 2012, descortinou-se nova possibilidade de uso de fontes dessa instituição para que fossem possíveis pesquisas como a nossa. Até então, as pesquisas estavam limitadas a consulta presencial na sede da própria Biblioteca Nacional, por meio de microfiches individualizados, que eram organizados tendo cada pequeno rolo um único periódico e um único mês, sendo necessária a leitura diária e detalhada de cada dia, página por página, de cada publicação, sem a possibilidade de busca eletrônica. Situação essa que foi modificada de maneira radical a partir de 2012 com a disponibilização do acervo na internet com sistema razoavelmente eficiente de busca por palavra, em vários periódicos de cada vez e ainda com a possibilidade de reprodução fácil e rápida do material.

Na pesquisa nesse acervo logamos localizar uma gama diversa de artigos, como notas padrão de convocação para o congresso, divulgação de novas adesões de participantes, plano geral de trabalhos planejados para o evento, artigos de opinião, de crítica, de entrevista com participantes e autoridades, de debates entre participantes e resumos de ideias e trabalhos. Esses foram publicados nas páginas de periódicos de grande circulação, sobretudo, na então Capital Federal da República, tanto antecipadamente ao evento, quanto durante a sua realização, bem como em momento posterior ao mesmo. O que apuramos complementa e dá novos subsídios à historiografia da eugenia e demonstra como o evento objeto desse estudo foi importante para diversos debates da virada da década de 1920 para a década de 1930.

Ao fazer uso das ferramentas de busca disponíveis na plataforma Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), utilizamos as palavras-chave “Congresso Brasileiro de Eugenia” e “Congresso de Eugenia”, podendo encontrar respectivamente 142 e 169 ocorrências no total, de um acervo de 2.487 títulos com 11.887.383 páginas, resultados esses delimitados espacialmente ao que foi publicado no que atualmente é o Estado do Rio de

⁷ Seus 42 números, publicados entre 1929 e 1933, podem ser consultados na Hemeroteca Digital Brasileira e no site do CCH/UEM (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá). Cf respectivamente: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>> e <<http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/boletim-de-eugenia-1>>. Ambos com última consulta em ago. 2021.

Janeiro (RJ), que engloba a antiga capital federal, hoje capital estadual e cidade do Rio de Janeiro.⁸

Parte das ocorrências de uma palavra-chave se repetem na outra. Poucas ocorrências são “enganos” do sistema de busca, em especial as únicas posteriores ao ano de 1990, devido a uma correspondente do *Jornal do Brasil* sobre assuntos do **Congresso Nacional Brasileiro** ter o nome de “**Eugênia**”. Tal erro só ocorre quando essas palavras estão paralelas e bem próximas, não ocorrendo quando somente estão na mesma página, o que demonstra o nível de acerto do sistema de buscas da plataforma, configurando-se em uma rica ferramenta para a pesquisa.

Problema parecido também ocorre ao pesquisar a palavra-chave “eugenia”, onde apareceram mais de duas mil ocorrências somente no período de 1920-29 em um único jornal. Isso obviamente se explica por conta do nome do movimento científico e social ser o mesmo de muitas mulheres “Eugênicas”, que por qualquer ocasião eram citadas nos jornais, em especial nas seções de falecimentos.

Ao realizarmos uma busca manual em alguns dos periódicos da plataforma pudemos encontrar mais artigos sobre o Congresso de Eugenia de nosso interesse que não foram exibidos pela busca do sistema. Isso ocorre por conta do programa da plataforma não conseguir ler todas as palavras dos milhões de páginas disponíveis com 100% de precisão, onde muitas delas não estão completamente nítidas. Algumas páginas, inclusive, contêm rasgos e lhes faltam pedaços o que acaba por comprometer, em parte, o seu conteúdo e atrapalhar a sua leitura e o sistema da plataforma em sua verificação.

Esses resultados mostram os problemas que podem surgir ao utilizarmos mecanismos de busca inumanos e ao lidarmos com um acervo de periódicos com datação de várias décadas atrás. Porém, devido a sua capacidade rápida de processamento de uma quantidade grande de documentos, além da boa margem de acertos, consideramos o sistema de buscas da plataforma em questão como de extrema importância em uma pesquisa como esta e o resultado amplamente satisfatório.

Tanto nos resultados da primeira palavra-chave quanto da segunda, os periódicos que detiveram maior número de ocorrências, passando de dez no total, foram: *O Jornal*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio* e a revista eugênica *Boletim*

⁸ Acesso disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Números atualizados para a última consulta realizada em ago. 2021.

de Eugenia. Mesmo não sendo o foco dessa pesquisa, vale ressaltar que na mesma plataforma também foram encontradas outras ocorrências das palavras-chave em títulos de outros estados do Brasil, porém em número consideravelmente menor do que no Rio de Janeiro. Utilizando a amostra de títulos disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital – a maioria são títulos que a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) tem sob a sua guarda – podemos inferir que o Congresso de Eugenia teve a sua divulgação realizada, sobretudo, na imprensa da então capital federal Rio de Janeiro, que foi o local escolhido para que o congresso fosse realizado.

Nesses periódicos há artigos com entrevistas, reprodução de trechos de falas e discursos de Miguel Couto, Renato Kehl, Edgard Roquette-Pinto, Álvaro Fróes da Fonseca, Oscar Fontenelle, Antônio J. de Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, entre outros participantes do Congresso de Eugenia e importantes “homens de ciência”, acadêmicos e autoridades em geral. Esses artigos são de diferentes períodos, não se atendo exclusivamente ao período temporal próximo ao evento, podendo ser encontrado em anos e até décadas após 1929. Porém, a maioria dos artigos concentra-se no ano de 1929, tanto antes quanto durante e após a realização do evento no mês de julho. Ressaltamos a extensa quantidade de artigos publicados após a realização do evento em que parte deles serão abordados neste trabalho, fato que indica a influência que pode ter tido o evento ao ser utilizado nos mais diferentes debates nos meses e anos seguintes a sua realização.

Verificamos que nos artigos destacados para fazer parte deste trabalho, mesmo os que não continham a ocorrência das palavras-chave mencionadas, pôde ser encontrado alguma referência à questão racial e ao “aprimoramento” da população, à preocupação com a imagem do país no exterior, além de entrevistas com médicos e cientistas diversos, colunas médicas e demais temas que versam sobre práticas científicas. Deve-se isso a questões que abordaremos no primeiro capítulo deste trabalho, onde nas décadas finais do século XIX e, em especial, nas primeiras décadas do século XX se deu o aumento da autoridade médica e a sua valorização que, aliadas a um reformismo nacionalista “modernizante”, acabou por marcar a referida época no Brasil.

1. O ESTABELECEMENTO DA EUGENIA COMO UMA “VIA REFORMADORA” DO BRASIL

Oxalá não ouçamos mais do estrangeiro, no Brasil tudo é grande menos o homem.⁹

O interesse em desvendar o que seria o Brasil levou inúmeros intelectuais a construírem interpretações e “imagens duradouras” sobre o país desde o século XIX. Elaboradas em sua maioria por viajantes europeus deste mesmo período, as imagens mais influentes incorreram em “uma visão pessimista sobre o povo brasileiro e sobre o futuro do país”.¹⁰ O discurso edênico de que o Brasil possuía uma bela e abundante riqueza natural, seguido da visão negativa de que em termos de composição populacional o país não “deu certo” é recorrente no senso comum até praticamente a contemporaneidade.¹¹

Na epígrafe dessa página registramos o lamento do professor da Faculdade de Direito de Recife, Manuel Neto Campello, que o escreveu no ano de 1919. Segundo a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, era essa a conclusão da análise que o mesmo fazia sobre “a situação nacional”, onde esse trecho evidencia um consenso sobre o pensamento em relação à população brasileira da época.¹² Sendo assim, além de esboçar uma análise nada animadora da situação do Brasil de seu tempo, Campello demonstra a sua vontade de um dia poder ver a população brasileira “viável” e bem vista no exterior. A pretensão de tornar este sonho uma realidade constituiu-se em missão para muitos médicos e intelectuais do país nas primeiras décadas do século XX, dos mais diferentes vieses ideológicos e influenciou a elaboração das mais diferentes propostas de nação e políticas públicas.

Outra interpretação sobre a constituição da população brasileira, dessa vez nada esperançosa, pode ser percebida em trecho que o escritor Monteiro Lobato endereçou em carta ao amigo eugenista Renato Kehl:

⁹ CAMPELLO, Neto. A situação nacional. *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife*, 1919, p. 60 apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 220.

¹⁰ RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a Riqueza Natural, a Pobreza Humana e os Imperativos da Civilização, Inventar-se a Investigação do Povo Brasileiro. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça como Questão: História, Ciências e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, p. 27 e 31.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, n. 38, pp. 63-79, out. 1998.

¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *op. cit.*, p. 220.

... país que nasce torto não endireita nem a pau. A receita [...] para consertar o Brasil é a única que me parece eficaz. Um terremoto de 15 dias, para afofar a terra; e uma chuva de... adubo humano de outros 15 dias, para adubá-la. E começa tudo de novo. Perfeita, não? ¹³

Apesar desse diagnóstico extremamente depreciativo e pessimista descrito por Monteiro Lobato, assim como o lamento de Campello citado anteriormente, é no bojo das possibilidades de “regeneração” do povo brasileiro, ou seja, na convicção de que muitas dessas interpretações negativas poderiam ser verdadeiras, mas que não deveriam ser deixadas como estavam ou, ainda, negando-as em prol de uma defesa da constituição populacional nacional à época, que muitos dos intelectuais brasileiros buscariam ativamente atuar nas primeiras décadas do século XX, deixando o fatalismo de lado e cumprindo com uma autoatribuída “missão” reformista “em prol da raça” e do “progresso da nação”.

1.1 Medos e pessimismos diante da “degeneração” e da “desorganização do mundo”

A turbulenta época de transformações que compreende o *fin-de-siècle XIX* está coberta por questões cruciais para entendermos alguns aspectos que são formadores de um novo modo de pensar e gerir o mundo.

No Brasil esse período foi marcado pela crise do sistema escravocrata a partir de 1871 e pelo fim da escravidão, em 1888, além do medo disseminado em praticamente todo o continente americano ao longo de todo o século XIX de ocorrerem revoltas inspiradas no modelo revolucionário haitiano. Diante de um suposto perigo de “desorganização” da sociedade, havia a necessidade do estabelecimento de novos mecanismos para preservar e manter a “ordem” vigente.

A década de 70 do século XIX no Brasil constituiu um “marco consagrado pelos diferentes comentadores” contemporâneos à época, que a viram como uma década de inovações. O momento era propício ao aparecimento de novas ideias políticas e novas teorias científicas para se pensar e gerir o mundo, além de o período coincidir “com a emergência de

¹³ Monteiro Lobato em carta a Renato Kehl em 1936. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC/FIOCRUZ apud SANTOS, Ricardo Augusto dos. *op. cit.*, p. 7.

uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social”.¹⁴

Tal “discurso evolucionista e determinista” era amplamente utilizado nas aventuras imperialistas da Europa e acabou por chegar ao Brasil a partir dos anos 1870, sendo utilizado “como um novo argumento para explicar as diferenças internas”.¹⁵ Através desse recurso, no período citado e nas décadas seguintes, foram introduzidos modelos explicativos para os motivos do atribuído atraso brasileiro em relação ao mundo considerado civilizado, justamente em um momento de “procura da chave da identidade brasileira” e efervescência de debates sobre “uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial”.¹⁶

Com isso, foi colocado um desafio para a elite intelectual brasileira da virada do século XIX para o XX e décadas iniciais deste último, pois como conciliar dois debates, mantendo o Brasil ligado e participativo às tendências evolucionistas do *hall* das “nações civilizadas”, ao mesmo tempo em que seguindo por caminhos legitimamente brasileiros? Vários intelectuais, políticos e profissionais deram as mais diversas e criativas respostas para essa pergunta.¹⁷

Na Europa, o século XIX foi marcado por transformações produzidas especialmente pelas Revoluções Industriais e Francesa, que ocasionaram impactos não só nos países em que ocorreram, mas também em diferentes territórios do continente europeu. Essas transformações mexeram com o *status quo* europeu e, ao passo que foram acompanhadas pelo desencadeamento de um grande progresso material vivido por todo o continente, a preocupação tanto da aristocracia, quanto da burguesia, com a “ascensão das massas”, se fazia presente.¹⁸

Nesse cenário, “um número cada vez maior de intelectuais preocupados [...] viam a modernização capitalista a impor não só o crescimento instantâneo de centros urbanos sem alma”, mas também a provocar um “nivelamento social e cultural” nas “grandes cidades

¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças. op. cit.*, pp. 37-38.

¹⁵ *Ibidem*, p. 38.

¹⁶ *Ibidem*, p. 38; SÁ, Dominichi M. de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 34.

¹⁷ Cf. CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, pp. 427-453.

¹⁸ MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 270.

históricas” do velho continente, deixando assim, a pequena elite aristocrática “à mercê das multidões imundas”.¹⁹ Em conjunto com essas transformações, o convulsionar de toda essa sociedade em “uma onda de revoluções populares” violentas e “selvagens”, como a vista em 1848²⁰, e o advento de novas teorias explicativas para as diferenças humanas, transmitiram “uma mescla desigual de esperança e medo” sob “uma sensação de mal-estar psíquico e incerteza ideológica”, colocando assim, a “ideia de decadência” como “inseparável da de *fin-de-siècle*”.²¹

Depois de um século marcado por revoltas, levantes e revoluções que mudaram a história da humanidade, segundo a historiadora Lynn Hunt, com a entrada de uma nova força em cena, o nacionalismo, fica clara a “vitória das forças de ordem”.²² O nacionalismo passa a impor novos tipos de hierarquia, transformando as discussões dos direitos que estavam em curso, pois as mesmas ameaçavam a ordem tradicional. Essa nova linguagem foi prontamente recebida pelas aventuras imperialistas e ganhou terreno em diversas regiões do globo terrestre, onde se passou a falar a mesma linguagem do nacionalismo nascente.²³

Após o “fracasso das revoluções nacionalista e constitucionalista de 1848”, o nacionalismo, “antes entusiasticamente pronto para assegurar os direitos por meio da difusão da autodeterminação nacional, [...] se tornou cada vez mais fechado e defensivo.”²⁴ Tal mudança, segundo Lynn Hunt, se deveu à questão da criação de um aspirante Estado nacional homogêneo em meio a um cenário de diversidade étnica na Europa, quando cada um deles “abrigava minorias linguísticas e culturais”. Isso suscitou uma “crescente preocupação com a imigração em todo o mundo”, que antes de 1860 poucos a viam como problema fundamental,

¹⁹ *Ibidem*, p. 271.

²⁰ O historiador Arthur Herman afirma que tais “ondas de revoluções populares” varreram toda a Europa em 1848, que assim como as revoluções de 1968, “definiram a política de toda uma geração”. O “fervor revolucionário” desse ano e suas “esperanças de uma nova ordem mundial de autodeterminação logo se frustraram” devido às disputas entre os novos países formados dos impérios derrubados e por conta da força usada pela classe média liberal na repressão à insatisfação social, o que ocasionou na volta dos antigos poderes aos seus respectivos tronos para que se protegesse a “lei e a ordem pública”. Herman ainda complementa argumentando que as Revoluções de 1848 por conta de sua violência “bárbara” e “pré-civilizada”, abalara as convicções de diversos intelectuais e herdeiros dos ideais iluministas, colocando o termo “O povo” como algo apavorante e digno de desprezo pela “sociedade esclarecida” da época. Cf. HERMAN, Arthur. Sobre os escombros: Arthur de Gobineau e o pessimismo racial. In: _____. *A idéia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999, pp. 60-61.

²¹ MAYER, Arno. *op. cit.*, pp. 271-274.

²² HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 182.

²³ *Ibidem*, pp. 182-183.

²⁴ *Ibidem*, pp. 184-185.

mas que passou a ser vista de forma negativa pelos países alvo de imigrações nas décadas de 1880 e 1890.²⁵

O historiador inglês Eric Hobsbawm atenta para o fato de a definição etno-linguística designar o pertencimento a uma nação ser algo relativamente recente na história. Usando como exemplo a Declaração Francesa dos Direitos de 1795, o autor concluiu que “não há conexão lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, [...] e a identificação de uma nação em bases linguísticas, étnicas ou em outras características que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento do grupo”. Afirmou ainda, que o critério de nacionalidade francesa era determinado com base tão somente na cidadania francesa, não se preocupando com características regionais da França como no tocante à língua e à etnia.²⁶

Hobsbawm, para mostrar o quão são modernos os significados atribuídos ao vocábulo “nação” em uso recente, recorreu a dicionários de locais diversos e de períodos anteriores e posteriores ao final do século XIX para investigar como tais o apresentavam. Reafirmou através disso, a sua premissa de que apesar de “a identificação nacional” ser tida e “amplamente aceita” ainda atualmente como algo “tão natural, fundamental e permanente a ponto de preceder a história”, o fato é que seja qual for “o significado ‘próprio’ e ‘original’ [...] do termo nação, ele é claramente diferente de seu significado moderno”, sendo então “em seu sentido moderno e basicamente político”, um conceito “historicamente recente”.²⁷

Dentro do escopo de ideias cada vez mais defensivas que buscavam proteger (ou criar) um suposto corpo nacional homogeneizante, “o nacionalismo assumiu um caráter mais xenófobo e racista”. Podendo ser exercido contra qualquer grupo estrangeiro ou minoria etno-cultural nacional, em dado momento, indesejada²⁸, como por exemplo, o caso de alemães *versus* franceses ou o fenômeno que se verificou nas “últimas décadas do século XIX”, em

²⁵ *Ibidem*, p. 185.

²⁶ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 32.

²⁷ *Ibidem*, pp. 27-30.

²⁸ Hobsbawm data o aparecimento da palavra “nacionalismo” pela primeira vez somente em fins do século XIX, utilizada “para descrever grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas, e a favor daquela expansão agressiva de seus próprios Estados, que viria a ser tão característica de tais movimentos”. Com isso, podemos ver que o termo surgiu exatamente dentro do contexto de grupos que tinham projetos políticos bem específicos, de belicosa e excludente reação a seguimentos étnicos nacionais e estrangeiros e a outros projetos políticos, pois dentro de seus valores e discurso construído, todos aqueles que deles não fizessem parte ou que fossem por eles excluídos desses, eram vistos como “antinacionais”. In: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 203-204.

que se pôde observar “um crescimento alarmante do antissemitismo”.²⁹ Na Alemanha, Áustria e França assistiu-se a uma série crescente de “atiçamento” e usos do ódio contra judeus por políticos de direita, sejam em jornais, clubes ou novos partidos políticos, considerando este grupo étnico como “inimigos da verdadeira nação”.³⁰

Ainda em relação aos argumentos de Lynn Hunt sobre protecionismo fomentado pelo nacionalismo excludente, é interessante comentar também a ação de alguns escritores alemães, que reagindo ao imperialismo francês, passaram a rejeitar tudo que viesse da França, inclusive os seus “direitos do homem”, baseando o nacionalismo alemão sob um caráter exclusivista da etnicidade.³¹ Esses nacionalistas exaltavam a mística *Völkish*, a qual supostamente os atribuía “um caráter próprio alemão” e os distinguia de outros povos.³² O nacionalista alemão e ferrenho anti-francês, considerado “o pai da ginástica”, Friedrich Ludwing Jahn, já na primeira metade do século XIX afirmava que “quanto mais puro um povo, melhor”, pois para ele, “as leis da natureza [...] operavam contra a mistura de raças e povos”, além de considerar os “direitos sagrados” pertencentes ao povo alemão ao invés de universais.³³

Com isso, citando Lynn Hunt,

Quando se tornou mais intimamente entrelaçado com etnicidade, o nacionalismo alimentou uma ênfase crescente nas explicações biológicas

²⁹ HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. Uma história. São Paulo, 2009, p. 186.

³⁰ *Ibidem*. Sobre a questão do antissemitismo, na página já referenciada, Hunt comenta ainda que após “duas décadas de propaganda antissemitica nos jornais de direita, o Partido Conservador Alemão fez do antissemitismo um artigo oficial da sua plataforma em 1892”.

³¹ *Ibidem*, p. 183.

³² Sobre esse termo alemão e dificuldades em sua tradução podemos ver a seguinte explicação do historiador Luis Edmundo Moraes: “em geral, é um termo cujas traduções, por questões formais, o esvaziam de sentido. A palavra *Völkish*, derivada de *Volk* (povo), é, na maior parte das vezes, traduzida por termos que se aproximam de seu radical (popular, populista e até mesmo folclórico), mas que deixam de lado o fato de que o vocábulo refere-se a um tipo de projeto político nacionalista de extrema direita assentado sobre o pensamento racista, para o qual não [...] parece que exista uma palavra em língua portuguesa equivalente.” Cf. MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Racismo e Higiene Racial no Nacional Socialismo: Recusa da Modernidade?* In: AARÃO REIS, D. et al., (Orgs.). *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010, p. 238 (nota de fim de página).

³³ F. L. Jahn colocava os “interesses” da nacionalidade alemã frente a qualquer pretensão universalista, seja no já citado campo dos direitos, seja em questões diversas, como comemorações oficiais e populares que deveriam ser voltadas para a exaltação do “nacional”, na recomendação ao estudo da “história patriótica” e no discurso contra o uso da língua francesa. Ele propunha ainda, que a Alemanha alargasse as suas fronteiras amplamente, abarcando territórios de vários países vizinhos dentro do seu. In: HUNT, Lynn. *op. cit.*, pp. 183-184. Mais tarde, em relação à questão da expansão territorial da Alemanha, encontraríamos ideias nessa mesma direção, como as formuladas pelo também alemão e um dos mais eminentes pensadores clássicos da ciência geográfica, Friedrich Ratzel (1844-1904), que elaborou seus conceitos básicos sobre geografia política, a começar pelo *Lebensraum* (espaço vital).

para a diferença. Os argumentos para os direitos do homem tinham se baseado na pressuposição da igualdade da natureza humana em todas as culturas e classes. Depois da Revolução Francesa, tornou-se cada vez mais difícil reafirmar as diferenças simplesmente com base na tradição, nos costumes ou na história. As diferenças tinham de ter um fundamento mais sólido se os homens quisessem manter a sua superioridade em relação às mulheres, os brancos em relação aos negros ou os cristãos em relação aos judeus. [...] Em consequência, o século XIX presenciou uma explosão de explicações biológicas da diferença.³⁴

Em sua principal obra, os *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de 1853 e 1855, Joseph Arthur de Gobineau, o Conde Gobineau (1816-1882), “usando uma miscelânea de argumentos derivados da arqueologia, da etnologia, da linguística e da história, [...] argumentava que uma hierarquia das raças fundamentada na biologia determinava a história da humanidade”.³⁵ Gobineau, um aristocrata e diplomata francês, entendia que a “questão étnica” era a “chave explicativa” para todos os problemas da história e por conta dela condenava a Europa, pois a retratou de um modo pessimista e sem solução, sugerindo que seria inevitável o “processo degenerativo e de decadência da sociedade europeia como resultado da miscigenação advinda do processo civilizatório”.³⁶

Nos anos em que Arthur de Gobineau redigiu a sua principal obra, a ideia de raça ainda era relativamente nova. Até o século XVIII, raça era sinônimo de linhagem familiar ou significava, no conceito francês, uma “verdadeira” nobreza baseada na transmissão de certas virtudes aristocráticas em contraposto ao título de nobre obtido por ofício ou compra. As teorias raciais anteriores ao aparecimento do *Ensaio* de Gobineau já classificavam as raças humanas de modo hierarquizante, colocando os brancos no topo e os negros na base, além de considerar que as “leis unificadoras do progresso” eram biológicas ao invés de políticas e/ou econômicas, podendo elas explicar e naturalizar as diferenças do desenvolvimento das diferentes sociedades humanas.³⁷

Considerando então as motivações e questões próprias do século XIX, Arthur Herman afirma que:

³⁴ HUNT, Lynn. *op. cit.*, pp. 187-88.

³⁵ *Ibidem*, p. 192.

³⁶ MORAES, Luis Edmundo de Souza. *op. cit.*, p. 235.

³⁷ HERMAN, Arthur. Sobre os escombros: Arthur de Gobineau e o pessimismo racial. In: _____. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999, pp. 63-64.

o principal apelo do racismo no século XIX era a mensagem politicamente progressista e até mesmo liberal. Se todos os brancos (ou brancos do sexo masculino) pertenciam à mesma raça, não havia desculpas para discriminação social ou econômica entre eles. A teoria racial derrubara as reivindicações de privilégio e autoridade de uma classe aristocrática. Em vez disso, todos os franceses, ingleses e alemães eram beneficiados no nascimento com os mesmos dotes culturais, independente de sua origem social. E além do mais, à medida que a sociedade européia avançava nessa direção feliz e igualitária, assim a força cultural dos brancos naturalmente se estendia sobre o mundo não-branco.³⁸

Porém, ao elaborar o seu próprio conceito sobre as raças, Gobineau se referiu à Europa não como “o ápice do progresso biológico humano”, mas sim como “a fossa da degeneração racial”, reorientando assim “de forma radical as ideias europeias acerca da raça humana.”³⁹ Apesar da “degeneração” que estariam a sofrer, Gobineau acreditava que os brancos eram superiores às outras raças humanas, pois supostamente descendiam dos arianos que seriam os “portadores da vitalidade orgânica” que sustentava os brancos em seus sucessos.⁴⁰

Gobineau esteve no Brasil entre março de 1869 e abril de 1870 em missão diplomática pela França, ocupando o que hoje equivale ao cargo de embaixador. Veio a contragosto, pois ele desprezava essa parte do mundo, não somente o Brasil, mas as Américas como um todo.⁴¹ Aqui, teria estabelecido amizade com o imperador D. Pedro II, ficando impressionado com a cortês recepção que recebera do mesmo, atribuindo-lhe então o elogio de que aquele era “o príncipe mais inteligente e erudito que existiu”.⁴² Diferentemente da opinião que tivera do monarca, referente aos brasileiros, Gobineau os retratou como “em sua maioria, uma população mestiça, fruto da mestiçagem entre índios, negros e um pequeno número de portugueses”, onde “o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos”. Além de “esteticamente repugnantes”, o conde afirmou que os brasileiros ainda eram avessos ao trabalho, pouco férteis e fisicamente enfraquecidos. Atribuídas características essas que o fizeram acreditar na previsão que

³⁸ *Ibidem*, pp. 64-65.

³⁹ *Ibidem*, p. 65.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 65. Herman estabelece uma análise e um histórico sobre o mito ariano entre as páginas 63-71 no referenciado livro.

⁴¹ HAGYVA, Helga. Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau? *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, pp. 152-159, jan./jun. 2007, pp. 152-153.

⁴² RAEDERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988, p. 41 *apud* SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan/jun 2013, p. 22.

expressou, de que os brasileiros seriam então “uma raça extinta em menos de duzentos anos”.

⁴³ Gobineau foi um dos vários intelectuais e cronistas estrangeiros a escreverem prognósticos negativos a respeito do Brasil por conta de sua composição étnica.

As ideias de Gobineau não tiveram eco entre os seus contemporâneos, não conseguindo em vida o reconhecimento que tanto ansiava. ⁴⁴ Porém, começaram a ganhar espaço após a sua morte, por meio especialmente dos escritos de Ludwig Scheman e Stewart Chamberlain, que foram apresentados à obra do conde por intermédio de uma amizade que o próprio Gobineau sustentara nos últimos anos de vida: o compositor de música alemão Richard Wagner. ⁴⁵

Wagner, famoso como compositor, maestro e diretor de teatro, teria se interessado pelos trabalhos de Gobineau em 1876. Logo depois os dois se tornaram amigos e mais tarde Wagner apresentou a obra do francês a seu círculo de intelectuais, músicos e artistas da casa de óperas de Bayreuth, – cidade do norte da Baviera, Alemanha – tendo como os mais entusiastas dela Ludwig Scheman e Stewart Chamberlain, que transformaram as ideias do Conde “num evangelho político para a Alemanha moderna”. ⁴⁶

Scheman e Chamberlain levaram as ideias do Conde à frente, através de iniciativas que versaram entre publicação de livros biográficos de Gobineau, republicação dos *Ensaio*s, fundação da Sociedade Gobineau na Universidade de Estrasburgo e apresentação das doutrinas arianas à Liga Pangermanista, um importante grupo nacionalista alemão. ⁴⁷ A princípio, apesar de não serem muitos, a Sociedade de Gobineau acabou por chamar a atenção de políticos e intelectuais alemães e acabaram por influenciar no campo da cultura e no estabelecimento de uma nova “matriz racial ao sentimento pangermanista”, que para eles, em conjunto com as óperas de Wagner, poderiam rejuvenescer a “saúde espiritual” de sua *Kultur* frente à “degeneração e decadência” supostamente reinante em sua época. ⁴⁸

⁴³ RAEDERS, Georges. (org.). *D. Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondências inéditas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938, p. 75 *apud* SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. *op. cit.*, p. 22.

⁴⁴ HERMAN, Arthur. *op. cit.*, pp. 56 e 76-79; SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. *op. cit.*, p. 29 e HAGYVA, Helga. *op. cit.*, p. 153.

⁴⁵ HERMAN, Arthur. *op. cit.*, p. 76.

⁴⁶ *Ibidem*, pp. 76-77.

⁴⁷ *Ibidem*, pp. 76-78.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 78.

Nos anos de 1860, o cientista britânico Francis Galton ⁴⁹ recusou “a ideia de que nada poderia ser feito contra a tendência degenerativa dos homens” ⁵⁰, propondo depois em seu livro *Indagações sobre a faculdade humana e seu desenvolvimento*, de 1883, que “o homem pode ajudar na ordem dos eventos [...] favorecendo o curso da evolução” e utilizando a “sua inteligência para descobrir e apressar as mudanças que são necessárias para adaptar as circunstâncias à raça e a raça às circunstâncias”. ⁵¹ A partir disso, Galton propôs “um campo de conhecimento científico” que se dedicasse a “essa tarefa”, ao qual ele mesmo batizou de eugenia. ⁵²

1.2 A contribuição da historiografia da eugenia: pensando sobre um movimento científico e social “fruto” do “espírito de seu próprio tempo”

É a partir dos anos 1980 que os estudos sobre a eugenia tornaram-se recorrentes na historiografia internacional. ⁵³ Tal movimento pertence a uma perspectiva mais ampla, na qual muitos pesquisadores de diversas áreas buscaram e tem buscado rever muitas interpretações acerca da história das ciências na América Latina. Parte dessa busca vem do indagar de antigas e insistentes ideias sobre essa região, questionando então, se de fato a mesma foi somente uma reprodutora de conhecimentos, modas e ideias diversas vindas “de fora”. ⁵⁴ Dentro do bojo dessas indagações, pesquisadores têm buscado investigar questões locais e reavaliar a inserção dos países latino-americanos nos “contextos científicos e médico-sanitários regionais e internacionais”. ⁵⁵

⁴⁹ Francis Galton (1822-1911), considerado o “pai da eugenia”. Galton passa a utilizar o termo eugenia a partir de 1883, o qual tem significado de “bem nascido”. Galton era primo do também cientista Charles Darwin (1809-1882).

⁵⁰ MORAES, Luis Edmundo de Souza. Racismo e Higiene Racial no Nacional Socialismo. *op. cit.*, p. 235.

⁵¹ GALTON Francis. *Inquiries into human faculty and its development*. London: J. M. Dent & Co., [1907], p. 218-219 apud MORAES, Luis Edmundo de Souza. *op. cit.*, pp. 235-236.

⁵² MORAES, Luis Edmundo de Souza. *op. cit.*, p. 236.

⁵³ SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.3, pp. 763-777, jul.-set. 2009, p. 764.

⁵⁴ HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. Cuidar, controlar, curar em perspectiva histórica: uma introdução. In: _____ (Orgs). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, pp. 11-27; STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, controlar, curar. op. cit.*, pp. 331-391.

⁵⁵ HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. *op. cit.*, p. 11.

Considerada como uma pseudociência pela porção majoritária da historiografia de até então, a qual vinculava qualquer manifestação do ideal eugênico à linha que representava a sua manifestação mais radical, a adotada pelo governo da Alemanha nazista de Adolf Hitler, a eugenia foi tratada com anacronismo e com pouco cuidado no tocante às particularidades que tomou em diferentes países.⁵⁶ Novas abordagens revisaram tal entendimento, estando nosso interesse nas que abordaram o Brasil e América Latina em geral, onde estudaram a eugenia buscando analisá-la em sua pluralidade tanto de abordagens quanto de fontes e lugares onde se desenvolveu.⁵⁷

A eugenia, do grego, “bom em sua origem”, serviu para representar as aplicações do conhecimento de gerência da hereditariedade para se conseguir “aprimorar” a raça humana.⁵⁸ Com esse movimento buscou-se incentivar a administração “científica” e “racional” da composição hereditária da espécie humana, encorajando/promovendo à procriação tipos considerados superiores e desencorajando/impedindo a procriação de tipos considerados inferiores, para assim salvaguardar a “vitalidade e a força ancestral” e/ou o “verdadeiro espírito nacional” que residiria na raça. Isso ficou conhecido respectivamente como Eugenia positiva e Eugenia negativa.⁵⁹

Em 1869, o “pai da eugenia”, Francis Galton, propusera em seu livro *O gênio hereditário* que “a aptidão humana seria função da hereditariedade, não da educação”. Partindo então desse pressuposto Galton viu as possibilidades que se abririam com a aplicação dessas proposições no meio social, pretendendo demonstrar neste que ainda hoje é considerado como “o texto seminal da eugenia”⁶⁰,

que as aptidões naturais de um homem são derivadas por hereditariedade [...]. Conseqüentemente, assim como é fácil [...] obter por meio de cuidadosa seleção uma raça de cães ou cavalos dotada de capacidade peculiar para correr, ou de qualquer outra capacidade específica, seria também perfeitamente possível reproduzir uma raça de homem altamente dotada

⁵⁶ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 68.

⁵⁷ Por “novas abordagens” entendemos como representativos e inaugurais os seguintes trabalhos, realizados a partir da década de 1980-90: ADAMS, Mark (Org.). *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990; STEPAN, Nancy. *‘A hora da eugenia’: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

⁵⁸ STEPAN, Nancy. *‘A hora da eugenia’*. *op. cit.*, 2005, p. 9.

⁵⁹ MORAES, Luis Edmundo de Souza. *Racismo e Higiene Racial no Nacional Socialismo*. *op. cit.*, pp. 240-245.

⁶⁰ STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, pp. 30-31.

promovendo casamentos criteriosos ao longo de várias gerações consecutivas.⁶¹

Até o final do século XIX a interferência na reprodução humana não era bem vista e isso impossibilitou a aplicação de argumentos eugênicos na realidade social. Para a maioria dos contemporâneos de Galton a prudência moral se punha como uma barreira à aparente lógica dos argumentos deste, como ocorreu no caso de seu próprio primo, o famoso cientista Charles Darwin, autor do célebre e revolucionário livro *A origem das espécies* (1ª edição de 1859), em quem o próprio Galton se influenciara.⁶² Em seu livro *A descendência do homem e seleção em relação ao sexo* (1871), Darwin faz várias citações da obra de Galton e apesar de parecer “prestes a aceitar a necessidade de algum tipo de controle eugênico sobre a reprodução humana em nome do progresso evolucionário, reluta em abraçar ideia tão radical”.⁶³

Esse cenário muda no final do século XIX. Por conta de “razões tanto sociais quanto científicas” que abalaram o *status quo* europeu, “o otimismo característico dos meados da era vitoriana começou a dar lugar a um generalizado pessimismo em relação à vida moderna e seus males”, gerando assim “um contexto propício para o desenvolvimento de um movimento científico de reforma”.⁶⁴ Com isso, o caminho para a atuação da eugenia estava sedimentado.

O momento de surgimento da eugenia, que se afirmava “como área de conhecimento legítimo”, coincide com a implantação das medidas de “medicalização da sociedade” na Europa. Essas medidas se fizeram “acompanhar pelo abandono de atitudes fatalistas em relação à saúde e à doença” e estabeleceram “um corpo de especialistas para tratar delas”, isso ao mesmo tempo em que impuseram a “perda de independência do paciente seguida do consequente aumento de poder dos médicos como categoria profissional.” Essa nova ciência associava com a administração do estado, diversas outras disciplinas científicas, como a biologia, a medicina, a psicologia, a sociologia, e a antropologia, sendo ela um fruto adequado ao “espírito de seu próprio tempo”.⁶⁵

⁶¹ GALTON, Francis. *Heredity Genius* (1869). Londres: Julyan Friedmann, 1979, p. 1 apud STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, p. 31.

⁶² STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, p. 31.

⁶³ DARWIN, Charles. *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*. Londres: John Murray, 1971, 2 v., v. I, esp. pp. 167-184 apud STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, p. 31.

⁶⁴ STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, p. 31.

⁶⁵ MORAES, Luis Edmundo de Souza. *op. cit.*, p. 236

Dentro desse cenário, a saúde passou a ter um “grande potencial” político, tornando-se um “guia para o comportamento e para vida”. Através disso, foi então estabelecido

um estilo de vida obrigatório para todos: o *homo-higienicus*, o homem para quem a saúde é o objetivo supremo e que subordina sua forma de vida inteiramente aos princípios da saúde tal como derivados da medicina. Era possível agora canalizar o problema da saúde politicamente e transformá-lo em problema terapêutico. A saúde passava a oferecer um instrumento tanto para o controle do comportamento quanto para a forma de lidar com problemas sociais de modo pacificador nas mãos do Estado, tornados científicos por meio da noção de higiene social e dos efeitos correspondentes para a vida comunitária e para a vida reprodutiva [...].⁶⁶

Sendo “filha de seu tempo”, eugenia foi baseada no princípio de que toda a humanidade é biologicamente diferenciada, podendo então ela classificar os indivíduos e as suas respectivas “raças” como superiores ou inferiores, estabelecendo sob linguagem científica uma escala hierárquica da espécie humana. Através da intervenção do Estado, deveria ser evitada a mistura entre as diferentes raças, a fim de que as “raças inferiores” não poluíssem o sangue das “raças superiores”, impedindo com isso a “degeneração” desta última. Além disso, o Estado também ficaria responsável por “servir aos interesses dos indivíduos e das raças superiores”.⁶⁷

A eugenia, como uma “ciência aplicada”, estava “longe de ser um conjunto de crenças conservadoras e cientificamente espúrias [...]”, mas sim, “fazia parte do vocabulário político de virtualmente todas as forças modernizadoras do período entre as duas guerras mundiais”. A mesma tinha a sociedade “como um corpo orgânico que deveria ser conduzida de acordo com leis biológicas”⁶⁸, e com isso, conferiu “legitimidade científica a medos sociais, a preconceitos e a doutrinas raciais.”⁶⁹ Através dessa legitimação, grupos de pressão

⁶⁶ LABISCH, Alfons. Doctors, workers and the scientific cosmology of the industrial world: the social construction of the health and the *homo hygienicus*. *Journal of Contemporary History*, v. 20, n. 4, pp. 599-615, 1985, pp. 600-601 apud MORAES, Luis Edmundo de Souza. *op. cit.*, p. 236.

⁶⁷ MORAES, Luis Edmundo de Souza. *op. cit.*, pp. 236-237; STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, p. 13.

⁶⁸ DIKÖTTER, F. Race culture: recent perspectives on the history of eugenics. *The American Historical Review*, *American Historical Association*, v. 103, n. 2, pp. 467-478, Apr. 1998, p. 467 apud MORAES, Luis Edmundo de Souza. *op. cit.*, p. 237.

⁶⁹ MORAES, Luis Edmundo de Souza. *op. cit.*, p. 237.

passaram a influenciar e defender políticas públicas pautadas na higiene racial, conseguindo inclusive, aprovar leis eugênicas nos mais diferentes países.⁷⁰

Por fazer uso de fundamentos da hereditariedade humana em conjunto com “ideias sociais e políticas” que conformaram “pensamento, tradições, ideologias, práticas institucionais e projetos políticos”, a historiadora Nancy Leys Stepan caracterizou a eugenia como um “movimento científico e social”.⁷¹ Assim, por conta de sua “normalidade” e usos por “muitos cientistas, médicos e ativistas sociais bem colocados” dos mais diferentes países, ao passo que lidou “com muitos dos principais temas da história moderna como o nacionalismo, o racismo, a sexualidade e o gênero, a higiene social e o próprio desenvolvimento da genética moderna”, os historiadores foram levados a reavaliá-la assim, a tratando para além da alcunha de “aberração” pseudocientífica.⁷²

A “normalidade da eugenia” pode ser verificada nos inúmeros congressos locais e internacionais realizados em diferentes países nas décadas de 1910, 1920 e 1930, bem como a formação de federações e associações locais e internacionais voltadas para a pesquisa e a divulgação da mesma. Todas as mais importantes universidades dos EUA – e também em outros lugares do mundo – passaram a ter laboratórios de eugenia. A partir da década de 1920, a eugenia se tornou parte da reforma na saúde, acabando por “eugenizar” todo esse campo discursivo.⁷³

Na América Latina não foi diferente, pois a região “não esteve imune à atração do secularismo e da modernidade” e também “esteve envolvida na autoconstrução nacionalista, em que o estabelecimento de fronteiras entre o *self* e o outro e a criação de identidades eram cada vez mais realizadas por e através de discursos científicos e médicos.” Em meados do século XIX, apesar de ser considerada por vários cronistas e estudiosos europeus como um exemplo de tudo o que não poderia ser tido como “eugênico”, essa região foi bastante

⁷⁰ Moraes afirma que essas leis versaram sobre temas como proibição de casamentos, o fim da assistência social, o fechamento de instituições para doentes físicos e mentais, esterilização compulsória e voluntária, chegando até mesmo a propostas de assassinato de pessoas incapazes seja físico, mental ou “racial”. Leis como essas entraram em vigor nos Estados Unidos, em mais da metade dos estados (desde 1907), na Suíça (1928), na Dinamarca (1929), na Alemanha (1933), na Noruega e Suécia (1934), Finlândia (1935), entre outros. In: MORAES, Luis Edmundo de Souza. *op. cit.*, pp. 237-238.

⁷¹ STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, pp. 9-11 e 13; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2019, p. 137.

⁷² STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, pp. 9-11 e 13.

⁷³ *Ibidem*, p. 12-13; BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior*. São Paulo: A Girafa, 2003.

participativa na difusão e recriação das propostas eugênicas, de modo que as mesmas eram colocadas em prática de acordo com as aspirações e necessidades locais de cada país.⁷⁴

Para além das características próprias que sofreu o uso da eugenia no processo de busca pela modernização nacional de vários países, podemos dizer que em comum esses processos utilizaram a ciência como veículo autoafirmador de sua prática, pois “a ciência tem imensa autoridade social no mundo moderno – uma autoridade baseada em sua reivindicação de factualidade, neutralidade e universalidade”.⁷⁵ Sendo assim, os eugenistas e seus simpatizantes imbuíram-se e utilizaram desses pressupostos para implementarem as suas práticas reformistas no meio social.

1.3 Mudanças no contexto científico-profissional da intelectualidade brasileira, final séc. XIX/início séc. XX

No Brasil do pós 1870, como já comentado no início desse capítulo, ocorreram importantes transformações em diferentes campos. Parte delas ocorridas no campo científico e profissional, que não podem ser desconsideradas para entendermos o contexto da intelectualidade brasileira do final do século XIX e início do XX.

A palavra “literatura” era constituída por um conglomerado de saberes que funcionavam como sinônimo de “conhecimento e instrução” cultivados pelos chamados homens de letras do Brasil oitocentista.⁷⁶ Esses homens eram bastante respeitados na Corte Imperial e seus conhecimentos versavam sobre os mais diversos ramos dos saberes⁷⁷, constituindo eles assim, uma ilha doura cercada por um mar de analfabetos.

Porém, ao findar do século XIX essa tradição sofreu mudanças. A intelectualidade especializou-se e os conhecimentos gerais ao estilo das enciclopédias passaram a ser vistos como inúteis ao passo que o termo literatura ganhou a conotação de “arte de ficção”.⁷⁸ A ciência passou então a representar uma busca pela “experimentação” e “observação da

⁷⁴ STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, p. 14.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 17.

⁷⁶ SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 13.

⁷⁷ Segundo a historiadora Dominichi Miranda de Sá, tais conhecimentos e instrução, englobavam “a oratória política, a medicina, o direito, a filosofia, as letras, a ciência, a eloquência, a gramática, a filologia, a história e as humanidades”. In: SÁ, Dominichi Miranda de. *op. cit.*, p. 13.

⁷⁸ SÁ, Dominichi Miranda de. *op. cit.*, p. 13.

‘realidade’”.⁷⁹ Ela se pretendia imparcial e permeou o campo político, que através do “advento da República” acabaria por ganhar força para alavancar “um projeto de higienização e moralização” da nação. Sendo este, um “impulso modernizante” em contraposto “ao atraso resultante da herança colonial e imperial”.⁸⁰

E essa especialização era utilizada como distinção e em disputas de legitimidade, refletindo-se em discursos dos intelectuais à época.⁸¹ Essa geração requeria o sepultamento de sua imagem anterior, da tradição que imperou durante a Monarquia e nos primeiros anos da República, em que se configuraram como “cultura decorativa” e “classe isolada”, respectivamente.⁸²

Para Lilia Schwarcz, desde o segundo reinado é difícil estabelecer somente um perfil socioeconômico para esses intelectuais devido ao amadurecimento e o aflorar da diversidade de grupos distintos, com suas aspirações profissionais variando de acordo com os interesses próprios de cada classe. A elite ilustrada em sua maioria não era de origem pobre, mas também não era totalmente de origem das classes dominantes, muito menos era porta-voz exclusiva dos interesses desta última. A atuação desses intelectuais não deve ser entendida somente através do recorte de classe, pois muitos deles já atuavam em um contexto urbano, o que já os diferenciaria de sua origem, além de que “procuravam legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas”.

83

⁷⁹ *Ibidem*, p. 14.

⁸⁰ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 109.

⁸¹ Como podemos verificar no depoimento do antropólogo e diretor do Museu Nacional entre 1926-1935, Edgard Roquette-Pinto: “Venho das últimas gerações da monarquia. Assisti aos cinco anos às primeiras festas da República. Penso que o país deve um grande serviço à minha geração: foi a primeira a descrever das “fabulosas riquezas” do Brasil, para começar a crer nas “decisivas possibilidades do trabalho”. Recebemos a noção de que um moço bem nascido e bem criado não devia precisar trabalhar... Ouvimos ainda o eco dos eitos. Diziam-nos que nosso céu tem mais estrelas que os outros... Minha geração começou a contar as estrelas. E foi ver se era verdade que nos nossos bosques havia mais vida. E começou a falar claro aos concidadãos. Com minha geração o Brasil deixou de ser tema de lirismo.” Roquette-Pinto (depoimento ao periódico *Vamos Ler*, 23 mar. 1939). Nísia Trindade Lima aponta que esse trecho apresenta uma “auto-imagem” construída por uma geração de intelectuais ávidos por uma “especialização do conhecimento e a afirmação da categoria cientista nos mais diferentes contextos nacionais”. LIMA, Nísia Trindade. Prefácio. In: SÁ, Dominichi Miranda de. *op. cit.*, pp. 9-10.

⁸² PÉCAUT, Daniel. A geração dos anos 1920-40. In: _____. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 23.

⁸³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 34-35.

Diante dos desafios que os novos tempos trouxeram um número crescente de intelectuais e profissionais expressou, independentemente de viés político, a crença na “modernização” da nação e “elevação” da população.⁸⁴ Faz parte disso, a tese brasileira do branqueamento. Aceita e difundida por grande parte da elite intelectual brasileira no período entre finais do século XIX e grande parte da primeira metade do século XX, baseou-se na crença da superioridade racial branca. Tal tese anunciava que a população negra brasileira estava diminuindo em relação à branca enquanto que a miscigenação estava “produzindo ‘naturalmente’, uma população mais clara” onde “os genes mais brancos eram mais fortes”. Em conjunto com a imigração branca que supostamente aceleraria esse processo, o Brasil acabaria tendo um futuro “branco”.⁸⁵ Sendo assim,

a conclusão otimista dessa análise racial repousava, obviamente, em outro pressuposto crucial: a miscigenação não gerava, necessariamente, “degenerados”, e poderia forjar uma população mestiça saudável que se tornaria cada vez mais branca, tanto cultural quanto fisicamente.⁸⁶

Após o início da Primeira Guerra Mundial e o vislumbre da “desorganização” em que se encontrava a Europa, “onde o tropel das idéias anárquicas da convulsão social” aprofundava os conflitos daquela sociedade, o Brasil poderia configurar-se, através de um caminho próprio, como um “exemplo de força” e “ordeira civilidade”.⁸⁷ Para isso, os

⁸⁴ CAULFIELD, Sueann. *op. cit.*, p. 272.

⁸⁵ João Batista de Lacerda (Campos dos Goytacazes/RJ, 1846 - 1915, Rio de Janeiro/DF), então diretor do Museu Nacional, apresentou uma tese que buscou embasar cientificamente essa máxima no Primeiro Congresso Universal das Raças realizado em Londres, em 1911. Tal, além de reavaliar o lugar de negros e mestiços no processo histórico do Brasil, concluindo que a miscigenação não gerava necessariamente indivíduos degenerados, realizou a previsão de que ao final de um século adiante a “raça negra” haveria de estar naturalmente extinta via miscigenação. Boa parte dos dados apresentados por Lacerda foi reunida pelo antropólogo Edgard Roquette-Pinto que também participou desse evento. In: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 112-113; SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, pp. 745-760, set.-dez. 2012, pp. 755-757.

⁸⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco. op. cit.*, p. 111.

⁸⁷ “Os soberanos belgas chegaram ontem ao Rio de Janeiro”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 set. 1920, p. 1 apud CAULFIELD, Sueann. *op. cit.*, pp. 117-118. O modo negativo como a Europa foi retrada no trecho citado, pertence à narrativa de um jornalista do *Correio da Manhã* sobre o comportamento da população carioca nas ruas da cidade durante a visita do rei e da rainha da Bélgica em setembro de 1920. O mesmo se utiliza de uma visão negativa da Europa para esta ser contraposta por uma visão positiva do Brasil, que segundo o jornalista se confirmava através da demonstração de “respeito e ordem” da “multidão” para com os ilustres hóspedes reais. Como aponta a historiadora Sueann Caulfield nas páginas já referenciadas nessa nota, “ao confirmar as normas de comportamento da família brasileira, as massas populares forneceriam evidências de que o Brasil havia atingido uma ordem social até mesmo superior à da Europa”. Tal exemplo reforça o

intelectuais brasileiros acreditavam que a sua atuação era vital para pôr o Brasil nos trilhos da modernidade, sentindo-se então dotados de uma missão inerente à sua posição.

A modernização da cidade do Rio de Janeiro realizada durante o período da Primeira República nos dá uma dimensão sobre esse processo de busca modernizadora, na qual a classe letrada da capital federal da época estava empenhada. Tal modernização teve como objetivo a transformação da capital federal em vitrine do Brasil para o exterior, ajudando “a assegurar a posição do país entre as nações independentes, honradas e civilizadas do Ocidente”.⁸⁸ Para isso, seria necessária “a ‘europeização’ e ‘modernização’ de seu espaço físico e de sua população”.⁸⁹ Apesar de buscar a modernização através de “caminhos próprios”, o “civilizar”, segundo a historiadora Sueann Caulfield, ainda “significava imitar a ordem social da Europa industrializada”.⁹⁰

Uma das tentativas de formular uma explicação sobre essa imbricada relação em que nossa elite letrada encontrava-se, de uma “busca própria” para encontrar as soluções dos problemas do país ao mesmo tempo em que ainda respondia aos ditames vindos da Europa, está em uma tese do antropólogo Sérgio Luis Carrara. Esse autor argumenta que enquanto parte da *intelligentsia* europeia sofria o trauma deixado pela Primeira Guerra Mundial, não estando mais tão segura do valor de sua civilização, essa “insegurança” levou a “uma certa valorização daqueles que ocupavam tradicionalmente o lugar dos outros em relação aos europeus”. Assim, enquanto uma emergente *intelligentsia* brasileira “tentava construir uma identidade nova e positiva para si mesma e para a nação”, objetivando reposicionar o país e a si própria no chamado concerto das nações civilizadas,

a crise espiritual europeia dos anos 1920 abria, [...] uma espécie de fratura ideológica através da qual as elites intelectuais brasileiras puderam encontrar lá fora suporte intelectual para legitimar seu projeto modernizador e civilizatório, passando a ver o país como algo mais que uma problemática extensão da Europa nos trópicos.⁹¹

otimismo reformista do nacionalismo da época e a ânsia por projetar o Brasil no *hall* das nações “civilizadas”, podendo assim, superar o seu “destino” fadado à “decadência” e “degeneração”.

⁸⁸ CAULFIELD, Sueann. *op. cit.*, p. 124.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*, pp. 125-126.

⁹¹ CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 430.

Porém, como comenta esse mesmo autor, “o país permaneceria preso a uma posição subordinada no contexto do mundo neocolonial”. A intelectualidade brasileira, apesar de seus esforços inovadores continuava dependente das teorias, ideias e estilos científicos da Europa. Moviam-se através do que Carrara caracterizou como uma relação de *double-bind* (duplo vínculo), ou seja, uma relação supostamente paradoxal e contraditória desses intelectuais em relação ao “centro” europeu, onde ao mesmo tempo que “tinham que se opor a certas ideias e teorias produzidas pelas elites metropolitanas”, não poderiam delas discordar, “pois delas emanava em larga medida seu prestígio”.⁹²

Nesse contexto, os “intelectuais brasileiros, em especial os médicos, começaram a reagir” de forma sistemática contra o cenário pessimista ao qual o país era recorrentemente colocado, começando, se não a renegar as teorias europeias, ao menos atribuir-lhes “novos significados”.⁹³ Utilizando-se de um tipo de otimismo realista, sem negar a tese de inferioridade biológica dos brasileiros, confrontavam as alegadas causas dessa inferioridade, enquanto enfatizavam “neolamarckianamente a influência de certos fatores ambientais, como doenças, a subnutrição, a ignorância, a pobreza, a imoralidade do meio social, a herança escravista”, entre outros. Alguns, inclusive, foram até aos “extremos” de confirmar e aceitar, porém subverter e valorizar os supostos defeitos nacionais. Abrindo assim, através desses movimentos de *double-bind*, “a possibilidade para uma redenção mais rápida e segura” da nação via “intervenção esclarecida” por esses mesmos intelectuais.⁹⁴

Carrara complementa esses argumentos afirmando que “mesmo tendo sido reelaborados, invertidos ou deslocados, os termos da inferioridade brasileira foram mantidos”, pois essas estratégias anticoloniais se davam em um contexto de regras que os intelectuais brasileiros não podiam mudar e/ou não queriam por questões de salvaguardo dos mecanismos de controle dos seus outros internos. Porém, apesar disso, “não quer dizer que eles em nada tenham contribuído para os debates de raça, hereditariedade, sexualidade”, entre outros, que ocorriam em paralelo na Europa, mas sim lidaram de forma criativa, como requer uma relação *double-bind* ao qual estavam inseridos. Conseguindo assim, produzir “um corpo de conhecimentos robusto durante este período” e colaborando para legitimá-las e inseri-las no debate internacional, em principal, no pós-1945.⁹⁵

⁹² *Ibidem*, p. 431.

⁹³ *Ibidem*, p. 436.

⁹⁴ *Ibidem*, pp. 436, 442 e 445-446.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 446.

Para além dessas questões vale ressaltar o papel dessa elite esclarecida no final da década de 1920 e durante o período Vargas. Devido à aspiração dessa elite a organização da nação pelo poder, fomentando uma “modernização” do Brasil contra o “atraso” vigente, os intelectuais se encontrariam mais tarde desiludidos com o que depois se chamou de Primeira República, o que desencadeou uma forte campanha de crítica a esta última por diversos atores sociais da época. Essas críticas compuseram o cenário de crise que levou ao fim este período e colocou o país no caminho da Revolução de 1930.⁹⁶ Para modernizar a nação seria então necessária uma “moralização” das instituições políticas para livrá-las do “ranço” oligárquico.

Optou-se por uma via “própria” de desenvolvimento, em que o Estado surgira nesse meio imbuído de guiar e desenvolver a nação, além de regular as classes sociais do país, gerenciando os conflitos de suas diferentes camadas sociais.⁹⁷ Seguindo a crença de que as classes sociais não saberiam como desenvolver o Brasil por seguirem os seus interesses particulares, concluíram que era necessária a intervenção do Estado. Sendo este, então, guiado por uma “classe desprezada”, a *intelligentsia*, pois esta última saberia o que seria melhor para todo o conjunto nacional.⁹⁸ Inseria-se aí, o objetivismo tecnocrático que se apoiava na ciência como um “modelo real” de imparcialidade e constituída por uma única verdade.

Sendo assim, através da profissionalização dos intelectuais e sua elevação ao patamar de “missionários do progresso”, os mesmos iniciaram a sua ocupação de cargos no Estado em momento político e social propício, em especial com advento da Revolução de 1930, casando interesses de ascensão profissional com os de modernização da nação em uma época de intelectualização da política.

1.4 A Eugenia no Brasil: a “ciência do aprimoramento hereditário” na nação que queria “dar certo”

Como vimos anteriormente nesse capítulo a eugenia esteve presente e angariou a simpatia de muitos médicos, políticos e personalidades públicas de prestígio nos mais diferentes países, tanto da Europa, quanto das Américas. Surgiu em uma época de construção

⁹⁶ PÉCAUT, Daniel. A geração dos anos 1920-40. In: _____. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 21.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 28.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 29.

dos projetos nacionais e propícia a medidas reformistas pautadas na legitimidade da ciência. O seu surgimento se dá dentro dos quadros próprios da modernidade, não cabendo mais o argumento de que a eugenia foi uma exceção na “progressiva linha evolutiva” humana.

Vale ressaltar que ao tratarmos todo objeto de estudo ou fenômeno social como uma “aberração”, tentando nele inculcar algo qualquer de irracional, afastando-o de seu tempo e espaço próprios, para assim, de acordo com os interesses mais diversos, se ver livre do incômodo que ele causa, inevitavelmente estaremos fadados a não entendê-lo.

Para além de sua pretensa imparcialidade e universalidade advindas da legitimidade da ciência, segundo a historiadora Nancy Stepan, a eugenia teve características próprias em cada país em que se presenciou a sua ocorrência.⁹⁹ No Brasil não foi diferente. Um país que buscava a consolidação de seu projeto nacional e sofria profundas transformações desde o final do século XIX, tinha os seus próprios problemas a resolver. Portanto, o uso da eugenia teria as suas particularidades, pois como explicar a aplicação de ideias que de antemão supostamente condenavam a miscigenação em um país altamente “misturado” como o Brasil? A tese do antropólogo Sérgio Carrara¹⁰⁰ citada anteriormente certamente nos ajuda a entender, ao menos em parte, essa aparente relação paradoxal e a partir de agora abordaremos alguns dos pontos introdutórios sobre a história da ciência de Galton em terras brasileiras.

Nancy Stepan argumenta que o estudo da eugenia nos proporciona “examinar as relações entre ciência e vida social”, nos mostrando “como a vida social estrutura e influencia os desenvolvimentos reais da ciência”. Por isso, se faz importante o estudo da eugenia nos diferentes contextos, não considerando a sua ocorrência como atrelada a significados imutáveis e iguais em todos os lugares, ampliando assim a quantidade de casos que podemos observar como se deu o seu uso.¹⁰¹

Apesar da ocorrência da eugenia nos mais diferentes países da América Latina, segundo Stepan em seu texto seminal sobre o movimento eugênico brasileiro, a historiografia ignorou completamente a região durante muito tempo.¹⁰² Enquanto que os casos europeus e

⁹⁹ STEPAN, Nancy. ‘A hora da eugenia’: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, pp.13-14.

¹⁰⁰ CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais. *op. cit.*

¹⁰¹ STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2005, p. 13.

¹⁰² STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, pp. 331-391, p. 331. Esse texto foi publicado originalmente em formato de artigo na revista *Quiju*, em 1985, com base em discussões realizadas em um evento de 1983 nos EUA sobre a história da eugenia. Esse mesmo artigo foi republicado com algumas alterações no livro organizado por Mark Adms, de título “*The Wellborn science*”

norte-americanos já contavam com estudos diversos, a eugenia latino-americana era vista como mera cópia ou até mesmo como praticamente inexistente. Esta última em um exercício possivelmente interessado de negação de sua ocorrência, que estava em concordância com a tese difundida de que a região “teria ficado relativamente isenta do racismo característico de outras partes do mundo” ¹⁰³, como no caso do Brasil em que a tese da “democracia racial” ainda é bastante difundida em meios diversos, mantendo considerável força na consciência coletiva da população desse país até os dias de hoje.

Stepan lamenta esse desprezo para com o estudo da eugenia na região citando duas razões principais. A primeira delas se refere ao fato de que excluindo a eugenia, estamos distorcendo a história da América Latina, pois há a ocorrência da mesma massivamente em vários países da região, além de estar ligado a questões de saúde infantil e materna, controle de doenças, legislação de bem-estar, papel do Estado na regulação do matrimônio, onde foram criadas “Sociedades eugênicas” e realizados congressos e conferências para a discussão dessas questões. Já a segunda razão é distorcemos também o nosso entendimento sobre a eugenia “como um suposto movimento científico mundial”. ¹⁰⁴

Para essa mesma autora a eugenia surgiu no Brasil atendendo a questões internas do país. São algumas delas: 1) o surgimento de um “novo nacionalismo” gerado com a entrada do Brasil na Primeira Guerra e seu vislumbrar do colapso europeu, o que gerou um novo otimismo e a “possibilidade de regeneração nacional”; 2) a tentativa de responder às “questões sociais” internas, referentes à miséria, à falta de saúde da população mais pobre, às doenças e epidemias, e ao medo do “perigo” que as massas representavam para as elites, sendo este tanto de sublevação real quanto ao risco de “manchar” a imagem do país e atrapalhar que o ideal de “ordem e progresso” vingasse; 3) o país vivia um “entusiasmo generalizado” para com a ciência em geral, principalmente por conta do sucesso das campanhas de saneamento e combate a epidemias lideradas por Oswaldo Cruz entre 1902-1917 e pela expansão da classe médica, o que tornou a ciência um “sinal” de modernidade cultural à qual o país queria pertencer ¹⁰⁵; 4) como país racialmente híbrido, recorrentemente

eugenics in Germany, France, Brazil and Russia” (New York: Oxford University Press, 1990). A versão traduzida para o português em 2004 que aqui utilizamos foi retirada desse livro de 1990.

¹⁰³ STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2004, p. 331.

¹⁰⁴ *Ibidem*, pp. 333-334.

¹⁰⁵ Sobre esse terceiro ponto vale indicar dois textos. O primeiro trata sobre a construção do mito Oswaldo Cruz e como isso colaborou para esvaziar as discordâncias entre médicos e cientistas, direcionando-os para a unificação em torno da campanha sanitária. Enquanto o segundo aborda a divulgação científica no Rio de

era taxado de “degenerado” no estrangeiro, o que causava mal estar nas elites e se configurava uma “questão” para a classe letrada e o Estado pensarem e resolverem.¹⁰⁶ Sendo assim, “a eugenia – por definição, a ciência do aprimoramento racial – era um atrativo óbvio para uma elite convencida do poder da ciência para criar ‘ordem e progresso’ (lema da República) e perturbada pela composição racial do país”.¹⁰⁷

O interesse pela eugenia no Brasil remonta ao período anterior a Primeira Guerra Mundial¹⁰⁸ e teve os seus primeiros trabalhos publicados por meio de pequenos artigos ainda em 1910.¹⁰⁹ No ano de 1913 foi proferida a primeira conferência sobre eugenia realizada no Brasil, sob o título de “Pró Eugenismo” e a mesma foi realizada pelo médico e diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, Alfredo Magalhães. Essa conferência versou diante de uma plateia de jovens médicos sobre a “importância eugênica da educação familiar”, dizendo que “a educação moral seria um meio eficiente de impedir a propagação de diversos vícios e males sociais, como o alcoolismo, a prostituição e as doenças venéreas, responsáveis pela degeneração física e moral da raça”.¹¹⁰ Mesmo em seu início, a eugenia brasileira já mostrava algumas de suas características que estariam presentes em vários de seus debates, como a amálgama de questões morais com preocupações sobre problemas sociais e de saúde da população, onde deveria haver a aplicação de uma prática científica para que a “degeneração” fosse evitada, paralisada e retroagida.

Em 1914 saiu a primeira tese sobre o tema pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendida por Alexandre Tepedinho sob o título de *Eugenia*. A mesma foi orientada por um dos médicos mais reconhecidos da época, de nome Miguel Couto, que era presidente da Academia Nacional de Medicina. Outros trabalhos sobre eugenia foram publicados na época, porém, segundo o que se tornaria um dos mais importantes nomes dentro desse

Janeiro da década de 1920, onde a visão idealizada sobre médicos, cientistas e o funcionamento da ciência era amplamente difundida pela imprensa diária, publicações e eventos diversos dessa década. Cf respectivamente: BRITO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995; MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20*. 1998. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em C&T/Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹⁰⁶ STEPAN, Nancy. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. *op. cit.*, 2004, pp. 334-339.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 399.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 335.

¹⁰⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 146-166, jul/dez 2008, p. 149.

¹¹⁰ MAGALHÃES, Alfredo Ferreira. *Pró eugenismo*. Bahia: Tipografia de São Francisco, 1913 apud SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica. *op. cit.*, 2008, p. 149.

movimento, o médico e farmacêutico Renato Kehl, a eugenia parecia não interessar aos homens de ciência, jornalistas e estudiosos outros.¹¹¹

Para Kehl, teria talvez a eugenia sido mal compreendida, precisando então ser propagandeada. Iniciativa essa, que ele mesmo encarregou-se de realizar a partir de fins dos anos 1910 quando promoveu uma extensa campanha, obtendo oportunidade de realizar conferências e publicar artigos em jornais de grande circulação. Como é o caso da publicação na íntegra no *Jornal do Comércio* de sua conferência intitulada “Eugenia” que dirigiu na Associação Cristã de Moços em 1917 na cidade de São Paulo. Fora o seu primeiro trabalho o resultado dessa conferência, o que o “possibilitou maior repercussão no meio intelectual paulista”.¹¹²

Renato Kehl acabou por contribuir, “após uma insistente campanha” junto a essa mesma intelectualidade “e à imprensa paulista”, para a criação da *Sociedade Eugênica de São Paulo*, tida como a “primeira sociedade de Eugenia da América Latina”.¹¹³ Essa *Sociedade* inaugurada em janeiro de 1918 contou com 140 membros, maioria constituída por médicos da cidade de São Paulo, mas também contou com intelectuais da então capital federal como o sanitarista Belisário Penna que foi nomeado como um de seus presidentes honorários. Teve como o seu presidente o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, que era diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, o que segundo Vanderlei de Souza, pode ter contribuído para atrair o interesse da elite médica para essa instituição.¹¹⁴ Nela, organizou diversas palestras, levando o tema da eugenia a um grande público e por conta do reduzido tamanho da elite letrada brasileira e através dos contatos que mantinham entre si, a eugenia ganhou “um lugar na imprensa diária e semanal”.¹¹⁵

¹¹¹ KEHL, Renato. *Aparas Eugenicas: Sexo e Civilização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933, p. 25 apud SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005, p. 1; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica. *op. cit.*, 2008, pp. 149-150.

¹¹² SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia no Brasil. *op. cit.*, 2005, p. 1; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2019, pp. 63-64.

¹¹³ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil*. *op. cit.*, pp. 64-65; STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *op. cit.*, 2004, pp. 339-340.

¹¹⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil*. *op. cit.*, pp. 64-66.

¹¹⁵ *Ibidem*, pp. 65-66; STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2004, p. 341.

Um desses contatos se devia ao fato de que Julio de Mesquita, então diretor e proprietário de *O Estado de São Paulo*, era genro do presidente dessa *Sociedade*.¹¹⁶ Esse jornal paulista “deu cobertura ampla ao movimento eugenista em São Paulo, principalmente para os membros da Sociedade Eugênica”. Porém, “notas favoráveis e elogiosas” ao surgimento e realizações dessa instituição, bem como anúncios e comentários, foram publicadas em vários outros jornais, em principal pela imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro. Como ocorreu no *Correio Paulistano*, *Jornal do Comércio*, *Revista do Brasil* e *Revista Brazil-Médico*. Apesar de seu entusiasmo inicial a referida sociedade chegou ao fim no ano de 1919, quando da mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro e da morte de Arnaldo Vieira de Carvalho, fatos esses que podem tê-la desmobilizado.¹¹⁷

Nos anos 1920, o movimento eugenista mudaria seu eixo para o Rio de Janeiro, onde “ganharia novo fôlego em meio ao crescente nacionalismo que estimulava grande parte da intelectualidade local.”¹¹⁸ Kehl se mudara para essa cidade e continuou seu trabalho de divulgador da eugenia por meios midiáticos diversos da época, encontrando boa recepção entre médicos, higienistas e sanitaristas, “institucionalmente representados pela Liga Pró-Saneamento do Brasil e pelos Congressos de Higiene realizados anualmente em todo o Brasil”. Além também de ser recebido por jornalistas e literatos, onde encontrou “um terreno fértil para continuar sua propaganda pela eugenia, sobretudo por meio da publicação de seus livros e da imprensa, que a cada dia mais observava com interesse e simpatia os propósitos das medidas eugênicas”.¹¹⁹

Na nova *Liga Brasileira de Hygiene Mental*, que fora fundada em 1922 pelo psiquiatra Gustavo Riedel e tornada como “instituição de utilidade pública” pelo governo em 1923¹²⁰, “as discussões sobre eugenia encontrariam novamente abrigo institucional”. Kehl, dela tornara-se ativo em 1925 e participava de suas discussões. Ao consolidar-se junto aos médicos cariocas, a *Liga* conseguiu mais de 120 membros. Entre eles, os mais proeminentes médicos e cientistas da capital federal, como por exemplo, os nomes de Miguel Couto, Carlos Chagas, Edgard Roquette-Pinto, Afrânio Peixoto, entre outros. Seus “fins” adequavam-se

¹¹⁶ DIWAN, Pietra Stefania. *O espetáculo do feio: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl*. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 39.

¹¹⁷ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil*. *op. cit.*, pp. 65-66 e 73.

¹¹⁸ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A eugenia no Brasil*. *op. cit.*, 2005, p. 2.

¹¹⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil*. *op. cit.*, pp. 74-75.

¹²⁰ STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2004, pp. 341-343.

“perfeitamente aos desejos dos eugenistas brasileiros”, em principal, do intuito de “transformar o discurso eugênico no porta-voz da regeneração nacional”.¹²¹

A *Liga* acabou por intensificar os seus estudos eugênicos no final dos anos 1920, sobretudo em 1929, quando o psiquiatra e eugenista Ernani Lopes assumiu a sua presidência e essa variante eugênica da psiquiatria, em conjunto com intelectuais e médicos ligados à medicina legal e ao movimento sanitarista, constituíram as três “vias” variantes da eugenia no Brasil desse período, segundo Nancy Stepan. Enquanto isso, o médico Miguel Couto abordava o tema da imigração em sessões da Academia Nacional de Medicina.¹²²

No ano de 1929 todos os ramos da eugenia reuniram-se para a “mais importante manifestação pública da eugenia brasileira na década de 1920: o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. Realizado no Rio de Janeiro entre os dias 1 e 7 de julho por conta das comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina. O evento contou com profissionais de diversas áreas e participantes de vários estados brasileiros, países da América do Sul e Europa. Seus temas perpassaram por categorias bastante abrangentes e o congresso obteve um grande sucesso, sendo bastante divulgado nas imprensas diária e médica.¹²³

¹²¹ *Ibidem*, pp. 343-344; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil. op. cit.*, pp. 75-76.

¹²² STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2004, pp. 343-344.

¹²³ *Ibidem*, pp. 344-345. Sobre esses temas a autora diz que foram os seguintes: “matrimônio e eugenia, educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, a importância dos arquivos genealógicos, imigração japonesa, campanhas antivenéreas, tóxicos e eugenia, tratamento dos doentes mentais e proteção à infância e à maternidade.” Podemos conferir a ocorrência de todos esses temas na listagem de trabalhos apresentados no Congresso de Eugenia. Cf. Anexo 3 dessa dissertação e/ou 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 5-6 e 341-342.

2. A CONVOCAÇÃO E AS DISCUSSÕES PARA A REALIZAÇÃO DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA

No seu discurso presidencial de 30 de junho de 1928, por ocasião do 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina o Professor Dr. Miguel Couto, alto espirito sempre voltado para as grandes questões nacionais, disse entre outras cousas interessantes, que “salta aos olhos a importancia do problema immigratorio, capaz só elle de frustrar por contaminação todas as conquistas obtidas pelo esforço e a sciencia em pról da raça que habitará o nosso solo; e os brasileiros que cultivam estas cousas de alta biologia, não podem fugir com a sua lição no anceo senão na esperança de fazer a patria mais forte, mais util e mais bella.”

Depois dessas lindas expressões, o Professor Dr. Miguel Couto concluiu: “proponho que a Academia Nacional de Medicina convoque para as festas do seu Centenário o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”.¹²⁴

2.1 “Uma oração lapidar”

Na epígrafe que abre esse capítulo, podemos ler a reprodução de um trecho do discurso do prestigiado médico Miguel de Oliveira Couto do dia 30 de junho de 1928 realizado durante as comemorações do 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina, instituição da qual ele era o presidente.¹²⁵ Esse médico tinha grande preocupação em relação à imigração e era, em especial, um ferrenho opositor da imigração japonesa. No seu discurso convocatório para o Congresso de Eugenia explicou as suas motivações para que adotasse tais posicionamentos.

Os jornais *O Paiz*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio* noticiaram o discurso do médico dedicando longos textos a esse respeito. Também ganhou destaque em artigo de

¹²⁴ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 7. Na presente dissertação optamos por manter a ortografia original encontrada nas fontes escolhidas, não a atualizando para o uso corrente.

¹²⁵ Miguel de Oliveira Couto (Rio de Janeiro, 1864-1934). Além de ter sido professor na Faculdade de Medicina, foi: membro da Academia Brasileira de Letras (cadeira de n. 40, eleito em 1916); eleito presidente da Academia Nacional de Medicina em 1914, sendo sucessivamente reeleito para esse posto até a sua morte; presidente-honorário da Associação Brasileira de Educação (a partir de 1927). Atuou também, como deputado eleito pelo Distrito Federal na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34, onde foi membro da Comissão de Saúde e militou por questões relacionadas à educação e imigração. Cf. PECHMAN, Robert. COUTO, Miguel [verbete]. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-de-oliveira-couto>>. Consulta em jul. 2019; Biografia: Miguel Couto – site da ABL: <<https://www.academia.org.br/academicos/miguel-couto>>. Consulta em jan. 2021.

capa n' *O Jornal*, onde há, inclusive, uma foto da mesa de conferências na qual o evento ocorria.¹²⁶ Esse artigo abre a edição do dia 1º de julho de 1928, como podemos ver em aspecto na imagem a seguir:

DUAS SEÇÕES

O JORNAL

RIO DE JANEIRO — DOMINGO, 1 DE JULHO DE 1928

ANNO X

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA

A sessão commemorativa do 99º anniversario de fundação do
— douto instituto —



mesa da presidencia. Ao centro, o academico Miguel Couto; á direita, o dr. Alarico Silveira, e, á esquerda, o ministro Godofredo da Cunha

Realizou-se, hontem, á noite, a sessão magna commemorativa do 99º anniversario da Academia Nacional de Medicina.

A assistencia não foi grande, mas, ainda assim, viu-se na sala das sessões da douta corporação, figuras representativas do mundo medico brasileiro, professores, estudantes, senhores, etc. O numero de academicos, todos ostentando o medalhão symbolico da Academia, era regular. Entre os academicos, via-se na banda o professor Jakob.

até encontrar a negra-mina de onde elle provém.

Encara a situação dos amarellos, nos seus dominios super povoados. Ou diminuem de numero ou se alastram pelas terras alheias. Não querem outros pontos da Asia, ainda vastos, mas pobres. Muito menos manchar a pelle no contacto da Africa. As nações brancas repellem-nos. Resta-lhes o Brasil, que tem duas soluções oppostas para o caso: uma altruistica, permitindo-lhes a entrada, na medida de suas necessidades; ou

1º de janeiro do corrente, Nascermento Gurgel, Dias de Barros, Fernandes Figueira, Theophilto Torres e Suvieira Guarchi.

A proposito de cada um, além dos dados biographicos e apreciação de seus trabalhos e valor como homem de sciencia, historia ou discute assumptos que se ligam ás biographias que vai traçando. Tendo sido o companheiro do collegio e de Faculdade, de Torres Franco, Fernandes Figueira e Theophilto Torres recorda commença da sua vi-

O novo governo do Espirito Santo

Empossou-se, hontem, o senhor Aristeu Aguiar

Empossou-se, hontem, no governo do Espirito Santo, em substituição do sr. Florentino Avidos, cujo mandato, extinguiu-se, o sr. Aristeu Aguiar, que, com o sr. Teixeira de Mesquita, foram eleitos presidente e vice-presidente do Estado, no periodo de 1923 a 1927.

O sr. Aristeu Aguiar assignou decretos nomeando seus auxiliares, que ficaram assim distribuidos, pelos diversos postos: secretario da presidencia, Nelson Monteiro; secretario do Interior, Mirabeau Pimentel, que já vinha exercendo o cargo; da Instrução Publica, Attilio Vivaqua; da Fazenda, José Vieira Machado; da Agricultura, Ormando Aguiar; prefeito de Victoria, Moacyr Avidos; procurador geral do Estado, Danton Bastos.

A POSSE DO NOVO GOVERNO

O compromisso no Congresso

VICTORIA, 30 (A.) — Realizou-se hoje, ás 13 horas, a posse do novo governo do Estado.

Em sessão solemnisima do Congresso Legislativo, prestaram o compromisso legal o presidente e o vice-presidente para o quadriennio de 1928 a 1932, respectivamente, doutor Aristeu Aguiar e dr. Joaquim Teixeira de Mesquita.

A hora previamente determinada, acompanhados dos seus secretarios e ajudantes de ordens, o presidente e o vice-presidente reconhecidos dirigiram-se ao Congresso, onde foram recebidos por commissões do Congresso, emquanto grande massa popular os aclamava.

Dando entrada no recinto, foram o presidente e o vice-presidente conduzidos até á mesa, onde prestaram o compromisso legal, tendo o presidente do Congresso dado posse a ambos, entre palmas e vivas.

Em seguida, o presidente do Congresso, dr. Henrique Wanderley, disse que o novo governo era merecedor da confiança e das esperanças de que o cerca o povo do Espirito Santo, ao qual cabem as mais justas felicitações pelo grande acontecimento e pela memoravel conquista que o novo governo representa como uma victoria legitima da democracia pura no Estado.

Em seguida, declarando encerrada a sessão solenne da posse, o doutor Henrique Wanderley convidou o Congresso a quebrar o protocolo.

Violento incendio no
— Dentro

A fabrica de camisas Aure familia destruidas

Os trabalhos de extincção. — Seis homens da policia. — Ignora-se a

Cerca das 23 1/2 horas, de hontem, temtent os moradores da rua José dos Reis, 14, em um prédio em Dentre, foram descobertos em suas casas e postos em corredor, com a alarmante noticia nos, de que o prédio onde se achava in-

Imagem 1 - Legenda da foto: “mesa da presidencia. Ao centro, o academico Miguel Couto; á direita, o dr. Alarico Silveira, e, á esquerda, o ministro Godofredo da Cunha”. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Consultas: *O Jornal*, 1º jul. 1928, p. 1.

Esse artigo a respeito da sessão comemorativa da Academia Nacional de Medicina, figura na capa em local privilegiado pelo primeiro olhar em relação à página e com direito a

¹²⁶ *O Jornal* foi um diário carioca fundado em 17 de julho de 1919 por Renato de Toledo Lopes. Dedicava-se “a assuntos literários e científicos” e após cinco anos de sua fundação foi comprado por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, tornando-se “o primeiro elo e o órgão líder da cadeia dos Diários Associados”. Era escrito em linguagem rebuscada e adquiriu prestígio entre as elites. Foi extinto em abril de 1974. Cf. LEAL, Carlos. *JORNAL, O*. [verbete]. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-o>>. Consulta em jul. 2019.

uma foto de seu aspecto. Enquanto os jornais *Correio da Manhã* e *O Paiz* o noticiaram somente dias depois, este – em conjunto com o *Jornal do Commercio* – noticiou a cerimônia e o referido discurso do médico já no dia seguinte a sua realização, em uma edição de domingo.

127

No citado artigo d'*O Jornal* é inicialmente comentado o aspecto da sala das sessões da “douta corporação” onde havia grande número de “figuras representativas do mundo medico brasileiro, professores, estudantes, senhores, etc” presentes, com muitos acadêmicos ostentando o “medalhão symbolico da Academia”.¹²⁸ À direita de Miguel Couto, estavam sentados “os representantes do presidente da Republica e do ministro da Justiça e o academico J. Moreira da Fonseca, 1.º secretario da casa”, enquanto à sua esquerda estavam “o ministro do Supremo Tribunal Federal, os representantes do ministro da Marinha, e do commandante da Brigada Policial e o acadêmico Octavio Pinto, 2.º secretario da Academia”.¹²⁹

Podemos compreender, pela composição da mesa, como a instituição era prestigiada pelas autoridades tanto acadêmicas quanto governamentais. A Academia Nacional de Medicina e o seu presidente Miguel Couto desfrutavam de *status* e significativo reconhecimento social e político. Tanto que ao final da sessão, após os discursos de Miguel Couto e de outros dois oradores, este primeiro fez questão de recordar que na reunião do ano anterior o presidente da república havia comparecido em pessoa. Ausência essa lamentada por Couto e por outras autoridades presentes.¹³⁰

O artigo d'*O Paiz* sobre o discurso é encontrado na página terceira da edição do dia 6 de julho de 1928, sob o título de “Uma oração lapidar”. Com um pouco mais de uma coluna inteira ocupando toda a página, o artigo faz uma resenha dos principais pontos do discurso do médico, abordando a “preocupação nacional” que aumentava para com a “defesa não só sanitaria mas eugenica do typo racial” no país.

A despeito da elevada porcentagem de analfabetos no país e na então capital federal no período, *O Paiz* possuía grande tiragem de exemplares, adotando por anos em seu

¹²⁷ Segue as referências dos artigos que trataram sobre o discurso convocatório para o Congresso de Eugenia proferido por Miguel Couto: “Academia Nacional de Medicina. A sessão commemorativa do 99º aniversario de fundação do douto instituto”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1928, p. 1; “Academia Nacional de Medicina”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1928, p. 14; SEM TÍTULO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1928, p. 7; “Uma oração lapidar”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1928, p. 3.

¹²⁸ “Academia Nacional de Medicina. A sessão commemorativa do 99º aniversario de fundação do douto instituto”. *O Jornal*. 1º de julho de 1928, p. 1.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ *Ibidem*.

cabeçalho o slogan “O Paiz é a folha de maior tiragem e de maior circulação na América Latina”.¹³¹ Foi nesse periódico de grande vendagem que o discurso de Miguel Couto foi resenhado e publicado, atingindo milhares de leitores.

Em seu discurso, o prestigiado médico argumentou que o Estado estava tendo muito trabalho de realizar o melhoramento do povo brasileiro e esse empenho era algo muito positivo, mas que “sem as medidas de defesa eugênica paralelas” todo esse esforço poderia “se perde no vácuo”. Couto demonstrou temer que o suposto “capital humano” conseguido, segundo ele, com tantos sacrifícios pela sociedade fosse perdido, e então apresenta qual seria o motivo de tal perigo:

Assim, relacionando o problema immigratorio com os imperativos da formação de um povo eugenicamente bem apparellado, o grande professor acha que só esse problema póde frustrar, por contaminação, desde que não seja bem orientado, todas as conquistas obtidas pelo esforço da sciencia em prol da raça que habitará o nosso solo. Desse modo que, accrescenta, não podem os brasileiros que cultivam a alta biologia recusar a sua cooperação no sentido de fazermos uma pátria mais forte, mais util e mais bella.¹³²

É interessante notar que nesse artigo não assinado, o articulista parece estar muito interessado no assunto e aparentemente comunga da mesma preocupação em relação à imigração que expressou o médico; e mais, parecendo ser ele também um grande entusiasta da causa, pois além de adotar em sua escrita os jargões típicos do discurso eugênico, demonstrou conhecer as principais questões dessa matéria. Como se pode ver no seguinte trecho:

Poucas vezes a palavra de um sabio teria posto em debate uma questão de tanta transcendentalidade para um povo novo, como o nosso, caldeando-se

¹³¹ De acordo com o verbete de apresentação de *O Paiz* do site da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, foi este “um jornal diário de grande circulação lançado em 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro (RJ), por João José dos Reis Júnior, o conde de São Salvador de Matozinhos. Conservador e de grande expressão, considerado o mais robusto órgão governista da República Velha, foi um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileiras entre o fim do século XIX e o começo do século XX”. Esse periódico possuiu “tiragem inicial de cerca de 11 mil exemplares, em 1884”, saltando “para 16 mil em meados de 1885, 22 mil no início de 1886, 26 mil em 1889 – até que, após a Proclamação da República, o jornal veio a lançar pelo menos algumas edições especiais com tiragem de mais de 60 mil exemplares”. In: BRASIL, Bruno. “O Paiz”. In: Hemeroteca Digital. Disponível em: <<https://bdigital.bn.br/artigos/o-paiz/>>. Acesso em jul. 2019. Por seu conteúdo e simpatia ao regime que a Revolução de 1930 derrubou, *O Paiz* teve o seu prédio incendiado e a sua última edição continua no dia 24 de outubro de 1930. Retornou e manteve-se em ativa por curto período antes de fechar em definitivo em 1934.

¹³² “Uma oração lapidar”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1928, p. 3. Esse trecho também é parte da citação que aparece na abertura do volume das *Actas e trabalhos* do Congresso de Eugenia, a qual foi reproduzida na epígrafe do presente capítulo.

na retorta de tantas raças e typos ethnographicos que recebemos, secularmente, por força de um fluxo immigratorio perene [...]. Sem encontrar em tudo sempre um pretexto optimista, devemos reconhecer a verdade de que, quer pela compreensão dos meios scientificos, a exemplo do que se verifica na Academia Nacional de Medicina, quer pelo interesse que o palpitante assumpto vai despertando no scenario da vida legislativa do paiz, a idéa da defesa eugenica da raça se generaliza, nuclea cada vez mais numerosos proselitos, apaixona autoridades technicas e legisladores até incidir finalidade redemptora que todos esperamos.¹³³

Esse último trecho aponta que a eugenia depois de seu tímido iniciar no Brasil parecia ter finalmente encontrado o seu espaço e hora entre os nossos “homens de sciencia”, em que além desses, estava a conquistar autoridades e legisladores, podendo através disso, ter a possibilidade de estampar seus pressupostos em leis e atuar intervindo no meio social com legitimidade.

Mesmo não sendo assinado, o artigo em questão pode ter sido escrito pelo médico por formação e jornalista por labuta de nome Antônio José de Azevedo Amaral. O jornalista colaborou com diversos jornais durante a sua vida, exercendo em algum momento o cargo de editor-chefe d’*O Paiz*.¹³⁴ Não logramos confirmar a duração de Azevedo Amaral nesse cargo, mas é certo que o exercia em 1929 e pela forma como o autor do artigo demonstra conhecimento sobre as questões e aborda o “problema” imigratório¹³⁵, acreditamos que possivelmente seja ele de fato o autor do presente artigo abordado e também de outros vários artigos desse e outros jornais sobre o Congresso de Eugenia.

Logo em seguida, são apontados no artigo sobre a “oração lapidar” de Miguel Couto quais as frentes em que a reforma eugênica deveria atuar segundo esse médico:

¹³³ “Uma oração lapidar”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1928, p. 3.

¹³⁴ Antônio José de Azevedo Amaral (Rio de Janeiro, 1881-1942, Rio de Janeiro/DF). Formou-se em medicina no ano de 1903, profissão a qual largou para exercer o jornalismo. Além do cargo de editor-chefe d’*O Paiz* já citado, foi correspondente dos seguintes jornais cariocas em Londres, na Inglaterra: *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*. Motivo pelo qual podemos compreender o espaço dado nos jornais para as suas falas e ideias sobre a eugenia. Foi um dos grandes nomes na defesa de um Estado interventor, autoritário e corporativista, em contraposto ao liberalismo, que considerava inadapável à realidade brasileira. Animado com o regime do Estado Novo recém-inaugurado, escreveu um livro sob o título de *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938). Foi inicialmente contra o movimento da Revolução de 1930, considerado como “liberal” por ele, onde demonstrou seu descontentamento através de artigos lançados n’*O Paiz*. Para verbete completo, cf. CHAVES, Luís. AMARAL, Azevedo do [verbetes]. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>>. Consulta em jul. 2019.

¹³⁵ Azevedo Amaral também participou do evento e apresentou trabalho justamente sobre o tema da restrição imigratória. Cf. AMARAL, A. J. de Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 327-340.

O combate ao alcoolismo, a repressão da toxicomania, os primeiros brados que actualizam, no Brasil, a necessidade científica do exame prenupcial, indicam e confirmam o roteiro que se traça um povo novo, obtivendo a realização de um pensamento de felicidade que hoje conta com o subsidio de instrumentos de acção efficaz no sentido da suprema conquista collimada.¹³⁶

E conclui com a afirmação de que “os melhores principios moraes se solidarizam com a campanha eugenica e reconhecem, lado a lado da sciencia, a necessidade de estancar as fontes dos maleficios moraes, que subvertem a ordem ethica da civilização”. Assim, uma das fontes de maior teor “maléfico” seria a advinda da imigração.¹³⁷

No artigo do *Correio da Manhã* o discurso do médico foi publicado aparentemente na íntegra e sem comentários do autor, o que o caracteriza como uma descrição, ocupando pouco mais de duas extensas colunas impressas na vertical de uma extremidade à outra da sétima página.¹³⁸ Uma característica marcante desse jornal foi o desenvolvimento ao longo dos anos de uma preocupação estética com recorrente uso de ilustrações e fotos, sendo considerado por isso inovador.¹³⁹ Sendo assim, em muitos artigos de entrevistas com eugenistas e sobre diversos outros temas relacionados aos eventos, acompanham fotos de bustos de personalidades ou aspectos dos locais onde ocorreram.

Com o discurso de Miguel Couto aparentemente na íntegra, podemos acompanhar nesse artigo todo o alinhavar de sua argumentação, onde constrói um histórico resumido a respeito do aumento do emprego da eugenia, identificando que esse movimento viera de muitos anos. Mas que, “nos últimos tempos em todos os centros de cultura” se multiplicavam as “associações, congressos, conferencias, revistas e incontáveis órgãos de propaganda e realizações”. Atestando assim, sobre a “normalidade da eugenia” em sua época, diferindo do aspecto como a mesma foi retratada por muito tempo, como algo alienígena à realidade brasileira ou à racionalidade contemporânea.

¹³⁶ “Uma oração lapidar”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1928, p. 3.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ SEM TÍTULO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1928, p. 7.

¹³⁹ O *Correio da Manhã* foi um jornal carioca diário e matutino criado em junho de 1901 por Edmundo Bittencourt. Foi extinto em julho de 1974. “Foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado que era um jornal ‘apartidário’, porém ‘com opinião’”. Esse periódico travava contendas justamente por sua pretendida independência da situação, vindo por isso a ter problemas com diversos governos de momentos distintos da história política nacional, como com Campos Salles no período da Primeira República e, em principal, com as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e Militar (1964-1985), onde iria sucumbir aos poucos e desaparecer durante o período mais duro dessa última. Cf. BRASIL, Bruno. “Correio da Manhã”, In: Hemeroteca Digital. Disponível em: <<https://bdn.digital.bn.br/artigos/correio-da-manha/>>. Acesso em jul. 2019.

O médico prossegue discorrendo que não poderíamos “deixar a nossa Patria em atraso”, pois “cada geração plasma a seguinte, por meios suaves e suasórios se possível, e coercitivos se necessario”.¹⁴⁰ Exemplifica bem esse trecho a ânsia reformista desses intelectuais, que poderiam fazer uso de métodos coercitivos ao individuo e/ou à coletividade para que suas concepções sobre o que é ciência, nacionalidade e como deveria ser organizada a sociedade fossem alcançados. Os “meios suaves e suasórios” provavelmente são aqueles referentes à educação e prevenção (eugenia positiva), enquanto que os “coercitivos” são os referentes a métodos restritivos (eugenia negativa), que o médico indica quais deveriam ser mais a diante no texto. Aparentemente, esses dois “meios” não estavam isolados entre si, mas sim se correlacionavam e até, complementavam-se, de acordo com o que pudemos observar nesse discurso.

O presidente da Academia então lamentou que o “combate ao alcoolismo e outras toxicomanias” ainda não tinham obtido êxito em medidas governamentais “indispensáveis e urgentes”, mas que já havia dado “um grande passo para deante, graças á Liga de Hygiene Mental”.¹⁴¹ E continuou, afirmando a previsão de que “o exame prenupcial, que concorre para a seleção humana pelo casamento” não ficaria “esmagada por uma pedra”, tendo sido inclusive já abordada o Congresso Nacional “pela competência de Amaury de Medeiros”.¹⁴²

Nesse ponto do texto foram mencionados exemplos de métodos coercitivos que poderiam ser realizados no Brasil, com o médico afirmando que se achava instituída legalmente em 23 Estados dos EUA a “esterilização pela vasectomia e salpyngectomia”, que

¹⁴⁰ SEM TÍTULO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1928, p. 7.

¹⁴¹ “Fundada no Rio de Janeiro em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, a Liga tinha como objetivo primordial a melhoria na assistência aos doentes mentais, através da modernização do atendimento psiquiátrico”. A LBHM “era uma entidade civil, reconhecida publicamente através de subsídios federais, e composta pelos mais importantes psiquiatras brasileiros.” In: SEIXAS, André et. al. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. *Rev Psiquiatria do Rio Grande do Sul*. 2009;31(1):82. A Liga foi uma das entidades mais aplicadas na defesa da esterilização dos “degenerados” e outras pautas como o antialcoolismo.

¹⁴² Segundo Nancy Stepan, o referido deputado apresentara em 1926 “à Comissão de Saúde Pública do Congresso um projeto de lei exigindo exames pré-nupciais que ele descreveu como uma forma de eugenia ‘construtiva’ (em oposição à ‘negativa’) [...]. Ainda que muitos dos congressistas se opusessem ao projeto, Medeiros teve o apoio dos eugenistas Kehl, Penna, Magalhães, Peixoto e outros, com fundamentos sanitários [...]. A morte de Medeiros em 1927, no entanto, adiou qualquer ação legislativa até a década de 1930.” Cf. STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 355. Aqui vale chamar a atenção para um erro da autora (ou de Porto-Carreiro, autor no qual ela se baseou no trecho), pois é impossível que Medeiros tenha morrido em 1927, pois o discurso de Miguel Couto aqui tratado é de final de junho de 1928, tendo então o deputado falecido somente “no dia 3 de dezembro de 1928, vítima de um acidente de avião durante as homenagens ao retorno de Santos Dumont ao Brasil”. Cf. LOPES, Raimundo Helio. MEDEIROS, Amaury de. [verbete]. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MEDEIROS,%20Amaury%20de.pdf>>. Consulta em jun. 2019.

“apezar de odiosa e repulsiva”, era imposta nos seguintes casos citados pelo médico: “os degenerados, fracos de espírito, idiotas, imbecis, psicopatas, criminosos habituais, vagabundos incorrigíveis, bêbedos e toxicômanos reincidentes, epiléticos, perversos, leprosos, etc., incapazes de melhoras e inaptos para a procriação”. Para Miguel Couto citar essas medidas em seu discurso, consideramos que esse médico as via como apropriadas para serem aplicadas no Brasil, apesar de não explicitar isso no discurso. Chama a atenção às categorias elencadas pelo médico para que um indivíduo sofresse uma esterilização compulsória nos Estados Unidos, pois essas eram bastante amplas. Populações discriminadas naquele país, como os negros, latinos e indígenas, poderiam – e eram – facilmente enquadradas.¹⁴³

Miguel Couto citou Arthur de Gobineau e Oswald Spengler¹⁴⁴, deixando desse modo registros de suas leituras e fontes, tendo mencionado em tom de autocrítica que cinco anos antes desse seu discurso de 1928, teria se equivocado ao dizer que “não ha raças humanas, nem superiores nem inferiores, o que ha são povos adaptados ao meio em que nasceram e se formaram”. Momento esse, onde zombara dos quatro volumes de Gobineau (possivelmente os *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*), pois seriam elas obras de “diletantismo científico” e que a linguagem do Conde era “de quem por suas credenciaes conseguiu assistir no Eden á cerimônia do sopro genesíaco e ali mesmo triangulou a testa do aryano Adão”.

¹⁴³ A prática da esterilização compulsória nesse país só foi revogada em 1979 e, em 2015, ocorreram ganhos de indenização por parte de algumas de suas vítimas na justiça dos EUA. Cf. “Vítimas de esterilização em projeto de eugenia ganham indenização”. BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150227_esterilizacao_eua_indeniza_fn>. Acesso em jan. 2019. Também cf. “A chocante história das mulheres esterilizadas contra a vontade nos EUA”, sobre os casos de mulheres da tribo Navajo que sofreram o procedimento de esterilização contra a sua vontade nos anos 1970. BBC Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47026675>>. Acesso em jan. 2019. Sobre a continuação de práticas eugênicas, em especial a esterilização, após os anos de 1940 nesse país, cf: BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante*. São Paulo: A Girafa, 2003 e STERN, Alexandra. *Eugenic Nation: faults and frontiers of better breeding in modern America*. California: University of California, 2005.

¹⁴⁴ Oswald Spengler (1880-1936) foi um Historiador e Filósofo alemão. No período entreguerras, no século XX, foi um fenômeno editorial no mundo germânico por sua obra *O Declínio do Ocidente* (escrita entre 1918 e 1922), que teceu uma “interpretação original da história e da civilização ocidental, para o público alemão”. Essa obra de “ensaio histórico-teórico” reuniu ao mesmo tempo em um só trabalho “as áreas econômica, política, matemática, artística e cultural, para debatê-las sob uma ótica histórica e comparada”. Atendeu a anseios próprios do “ambiente sociocultural de crise da época” que passava pelas consequências da derrota alemã na Primeira Guerra Mundial e por um “ambiente intelectual pessimista e cético”. Apesar de inicialmente simpático ao movimento nazista que se desenvolvia a época, a ele não aderiu, acabando por tornar-se crítico aos seus rumos, em principal, em seu outro livro de título *Anos de Decisão*, de 1933. In: GOMES, Augusto Patrini M. B. Decadência e História em Oswald Spengler. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 36., 2011, São Paulo. *Anais...* ANPUH: São Paulo, 2011, pp. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848123_ARQUIVO_Artigo_ANPUH_2011_3.pdf>. Acesso em dez. 2019.

Couto justificou-se argumentando que expressou esse ponto de vista antes de conhecer a obra *O Declínio do ocidente* de Oswald Spengler, que seria esclarecedora em apontar que:

se não há raças gobinianas, há certamente o oriente e povos orientaes, a África e homens africanos, a Europa e seus europeus, isto é, há de facto amarelos, pretos e brancos, entre os quais as principal diferença não reside no matriz da epiderme, senão na mente e na mentalidade, nos costumes, na religião, etc.¹⁴⁵

Em sua obra de 1918-22, Spengler defendeu “uma ‘visão cíclica’ da História e das Culturas”, estabelecendo “comparações” e “analogias” entre “distintas épocas e culturas do mundo”. Assim, a humanidade dividir-se-ia em blocos culturais independentes. Para o historiador Augusto Gomes, é importante compreender que a concepção de cultura em Spengler “é radicalmente historicista, sempre ‘determinada pelo destino’ e profundamente marcada pela história com seu ciclo de vida e morte”. Mesmo que a interpretação histórica desse teórico alemão

seja freqüentemente associada ao mundo biológico, e até mesmo das ideias darwinistas, é preciso destacar que sua hierarquização das Culturas, das épocas e dos períodos históricos é baseada em termos estritamente culturais e essencialistas e não, como alguns o compreenderam, em termos biogenéticos ou evolucionistas.¹⁴⁶

Ainda segundo esse historiador, podemos encontrar em Fernand Braudel uma compreensão da obra de Spengler que vai nessa mesma direção, onde é estabelecido que cada cultura seria uma “ser”, porém não o ser da biologia, mas sim um “ser místico” no “sentido do pensamento medieval”, em que é esta a responsável por animar corpos inertes. Assim, a cultura é vista como “uma alma”.¹⁴⁷ Gomes comenta que Braudel, diferente de outros críticos de Spengler embebidos pelo contexto da Segunda Guerra Mundial, preferiu estabelecer a crítica ao pensamento desse autor apontando o seu caráter irracional e determinista, por conta de “sua pretensão em dar a História uma ordem coerente marcada por fases determinantes e

¹⁴⁵ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1928, p. 3.

¹⁴⁶ GOMES, Augusto Patrini M. B. *op. cit.*, pp. 3, 5- 6.

¹⁴⁷ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editora Presença, 1990 apud GOMES, Augusto Patrini M. B. *op. cit.*, pp. 9-10.

inevitáveis – ao colocar em destaque ‘o destino dos valores espirituais’ a que reduz as culturas e as civilizações”.¹⁴⁸

Miguel Couto parece fazer uso dessas ideias de Spengler para estabelecer seu entendimento sobre a questão e embasar a sua campanha contra a imigração de “typos orientaes”, encerrando o seu discurso de 1928 ao proferir o trecho já aqui citado – a epígrafe da abertura desse capítulo – sobre os riscos que a imigração poderia trazer ao Brasil. Para além de riscos à constituição “biológica”, populações estrangeiras, por terem “mentalidade” e cultura diversa da brasileira, segundo o médico, seriam inassimiláveis ao corpo nacional brasileiro e por isso representariam um perigo a construção de uma população sadia e coesa. E assim, diante dessas preocupações, é que Miguel Couto propôs que a Academia Nacional de Medicina convocasse “para as festas do seu Centenário o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”.¹⁴⁹

Por isso, a despeito de seu reconhecimento sobre a dificuldade em se classificar os seres humanos devido à polissemia do conceito de raça, para Miguel Couto havia sem dúvida nenhuma raças distintas umas da outras.¹⁵⁰ Essa argumentação do médico foi utilizada por ele mais tarde em livro autoral intitulado *Seleção Social* publicado em 1930 e também nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte de 1933-34. O trecho de seu discurso citado em destacado na página anterior reapareceu na íntegra na introdução desse livro de 1930.¹⁵¹ Isso aponta como ideias posteriormente publicadas em livros de natureza mais restrita foram difundidas anteriormente em periódicos de maior circulação. Vemos assim, como ideias que mais tarde constituíram livros e projetos de lei, foram tratadas em anterior no bojo das discussões referentes à organização e realização do Congresso Brasileiro de Eugenia.

¹⁴⁸ GOMES, Augusto Patrini M. B. *op. cit.*, p. 10.

¹⁴⁹ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 7.

¹⁵⁰ MIKI, Bianca Sayuri. *Os inassimiláveis: o antiniponismo na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34*. 2015. 118 p. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pp. 65-66.

¹⁵¹ COUTO, Miguel. *Seleção Social: Campanha antinipônica*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942 [1930], p. 13 Apud MIKI, Bianca Sayuri. *op. cit.*, pp. 66-67.

2.2 “Da esterilização operatoria dos grandes degenerados”

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), instituição essa elogiada por Miguel Couto em seu discurso convocatório, em artigos dos dias 22 e 25 de junho de 1929, tratou do tema da “esterilização dos degenerados”.¹⁵² Ambos os artigos tratam de uma reunião da “XI Secção de estudos” dessa Liga realizada na sede da Liga de Defesa Nacional no dia 21 desse mesmo junho de 1929, a menos de dez dias da realização do Congresso de Eugenia.

Com a palavra o médico, psiquiatra e neurologista Ernani Lopes comentou que se estava “em vésperas do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia” e aquele era o “momento mais do que nunca oportuno” de tratar sobre a esterilização. Para o psiquiatra convinha “esclarecer aspectos deste delicado problema” não exatamente para os presentes, mas sim para público externo à reunião, pois informou saber sobre a possibilidade da divulgação do tratado nessa reunião na imprensa.¹⁵³

Por conta da polêmica que existia em torno do tema, que enfrentava resistência em vários setores da sociedade, a se destacar a Igreja Católica, podemos constatar que havia um cuidado em tratar da esterilização, embora, ao mesmo tempo, uma significativa intenção de divulgar positivamente a proposição. Os participantes dessa reunião pareciam saber que seria publicado na imprensa algo sobre ela, aspecto esse que pode ser explicado por não somente essa reunião da LBHM ter sido noticiada na imprensa, como muitas outras também foram objeto de artigos publicados no *Jornal do Brasil* e no *Jornal do Commercio*. Não é nosso objetivo aqui mensurar a frequência em que o tema surgia nas publicações, apenas informar que elas ocorriam e foram encontrados vários artigos no ano de 1929 nesses dois jornais, sempre sob o título “Liga Brasileira de Hygiene Mental”.

A Liga foi uma instituição fundada em 1923 no Rio de Janeiro pelo movimento de higiene mental. Dirigida “por psiquiatras e composta por membros da elite da classe médica brasileira e de juristas, educadores, jornalistas e etc”, essa instituição “propunha medidas de controle social que abrangiam intervenções em diversas áreas e seguimentos sociais: no lar, na escola, na organização do trabalho, na vida militar, no ambiente colonial, no domínio criminológico, na produção literária e artística”. Abarcava, inclusive, aspectos da vida privada que visavam “prevenir o aparecimento de qualquer distúrbio físico, psíquico ou mental

¹⁵² “Liga Brasileira de Hygiene Mental”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1929, p. 4; “Liga Brasileira de Hygiene Mental”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1929, p. 14.

¹⁵³ *Ibidem*.

considerado inferiorizadores do povo de uma nação que almejava estar entre as grandes do mundo recentemente globalizado”.¹⁵⁴

Durante a reunião desse dia 21 de junho de 1929, Ernani Lopes ao realizar a sua comunicação se deteve longamente na “questão das indicações da esterilização operatoria dos grandes degenerados”. Para ele, essa medida deveria ser nomeada de eugenia restritiva, pois essa expressão seria “a seu juízo mais feliz do que eugenia negativa”.¹⁵⁵ Nos mostra com isso, a tentativa de deixar o tema mais palatável. Se, de fato, medidas eugênicas “mais radicais” e “negativas” eram, sim, discutidas e em algum nível até implementadas no país, também era verdadeiro que as mesmas não passavam sem sofrer fortes críticas e resistências, afetando profundamente o método que seus simpatizantes utilizavam em sua divulgação às autoridades e ao público em geral.

A questão sobre se o Brasil teve ou não uma eugenia “branda” ou “mais branda” em comparação a outros países do norte global é bem mais complexa e consideramos que esse aparente paradoxo, de ocorrência comum quando tratamos sobre a eugenia no Brasil, não pode ser resolvido classificando-o como parte de um ou outro grupo (países de eugenia “branda” x “radical”). Talvez seja mais produtivo reconhecer a coexistência dessas duas práticas simultaneamente ou então seria interessante indicar que a eugenia nacional seria uma “amálgama” de várias vertentes agenciadas de acordo e a depender dos usos e dos sucessos de seu proponente em determinada questão e ocasião. Foi exatamente isso que ajudou a dar um aspecto diverso e aparentemente paradoxal à eugenia no Brasil.

Em obra que trata das relações brasileiras-alemãs na psiquiatria, neurologia e eugenia nas primeiras décadas do século XX, o historiador Pedro Munhõz opina nesse mesmo sentido. Apoiado nos argumentos de Luiza Casteñeda e Vanderlei de Souza discorda da interpretação de Nancy Stepan sobre não ter havido uma eugenia “negativa” no Brasil por supor que nesse país houve uma “ausência de conhecimento genético, principalmente do mendelismo entre os cientistas [...], que seriam, sobretudo, neolamarckianos”. Ao contrário, Munhõz afirma que não é possível estabelecer uma diferenciação entre a psiquiatria alemã e brasileira “em termos de conhecimento ou desconhecimento do que havia de mais moderno na época”. Pois, “assim como na Alemanha da época, a eugenia brasileira não era consensual” e com base no percurso de eugenistas brasileiros, como é o caso de Renato Kehl, afirma que “os referenciais

¹⁵⁴ SOUZA, Milena; BOARINI, Maria. A deficiência mental na concepção da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.14, n.2, pp. 273-292, Mai.-Ago. 2008, p. 275.

¹⁵⁵ “Liga Brasileira de Hygiene Mental”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1929, p. 14.

biológicos (Lamarck, Mendel, Weismann) eram combinados de acordo com as interpretações particulares sobre determinada temática”.¹⁵⁶

Ernani Lopes, que foi diretor da Colônia de Psicopatas no Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro¹⁵⁷, afirmou nessa reunião de junho de 1929 que, como o alienista não poderia “deixar de dar alta aos alienados curados”, “o ideal, sem duvida, seria ou poder retelos indefinidamente, ou só lhes dar alta depois de esterilizados”. Pois, para ele, ao tratar de “certos degenerados”, embora curados “de sua psychose aguda” poderiam “ainda transmitir suas taras aos possíveis descendentes”.¹⁵⁸

O psiquiatra argumentou que mesmo com a reprovação da opinião pública contra a possibilidade da realização dessa prática, estaria “provado” que a esterilização poderia somente trazer “favoráveis resultados ate para o proprio individuo” que sofresse a sua realização. Sendo então necessária “a mais intensa propaganda” para que a sociedade fosse preparada para a aplicação de leis sobre esterilização, as quais ele cita já serem existentes nos Estados Unidos e na Suíça.¹⁵⁹ Ao que indicam as fontes e a bibliografia aqui utilizada, assim como o indicado no discurso de Miguel Couto, os EUA era o grande exemplo a ser seguido para os defensores da campanha pela aplicação da esterilização compulsória, bem como em vários temas da eugenia.

A prática da esterilização para o psiquiatra era “boa” tanto individualmente quanto em relação à “vitalidade organica geral” e não seria válido o argumento muito utilizado a época pela classe política e intelectual sobre o medo da baixa natalidade do país. Pois, para Lopes deveria ser prezada a qualidade ao invés da quantidade de indivíduos no país. E para satisfazer o que esse psiquiatra chamou de opinião pública conservadora, indicou que

¹⁵⁶ MUÑOZ, Pedro. *Clínica, laboratório e eugenia: uma história transnacional das relações Brasil-Alemanha*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Editora FIOCRUZ, 2018, pp. 236-237; CASTAÑEDA, Luiza A. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. *Episteme*, Porto Alegre, vol. 3, n. 5, pp. 23-48, 1998; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

¹⁵⁷ Não encontramos a informação de quando Ernani Lopes (1885-1975) exerceu esse cargo. Ele foi, além de membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, membro da Academia Brasileira de Medicina e da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Foi editor dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental e atuou como médico, livre docente e alienista no Hospício Nacional dos Alienados. Cf. ACCORSI, Giulia Engel. “Ernani Lopes”. Médicos que atuaram no Hospital Nacional de Alienados. Biblioteca Virtual em História do Patrimônio Cultural da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://hpcs.bvsalud.org/wp-content/uploads/2018/07/Lopes-Ernani.pdf>>. Consulta em jul. 2019.

¹⁵⁸ “Liga Brasileira de Hygiene Mental”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1929, p. 14.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

poderiam ser esterilizados estrategicamente somente os “maiores degenerados”, cuja “a capacidade de gerar prole malsã já se acha perfeitamente comprovada”.¹⁶⁰

Na mesma oportunidade, Lopes reclamou sobre as dificuldades com as quais os psiquiatras enfrentavam quando se viam obrigados a dar alta quando um “degenerado” deixava “de apresentar os distúrbios mentaes agudos que motivaram a sua internação”. Em casos como esse, a “psychiatria clássica de mãos dadas á lei” mandava que se concedesse a liberdade ao “ex-alienado” que não poderia “soffrer o constrangimento da internação”, caso contrário poderia ser considerado “sequestro ilegal”. Mesmo que esse profissional conhecesse “as leis da hereditariedade” e aplaudisse os “postulados da eugenia”, ele era obrigado a obedecer. Porém, ao assinar a alta contribuía-se para “a procriação de outros seres infelizes, victimas indefesas da terrivel herança pathologica”.¹⁶¹

Diante disso, Ernani Lopes sugere algumas estratégias que proporcionassem “os meios legaes de pôr termo ao mal”, como: em primeiro “retirar de circulação”. Informa que era essa a “expressão já consagrada pelos neuro-hygienistas”. E assim deveriam “sequestrar bom numero de deficientes mentaes” que não fossem internos de alguma instituição. Explicou que, os indivíduos que não apresentavam conflito com o meio social acabavam não sendo internados, mesmo que fossem hereditariamente degenerados.¹⁶²

Enquanto que, o “outro meio” era a esterilização cirúrgica, “depois da qual poderia o alienista dar a alta, sem remorso, a muitos de taes infelizes doentes”. Para isso, indica que os psiquiatras contavam já com “a boa vontade e a proficiencia dos cirugiões patricios”, faltando “apenas a permissão da lei”. E para dar uma “idéa” de como pensavam os “alienistas de competencia acima de qualquer elogio”, sobre esse tema julgou “oportuno” se referir ao “notável mestre Juliano Moreira”, que o autorizara a fazer o seguinte relato:

Numerosas vezes de facto, em que se impunha a indicação da esterelização eugenica em mulheres allienadas, passíveis mais tarde de cura e alta – pediu aquele cientista aos cirugiões que a realizassem concomitantemente com outras intervenções porventura indicadas, e sempre viu bons resultados para os doentes.¹⁶³

¹⁶⁰ “Liga Brasileira de Hygiene Mental”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1929, p. 4

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ *Ibidem*.

Observamos nessa passagem que independente de serem ou não aprovadas as medidas eugênicas, diversos profissionais como os aqui citados, entendiam-se na prerrogativa e na “missão” de praticá-las, não as escondendo ou temendo a sua divulgação conforme ocorreu no caso último aqui citado. Esses intelectuais e profissionais não se furtavam a praticar ações em prol da eugenia quando elas eram consideradas necessárias e nelas viam legitimidade e possibilidade de execução sem possível censura e dolo a si, mesmo que tais práticas ainda não estivessem legalizadas dentro da legislação vigente.

O médico e psiquiatra baiano Juliano Moreira (1873-1933), citado por Ernani Lopes, também participou do Congresso de Eugenia no dia 2 julho de 1929. De acordo com um artigo do *Jornal do Commercio*, apresentou o trabalho “Luta contra as doenças mentaes”.¹⁶⁴ Moreira é considerado um dos maiores nomes da moderna psiquiatria no Brasil e pode ser tido como um caso emblemático por ter sido um dos poucos psiquiatras negros em sua época e por ter obtido reconhecimento ainda em vida, inclusive no exterior. Teve uma extensa e profíqua atuação em sua área, tendo sido ele, contra a ideia de que a miscigenação causava uma “hereditariedade nefasta”, colocando assim, em evidência a “dificuldade de acesso à saúde e educação da população como os principais motivos de adoecimento mental”.¹⁶⁵ Influenciado pela psiquiatria alemã de Emil Kraepelin, “defendia o controle moral influenciado pelo ideário da higiene e eugenia”.¹⁶⁶ No ano de 1929, além de ser vice-presidente da Academia Nacional de Medicina, era diretor do Hospital Nacional dos Alienados, instituição que comandava desde os primeiros anos do século XX. Em sua gestão promoveu uma série de propostas e reformas nessa instituição, abolindo várias técnicas consideradas como desumanas e propondo ao governo a criação de uma lei geral de assistência de alienados.¹⁶⁷ Foi possivelmente nessa instituição que ocorreram as práticas de esterilização de algumas de suas pacientes conforme relatadas por Ernani Lopes. Por mais que Juliano Moreira indagasse e contrapunha-se a pressupostos do racismo científico, não é difícil imaginar a qual grupo social pertencia a maioria de suas pacientes que sofreram a intervenção cirúrgica da esterilização praticada na instituição sob a sua direção. Porém, não nos cabe aqui

¹⁶⁴ “Diversas notícias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1929, p. 9.

¹⁶⁵ SOBHE DIAZ, Fernando. Origens e marcas da institucionalização na psicanálise do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 19, n. 3, pp. 1093-1097, jul.-set. 2012, p. 1094-1095.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ MOREIRA, Juliano. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/morjul.htm>. Consulta em jun. 2021.

o julgamento anacrônico e moral sobre as práticas de cientistas e personagens públicos, mas somente seguir na direção de compreender e complexificar a trajetória de indivíduos que atuaram sob certos signos e pressupostos científicos construídos em sua época e que fazem parte da história da saúde e das políticas públicas de assistência no Brasil.

Não encontramos a indicação de que Ernani Lopes participou do Congresso de Eugenia, porém sua carreira construída sobre a questão de como lidar com alienados e suas doenças mentais, o médico escreveu trabalhos em que se destaca “A alta tardia dos heredo-psychopathas por motivo de ordem eugênica”, de 1933. Nesse texto foram expostos os mesmos argumentos que ele apresentou na citada reunião de 1929, na qual propôs o retardamento da alta para os considerados “heredo-psychopathas”.¹⁶⁸ Tanto nessa comunicação quanto em seu trabalho de 1933, o psiquiatra apontou as dificuldades da aprovação e execução da esterilização. Por isso, como solução, indicou o retardamento da alta a quem ele considerava como nocivo diante de pressupostos eugênicos. Assim como no caso do tópico anterior sobre Miguel Couto, podemos verificar como ideias de eugenistas circulavam pelos jornais antes mesmo de se tornarem trabalhos e livros completos.

Ao término da fala de Lopes, ainda sobre a mesma reunião aqui relatada, Octávio Rodrigues Lima “fez diversas considerações sobre o problema da eugenia”. Destacou a questão do “concurso alienígena” no país devido a correntes imigratórias que nele estariam a entrar. Julgando em sua fala “que mais tarde, ou mais cedo, teríamos de legalizar medidas de eugenia restrictiva, como é esta da esterilização operatória dos grandes degenerados”, propondo por esse motivo que, “oportunamente a secção de cirurgia da Liga enviasse um voto nesse sentido ao próximo Congresso Brasileiro de Eugenia”. Ao passo que interveio Alberto Farani, outro participante da Liga, que informou que enviara a esse mesmo congresso um trabalho “no qual concluía pela legitimidade da esterilização” que acatasse recomendações de neuro-psiquiatras. Com isso, foi redigida pela seção uma moção ao evento de acordo com a conclusão de Farani.¹⁶⁹

¹⁶⁸ AGUIAR, Marcela P. A causalidade biológica da doença mental: uma análise dos discursos eugênicos e higienistas da Liga Brasileira de Higiene Mental nos anos de 1920-1930. *Mnemosine*, Vol.8, nº1, p. 2-27 (2012), p. 15.

¹⁶⁹ “Liga Brasileira de Hygiene Mental”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1929, p. 14. O nome de Alberto Farani consta na listagem dos que apresentaram trabalho ao Congresso de Eugenia e tem como título: “Da esterilisação nos degenerados”. Porém, faz parte dos trabalhos que acabaram não sendo publicados devido ao não lançamento dos volumes II e III das *Actas e trabalhos* no evento. Listagem disponível em: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 341.

2.3 “A Eugenia na Europa e no Brasil” e a “defesa da nacionalidade”

Um dos que mais demonstrara ânimo e felicitara Miguel Couto pela convocação do Congresso de Eugenia para ocorrer em tão especial data foi o eugenista Renato Ferraz Kehl, que também apresentava as suas preocupações para com a “defesa da nacionalidade”.¹⁷⁰ Era articulista regular em vários jornais por sua extensiva e “incansável” divulgação da eugenia, sendo conhecido e reconhecido, tanto em sua época quanto pela historiografia da eugenia como um dos principais difusores e divulgadores da “ciência de Galton” no Brasil.

O artigo de 18 de setembro de 1928 publicado n’*O Jornal* nos mostra bem o reconhecimento que lhe era atribuído, inclusive na imprensa, sendo nomeado como um “decidido apaixonado da eugenia, um batalhador incansável pelo aperfeiçoamento da nossa raça”.¹⁷¹ Kehl foi entrevistado pelo *O Jornal* quando do regresso de uma viagem à Europa, em oportunidade na qual travou conhecimento com ideias e práticas eugênicas em países daquele continente. Ele concedeu a entrevista em meio à divisão de sua atenção com amigos e familiares “que lhe pediam notícias da viagem e da sua saúde”. Naquele momento informou que eram, no geral, “boas impressões” que trazia dos países visitados, apesar do “tremendo” e “natural” “abalo racial” provocado pela grande guerra encerrada uma década antes.

O eugenista interpretou o grande conflito mundial que ocorrera como uma “prolongada sangria” na qual “grande parte da mocidade vigorosa desapareceu”, afetando gravemente a “integridade somática das nacionalidades envolvidas na colossal chacina”. A respeito dos ódios que não se apagaram e o temor de um novo conflito, segundo ele tal estado de coisas gerou a continuidade da desconfiança e, por consequência, a competição entre as nações, com os olhares não se direcionando mais somente para as armas e maquinário de guerra – contou que a Alemanha e Áustria estavam, inclusive, proibidas de se armar (por conta das imposições do Tratado de Versalhes) –, mas sim, sobretudo, preocupavam-se com a sua “capacidade racial”. Pois, para o recém-regressado ao seu país, “está claro, mais

¹⁷⁰ Renato Ferraz Kehl (Limeira/SP, 1889 – 1974, Rio de Janeiro/Guanabara). Formado em Farmácia pela Faculdade de Farmácia de São Paulo (1909) e em Medicina pela Universidade do Brasil (1915), no Rio de Janeiro. Fundou a Sociedade Eugênica de S. Paulo (1918). Exerceu cargo de Inspetor sanitário rural no Departamento Nacional de Saúde Pública (1919-1922), designado por seu sogro Belisário Penna e trabalhou para a indústria química e farmacêutica alemã *Bayer*.

¹⁷¹ “A eugenia na Europa e no Brasil”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 set. 1928, p. 4.

poderosos são os povos no seio dos quaes se encontram maior numero de individuos fortes, adextrados e educados”.¹⁷²

Nota-se nesses três adjetivos empregados pelo eugenista o apelo ao controle dos corpos, visando deles obter “melhores” frutos, tanto como força produtiva, como em hereditariedade, o que acarretaria em um povo mais “poderoso”. E tais “frutos” somente poderiam vir através da intervenção racional, no caso, eugênica. Também é perceptível a amálgama entre questões biológicas e raciais com a educação em seu modo de conceber a eugenia, pois para além da preocupação com a constituição bio-racial do indivíduo, o mesmo deveria ser adestrado e educado eugenicamente e nisso a educação tinha um aspecto auxiliar importante.

Nesse trecho, podemos observar a importância dada por Kehl à educação e ao condicionamento dos corpos, para além de sua constituição biológica. Isso ocorre apesar do direcionamento tomado por Kehl no final dos anos 1920 ter sofrido uma mudança – profunda ou não – em seu pensamento e busca de separar a eugenia do sanitarismo e medidas de caráter consideradas por ele como simplesmente educativas, que sozinhas, sem o aparato da seleção biológica, não teriam efeitos conclusivos em prol da raça.¹⁷³

A respeito da passagem dele pela Alemanha e Áustria, Renato Kehl revelou que nas revistas e jornais daqueles países “a propaganda pelos sports, pela hygiene e, mesmo, pela eugeniação, em geral, é muito intensa”. E assim, segundo comenta, os interesses recaíam em grande medida sobre a questão da reprodução humana e a sua racionalização, tanto pelo viés biológico como pelo social. Citou como exemplo as ideias e esforços de divulgação do eugenista alemão Alfred Grotjahn, que sugeria que “todo casal allemão deve ter, pelo menos, tres filhos”, onde os “casaes fortes” com mais de três filhos deveriam receber pelos

¹⁷² *Ibidem.*

¹⁷³ A argumentação sobre o contato travado com a eugenia praticada, sobretudo, em países do norte da Europa e a radicalização, ou “virada”, do pensamento eugênico de Kehl em prol de uma eugenia “negativa” e distanciada do sanitarismo em voga no Brasil em finais dos anos 1920 pode ser conferida em profundidade no livro de Vanderlei de Souza (*Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2019). Bem como, a discordância quanto a parte desse argumento pode ser melhor apreendida na leitura da tese de Ricardo dos Santos (*Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*). 2008. 257 f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008). Esse último autor entende que não houve uma “ruptura” ou “virada” no pensamento de Kehl e na eugenia nacional de finais dos anos 1920, havendo uma continuidade e concordância maior do que pretensas discordâncias e rupturas entre eugenistas brasileiros dentro do espectro maior do projeto de branqueamento do Brasil. Enxergando assim, muito mais consenso do que discordâncias na eugenia nacional desse período.

excedentes “a custa de impostos sobre solteiros e casaes sem filhos”.¹⁷⁴ Complementou afirmando que para a Europa “vencer o perigo da decadencia que a ameaça terá que preocupar-se da politica galtoniana – para a paz e não para a guerra, – terá que zelar pela defesa ethnica, eliminando os effeitos da ‘contra-selecção’, que são terriveis”. Sendo este, segundo ele, “o criterio dominante na Allemanha, onde o futuro da raça é preocupação maxima”.¹⁷⁵

Nesse trecho podemos observar o deslumbre do eugenista com as ideias e práticas empregadas na Alemanha. Kehl não citou esses fatos em sua entrevista para um jornal de grande circulação por acaso. Pretendia com isso divulgar, propagar e legitimar tais ideias no Brasil, pois vinham de países tidos como o ápice civilizatório e exemplares no trato da eugenia, apontando que era dever máximo do Estado atuar e intervir na defesa de sua etnicidade que, nesse caso, se apresentava por meio da imposição de impostos a determinados grupos para o benefício de outros, esses últimos tidos como o foco da eugenia.

Ainda no mesmo artigo há o subtítulo “O Congresso de Eugenia no Brasil”, espaço no qual o jornal trouxe o relato de Kehl sobre quando estava de retorno de sua visita do Instituto de Eugenia de Berlim e recebeu, naquela capital, jornais brasileiros com o resumo da conferência onde o “sábio mestre e amigo” Miguel Couto o fizera “exultar” de alegria. Lembrou ainda, que fora o presidente da Academia Nacional de Medicina o primeiro a orientar uma *these* sobre Eugenia, ainda em 1914 e que agora o motivo que o fizera alegrar-se se devia em razão de Couto fazer “o seu voto de fé num programa salvador que consistia: na investigação eugenic, na legislação eugenic, na administração eugenic”, tendo, por fim, proposto que o “douto instituto convocasse para as festas de seu centenario o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. E assim, o artigo concluiu com o relato de Kehl onde teria afirmado que, se a ele

tanto alegrou observar, na Europa, o esforço em pról da doutrina pela qual me bato ha cerca de 15 annos, é facil avaliar quanto me satisfaz saber que o principe da classe medica brasileira havia tomado a si a esplendida tarefa de encaminhar, com seu alto saber e prestigio, a campanha lenta, iniciada há annos, em pról da eugenização nacional.

¹⁷⁴ “A eugenia na Europa e no Brasil”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 set. 1928, p. 4.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

Eis ahi, – concluiu o dr. Renato Kehl, – como, tratado, ao inicio, de coisas de outras bandas, havia de terminar, certamente, enveredando por assumptos que se ligam á nossa terra.¹⁷⁶

Nesse trecho e no relatado sobre a chegada do médico, podemos observar como eugenistas brasileiros não atuavam isoladamente, como nos mostra o caso de Renato Kehl que aproveitou as viagens de seu trabalho na empresa alemã *Bayer* para frequentar centros eugenistas no exterior e ali travar contatos e trocar conhecimentos, que depois traria para colaborar com os já em discussão, em elaboração e em proposições de aplicação prática no Brasil. Com esse exemplo, podemos ao menos em parte, compreender como eram realizadas conexões internacionais dentro do movimento eugênico. Antes de ser uma cópia mal feita de uma moda do exterior ou uma ciência de características exclusivamente atreladas ao seu meio, a eugenia se pretendia e se apresentava como um movimento científico pretensamente mundial.

Ao poder observar de perto como a Europa estava lidando com o que classificava como “grave risco” de “degeneração” causado em grande medida pela Grande Guerra Mundial que há poucos anos devastara aquele continente, a forma como estavam a remediar o problema e buscar a solução, segundo Kehl, com o emprego de intensa campanha eugênica, o animava a militar pela proposição e busca do mesmo em seu país. E graças à convocação de um congresso científico sobre o tema por Miguel Couto e o prestígio que ele e sua “douta instituição” gozavam, Renato Kehl viu esses acontecimentos de forma bastante otimista, as quais combinavam com o otimismo nacionalista em voga naquele período. Seria então a oportunidade de expandir a propaganda e ações eugênicas no Brasil e assim também ser reconhecido como seu mais devoto divulgador.¹⁷⁷

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ Ricardo dos Santos comenta que ao saber sobre a realização do Congresso de Eugenia, Kehl correu contra o tempo para terminar de escrever seu livro *Lições de Eugenia*, para ser distribuído durante o evento. Cf. SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*. 2008. *op. cit.*, p. 129 (nota de fim de página). Livro este que certamente contava com influência das ideias com as quais entrara em contato em sua recente viagem à Europa. Robert Wegner aponta que nessa primeira edição de 1929 o livro fazia elogios a eugenia praticada na Alemanha, enquanto que em sua segunda edição de 1935 há elogios ao “Tribunal Eugênico” onde coloca Hitler como tendo instituído “um verdadeiro Código de proteção racial”. Cf. WEGNER, Robert. Renato Kehl, a eugenia alemã e a doença de Nietzsche. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 36., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 1-10 (p. 3). Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300877663_ARQUIVO_RenatoKehl,aeugeniaalemaeadoencadeNietzsche.pdf>. Acesso em dez. 2019.

Nessa mesma linha de otimismo e preocupações enunciados no artigo anterior e no discurso de Miguel Couto, no artigo de título “Em defesa da nacionalidade”, do dia 26 de outubro de 1928, no jornal *Correio da Manhã*, Kehl teceu comentários sobre diversas ações que estavam sendo tomadas no sentido eugênico no país. Para ele, estavam na mesma lógica do que chamou de “defesa da nacionalidade”. Escreveu que essas ações foram intensificadas em campanhas eugênicas e médico-sociais “em prol de nossa gente”. Anteriormente, em cenário diferente deste

muitas de nossas mazellas eram imputadas ao clima ou então ao cruzamento racial, admitindo-se que, contra ellas, nada havia a fazer, cabendo-nos, apenas, acceitar as suas consequências como irremediáveis. Dominava certo fatalismo, que empolgava parte de nossos homens publicos e, mesmo, de sciencia.¹⁷⁸

Esse era para ele um lamentável cenário. Prosseguiu tratando a respeito dos resultados dos novos tempos reformistas, nos quais tal fatalismo anterior teria sido deixado de lado, com homens de ciência aceitando a “missão” de mudar essa “triste realidade” de seu país, o colocando rumo ao seu “melhoramento”:

Após o advento da nova era que se iniciou com Oswaldo Cruz, que se renovou com Miguel Pereira, intensificando-se com Bellisário Penna, – esse fatalismo foi cedendo lugar ao optimismo sadio, reflectido e pratico, evidenciado pelas campanhas sanitarias e nacionalistas que nos vêm, de um lado expurgando o paiz de doenças endêmicas e epidemias, e de outro, de males sociaes e políticos que impediam a saída do carro nacional dos atoleiros do atrazo.

Ultimamente, [...] parece que as coisas tomam novo rumo, e nos abrem boas possibilidades para a regeneração.¹⁷⁹

Entusiasta da eugenia desde finais dos anos 1910, Renato Kehl avaliou o momento em que escrevia o artigo, poucos meses após a convocação do Congresso de Eugenia por Miguel Couto, como propício à eugenia e afirmou isso com base em suas constatações de que “em institutos scientificos, como no seio da própria politica” surgiam “homens que, illuminados por idealismo redemptor, se” esforçavam “pelo progresso do paiz”. Miguel Couto figura de prestígio sempre bastante elogiada recebeu de Kehl o título de “voz sabia e

¹⁷⁸ KEHL, Renato. “Em defesa da nacionalidade”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 out. 1928, p. 2.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

autorizada”. Para esse eugenista tal voz era utilizada “para revelar a importância de problemas da alta biologia, na esperança, fundada ‘de fazer a pátria mais forte, mais útil e mais bella’, rematando pela proposta do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia”.

O eugenista citou outros nomes que para a ciência da hereditariedade tinham colaborado, como o já citado deputado Amaury de Medeiros e seu esforço para incluir no Código Civil o exame médico pré-nupcial. E este, segundo Kehl, contava com o “brilhante parecer do illustre deputado paulista dr. Marcondes Filho” na “comissão de Constituição e Justiça”, a qual o eugenista depositava esperança de que logo fosse aprovada. Mas, que sabemos que fora frustrada por conta da morte do deputado ainda no ano de 1928.

Outro que também fora citado nessa oportunidade foi o “jovem e talentoso deputado Oscar Penna Fontenelle”. Segundo Kehl, esse deputado iniciara “auspiciosamente, a vida parlamentar entre os paladinos de boas causas”, por tratar da educação sexual em seu projeto “que, se aprovado, tornará obrigatório nos cursos gymnasiaes, o ensino da hygiene sexual, de inestimável valor para incutir no espirito dos jovens os deveres de preservação própria e da descendência”.¹⁸⁰

Segundo a proposta de Oscar Fontenelle citada por Kehl, “nos gymnasios officiaes e equiparados, como collegios militares” seria obrigatório a “realização de, pelo menos, oito conferencias annuaes, uma cada mez, sobre Hygeine Individual e Hygeine Sexual”, na qual em classes com meninos e meninas separados uns dos outros e por tempo igual ao de uma aula comum, seriam dadas noções gerais sobre biologia. Em seguida, Kehl citou longo trecho de uma *these* apresentada no 1º Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido em Curitiba no ano de 1927.¹⁸¹ Nessa passagem o trabalho abordou através de suposta rigidez moral e preocupação em tratar o assunto de forma direta e pretensamente séria, o oferecimento de dicas que visavam evitar constrangimentos sobre como deveria ser realizada a educação sexual dos jovens e crianças. Kehl as mencionou por considerá-las um exemplo a ser seguido, propondo ainda que deveria ser chamada

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ Nessa passagem observamos a influência de congressos científicos e outros na circulação de saberes e discussões sobre diversos temas, como é o caso de assuntos relacionados à eugenia. Faz necessário estudos que busquem investigar a relação entre os diversos eventos ocorridos na época, pois verificamos que temas e determinadas ideias debatidas e até publicadas em opúsculos desses eventos eram citados e reutilizados em eventos subsequentes, o que podemos supor que uma discussão realizada em um evento, influenciava discussões de outro evento. Na década de 1920 podemos encontrar uma série de eventos e congressos realizados tanto em âmbito nacional quanto no exterior sobre os mais diferentes assuntos, como Educação, Sífilis, Escotismo, etc.

a atenção aos adolescentes para os deveres dos indivíduos em relação à vida matrimonial e à descendência. Convince-os de que cada indivíduo é o ‘depositário efêmero de um legado eterno’, impondo-se cada um defender, com o maior carinho, tal legado que representa a felicidade dos descendentes.¹⁸²

Afirmou também que os jovens deveriam “todos resguardar-se para o matrimônio do mesmo modo que é exigido da mulher”. Aqui percebemos a preocupação para com o resguardo sexual dos homens, utilizando a regra social imposta às mulheres como um exemplo a ser seguido por todos, pois assim poderiam ser evitadas algumas doenças e se asseguraria uma prole saudável, além do resguardo da moral e valores muito caros à conduta religiosa católica vigente. Por mais que em anos posteriores esse eugenista apresentou discordâncias com os setores católicos, em principal em relação à questão da esterilização, aparentemente apresenta um afinamento com um discurso católico pró-castidade ao menos nesse trecho. Termina o seu artigo reiterando que:

A educação sexual constitui, pois, uma das bases eugênicas para a regeneração racial, sendo oportunas, portando leis que a tornem obrigatória nas escolas. Quando lucrará a sociedade presente e, sobretudo futura, quando se transformar em realidade a proposta do deputado Oscar Fontenelle?

Como eugenista, não posso deixar de louvar-lhe o intento e de fazer votos para que vença, com facilidade os óbices que, via de regra, costumam se antepôr a idéas deste genero.¹⁸³

Após observarmos Renato Kehl atentar para a importância e as “vantagens indiscutíveis” que segundo ele a educação sexual teria, pois somente “os leigos” não a admitiam e supunham “absurdo ministrar noções de vida sexual às crianças”, vamos tratar de mais um artigo que abordou essa questão mais a fundo.

2.4 “Falso pudor” e o “delicto de contágio”

No artigo anteriormente citado podemos encontrar a opinião de Renato Kehl sobre quem se declarava contrário à importância da educação sexual. Para esse eugenista, quem

¹⁸² KEHL, Renato. “Em defesa da nacionalidade”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 out. 1928, p. 2.

¹⁸³ *Ibidem*.

assim alegava era por “empecilhos determinados pelo preconceito de que o pudor ou o escrupulo estabelecem dificuldades didacticas”. Nesse mesmo sentido pudemos encontrar um artigo todo dedicado a esse reclame, de nome “Falso pudor”. Este, de autoria de Americo Valerio, foi publicado na edição do dia 5 de julho de 1928 do *Correio da Manhã*, no dia seguinte ao da edição que apresentou o discurso completo de Miguel Couto que convocara o Congresso de Eugenia para o próximo ano.

Americo Valerio também participou do Congresso Brasileiro de Eugenia e apresentou o trabalho “Educação anti-venerea” no dia 2 de julho de 1929.¹⁸⁴ Tal acabou elencado para ser publicado nos volumes segundo ou terceiro dos “trabalhos” do evento¹⁸⁵, ou seja, é um dos trabalhos não preservados e acreditamos que esse artigo de nome “Falso Pudor”, contenha ao menos em parte as ideias que mais tarde foram apresentadas no evento.

O artigo inicia com a seguinte afirmação: “A hygiene sexual é uma questão fundamental para a defesa de cada um e para o aperfeiçoamento de nossa raça”. Sendo assim, a mesma deveria “ser tratada não só no seio da familia, como nos colégios, escolas, lyceus, institutos, faculdades, universidades, asylos, patronatos, em todas as collectivades, em suma”. Para isso, segundo o autor, poderiam ser utilizados métodos como a exibição de filmes cinematográficos, por serem “mais interessantes e mais instrutivas do que qualquer outro processo pedagogico”, considerando o cinema como “a futura escola de hygiene”.¹⁸⁶

Americo afirmou que as doenças venéreas eram “genuinamento democraticas” e o seu tratamento deveria ocorrer entre todos os “cidadãs conscientes”, estabelecendo assim, “a defesa de cada individuo e a evolução de nossa raça”. Sobre a questão da divulgação dos cuidados com a hygiene sexual, afirmou que a “inspecção medica” deveria ser obrigatória e que “livros especiaes que tratam de hygiene sexual” deveriam ser “synthetizados, em linguagem simples, ao alcance de todos, guardando-se, é claro, o natural respeito e decoro [...]”, pois com “a hygiene sexual evitavam-se innumeradas tragedias conjugaes e cachexia [grau extremo de enfraquecimento] da próle”. E acusou, que “poucos podem calcular os estragos e os dramas intimos que as doenças inconfessaveis acarretam”, pois “ainda pensam, errada e criminosamente, que essa molestia não tem a menor importância.”¹⁸⁷

¹⁸⁴ Infelizmente não obtivemos êxito em encontrar maiores informações biográficas sobre Américo Valério, somente que foi um médico, possivelmente professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e escreveu o livro *Machado de Assis e a Psiquiatria* (1930).

¹⁸⁵ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 342.

¹⁸⁶ VALERIO, Americo. “Falso pudor”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 5 jul. 1928, p. 2.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

Por seu perigo, se ignorados os seus malefícios, segundo Valerio, as doenças sexuais poderiam além de causar “infelicidades para o individuo”, também afetariam a sua “próle”, estabelecendo aí a preocupação característica de eugenistas com o risco de contaminação das futuras gerações com moléstias advindas de uma vida “desregrada” e “disgênica”, coisa que deveria ser observada e impedida pelas autoridades, usando de meios coercitivos, inclusive, se fosse preciso. Valerio opinou que era “um delicto horrivel casar-se um individuo mal cuidado”, e “em certas nações adeantadas” tinha-se a “responsabilidade penal para os desalmados, e os inconscientes”, que transformavam “o matrimonio num manancial de dores physicas, soffrimentos moraes, resentimentos mutuos e de fetos mortos, ou incapazes.”¹⁸⁸

O proponente então comentou que tais “leis de responsabilidade penal quanto aos crimes sexuaes” chegariam ao Brasil em “questão de tempo”, bastando para isso que “o nosso Congresso” deixasse “de politicar subserviente para dedicar-se ao estudo de nosso aperfeiçoamento social.” Para ele, era “um crime repugnante casar-se uma pessoa ignorando ou descurando os seus males sexuaes”, pois “um individuo” suicidar-se “ninguém tem nada com isso”, mas arrastar “num suicidio collectivo toda a sua familia, – que é o equivalente a inocular-lhe as suas molestias – é um delicto innominavel”. E lamentando “quantas tragedias conjugaes se evitariam se o exame pre-nupcial e a educação sexual fossem factos positivos no Brasil”, escreveu que “as prelecções praticas e instructivas de eugenia, e de hygiene sexual” precisariam “ser urgentemente disseminadas”.¹⁸⁹

Para isso, Americo Valerio comentou que os “films cinematographicos [...] devem ser assistidos por todos os cidadãos e cidadãs conscientes”, pois seriam “as melhores aulas de educação sexual”, em que mostravam “as desordens das molestias venereas”, dando aos espectadores “o decalogo da moralidade” e indicando “o melhor caminho para o soerguimento de nossa raça”.¹⁹⁰

Valerio concluiu o artigo afirmando que o Brasil só teria “a lucrar abolindo o falso pudor” e criticou por isso, “os pseudo-conselheiros – que condenam estas sadias praxes sexuaes” e que usam

castos óculos enfumaçados ao contemplar as verdadeiras lições de educação sexual, ou que arrolhem os ouvidos dos pudibundos com algodão para não

¹⁸⁸ *Ibidem.*

¹⁸⁹ *Ibidem.*

¹⁹⁰ *Ibidem.*

ouvir os seus commentarios, puros e elevados! Mas que não impeçam que todos os individuos conscientes se interessem pela hygiene sexual, isto é, pelo futuro do Brasil. ¹⁹¹

Americo Valerio realmente acertou em sua previsão, de que “leis de responsabilidade penal quanto aos crimes sexuaes” chegariam ao Brasil em “questão de tempo”, ao menos em sua proposição. Um dos deputados do Congresso Nacional Brasileiro, a conhecer ou não o apelo de Valerio, resolveu levar essa questão à frente em um projeto de lei e transformar o contágio por doenças, com foco principal nas venéreas, em um “delicto” com pena prevista em legislação oficial. É sobre esse deputado e sua proposta de lei que trataremos a seguir.

Na edição de sexta-feira do dia 18 de janeiro de 1929, ou seja, meses antes da realização do Congresso de Eugenia, o jornal *Correio da Manhã* exibiu um artigo em sua página terceira com um dos escalados para apresentar uma *these* no congresso. O artigo ocupou praticamente um quarto da página, logo ao lado esquerdo, ou seja, sendo o primeiro a ser visto na página. Contou ainda com uma foto de busto do entrevistado, como era costume de se fazer nesse jornal, sendo esta a única imagem da página, denotando assim um grau de importância maior em relação aos outros artigos próximos. ¹⁹²

A matéria adotou respectivamente como título e subtítulo, “O delicto do contagio”, “Fala-nos, sobre o assumpto, o dr. Oscar Fontenelle”. Título alusivo ao aqui citado aparece nas relações de trabalhos e inscitos do Congresso de Eugenia divulgadas por esse e outros jornais. Além também de figurar na sessão de trabalhos que seriam publicados nos volumes II ou III das *Actas e trabalhos* do evento como “Delicto de contaminação”. ¹⁹³

Antes mesmo do congresso, os temas que nele seriam tratados já eram divulgados na grande mídia escrita da época, nos mostrando o interesse que suscitavam. Assim, as ideias neles contidas foram divulgadas para um público amplo, ultrapassando os espaços e número de participantes do Congresso de Eugenia. Outra questão interessante a se observar é a consideração de grau de importância maior dada a temas pinçados em específico para ocupar trechos, resumos de falas e matérias completas nesses jornais, como é o caso do trabalho e proposta legislativa do deputado Oscar Pena Fontenelle. Para além do interesse em

¹⁹¹ *Ibidem*.

¹⁹² “O delicto de contagio”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1929, p. 3.

¹⁹³ Para conferir a listagem completa dos trabalhos publicados no primeiro volume e os deixados para os volumes subsequentes que não ocorreram, ver respectivamente: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e trabalhos*. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 5-6 e 341-342.

determinados assuntos e debates que podemos supor a imprensa ter tido interesse, podemos inferir que esse não fora o único motivo da escolha de um ou outro nome para compor artigos em suas páginas. Mas, que essa escolha estaria ligada também ao grau de relacionamento social (parentesco, amizades, interesses individuais) e importância que o indivíduo ocupava no cenário político e social, em especial, da capital federal.

O artigo inicia apresentando Fontenelle como “médico e bacharel”, além de deputado que teria discutido “na sessão do ano findo [1928], na Câmara, alguns problemas de eugenia e hygiene social, na sua applicação ao nosso meio.” Assim como nesse artigo, como em outros do período abordado nessa dissertação, chamou a atenção o fato de a eugenia ser citada sem ao menos ter o significado de seu termo explicado, podendo tal prática constituir em indício do uso corriqueiro do mesmo na imprensa. Afirmção essa que se sustenta ao observarmos a quantidade de artigos de jornais e revistas que utilizamos nessa pesquisa e a forma usual como a eugenia é tratada neles.

Foi exposto que o deputado Oscar Fontenelle teria traçado “um plano de politica sanitaria”, apresentando “dois projectos a esse respeito”, em que “um delles, torna crime o contagio consciente de qualquer enfermidade”. Informou ainda, que sobre esse último seria apresentado um trabalho no Congresso de Eugenia e por conta disso é que o deputado foi ouvido pelo jornal, que publicou um longo trecho sobre o projeto.¹⁹⁴

O outro projeto apresentado na Câmara do Congresso Nacional por esse deputado e que não figurou no Congresso de Eugenia pode ter versado sobre a revogação no Código Penal da criminalização da violação do segredo profissional. Em artigo datado do ano posterior ao evento há argumentação a favor de tal medida anunciando que “em nome dos altos interesses sociais e da defesa da sociedade”, a “necessidade de violar” o “segredo de um constituinte seu” é imperativo. Para explicar isso foram citados exemplos, como o caso de um empregado doméstico portador de uma doença infectocontagiosa que poderia pôr em perigo as pessoas da casa onde trabalhasse. Argumentou assim, que em algumas situações “a falta de revelação por parte do medico, de uma doença acaso encontrada em um de seus enfermos, causa os maiores damnos ás pessoas que esse infeliz poderá contaminar”.¹⁹⁵

Voltando ao artigo de janeiro de 1929, podemos encontrar Oscar Fontenelle se dizer estar “inspirado nos mais elevados e patrióticos motivos” para a realização de sua proposição.

¹⁹⁴ “O delicto de contagio”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1929, p. 3.

¹⁹⁵ VELLOSO, Antônio Leão. “Segredo profissional e delicto de contaminação”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 set. 1930, p. 4.

Considerava “os individuos” como “base effectiva das nações” e por isso seria necessário “ir applicando as medidas [...] ao alcance”. No qual seu “projecto de lei que torna crime o contagio consciente ou voluntario das molestias transmissiveis” visaria, em principal, as “doenças venereas” e a “syphilis” que degradariam “o nosso typo ethnico”.¹⁹⁶

Assim como Américo Valério, Fontenelle aparentou considerar as questões de ordem da “higiene sexual”, em especial no tocante a doenças venéreas e a importância que a sífilis tinha nesse meio, como fundamentais para a “defesa e aperfeiçoamento da raça” nacional. O cientista social e antropólogo Sérgio Carrara, em seu livro sobre a história do combate à sífilis no Brasil nas primeiras décadas do século XX, demonstrou que essa doença era considerada à época como um “problema alarmante” devido ao seu alto grau de “frequência e difusão”. Porém, um dos motivos que a elevou a mais alta categoria de importância, tornando imperativo a sua resolução, foi pela mesma ser tida como responsável pela “destruição da raça futura” devido aos “efeitos” gerados por sua “herança mórbida”. Combater a sífilis passou a ser prioritário quando a doença passou a ser associada à hereditariedade desde os fins do século XIX enquanto inscrita “em torno da noção de degeneração da espécie humana”.¹⁹⁷ Logo, a sífilis era vista como um dos mais graves empecilhos ao processo de “regeneração” e “viabilização” nacional ao qual intelectuais diversos, eugenistas inclusos, buscavam realizar.

Diante dessas preocupações, o deputado apresentou na parte do texto subintitulada de “Consequencias fataes”, os “prejuizos materiaes e economicos” que doenças infecciosas teriam causado, segundo ele, a países como os Estados Unidos e a Alemanha. Registrou que esses foram calculados pela “Conferencia Social contra a Syphilis, realizada em Nancy”, na França, e baseando-se nesses dados informou que nos Estados Unidos “as perdas annuaes excedem [...] 18 milhões de dollars”, enquanto que na Alemanha teriam sido de “30 milhões de marcos ouro”.¹⁹⁸

Fontenelle demonstrou estar atento com o que se estava tratando sobre a sífilis no exterior à época, fazendo uso, inclusive, de dados informados por uma conferência realizada na França. Sendo este um dado que podemos encontrar em comum com diversos artigos coletados para essa pesquisa, como já comentado em nota anterior. Diversos congressistas, como intelectuais, profissionais e políticos que eram, participaram antes e depois de 1929 de

¹⁹⁶ “O delicto de contagio”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1929, p. 3.

¹⁹⁷ CARRARA, Sérgio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, pp. 49-50.

¹⁹⁸ “O delicto de contagio”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1929, p. 3.

diversos congressos locais, nacionais e internacionais sobre os mais diversos temas, como é o caso sobre a sífilis agora abordado.

Em vários artigos separados para a utilização nessa pesquisa são citados dados ou resoluções votadas nesses outros eventos, enquanto são utilizados para balizar argumentações no Congresso de Eugenia. Nem todos esses eventos eram diretamente sobre eugenia, porém como ela perpassava diferentes assuntos, estava presente mesmo que indiretamente em muitos temas e debates em eventos.

Direcionando o tema dos custos das doenças infecciosas para o Brasil, Oscar Fontenelle perguntou: “que imaginar desses prejuízos entre nós?”. Colocando então, a sua preocupação sobre o tema da sífilis, sublinhou que

certa vez, [...] enferma, agonia, suprime a capacidade productiva do individuo a quem ataca, transformando-o num frangalho organico e talvez psychico; envenena a felicidade do lar e cobra de proles innocentes o tributo da dor e da degenerescência, ás vezes asquerosa e hedionda.¹⁹⁹

O deputado colocou a sífilis associada a outros problemas muito mencionados e considerados centrais entre seus pares, assim essa moléstia seria um “prestimoso collaborador da loucura, comparsa fiel e dedicado do alcoolismo, irmão siamez da tuberculose, aquém aplaina o terreno com porfiado empenho!”. Referenciando argumento de Charles Richet, Fontenelle atribui à individualidade a culpa para tamanha tragédia, pois para ele “essa terrivel infecção” só existia e se espalhava “porque o homem a ella se entrega voluntariamente”. Essa foi a “circumstancia capital de que nasce o mais solido fundamento theorico e pratico de ‘delicto de contagio’ [...]”.²⁰⁰

Fontenelle afirmou que ao apresentar na câmara o seu projeto de lei, o formulou “de modo a comminar penas pelo contagio nas suas diversas modalidades: inter-sexual, no matrimonio ou em extra-matrimoniaes; extra-genital, nutricao ou da ama ao lactante e da crença á ama”, em que os mesmos atendiam a pontos, como o seguinte: “a) Sendo a saúde um bem individual e social inviolavel, lesa-lo conscientemente é crime”.²⁰¹ Aqui verifica-se o valor atribuído à saúde pelo deputado, que fazia uso de resoluções sobre a mesma que circulavam na época. Ao passo que ela seria um bem de responsabilidade e usufruto

¹⁹⁹ *Ibidem.*

²⁰⁰ *Ibidem.*

²⁰¹ *Ibidem.*

individual, a mesma também era de responsabilidade do Estado por também ser considerada um bem social. Além de problemas de contágio que a não atenção com moléstias diversas poderiam gerar, para muitos médicos da época isso poderia ser fator determinante para uma nação “dar certo” ou não, pois a mesma seria feita de “indivíduos”. Sendo assim, se esses mesmos indivíduos não estivessem “saudáveis” e de acordo com os pressupostos médicos e eugênicos, o país em que eles habitavam perderia com isso por estar “contaminado” e enfraquecido em sua “principal riqueza”, que é o material humano. O risco então era também de “degeneração” e médicos e intelectuais diversos que tinham como “missão” guiar o Estado e a população brasileira por caminhos “civilizados” e “modernos” não poderiam deixar de intervir. Aqui, a eugenia é quase sinônimo desses dois últimos termos entre aspas e está praticamente subentendida.

Já prevendo a dificuldade que a sua legislação proposta enfrentaria, Fontenelle afirmou que, “c) a aplicação da lei independe das condições de densidade de população e de extensão de território”; “d) não importando que a maioria dos casos escape á incidencia da pena na pratica judiciaria, porque o que se tem em vista, maximé, é que ella aja pela exemplaridade”. Desses dois tópicos podemos inferir sobre a crença do deputado na educação ao esperar que se produzisse “entre nós”, apesar das possíveis dificuldades que a aplicação de uma legislação dessa natureza poderia enfrentar em um país como o Brasil de sua época, “pelos effeitos educativos aquillo que não existe e não deveria existir, a concepção de que o contagio consciente de uma molestia é um acto delictuoso, desonesto e immoral”. Reafirmou assim, a sua consideração da saúde como “um bem amparado pela ordem juridica e social”.

202

Fontenelle informou ainda, que seguia a “recommendação do 3º Congresso Scientifico Pan-americano para que os paizes da America assim procedessem”, ao qual ele pode ter participado ou não, mas que tomou conhecimento de suas resoluções.²⁰³ Mostrando-nos isso, que legislações desse tipo foram propostas nos mais diversos países e que nesses congressos internacionais foram estabelecidas diretrizes para que representantes do eugenismo ou de outros movimentos de reforma médico-social atuassem sob tais resoluções e legitimidade em seus países, constituindo uma circularidade internacional de saberes e diretrizes técnicas e científicas sobre os mais diferentes temas.

²⁰² *Ibidem.*

²⁰³ *Ibidem.*

Ao tornar doenças contagiosas, com o foco especial na sífilis, como “caso de polícia” e passíveis a punição por conta de possíveis contágios, o deputado acreditava que isso poderia colaborar para solucionar o problema, pois criaria um “sentimento da responsabilidade que contráe o individuo quando, portador de uma doença contagiosa”, evitando assim de passá-la “a outrem”.²⁰⁴ Ao invés de tratar a questão no âmbito da saúde pública e da expansão de oferta de serviços de saúde para a população, o deputado decidiu apostar em meios repressivos, tanto por parecer acreditar que era essa a sua alocação por “direito” e “justiça”, quanto nos parece que, sabendo das condições bastante precárias do país em relação a questões de saúde e oferta de serviços públicos a população, decidiu escolher meios repressivos por acreditar que eram mais persuasivos e eficientes para o projeto de país que almejava.

Para embasar sua proposta juridicamente, Fontenelle faz uso principalmente das ideias de Luiz de Asúa²⁰⁵, afirmando que “no contagio há um direito transgredido” e que o “Direito protege a integridade corporal”, sendo assim o contagio passível de ser considerado um crime. A que o deputado ainda ilustra com o seguinte exemplo:

Se o ferimento, por exemplo, é um atentado a essa integridade, que constitue a objetividade jurídica, pelo contagio não se violará menos a saúde do corpo assegurada pelo Direito. Ao contrario, quasi sempre esta ultima hypothese importará num atentado de consecuencias mais graves e de funesta repercussão social.²⁰⁶

E o político concluiu resumindo a sua argumentação da seguinte maneira:

se crime é atentado ás condições existenciaes da sociedade; se o Direito implica numa restrições das liberdades, coactivamente imposta em vista de assegurar a vida commum; se todo o individuo, independente das condições de nascimento, de raça e de situação, é considerado objecto de dever, crime será, por certo, o contagio consciente de doenças que, desvigorando os cidadãos, concutem os alicerces do Estado; que, minando a saúde do

²⁰⁴ *Ibidem.*

²⁰⁵ Luis Jiménez de Asúa (Madrid, Espanha, 1889-1970, Buenos Aires, Argentina). Foi um jurista e político espanhol que atuou como professor de direito penal na Universidade Central de Madrid. Em 1927 proferiu uma conferência na Universidade de Murcia sobre sexualidade, eugenia e eutanásia, que acabou por dar origem a seu livro “Liberdade de amar e o direito de morrer”. Até 1929 fez diversas viagens a países sul-americanos, o Brasil incluso, onde estudou e produziu trabalhos sobre as leis desses países. In: “Luis Jiménez de Asúa”. Site da Real Academia de la historia. Ministerio de ciencia e innovación, Gobierno de España. Disponível em: <<https://dbe.rah.es/biografias/13291/luis-jimenez-de-asua>>. Consulta em ago. 2021.

²⁰⁶ “O delicto de contagio”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1929, p. 3.

individuo ou lhe supprimindo a vida, importam numa negação da liberdade garantida pelo direito de viver e de ter saúde [...].²⁰⁷

Sendo assim, para Fontenelle, o seu “delicto de contágio” satisfazia “á boa doutrina, em qualquer terreno em que se fira a controversia ou se proceda a estudo” e colocava-se como uma medida que entravaria “a pavorosa disseminação das doenças venéreas com seu macabro sequito representado na despopulação e na multiplicação dos degenerados”. A aprovação dessa lei seria então mais uma medida de “eugenia preventiva”. Além de atender a “ideologia pró-natalidade”, que visava “preencher os espaços vazios” da nação, ainda atenderia ao anseio de colaborar com a diminuição das altas taxas de mortalidade entre a população²⁰⁸, ao menos em casos de contágio de doenças de uma por outra pessoa. Ajudando assim, a fortificar o corpo social, livrando-o de doenças e evitando-se o “degeneramento racial” dos brasileiros.²⁰⁹

Medidas como essa de criminalização do contágio por doenças e a revogação da criminalização da violação do segredo profissional iam à direção da “possibilidade de preservar a raça”, segundo enunciado por Antônio Velloso em artigo de 1930.²¹⁰ Esse autor opina que Fontenelle, “como muitos outros higienistas [...], acha-se vivamente impressionado com a possibilidade” de se chegar ao “dia em que houver a obrigação de declarar, alto e bom som, que o syphilitico contagiante não póde contrair núpcias”. E acrescenta que essa também foi a “orientação seguida pelo dr. S. Boccanera Neto”, que também apresentou trabalho no Congresso de Eugenia sobre “a necessidade do exame pré-nupcial” sob o título de “Exame pré-nupcial e certificado médico”.²¹¹

²⁰⁷ *Ibidem*.

²⁰⁸ STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, pp. 331-391, p. 353.

²⁰⁹ “O delicto de contágio”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1929, p. 3.

²¹⁰ As poucas informações encontradas sobre Antônio Leão Velloso são difusas e confusas, por conta da existência de personalidades com esse mesmo nome. Sendo assim não podemos precisar ao certo quem era, mas possivelmente era médico e pode ter nascido em 1890 e falecido em 1968. Pode ter sido irmão do embaixador Pedro Leão Velloso e ter sido docente de medicina da Universidade do Brasil e chefe do Serviço de Otorrinolaringologia da Policlínica de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Mantinha coluna semanal no *Correio da Manhã*. Por seus vários artigos abordando o tema da eugenia, onde alguns deles serão abordados nesse trabalho podemos considerá-lo como simpático a “ciência de Galton”. In: VELLOSO, Antonio Leão. “Abscesso do cerebelo, reação meningea intensa”. *Brazilian Journal of Otorhinolaryngology*, vol. 11, ed. 3, mai.-jun. 1943, pp. 253-258. Acesso em: <oldfiles.bjorl.org/conteudo/acervo/acervo.asp?id=889>. Consultas em jan. 2021; “A morte do embaixador Leão Veloso”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 jan. 1947, p. 1.

²¹¹ VELLOSO, Antônio Leão. “Segredo profissional e delicto de contaminação”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 set. 1930, p. 4.

Os diferentes debates que perpassaram o Congresso de Eugenia e além, estavam conectados, como o tema do combate a doenças venéreas e o estabelecimento do exame pré-nupcial, assim como o ensino da educação sexual e a restrição imigratória. Esses se encontravam no centro das discussões sobre os “problemas nacionais”, onde muitas argumentações como o aqui exposto, apontavam para uma maior intervenção do Estado e elaboração de políticas públicas que atuassem, com auxílio de intelectuais, para buscar uma suposta proteção e progresso para a composição populacional brasileira utilizando o escorpo da eugenia como ferramenta.

2.5 O apoio institucional e governamental às “commemorações” de julho de 1929

A poucos dias da realização do Congresso de Eugenia, o deputado Oscar Fontenelle comunicou durante sessão do Congresso Nacional sobre a realização em breve das comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina, alegando que seria “um dos acontecimentos mais brilhantes e expressivos para os foros da cultura do paiz”.²¹² Tal sessão da Câmara foi retratada tanto n’*O Paiz* quanto no *Correio da Manhã*, nas edições do dia 22 de junho de 1929, página segunda em área da página designada a informar sobre os trabalhos realizados nas casas legislativas federais.

Enquanto que na coluna informativa de *O Paiz* há a citação das falas de Fontenelle nesta referida ocasião, no *Correio da Manhã* só há um rápido resumo, que em parte o reproduzimos aqui:

NA CAMARA

Congratulações pela passagem do centenário da Academia Nacional de Medicina

Dois foram os oradores da sessão de hontem na Camara. O primeiro, Sr. Oscar Fontenelle, foi rápido. Justificou um requerimento; pedindo a nomeação de uma comissão de três membros para representar a Camara na sessão magna commemorativa do centenario da Academia Nacional de Medicina e bem assim levar ao presidente dessa instituição as congratulações da casa pela sua iniciativa de reunir varios congressos scientificos internacionaes e destacadamente o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia.

²¹² “Congresso Nacional”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1929, p. 2.

O requerimento foi aprovado sendo designados para a comissão os srs. Oscar Fontenelle, Baptista Luzardo e Nelson Catunda. [...].²¹³

Através então do requerimento de Oscar Fontenelle, para além do expressivo prestígio que Miguel Couto e a Academia Nacional de Medicina gozavam naquela época, as comemorações e seus congressos nela debatidos, obtiveram o envio de uma comissão e congratulações oficiais por parte da classe política e sua Casa institucional na capital federal.

Além desse apoio, as comemorações da “douta” instituição também obtiveram custeio financeiro público e apoio do Poder Executivo. É o que afirma o presidente da Academia Nacional de Medicina em entrevista ao jornal *A Noite* a pouco mais de um mês para a realização do evento. É informado que para a redação do artigo que contém essa entrevista foi realizada uma visita à casa de Miguel Couto, onde ele apresentou aspectos gerais de como seriam as comemorações e seus já anunciados congressos científicos. O médico aproveitou a oportunidade para agradecer as autoridades do Poder Executivo, comentando que “tudo” a ele estava sendo facilitado pelas mesmas. Assim como, também agradeceu ao Congresso Federal, pela obtenção de “um credito especial de 300 contos” para realizar a hospedagem oficial das delegações estrangeiras.²¹⁴ Observamos aqui que, de acordo com o médico, houve o apoio direto, inclusive financeiro, da classe política e do Estado aos eventos comemorativos da Academia. E sendo o Congresso de Eugenia incluso no mesmo, em alguma medida projetos de lei futuros e os que já tramitavam à época do interesse de eugenistas e seus simpatizantes podem ter sido impactados, agregando mais capital político, como observaremos mais adiante no texto.

Segundo o médico, vários governos estrangeiros teriam nomeado os seus “delegados officiaes” para o evento, mencionando, inclusive, quais seriam os delegados vindos da Europa e Américas. Observou que chegava “a todos os momentos” novas adesões “de todos os pontos do Brasil”, onde “o entusiasmo é verdadeiramente extraordinario” na classe médica nacional.

215

Nesse artigo, como pudemos encontrar inúmeras vezes nas fontes dessa pesquisa, ao retratar Miguel Couto, a ele foi sempre tecido adjetivos elogiosos que atestaram ser ele “o

²¹³ “Camara”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1929, p. 2.

²¹⁴ “A Academia de Medicina vae commemorar, ruindosamente, o 1º Centenario”. *A Noite*. Rio de Janeiro, 28 mai. 1929, p. 1-2.

²¹⁵ *Ibidem*.

mestre da medicina brasileira” e “um dos maiores vultos da sciencia sul-americana”. Foi apontado que o médico estava a colocar “todo o seu prestígio pessoal” a favor da “causa”, desenvolvendo assim uma “actividade extraordinaria”.²¹⁶

Ao relatar informações gerais de como seria a organização e realização dos congressos que ocorreram em julho de 1929, Couto anunciou que as inscrições para os congressos foram abertas a “todos os médicos, clínicos, educadores, juriconsultos, professores, biólogos, sociólogos”, considerando que essa diversidade haveria de contribuir para o “maior êxito” dos eventos. Foi então constituída uma comissão central representada pela mesa da Academia de Medicina enquanto que uma comissão especial para cada congresso. Os presidentes dos congressos formariam em conjunto com a presidência da Academia o Conselho Deliberativo para resolver questões omissas ao regimento interno que seria comum a todo o evento, onde o inscrito em um congresso teria “todos os direitos” em relação a todos os outros. A apresentação de trabalhos e participação nas diversas atividades seria reservada somente aos membros dos congressos e alunos das escolas superiores do país estariam automaticamente na posição de convidados para assistirem as suas sessões. Além das apresentações de trabalhos e ocorrência das atividades, seriam realizadas conferências, excursões, recepções e visitas a “organizações científicas e sanitárias do Rio de Janeiro”.²¹⁷

Couto encerrou sua entrevista afirmando estar “certo” do “brilho” das sessões dos congressos a serem realizados, tendo em conta a quantidade cada vez mais expressiva dos trabalhos que chegavam “diariamente”, “especialmente para o Congresso de Eugenia, que pela primeira vez se reúne na America do Sul”.²¹⁸ Podemos observar nessa última citação, assim como em muitos outros artigos, a posição de destaque ao qual era alçado esse congresso dentro das comemorações do centenário da Academia. Fato esse reconhecido tanto pelo responsável por sua convocação quanto pelos jornais e participantes dos eventos, opinião que verificamos recorrente nas fontes dessa pesquisa.²¹⁹

²¹⁶ *Ibidem.*

²¹⁷ *Ibidem.*

²¹⁸ *Ibidem.*

²¹⁹ São inúmeros os artigos que apresentam essa afirmação, como abordaremos mais a frente no texto. Segue referência a dois deles: “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. In: “Os congressos medicos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1929, p. 10; “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 mar. 1929, p. 4.

3. CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA: A REALIZAÇÃO DO EVENTO E ALGUNS DE SEUS DEBATES

O Congresso de Eugenia, reunido nesta cidade em 1929, aprovou diversas conclusões que visam defender a nação brasileira contra os factores que a possam corromper. Há, naturalmente, entre as medidas de preservação racial, ali acceitas e transformadas em conclusões, algumas ainda difficeis de serem convertidas em hábitos collectivos, outras que poderiam, sem perda de tempo, passar ao domínio da realidade. [...]

[...] uma série de medidas verdadeiramente dignas de amparo, como o aproveitamento do serviço militar em favor da educação sanitaria, a prohibição da entrada de elementos indesejaveis, e a propria adopção de medidas em torno das uniões conjugaes com o fim de defender a prole [...]. No mais, preconizando o combate ao álcool, a criação de dispensarios psychiatricos, a educação sanitaria, a defesa da procreação, fez sem duvida o Congresso de Eugenia obra meritoria, e que deve merecer mais do que o apoio, a cooperação de todos os brasileiros.²²⁰

3.1 “Quando mudaremos [...]?” “Aperfeiçoemos a raça humana!”

Em setembro de 1912 o jornal *A Noite* publicou uma entrevista com o médico José Plácido Barbosa da Silva.²²¹ Nela, esse médico foi apresentado como “hygienista” que estava a continuar seus estudos sobre a “decadência humana” e que afirmou ser preciso aperfeiçoarmos a raça humana com base na eugenia e através da esterilização dos “degenerados”. É exatamente o segundo trecho desse subtítulo (3.1), o título do artigo de *A Noite* onde é descrita a entrevista com o médico. Nele, há como epígrafe a frase “E’ preciso fazer cessar as causas para cessarem os effeitos”.

²²⁰ VELLOSO, Antonio Leão. “O Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 jun. 1933, p. 4.

²²¹ José Plácido Barbosa da Silva (Ubá/MG, 1871-1938, Rio de Janeiro/DF), formado em medicina no Rio de Janeiro. Foi tisiólogo e sanitarista, sendo atuante com publicações e em associações especializadas em tuberculose. Foi chefe da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose no Departamento Nacional de Saúde Pública (1920-1929). In: ALMEIDA, Marta de. A criação da cátedra de medicina tropical no Peru e no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, pp. 355-373, abr.-jun. 2011, p. 371. Sugere-nos isso que, desde o início do surgimento da eugenia no Brasil havia pessoas de dentro da máquina estatal, responsáveis por formular e aplicar políticas públicas de saúde no país, imbricadas em sua defesa e divulgação. Esse médico participou em 1929 do 2.º Congresso Pan-Americano de Tuberculose, um dos congressos constituintes das comemorações do centenário da ANM. Como podemos conferir no seguinte artigo: “O centenario da Academia Nacional de Medicina”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1929, p. [ilegível].

Ao médico foi perguntado sobre os “resultados” do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia que ocorrera em Londres em julho daquele ano.²²² A reportagem não esclarece se o médico participou desse evento na Inglaterra, do que a partir do que é possível depreender do conteúdo do artigo, a participação não teria ocorrido.

Plácido Barbosa trata de apresentar a nova ciência que dava nome ao evento e comenta que o mesmo parecia “complicadíssimo”, mas que era “no fundo dum grande alcance social”. Eugenia, “(do grego ‘eu’, e ‘genos’, geração) a sciencia que estuda os meios de aperfeiçoar a raça humana, pelo melhoramento do vigor e da saude da prole” era de “aspiração [...] antiga”, explica o médico, “pois os espartanos já eliminavam da vida, impiedosamente, os seus filhos defeituosos, para terem homens perfeitos e robustos”. Mas, que à época a eugenia se fazia via “processos scientificos” ou estudava as causas da “decadência da raça humana” e os seus remédios “adequados”.²²³

O fato de o médico informar compreender o possível espanto com o nome da eugenia nos sugere que o assunto era pouco conhecido pela maioria dos leitores daquele momento. Com isso, Plácido Barbosa aparentemente concedeu a entrevista esforçando-se em apresentar e explicar o que era essa ciência e quais as suas aplicações, possivelmente vislumbrando a potencialidade da divulgação de tal conteúdo em um veículo de amplo alcance. Esse é o único artigo que encontramos no qual se explica o que seria a eugenia em tão pormenores e aparecem evidências da premissa de que o público leitor talvez nunca ouvira dela falar. Como comentado anteriormente, os primeiros artigos em jornais sobre esse tema aparecem a partir de 1910, sendo então, o presente artigo provavelmente um dos primeiros a tratar da eugenia no país e por isso esse cuidado em tentar ser didático pode ter sido tomado.

A entrevista segue com Plácido Barbosa argumentando que o impedimento à procriação de pessoas que, “por doença ou defeito transmissíveis por herança” que só poderiam gerar filhos “doentes e defeituosos”, era uma das questões eugênicas aparentemente mais importantes. Ponderou que o “animal humano” estaria cruelmente abandonado nesse quesito, enquanto que a outros animais estaria sendo dada maior atenção para que gerassem somente “productos vigorosos e de raça pura”. Atribuiu a responsabilidade dessa questão na ação de basear-nos “nas leis e nos costumes” e assim, criticou a “ampla liberdade” dada “aos

²²² “Aperfeiçoemos a raça humana!”. *A Noite*. Rio de Janeiro, 12 set. 1912, p. 1.

²²³ *Ibidem*.

degenerados, aos cretinos, aos tarados, para propagarem a sua especie doentia e ás vezes, criminosos e malfazejos”.²²⁴

Essa argumentação, a despeito da tradição latina de forte influência da Igreja Católica e de uma pretensa eugenia brasileira mais “suave” que a elaborada e aplicada em países anglo-saxões, nos mostra um exemplo para ajudar a problematizar o conceito de “eugenia latina” elaborado pela historiadora Nancy Stepan.²²⁵ Porém, não foi abordado na entrevista concedida por Plácido Barbosa a possibilidade e a aceitação de uma proposta sobre esterilização e a sua realização como era feito nos EUA já em 1912.

Assim, apresentando dados os mais recentes à época sobre leis aprovadas e de métodos de aplicação eugênica nos Estados Unidos, o médico opinou em relação ao que seria o “melhor methodo” para lidar com o tema dos “degenerados”. Para ele, os “norte-americanos” teriam resolvido esse problema graças a sua “sã audacia de espirito e de acção” em aplicar a prática da esterilização.²²⁶ Esse é um claro aceno a ideia de que a essa altura a humanidade deveria basear-se somente na ciência para desses assuntos tratar. Para esse médico as áreas da reprodução e da hereditariedade eram áreas de atuação da eugenia por excelência.

Da mesma maneira que Miguel Couto fez em seu discurso convocatório ao Congresso de Eugenia, Plácido Barbosa também chamou a atenção anos antes para o assunto e também colocou o exemplo dos Estados Unidos como o modelo de eugenismo a ser seguido. Manifestações dando conta da influência, inspiração e modelo americano no que diz respeito a eugenia podem ser encontradas em um grande número de artigos de periódicos de diversos anos, assim como em trabalhos e falas de vários intelectuais, políticos, profissionais e demais prosélitos da eugenia. Os Estados Unidos eram o exemplo de aplicação da eugenia à época.

Se essa entrevista de 1912 o tom geral a respeito do primeiro Congresso Internacional de Eugenia era de curiosidade, em dois artigos não assinados, respectivamente de maio e junho de 1921, sobre a segunda edição desse evento que foi realizada em setembro

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ STEPAN, Nancy Leys. *‘A hora da eugenia’*: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. Podemos ver esse conceito sendo posto em debate no seguinte texto: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., pp. 93-110, dez. 2016.

²²⁶ “Aperfeiçoemos a raça humana!”. *A Noite*. Rio de Janeiro, 12 set. 1912, p. 1.

desse mesmo ano, o teor do texto foi de lamento.²²⁷ Dois artigos d'*O Paiz* fizeram reclames de que o Brasil não enviaria uma representação a esse evento, sendo mais expressivo e significativo ainda, não ser sabido se nem ao menos o país fora convidado para dele participar. Complementa esse queixume com a afirmação de que não era “crível que o Brasil houvesse sido esquecido”, já que no exterior haveria de se saber que “por aqui andam os nossos homens de governo a pesquisar, com a lanterna de Diogenes em punho, o dinheiro...”.
228

Nesse trecho, aparentemente, há um tom de ironia, uma crítica ao governo e parece sugerir que o motivo para a ausência de participação brasileira no evento, se deva em porcentagem considerável à falta de financiamento oficial por parte das autoridades, o que possivelmente pode ter motivado a escrita e a publicação desses artigos. Tanto que, ao final do texto, foi feito um clamor ao governo para que as autoridades não deixem passar “esta oportunidade feliz, em que o Brasil collaborará com os demais paizes civilizados em tal certamen científico”, pois desse evento resultariam os trabalhos que poderiam ser aproveitados para o “vigor da nossa nacionalidade”.²²⁹

Encontramos em 1921 um cenário diferente ao de 1929 que comentamos no subcapítulo anterior, onde um congresso desse tipo seria realizado em território nacional e contaria com o capital político da Academia Nacional de Medicina e o apoio das autoridades do país.

Nesses dois artigos de 1921 ainda foi elencado um rápido histórico que se julga como o primeiro passo “para a solução definitiva do magno problema da eugenia entre nós”, citando a criação do Ambulatório Rivadavia, anexo a Colônia dos Alienados como a assistência oficializada “propriamente dita”, realizada “graças ao esforço ininterrupto e persistente de Gustavo Riedel”²³⁰ que pleiteou sua criação “junto dos nossos homens de

²²⁷ “Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 30 mai. 1921, p. 4; “O Congresso de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 10 jun. 1921, p. 3

²²⁸ “O Congresso de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 10 jun. 1921, p. 3.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ Gustavo Kohler Riedel (Porto Alegre/RS, 1887 – 1934, Rio de Janeiro/DF). Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1909) para onde se transferiu após iniciar os estudos de medicina na Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1903). “Ocupou diversos cargos administrativos como interno efetivo do Hospital Nacional de Alienados (1907); alienista efetivo da Assistência a Alienados do Rio de Janeiro (1910); diretor interino do laboratório de Anatomia Patológica do Hospital Nacional de Alienados (1911); redator Secretário dos Arquivos Brasileiros de Medicina (1911); alienista chefe dos Serviços de Química Biológica do Hospital Nacional de Alienados”. “Como docente destacam-se os cargos de livre docente da Cadeira de Psiquiatria e Moléstias Nervosas e da Cadeira de Química Biológica ambas na Faculdade Nacional de Medicina (1911). Foi membro da Comissão de Neurológica da Sociedade Brasileira de Psiquiatria e Neurologia (1911), e vice-

governo, até então indiferentes a empreendimentos dessa natureza”. A partir disso, é apontado que teriam sido desenvolvidos esforços em prol do movimento eugênico em suas diversas modalidades, como a consolidação das bases definitivas do “serviço de prophylaxia rural em todos os Estados”, assim como a “prophylaxia da syphilis e da tuberculose nos grandes centros”.²³¹

Através desse histórico apresentado podemos observar um discurso interessado em elencar o movimento da psiquiatria como inaugural em feito de importância para a eugenia brasileira dentro da oficialidade estatal, enquanto que em conjunto com outras iniciativas que atingiam outras áreas de grandes problemas circunscritos à saúde. Todas essas iniciativas eram vistas como parte constituinte do “problema da eugenia”.

O texto complementa a argumentação expondo que o Brasil possuía uma sociedade eugênica “tão bem organizada” pelo “Dr. Renato Kehl, de S. Paulo”, que “serviu de modelo á que existe em Buenos Aires”. E a “Argentina e o Mexico mandaram” ao evento “cientistas humanitários, commições numerosas, que, ao finalizar dos serviços, apresentarão relatorios sobre o que viram e ouviram”. Assim, somente “o Brasil não enviou ninguem ao congresso de eugenia [...] em Nova York!”. E diante do que julgou como notável progresso da eugenia nacional à época, ao menos em relação a seus vizinhos latinos, lamenta que “Por desgraça, não será a primeira vez que o Brasil abandona, quase que voluntariamente, uma brilhante posição de superioridade”. O artigo de maio de 1921 finalizou com o apelo em forma de pergunta: “Quando mudaremos de systema?...”.²³²

Podemos ter maior compreensão sobre essa preocupação diante da não participação do Brasil no Segundo Congresso Internacional de Eugenia quando verificamos que o movimento eugênico desde o seu surgimento no final do século XIX,

procurou se estabelecer como um campo de articulação de conhecimentos científicos e práticas socioculturais articuladas politicamente por ações

presidente da Sociedade Brasileira de Psiquiatria (1916). Eleito Membro Titular da Academia Nacional de Medicina (1917). [...] Diretor da Colônia de Psicopatas (Mulheres) de Engenho de Dentro (1918), e que hoje leva seu nome, Hospital Gustavo Riedel. Fundador do Ambulatório Rivadavia Correia (1919) e criador e organizador da Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto (1920). [...] Fundou e foi o primeiro presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental, criou os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental e os Anais da Colônia de Engenho de Dentro (1924).” Participou do Congresso de Eugenia de 1929 e apresentou o trabalho “O Dispensario Psychiatrico como elemento de educação eugênica”, publicado nas *Actas e trabalhos* do evento. In: “Gustavo Kohler Riedel”. Site da ABL. Disponível em: <<http://www.anm.org.br/gustavo-kohler-riedel/>>. Consulta em nov. 2020.

²³¹ “O Congresso de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 10 jun. 1921, p. 3.

²³² “Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 30 mai. 1921, p. 4.

individuais, institucionais e governamentais, por intermédio de ações laboratoriais, políticas e legais [...]. Sua marca institucional, com a formação de agremiações, sociedades e associações eugênicas na Europa, Estados Unidos, América Latina, Índia e Ásia, leva-nos a considerar que boa parte dos programas eugênicos foi conduzida através de ações relacionadas a medidas profiláticas, sanitárias, higiênicas, de saúde pública, controle de enfermidades, controle populacional e de natalidade, conduzidas por movimentos de saúde pública, ligados direta ou indiretamente às instituições eugênicas.²³³

Logo, para o movimento prosperar em terras brasileiras deveria estar respaldado em nomes de pessoas e instituições que lhe conferissem legitimidade na arena política e social. E congressos internacionais eram muito importantes para isso, para além da troca de saberes e contatos entre os participantes, também haveria um ganho de legitimidade por parte da eugenia nacional no estrangeiro e isso se refletiria em ganho de legitimidade internamente no país para fazer avançar os seus projetos. Por isso, podemos observar com os três artigos abordados nesse subcapítulo, de 1912 e 1921, como congressos científicos eram tidos como de extrema importância no meio eugênico, o que reverberou nesses artigos citados. Assim como, nos ajuda a compreender o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia como o resultado de esforços de eugenistas e simpatizantes da “ciência de Galton” na busca por uma institucionalização da eugenia no país.

O Segundo Congresso Internacional de Eugenia estava previsto para acontecer em 1915, mas devido aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial foi adiado e só veio ocorrer em 1921 em Nova Iorque, enquanto que sua terceira edição foi realizada em 1932 nessa mesma cidade. O fato da segunda e da terceira edição terem sido ambas nos Estados Unidos e na mesma cidade é digno de nota, pois o modelo americano foi preponderante na segunda edição desse evento, o que causou críticas de delegações de outros países devido à maioria dos trabalhos aprovados serem de interesses dos americanos.²³⁴

Tanto a segunda quanto a terceira edição desse congresso teve entre os seus organizadores o curador do Museu de História Natural de Nova Iorque, Madison Grant, considerado “o maior especialista mundial em raça”. A relação entre essa instituição dirigida por Grant e o congresso de eugenia foi imbricada a tal ponto que “dava a entender que o

²³³ COUNT, Valdeir del. O controle de características genéticas humanas através da institucionalização de práticas socioculturais eugênicas. *Scientiæ studia*, São Paulo, v. 11, n. 3, pp. 511-30, 2013, p. 525.

²³⁴ MEHLER, B. A. *A history of the American Eugenics Society, 1921-1940*. Urbana, 1988. Tese (Doutorado em História). University of Illinois, pp. 36-41 apud COUNT, Valdeir del. *op. cit.*, p. 523.

evento fazia parte das ações da programação do Museu, o que conferia ao encontro o status de um importante e respeitado evento científico”.²³⁵ Movimento parecido ocorreu com o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia ao ter entre os seus organizadores um importante nome ligado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro.

3.2 “E’ hora de pensar na raça”

Um dos participantes do Congresso de Eugenia que pode ser destacado como de primeira grandeza para o cenário científico brasileiro depois do nome de Miguel Couto é o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, então diretor do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Couto o escolheu para ocupar a presidência do Congresso de Eugenia.

Assim como Madson Grant fora um dos organizadores do Segundo Congresso Internacional de Eugenia e nessa relação a instituição do Museu de História Natural de Nova Iorque que ele presidia colaborou para atribuir status e respeito a esse evento, a escolha de Roquette-Pinto para ser o presidente do Congresso de Eugenia brasileiro por Miguel Couto trouxe o peso da instituição Museu Nacional para colaborar na legitimidade do evento de 1929 e da eugenia nacional.²³⁶ Fato esse que foi combinado com o nacionalismo científico e militante do antropólogo, que através de sua investigação sobre o “retrato antropológico brasileiro” e atuação no Museu Nacional visava estabelecer as bases (científicas) para a redenção nacional.²³⁷

²³⁵ COCKS, G. The international eugenics community. *Reviews in American History*, 22, 4, pp. 674-678, 1994 apud COUNT, Valdeir del. *op. cit.*, p. 523.

²³⁶ Apesar da importância que tinha para a institucionalização da eugenia no Brasil trazer o nome do Museu Nacional e de seu ilustre diretor para junto de seu primeiro congresso, esse fato parece não ter agradado a todos os organizadores e participantes do evento. Vanderlei de Souza aponta que, para além das diferenças ideológicas e de abordagem quanto à eugenia, “as divergências entre Roquette-Pinto e Kehl teriam iniciado a propósito da própria organização do Congresso de Eugenia”. A indicação do primeiro por Miguel Couto para que presidisse o evento, “descontentara profundamente Renato Kehl”, que desde 1918 com a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo vinha buscando afirmar-se como “a principal liderança do movimento eugênico no Brasil e na América Latina”. Fato esse que pode ser observado com o lançamento do *Boletim de Eugenia* e da publicação de seu livro *Lições de Eugenia* às vésperas da realização do evento. Kehl demonstrou todo o seu descontentamento de alcance pessoal e político em relação à figura do antropólogo em correspondência trocada com seu irmão, o também médico Wladimir Kehl, a menos de duas semanas após o fim do congresso. Cf. SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: FGV Editora & Editora FIOCRUZ, 2017, pp. 391-394.

²³⁷ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *op. cit.*, p. 255-261.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil* meses antes do evento, Roquette-Pinto enumerou os trabalhos já inscritos, enquanto que justificou o seu aceite para presidir o congresso. Segundo ele, Miguel Couto era um mestre ao qual não se poderia cogitar desobedecer e era por isso que ele se encontrava como presidente do Congresso de Eugenia: “ordem de um mestre querido”.²³⁸ Couto aparece assim, como um aglutinador do evento e a sua atuação foi essencial para que o mesmo ocorresse.

E assim, o antropólogo comentou que o programa escolhido era amplo. Trabalho esse, realizado pela secretaria geral dos eventos que ficou a cargo de Olympio da Fonseca²³⁹, onde “até mesmo questões que parecem estranhas a Eugenia foram lembradas pelas relações que apresentam”. E conclui o presidente do evento reafirmando o mote proclamado por Miguel Couto em seu discurso convocatório, de que o princípio fundamental para a existência de um Congresso de Eugenia era pensar maneiras para melhorar e assegurar a qualidade da raça brasileira. Sendo assim, haveria lugar “para todos os brasileiros” e “estrangeiros amigos do Brasil” de “boa vontade” que “sentem como nós: E’ hora de pensar na raça!”.²⁴⁰

O eugenista Renato Kehl, alocado para a secretaria geral do evento, também deu uma entrevista a poucos dias antes da realização do congresso. Para ele, com a realização desse evento abria-se uma nova fase promissora para uma campanha que há mais de uma década vinha sendo desenhada e angariava diversos novos defensores, mas que, ainda não tinha um “grande impulso de carácter pratico e decisivo”. Citando algumas “tentativas”, como as propostas de lei dos deputados Amaury de Medeiros e Oscar Fontenelle, além da fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo na qual ele participou, Kehl também atribuiu, mais uma vez, a Couto a glória por abrir essa “nova fase” da campanha eugênica no Brasil. Aproveitou também, para nessa entrevista tratar sobre o “problema” racial no Brasil, aludindo ao tema da imigração e a necessária, em sua opinião, restrição. Terminou a entrevista manifestando a

²³⁸ “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 jan. 1929, p. 6.

²³⁹ Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca (1868-1938). Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1889), atuou na ginecologia, obstetrícia e história médica. Foi membro e secretário perpétuo da Academia Nacional de Medicina (1901) e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Atuou como colaborador no *Jornal do Brasil*, além de várias revistas médicas. In: “Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca”. Site da ANM. Disponível em: <<https://www.anm.org.br/olympio-arthur-ribeiro-da-fonseca/>>. Consulta em dez. 2020.

²⁴⁰ “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 jan. 1929, p. 6.

crença de que, com a realização do Congresso de Eugenia, poderia-se “esperar os melhores frutos a bem da nossa nacionalidade”.²⁴¹

Outro personagem e participante do evento que também concordava que era chegada a hora de pensar sobre a raça brasileira e mais, “defendê-la”, foi o jornalista Antônio José Azevedo Amaral. Identificamos e aglutinamos uma série de seis artigos onde é tratado a respeito da importância e dos desafios que a realização do evento eugênico traria, bem como é realizado neles críticas à situação “social” e “racial” contemporânea. Todos esses artigos apontam para a afirmativa sobre a necessidade da criação de uma “mentalidade eugenica”. Desses seis artigos, dois deles são assinados por Azevedo Amaral e quatro não contém a indicação de sua autoria.²⁴² Porém, indicamos que todos os seis podem ser de autoria de Azevedo Amaral, em razão da coincidência de conteúdo, estilo e uso de palavras, para além desse jornalista ser editor n’*O Paiz* à época e ter atuação em outros jornais.

Esses seis artigos foram publicados em dois jornais diferentes e abrangem o período pré-congresso, onde o primeiro foi publicado já em julho de 1928 e os três últimos em junho de 1929, às “vésperas” da realização do congresso. Eles expõem em crueza o pensamento autoritário e corporativista de Azevedo Amaral e a sua interpretação sobre quais deveriam ser os caminhos a serem percorridos, com o auxílio da eugenia, para proteger a “raça” e a “nacionalidade” frente às “degenerações” de seu tempo.

Azevedo Amaral acabou sendo, em certa medida, esquecido se comparado à atenção dada por pesquisadores das Ciências Humanas a outros intelectuais do autoritarismo brasileiro do período Vargas.²⁴³ Porém, há trabalhos de pós-graduação, artigos e capítulos de livro sobre o pensamento dele em relação a elaboração de um Estado autoritário e corporativista. Geralmente são textos que estudam o intelectual em período posterior ao ano de 1930. Mesmo os estudos que abordam a atuação dele na eugenia antes desse período, sobretudo somente o citando quando de sua apresentação de trabalho no Congresso de Eugenia, não há textos de

²⁴¹ “Centenário da Academia de Medicina. 1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1929, p. 5.

²⁴² Segue referência dessa série de seis artigos: Iº. AMARAL, Antônio J. de Azevedo. “A criação da mentalidade eugenica”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1928, p. 2; IIº. “Congresso de eugenia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 mar. 1929, p. 4; IIIº. “Boa semente”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 24 abr. 1929, p. 3; IVº. AMARAL, Antônio J. de Azevedo. “Abandono da raça”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1929, p. 1 e 5; Vº. “Congresso de eugenia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 jun. 1929, p. 4; VIº. “Eugenía, palavra magica”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1929, p. 3.

²⁴³ CHAVES, Luís. AMARAL, Azevedo do [verbete]. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>>. Consulta em jul. 2019.

nosso conhecimento sobre a sua atuação durante os anos 1920 e como ele entrou em contato com a eugenia.

No primeiro artigo dessa série, datado logo do mês seguinte ao discurso de Miguel Couto, há além do título “A criação da mentalidade eugenica”, um subtítulo em letras quase do mesmo tamanho do título, onde se lê o resumo do que encontraremos nesses seis artigos:

Sem a disposição corajosa a imitar os grandes exemplos de disciplina e de sacrificio que os Estados Unidos estão dando no terreno eugenico, a campanha para a defesa da raça não passará de um esforço platónico e de um ataque verbal aos factores de decadencia e corrupção.²⁴⁴

Azevedo Amaral iniciou esse texto tecendo uma crítica a opinião pública, que para ele, acolheu o discurso e convocação proferida por Couto com indiferença. Argumentou que havia uma dificuldade na recepção da eugenia e por isso era necessário a preparação prévia do terreno, “de modo a formar-se em tempo a mentalidade publica” que poderia impedir a desorientação do movimento eugênico.²⁴⁵

Para ele, a ideia tida pelo professor Miguel Couto

ao lançar [...] o plano de incluir entre as comemorações do centenario da Academia de Medicina uma reunião de cientistas, medicos, sociologos e estudantes das nossas questões politicas, afim de ser pela primeira vez abordado o exame da situação em que nos encontramos no tocante á defesa da raça, foi não apenas uma iniciativa proveitosa, sob qualquer ponto de vista que a encaremos, como antes e acima de tudo um gesto notavel de coragem civica.²⁴⁶

O presidente da ANM é correntemente saudado nas fontes aqui abordadas por intelectuais e profissionais, além da imprensa, por sua atuação em convocar tal evento. É apontado como o grande responsável sobre essa possível nova fase da eugenia que se abriria com a realização de seu primeiro congresso nacional. Porém, apesar de todo otimismo a palpitar essa questão nesse momento de preparo para os festejos, Azevedo Amaral alertou que

²⁴⁴ AMARAL, Antônio J. de Azevedo. “A criação da mentalidade eugenica”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1928, p. 2.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ *Idem*. “Abandono da raça”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1929, p. 1 e 5.

“seria levar o optimismo a extremos de verdadeira puerilidade, esperar que o proximo congresso redundem resultados praticos immediatos”.²⁴⁷

Chamou então a atenção para os “dois perigos” ao qual a eugenia estaria a correr. O primeiro deles seria o risco de passar-se sem atuação efetiva na consciência pública, justamente por conta da falta do que ele acreditava ser necessário: uma campanha educativa. Enquanto que o segundo seria o risco do congresso isolar-se do ambiente social e ser absorvido pelas preocupações técnicas, ficando relegado às discussões teóricas e concentrado em “seus lados estrictamente biologicos”.²⁴⁸

O jornalista político parecia, sobretudo, interessado nas implicações políticas e sociais da eugenia, relegando às questões de “biologia” um plano inferior. Manifestando assim, que era necessário usar o tempo que se tinha até a realização do evento para fazer “uma campanha previa de educação nacional”, devido à “atitude intelectual do povo brasileiro, inclusive da sua elite, em relação ao pensamento eugenico”.²⁴⁹

Em vários dos seis artigos aqui analisados é realizada uma crítica à elite brasileira, vista como inábil. Por essas faltas, era na opinião dele “imprescindivel” que fosse iniciado uma “preparação systematica dos espiritos para que entre a opinião publica e as idéas que terão de surgir do futuro congresso, não se estabeleça, desde logo, um irreconciliavel antagonismo.”²⁵⁰

Azevedo Amaral colocou a finalidade do Congresso de Eugenia como alcançando a sua completude quando fosse formada uma mentalidade eugênica inspirada por uma corrente educativa. Suscitou aqui a utilização da educação (eugênica) como um meio de formar uma nova mentalidade que impuzesse transformações radicais das ideias classificadas por ele como “sentimentalistas” e legadas a nós desde o Renascimento. É contra essas ideias acumuladas nos últimos séculos que a eugenia teria tido de lutar nos diferentes países de sua época. Ele as considerou de um “individualismo exorbitante” que vem “hypertrophiando a personalidade humana em detrimento dos interesses collectivos”. E assim, teriam sido agravados nos dois últimos séculos pela “influencia do sentimentalismo perfectibilista do pensamento de Rousseau”, que “substituiu pouco a pouco o sadio e barbaro conceito que

²⁴⁷ *Ibidem.*

²⁴⁸ *Idem.* “A criação da mentalidade eugenica”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1928, p. 2.

²⁴⁹ *Ibidem.*

²⁵⁰ *Ibidem.*

levara a antiguidade pagã e a Idade Média ao inexorável sacrifício do doente em benefício da saúde dos sãos”.²⁵¹

Por mais que tenha buscado utilizar a educação como meio para formar uma nova mentalidade, expôs que a mesma não servia para fazer valer a “illusão da perfectibilidade humana” por meio de seus processos e por condições ambientais. Lamentou que ainda não tivéssemos nos libertado do “ambiente sentimental” e estávamos ainda à época a assistir a “formidável baldada da Rússia bolshevista” que teria regredido “á barbarie” por ter tido “fé ingênua na ideologia” que, “desde os dias de Rousseau, tem contaminando o espírito humano”.²⁵²

Para Azevedo Amaral, não só no Brasil “como em todo o mundo civilizado”, o que se via era:

O espetáculo melancólico da fallencia dos methodos em que tantas esperanças foram depositadas. A melhora das condições sociaes, por mais útil e desejável que seja sob outros pontos de vista, não impede – e infelizmente estimula mesmo – a multiplicação dos indesejáveis. O humanitarismo moderno interpoz a bandeira de misericordia das nossas instituições philanthropicas, impedindo a purificação da raça pela acção implacavel da selecção natural. A propria medicina, perdendo de vista a sua finalidade social, para consagrar-se ao bem do individuo, vai deixando vivos e capazes de desdobrar a sua inferioridade em uma prole tarada muitos que o bem geral aconselharia a fazer desaparecer antes de se reproduzirem.²⁵³

Estabeleceu que em sua época se vivia o que chamou de “culto da molestia” e da formação de uma “aristocracia da invalidez”, onde se “organizara” para tornar a terra “o paraíso dos doentes”. Por isso, seria necessária “Uma nova taboa de valores”, onde

A mentalidade eugênica representa a inversão fundamental do antigo conceito philantropico, afirmando a supremacia do direito dos sãos a protecção da saude e do dever de assegurar as gerações vindouras contra as causas de degeneração racial. E’ esta mentalidade que precisa ser criada e desenvolvida entre nós.²⁵⁴

²⁵¹ Cf. referências da série de seis artigos na nota n. 242, p. 76.

²⁵² AMARAL, Antônio J. de Azevedo. “Abandono da raça”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1929, p. 1 e 5.

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ AMARAL, Antônio J. de Azevedo. “A criação da mentalidade eugenica”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1928, p. 2.

E assim, pediu para que se espelhassem nos exemplos de “vanguarda” das “nações fortes”, como os Estados Unidos. Que “animadas por um pensamento nacional que o ideal eugênico se patenteia mais accentuadamente” estavam empenhadas na “cruzada de defesa racial”. Era nesse país que, segundo Azevedo Amaral, estaria o “exemplo de coragem na execução de medidas radicais” que visavam combater “as causas de deterioração das populações”.²⁵⁵

O “atrazo” do Brasil nas questões sobre eugenia era para o autor tão “lastimável” quanto as causas de nossa “decadência”. Afirmou que havia entre nós “factores peculiares” de degeneração étnica que nos impunha “esforços ainda mais enérgicos e mais imediatos no sentido de proteger a nacionalidade” contra os “perigos” que “ameaçavam” destruir os “próprios elementos fundamentais do seu vigor”.²⁵⁶

Esses “factores peculiares” em um país como o Brasil representavam a existência de uma população não branca composta por índios, negros e mestiços que segundo essa tese impediria o país de adentrar no mundo civilizado.²⁵⁷ Sendo assim, o pensamento de Azevedo Amaral foi ao sentido de alcançar a modernidade pela via de um projeto nacionalista autoritário. Para ele, era através da aplicação dos métodos eugênicos que nos livrariamos do “peso morto das massas subhumanas”. Seria esse o “trabalho educativo para a criação dessa nova mentalidade” que “precisa ser encetado quanto antes e o primeiro passo poderá ser dado pelo próximo Congresso Nacional de Eugenia” que “assistiremos em breve”. Deveríamos então, “ouvir o que a sciencia considera um resultado seguro”. Podemos considerar como uma conclusão comum ao conjunto dos artigos seu seguinte apelo: “Ouçamol-a, no entanto, para segui-la. A formação da raça brasileira exige essa obediência”.²⁵⁸

²⁵⁵ Cf. referências da série de seis artigos na nota n. 242, p. 76.

²⁵⁶ *Ibidem*.

²⁵⁷ SANTANA, Nara M.; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. *Revista de Estudos Sociales*, Bogotá, n. 58, pp. 28-38, Dec. 2016, p. 28.

²⁵⁸ Cf. referências da série de seis artigos na nota n. 242, p. 76.

3.3 As festas comemorativas do centenário da Academia Nacional de Medicina e a realização do Congresso Brasileiro de Eugenia

Como já mencionado, em conjunto com o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia foram também realizados outros congressos em razão do centenário da Academia Nacional de Medicina, os quais constam os respectivos títulos no boletim que Miguel Couto dirigiu aos congressistas:

Encarregados de organizar e convocar a 4ª Conferencia Pan-Americana de Hygiene, Medicina Experimental e Microbiologia e o 2º Congresso Pan-Americano de Tuberculose e, ao mesmo Tempo, o 10º Congresso Brasileiro de Medicina e 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, que se devem reunir no Rio de Janeiro a 30 de junho de 1929, pedimos com a maior instancia o vosso valioso subsidio scientifico e a vossa adhesão. Outrossim, lembrando-vos que na mesma data se completa o primeiro centenário da fundação da Academia Nacional de Medicina, temos a honra de convidar-vos desde já para os actos commemorativos deste acontecimento. – Miguel Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina – Carlos Chagas, presidente da 3ª Conferencia de Hygiene, Medicina Experimental e Microbiologia – Antonio Fontes, presidente do 2º Congresso Pan-Americano de Tuberculose – Azevedo Sodré, presidente do 10º Congresso Brasileiro de Medicina – Roquette-Pinto, presidente do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia – Olympio da Fonseca, secretario geral.”²⁵⁹

Chegado o dia 30 de junho de 1929 e iniciado as comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina, sua inauguração teve o seguinte aspecto, de acordo com artigo do *Correio da Manhã*:

As festas commemorativas do centenário da Academia Nacional de Medicina estão se realizando, com grande brilho. Desde domingo, tendo-se iniciado com a missa cantada, de que foi officiante a ex. revma. o arcebispo d. Sebastião Leme [...] A Cathedral, onde se realizou, ás 9 horas de ante-hontem, essa cerimonia religiosa, estava literalmente cheia, sendo grande o numero de congressistas que ali compareceram, acompanhados de suas respectivas famílias.

[...]

SESSÃO SOLENE ANNUAL

[...] Foi, porém, somente ás 21/2 que teve logar essa sessão, com a presença de muitos medicos. O presidente da Academia convidou a tomarem parte na

²⁵⁹ “O primeiro centenário da Academia Nacional de Medicina”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1928, p. 2.

mesa os representantes do ministro da Justiça, o do prefeito do Distrito Federal, Sr. Mario Cardim [...].

SESSÃO MAGNA DO CENTENÁRIO NO THEATRO MUNICIPAL

A's 9 horas realizou-se, no Theatro Municipal, a sessão magna do centenario da Academia e inauguração [...] [dos congressos já listados na citação anterior], que se devem reunir nesta cidade, entre 30 de junho e 7 de julho de 1929. Compareceu a essa solenidade o presidente da República, que occupou o camarote presidencial. Em outros camarotes viam-se os ministros de Estado, prefeito da cidade e o arcebispo d. Sebastião Leme e os representantes dos paizes que enviaram delegações a esses congressos. A sessão foi presidida pelo ministro da Justiça, tomando lugar á mesa de honra, collocada no palco, o professor Miguel Couto e os presidentes escolhidos, na sessão preparatoria, para o Congresso [...].

Depois do Hymno Nacional, falou o sr. Vianna do Castello, congratulando-se com a classe medica brasileira pelo grande acontecimento que estava realizando, exaltando o papel do medico na sociedade e hypothecando a solidariedade do governo com as commemorações do centenário da Academia. Foi depois executada a symphonia do Guarany, tendo a palavra o professor Miguel Couto, presidente da Academia, que teceu considerações sobre a evolução da medicina.²⁶⁰

Houve uma cobertura das comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina realizado pela imprensa que se deu em diversos jornais, além de revistas, contando com inúmeras matérias especiais. Algumas delas foram estampadas nas primeiras páginas dos jornais junto as principais manchetes, ocupando grande parte da página com o resumo das atividades que se deram no dia. Vários artigos, tanto os de capa quanto os de páginas internas, contaram com fotos tiradas de momentos representativos dos eventos.²⁶¹

Nesse artigo do *Correio da Manhã* do qual transcrevemos um aspecto da inauguração estão publicadas três fotos, sendo que em uma delas está retratada a visita ao palácio Guanabara realizada pelos delegados dos vários congressos. Essa foto também foi reproduzida em outros artigos de jornais, porém em uma qualidade inferior. Podemos visualizá-la em uma qualidade gráfica melhor em uma matéria da *Revista da Semana* sobre as comemorações da Academia de Medicina. Segue essa matéria reproduzida em sua totalidade nas próximas duas páginas, onde nela contém diversas fotos das comemorações do centenário da ANM:

²⁶⁰ “O Centenário da Academia Nacional de Medicina”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1929, p. 3.

²⁶¹ Essa cobertura pode ser verificada ao acompanhar nas fontes desse trabalho os artigos que datam dos dias de realização das comemorações do centenário da ANM, do dia 30 de junho ao dia 7 de julho de 1929.

O CENTENARIO DA ACADEMIA DE MEDICINA



A Academia de Medicina comemorou no dia 30 o seu 1.º centenario, iniciando uma série notavel de reuniões, congressos e solemnidades.
1 — No palacio Guanabara, durante a recepção dada pelo sr. Presidente da Republica ás delegações medicas. Vê-se a. ex., o sr. Washington Luis no primeiro plano rodeado por medicos brasileiros e delegações da Alemanha, Argentina, Bolivia, Chile, Estados Unidos, França, Cuba, Inglaterra, Paraguay, Perú, Portugal e Uruguay. 2 — A sessão magna, no Theatro Municipal, do centenario da Academia e inauguração da 4.ª Conferencia Pan-Americana de Higiene, Microbiologia e Pathologia; 3.º Congresso Pan-Americano de Tuberculose; 10.º Congresso Brasileiro de Medicina, e 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia. 3 — A sessão solenne na Academia, sob a presidencia do eminente professor Miguel Couto.

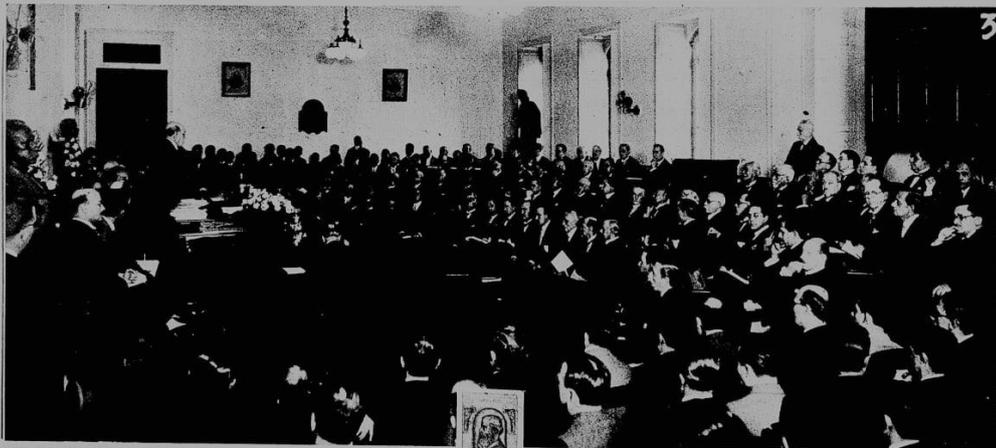


Imagem 2 - Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Consultas: "O centenário da Academia de Medicina". *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, Ano XXX, n. 29, 6 jul. 1929, p. 20.



4 — O professor Miguel Couto, ladeado pelos representantes dos srs. ministro da Justiça e prefeito do Distrito Federal e rodeado de membros das delegações estrangeiras, proferindo o seu discurso na sessão solenne da Academia. 5 e 6 — As delegações estrangeiras em



visita, na necropole de S. João Baptista, aos túmulos do professor Nascimento Gurgel e do grande Oswaldo Cruz. 7 — Estudantes sul-americanos, no palácio Guanabara, em companhia de colegas brasileiros. 8 — Na Cathedral Metropolitana, após a missa em ação de graças pelo centenário da Academia. Vê-se no grupo dom Sebastião Leme, arcebispo-coadjutor, que officiou, rodeado de medicos e pessoas gradas.

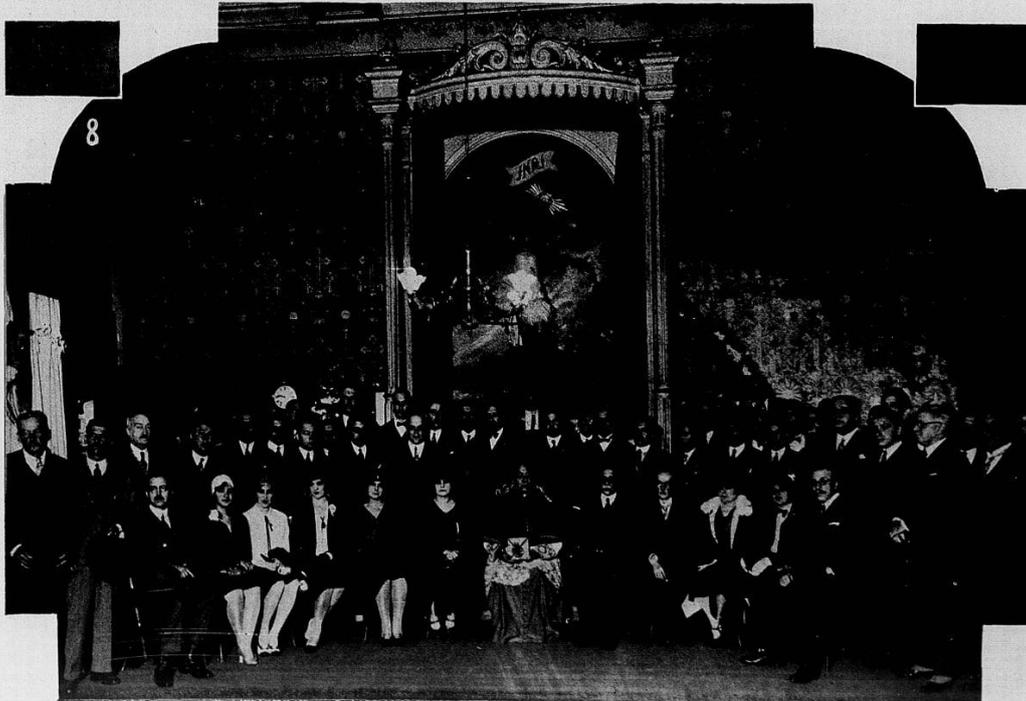


Imagem 3 - Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Consultas: "O centenário da Academia de Medicina". *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, Ano XXX, n. 29, 6 jul. 1929, p. 21.

Segue abaixo as legendas da matéria em questão reproduzida nas duas páginas anteriores:

A Academia de Medicina comemorou no dia 30 o seu 1º centenario, iniciando uma série notavel de reuniões, congressos e solemnidades.

1 – No palacio Guanabara, durante a recepção dada pelo Sr. Presidente da Republica ás delegações medicas. Vê-se s. ex. o Sr. Whashington Luis no primeiro plano rodeado por médicos brasileiros e delegações da Allemanha, Argentina, Bolivia, Chile, Estados Unidos, Cuba, Inglaterra, Paraguay, Perú, Portugal e Uruguay. 2 – A sessão magna, no Theatro Municipal, do centenario da Academia e inauguração da 4.^a Conferencia Pan-Americana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia; 2.º Congresso Pan-Americano de Tuberculose; 10.º Congresso Brasileiro de Medicina, e 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia. 3 – A sessão solemne da Academia, sob a presidência do eminente professor Miguel Couto.

4- O professor Miguel Couto, ladeado pelos representantes dos srs. Ministro da Justiça e prefeito do Districto Federal e rodeado de membros das delegações estrangeiras, proferindo o seu discurso na sessão solemne da Academia. 5 e 6 – As delegações estrangeiras em visita, na necrópole de S. João Baptista, aos túmulos do professor Nascimento Gurgel e do grande Oswaldo Cruz. 7 – Estudantes sul-americanos, no palácio Guanabara, em companhia de collegas brasileiros. 8 – Na cathedral Metropolitana, após a missa em acção de graças pelo centenário da Academia. Vê-se no grupo dom Sebastião Leme, arcebispo-coadjuntor, que officiou, rodeado de médicos e pessoas gradas.²⁶²

A *Revista da Semana*, na qual foi publicada a matéria e legendas reproduzidas aqui, era notabilizada como um periódico a publicar reportagens fotográficas, além de ser inauguradora da fotogravura na imprensa nacional e de novas técnicas e formas de utilizá-la na imprensa. Foi uma das revistas ilustradas mais famosas e conceituadas de seu período de publicação (1900-1959)²⁶³ e essa matéria é bastante significativa por apresentar, além de fotos em melhor qualidade encontradas sobre as comemorações, alguns dos aspectos mais valorizados pelos artigos publicados sobre as comemorações do centenário da ANM e seus congressos, incluso o de Eugenia.

Apesar de não ser possível visualizar em maiores detalhes as fotos aqui reproduzidas, podemos estabelecer algumas percepções. Uma delas é a notável predominância masculina nesses eventos, onde abordar sobre essa questão se faz necessário por entendermos que isso

²⁶² “O centenário da Academia de Medicina”. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, Ano XXX, n. 29, 6 jul. 1929, p. 20-21.

²⁶³ "20 de maio de 1900, lançamento do periódico Revista da Semana". Site Biblioteca Nacional Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <bdigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-20-de-maio-de-1900-lancamento-do-periodico-revista-da-semana/>. Consulta em jun. 2021.

nos auxilia na análise e compreensão de alguns aspectos desses eventos e do contexto em que foram realizados.

Em principal, podemos notar essa preponderância masculina nas fotos que mostram aspectos da visita dos delegados ao palácio Guanabara e ao presidente da República (foto 1), da sessão solene (fotos 3 e 4) e de delegados estrangeiros e brasileiros dos congressos (foto 7). As figuras femininas aparecem somente nas fotos que apresentam os momentos cerimoniais, onde supomos que sejam as esposas dos participantes dos congressos e autoridades. As fotos 3 e 4, que nos mostra a sessão solene de abertura dos congressos, nos parece a mais enfática sobre isso. Realizada em uma sala fechada, nota-se que não há figuras femininas presentes na realização de fato dos congressos, diferente de seus momentos cerimoniais e de excursões.²⁶⁴

A exceção a isso se encontra na foto 1, onde em meio a uma escadaria do palácio Guanabara completamente ocupada por delegados dos congressos, há o que acreditamos ser uma figura feminina logo na segunda fileira, atrás do presidente da República. Na legenda sobre essa foto é informado que se tratava sobre a visita de “delegados” dos congressos, brasileiros e estrangeiros, ao presidente da República. Logo, podemos supor que essa figura seja uma das participantes dos congressos. Talvez seja ela a única participante feminina do Congresso de Eugenia, a professora e educadora sanitária Maria Antonieta de Castro, sobre a qual trataremos mais a frente nesse trabalho. Porém, podemos somente indicar essa possibilidade, dado que através da comparação dessa e de outra foto comprovadamente de Maria de Castro, não é possível chegar a uma opinião conclusiva.

Fazemos aqui menção a essa possibilidade pelo fato de verificarmos extensas listagens que elencam dezenas de nomes de todos os proponentes e seus trabalhos a serem apresentados em todos os congressos realizados nessa ocasião e não termos encontrado o nome de uma mulher entre eles. Essa listagem refere-se aos trabalhos realizados no dia 3 de julho de 1929, publicada em um extenso artigo do jornal *Correio da Manhã* do dia seguinte.

265

²⁶⁴ É possível encontrar algumas fotos dessas excursões que foram realizadas no bojo das comemorações da Academia de Medicina nos artigos de jornais publicados no período de 1 a 7 de julho de 1929 aqui elencados. Ocorreram excursões ao Museu Nacional, à Fiocruz, à ilha de Paquetá e outros. Desse último há fotos sobre as excursões realizadas, onde os participantes passaram a tarde inteira do dia 2 de julho de 1929 apreciando a beleza do local e em visita ao “Preventório D. Amélia” para crianças órfãs. Nessas fotos há presença expressiva de mulheres em contraste com as fotos 1, 3 e 4 aqui apresentadas. Cf. “O centenário da Academia Nacional de Medicina”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 jul. 1929, p. 3.

²⁶⁵ “O centenário da Academia Nacional de Medicina”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1929, p. [ilegível].

Outra análise que podemos fazer se refere à questão da autoridade médica e dos usos da figura mitificada de Oswaldo Cruz na ocasião, nas fotos 1 e 6. Podemos constatar que o presidente do Brasil Washington Luís não somente participou das solenidades, como também recebeu vários congressistas em visita ao palácio Guanabara. Assim como, a figura do médico e sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917) é lembrada e retomada na ocasião em que seu túmulo é visitado por delegados estrangeiros dos congressos.

Com a participação do próprio presidente da república e seus ministros na solenidade, é afirmado o apoio das autoridades oficiais a esses intelectuais e cientistas ao mesmo tempo em que demonstra o interesse com questões abordadas nos congressos por parte do governo. A presença de tantas autoridades à época em um evento dessa natureza é inteligível se recordarmos o já abordado nesse texto sobre como a prática médica ganhou e expandiu a sua autoridade na Capital Federal, que estava a enfrentar nessa e nas décadas anteriores problemas graves relacionados à saúde pública no geral.²⁶⁶ Além disso, a República queria fazer-se “moderna” e construir a sua nacionalidade em cima de mecanismos de controle de sua população que, para isso, médicos, cientistas e a valorização de suas práticas eram peças importantes nesse processo.

Para auxiliar nessa construção o agenciamento e criação de figuras míticas era importante. Além de receber essa “visita”, Oswaldo Cruz teve inaugurado “pedra fundamental” a um monumento em sua homenagem. Essa cerimônia teve a participação da viúva e filhos desse médico, além de Miguel Couto, o representante do presidente da República e delegados estrangeiros, em principal, da Argentina e Uruguai. Esses últimos proferiram discursos e presentaram o instituto que leva o nome de Oswaldo Cruz com uma placa comemorativa em sua homenagem e ao seu legado, além de indicar que o monumento em questão fosse elevado à categoria de “monumento sul-americano”.²⁶⁷

A socióloga Nara Brito, ao tratar da construção da biografia do cientista Oswaldo Cruz buscou compreender como este foi mitificado na ciência brasileira. Sua abordagem nos

²⁶⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: FGV Editora & Editora FIOCRUZ, 2017, p. 52.

²⁶⁷ “As Comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina”. In: *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1929, p. 1 e 4; “A glória sol dos mortos”. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, Ano XXX, n. 29, 6 jul. 1929, p. 31 (Nessa outra reportagem fotográfica dessa mesma revista e edição da qual utilizamos as fotos abordadas nesse subcapítulo, há quatro fotos da ocasião do lançamento da pedra fundamental a monumento de Oswaldo Cruz). Para um artigo e listagem com os nomes das delegações argentinas e uruguaias, além de alguns nomes de outros países, cf. “Representações platinas no centenário da Academia de Medicina do Rio de Janeiro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1929, p. 5.

ajuda a pensar o lugar que ocupava a ciência, seus praticantes e suas representações na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX.²⁶⁸

Essa autora argumenta que a construção do mito Oswaldo Cruz se fez em um cenário onde a existência de muitos desentendimentos entre a classe médica acabava por impossibilitar uma organização em um movimento de natureza política e sua organização só se deu de forma unificada em torno da campanha sanitária, “representado pela criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918”. A mitificação de Oswaldo Cruz serviu a esse propósito, ao ser utilizado para esvaziar as discordâncias entre médicos e cientistas, tanto sobre a questão sanitária, quanto sobre o próprio trabalho e trajetória de Oswaldo Cruz, que em vida não gozou de um estatuto de figura consensual. Esse médico acabou por perder “o sentido original ao ser apropriado como um instrumento fundamental de organização da Liga Pró-Saneamento”, que o transformou em “uma construção ideológica representativa da projeção de determinados interesses e aspirações”. Oswaldo Cruz foi transformado em mestre, onde seus sucessores deveriam dar continuidade a sua obra, cooptada sob a imagem do sanitarismo na Primeira República.²⁶⁹

A visão idealizada sobre médicos e cientistas, assim como o funcionamento da ciência, também foi endossada pela divulgação científica realizada em conferências públicas, jornais, revistas e livros. Sendo a década de 20 do século passado marcada pela intensificação dessas iniciativas.²⁷⁰ O destaque dado pelos jornais às visitas de figuras como Albert Einstein, em 1925, e Marie Curie, em 1926, ao Brasil, contribuíram para a formação dessa visão, onde “jornais diários, em maior ou menor grau, abriram espaço para notícias relacionadas à ciência”.²⁷¹ A campanha eugênica se beneficiou, participou e colaborou nesse sentido, como podemos verificar na divulgação do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia realizada pela imprensa.

Quanto ao evento do Congresso de Eugenia, o mesmo ocorreu no anfiteatro de Biologia no edifício (demolido em 1975) da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na Praia Vermelha, para a apresentação dos trabalhos, e no Instituto dos Advogados, para a

²⁶⁸ BRITO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 10 e 125.

²⁷⁰ MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20*. 1998. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em C&T/Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁷¹ MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu. A divulgação científica no Rio de Janeiro: um passeio histórico e o contexto atual. *Revista Rio de Janeiro*, n. 11, pp. 38-69, set-dez., 2003, p. 48.

realização das conferências oficiais. Havia, em anterior, a indicação de que as suas conferências ocorressem no prédio do Silogeu Brasileiro, porém parece que ocorreu uma mudança e as conferências ocorreram no Instituto dos Advogados. O Silogeu Brasileiro era o local onde funcionava a Academia Nacional de Medicina e era para onde deveriam ser direcionados os boletins de inscrição dos interessados em participar do congresso eugênico.

272

Após o discurso convocatório e, em especial ao longo de toda a primeira metade do ano de 1929, diversos artigos de jornais recolhidos para essa pesquisa publicaram inúmeros artigos sobre o evento. Neles, informaram sobre novas adesões ao evento, bem como a listagem contendo os títulos dos trabalhos já inscritos para o mesmo.

Somente para citar esse tipo de ocorrência em um dos jornais, podemos verificar o caso d'*O Paiz*, que contou com artigos desse tipo nos dias 10 e 29 de março, 16 de abril, 19 de maio e 23 de junho. Com isso, pode-se constatar uma constância na informação ao público sobre o avançar dos trabalhos da organização do evento, buscando com isso, suscitar no público um engajamento para a “causa”.²⁷³

Apesar do editor desse jornal provavelmente ser, como já informado anteriormente, Antônio José de Azevedo Amaral, um jornalista defensor bastante ardoroso da causa eugenista e também participante do evento em questão, podemos encontrar frequência parecida em outros jornais que tenham ou não a atuação desse jornalista. Assim, é procedente afirmar que o Congresso de Eugenia foi considerado por muitos o mais importante e “acalorado” evento dentro das comemorações do centenário da ANM. Ganhando com isso, mais espaço e artigos ao longo de todo o período do recorte dessa pesquisa, mesmo durante os dias de sua realização que ocorria em concomitância com os vários outros congressos durante as referidas comemorações da ANM. Por mais que possa haver uma escrita interessada por parte dos autores dos artigos que afirmam haver tal preponderância desse congresso sobre os outros, a historiografia e a quantidade de artigos de periódicos encontrados apontam na mesma direção e na confirmação disso.

²⁷² Cf. reprodução do “Boletim de inscrição dos participantes do Congresso” no anexo 1 desse trabalho.

²⁷³ Cf. “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 10 mar. 1929, p. 2; “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 29 mar. 1929, p. 2; “1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Relação geral dos inscriptos”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 16 abr. 1929, p. 2; “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 mai. 1929, p. 2; “Telegrammas, cartas e informações dos estados”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1929, p. 7.

Um desses artigos, do *Jornal do Brasil* e datado de 4 de julho de 1929, de um dos dias em que se realizava o evento, citou que o representante desse jornal se demorou na sala em que funcionava o Congresso de Eugenia. Esse artigo ocupou praticamente toda a décima página da edição desse dia, na qual tratou também sobre alguns dos outros congressos que ocorriam. Mesmo assim, o Congresso de Eugenia ganhou a alcunha que, “De todos os congressos, o que conta com maior auditório, além dos congressistas, é exatamente” esse evento, onde eram travadas “discussões [...] calorosas e interessantes”.²⁷⁴

Parte dessa possível importância recebida pelo Congresso de Eugenia certamente veio da investida de eugenistas e seus simpatizantes da “ciência de Galton” na tentativa de fazer da eugenia o foco de atenção, de canalização de recursos (sobretudo públicos) e uma ciência legítima na arena política e social brasileira. Inclusive, essa disposição pode ter contaminado o discurso que acabou impresso nas fontes aqui utilizadas, para muito além do que fora de fato à época. Lembrando novamente que, alguns dos próprios eugenistas estavam envolvidos na autoria desses artigos publicados na imprensa do Rio de Janeiro e não raro eles deixavam transparecer em sua escrita desejos e interesses do que achavam sobre a eugenia e como ela estava sendo apreciada.

Porém, também devemos observar que a importância dada ao congresso veio do nível de reconhecimento que o movimento eugênico galgou na arena social, política e científica brasileira, para além também dos muitos nomes importantes envolvidos no evento das mais diversas áreas da cena política e científica nacional. Como indicam alguns artigos que expõe a diversidade de áreas de atuação aos quais pertenciam os participantes congressistas:

A comissão organizadora do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia tem recebido numerosas adesões, não só de médicos, como de sociólogos, educadores, políticos, jornalistas, etc, tanto brasileiros como estrangeiros, que se interessam pelas questões do melhoramento eugenico do homem.”²⁷⁵

Essa passagem pode ser confirmada com a lista de nomes de intelectuais, profissionais e autoridades públicas que, de fato, chegaram a apresentar trabalhos nesse congresso.²⁷⁶ Um

²⁷⁴ “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. In: “Os congressos medicos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1929, p. 10.

²⁷⁵ “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 mar. 1929, p. 4.

²⁷⁶ Tal listagem pode ser verificada no anexo 3 desse trabalho.

dos nomes de maior lustre ao evento, se não o maior, como já referido nesse texto, com certeza era o do próprio presidente da Academia de Medicina, o médico Miguel Couto, que fora tido por um desses artigos como uma das “pessoas notáveis que compunham o auditório” no dia do evento.²⁷⁷

Como já apontado, em muitos artigos é dedicado uma grande quantidade de linhas elogiosas à pessoa e à carreira desse médico, além de também ser lembrado e apontado como bem quisto por seu “patriotismo” e atitude em convocar a realização desse congresso durante as comemorações da “douta” Academia. A realização do evento eugenista durante tão potente data fazia esse congresso, segundo próprios artigos da época, transcender “os limites de nosso paiz” com seus “certames de significação mundial”, na qual estava “á frente a figura eminente do sabio Prof. Miguel Couto, que tanto lustra á sciencia medica americana”.²⁷⁸ O médico presidente e o Congresso de Eugenia são elevados nesse artigo à categoria internacional, continental. Mesmo que a realidade pudesse representar ou não esse enunciado, era a aspiração desejada e necessária ao momento, na busca por tornar a eugenia soberana no país.

Outro exemplo de aspiração nesse sentido foi a investida tomada no sentido de internacionalização desse evento que pode ser representada na proposta apresentada pelo congressista Xavier de Oliveira, já durante a primeira reunião do Congresso de Eugenia em 1º de julho de 1929. Oliveira indicou que fossem oficialmente convidados os delegados de países do continente americano presentes nos outros congressos concomitantes, para que assim também fizessem parte do Congresso de Eugenia. Indicou ainda que, por intermédio do presidente da Academia Nacional de Medicina, fosse telegrafado aos governos americanos para que oficialmente tomassem “parte” no evento por intermédio de seus delegados. Por fim, através disso o evento em andamento deveria passar a denominar-se “1º Congresso InterAmericano de Eugenia”, proposta essa que foi unanimemente aprovada e oficiada por Miguel Couto aos presidentes das diversas delegações presentes durante as comemorações da ANM.²⁷⁹

²⁷⁷ “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. In: “Os congressos medicos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1929, p. 10.

²⁷⁸ “O primeiro centenário da Academia Nacional de Medicina. As brilhantes commemorações que se projectam para 1929”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1928, p. 2.

²⁷⁹ “O prof. Miguel Couto e o Congresso de Eugenia”. In: “As Commemorações do Centenario da Academia de Medicina”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 5 jul. 1929, p. 1 e 4. Enquanto que nesse artigo a proposta de renomeação do evento aparece como “1º Congresso InterAmericano de Eugenia”, nas Atas publicadas aparece como “1º Congresso Americano de Eugenia”. Cf. 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 15.

A aprovação dessa proposta foi numerosamente reproduzida e noticiada em diversos artigos que abordaram as comemorações da ANM durante os dias de sua ocorrência ²⁸⁰, denotando a importância dada por esses jornais e, provavelmente pelos próprios participantes do Congresso de Eugenia, para esse tema e a busca por legitimidade – inclusive internacional – para o evento. Porém, na reunião de encerramento do congresso em 6 de julho de 1929, o sanitarista Belisário Penna propôs, dizendo ser sem prejuízo da participação dos delegados estrangeiros, que o evento voltasse a se chamar “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”, no que foi unanimemente aprovado. ²⁸¹ Não obtivemos maiores informações sobre os motivos ou possíveis argumentos utilizados por Penna para obter unanimidade na aprovação da volta do nome anterior desse evento.

Para a condução do Congresso de Eugenia foi determinado que, além de sua presidência ser designada ao diretor do Museu Nacional e a sua secretaria geral ao eugenista Renato Kehl, fosse realizado a sua divisão em três seções:

1) antropologia; 2) heredologia; 3) educação. Para presidentes dessas seções foram escolhidos [respectivamente] os professores Alvaro Ozorio de Almeida, Alvaro Fróes da Fonseca, [...] [e] Amoroso Costa. ²⁸²

Porém, Amoroso Costa faleceu meses antes do início do evento, sendo então escolhido como substituto para a presidência da terceira seção o jurista Levi Carneiro.

No período antecessor a realização do congresso foi reunido “os professores Miguel Couto, Roquette-Pinto, Alvaro Osorio de Almeida, Alvaro Fróes da Fonseca, D. Celina Padilha e Drs. Fernando Silveira, Levy Carneiro, Renato Kehl e Couto e Silva”, “a fim de estabelecer o programma e distribuir os themas a serem discutidos”. Acordando então, que seriam realizadas

as seguintes conferencias officiaes:

1º – Discurso inaugural, E. Roquette-Pinto; 2º – “Evolução historica da eugenia”, Paldberg-Drenkpol; 3º – “Os grandes problemas da antropologia”, A. Fróes da Fonseca; 4º – “O problema da herança em seu estado actual”, André Dreyfus; 5º – “A educação publica e os seus grandes

²⁸⁰ Essa afirmação pode ser verificada em diversos artigos de diversos jornais do período que escreveram sobre as comemorações do centenário da ANM, onde deixamos como exemplar aqui citado somente o artigo da nota logo em anterior.

²⁸¹ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 40.

²⁸² “O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 abr. 1929, p. 9.

problemas”, Levy Carneiro; 6^o – “A eugenia no Brasil”, Renato Kehl; 7^o – “Biometria”, Fernando R. da Silveira.²⁸³

Além das conferências oficiais ocorreram apresentações de diversos trabalhos durante os dias estabelecidos para a realização desse congresso. Ao longo do período de “pré-evento”, de junho de 1928 a junho de 1929, pudemos verificar em muitos artigos nos jornais sobre as novas adesões que o evento ia ganhando ao longo do tempo. Assim como, é possível ler no anexo de número 2 desse trabalho a reprodução, na íntegra, de uma listagem atualizada para a véspera do início do evento sobre os títulos e proponentes desses trabalhos, que foi publicada no *Jornal do Commercio*.²⁸⁴

As discussões dessas apresentações realizadas nesse congresso podem ser acompanhadas nas atas do evento que foi publicada em conjunto com alguns dos trabalhos apresentados. Porém, nesse documento nem todas as apresentações e debates foram abordados de forma completa e muitas vezes só foi citado o título do trabalho e informado se foi votado e aprovado ou não pelos pares, sem ao menos citar quais conclusões foram essas. Muitos desses trabalhos, ao não serem descritos nas atas e tendo ficado de fora da publicação em forma de trabalho completo foram perdidos e não se sabe o seu conteúdo. Apesar disso, é possível obter alguma informação sobre, ao buscarmos em outras vias como o aqui proposto, utilizando artigos de periódicos da época. Pudemos assim verificar se houve alguma discussão, reprodução ou resumo de trechos de trabalhos ou até se houve o trabalho completo publicado.

3.4 “Para melhorar a nossa gente”

Ao fim do evento, em mais um texto publicado n’*O Paiz* não assinado e que supomos ser de autoria de Azevedo Amaral, o Congresso de Eugenia foi citado como responsável por debater temas de “maior importância social” e assim fazer parte de um momento otimista onde “a preocupação de se constituir uma humanidade melhor” estaria ganhando espaço no “mundo civilizado”. Comemorou-se que à época estava sendo combatido não somente males do “destino”, mas que também a ciência estaria intervindo “na criação de

²⁸³ “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 10 mar. 1929, p. 2.

²⁸⁴ Cf. “Diversas noticias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1929, p. 9.

uma vida originalmente boa, virtuosa e sã”. Podendo até serem considerados como crime em “legislações mais avançadas” questões que até então eram de foro íntimo e inerentes à liberdade individual, “apesar de constituírem, em essência, uma monstruosidade”.²⁸⁵

O autor citou alguns dos trabalhos apresentados no evento como exemplos que foram ao sentido de gerar o debate, o que seria “uma promessa de solução”. São eles, “O delicto de contágio”, “o exame prenupcial” e a “castidade do homem até contrair nupcias”. Mesmo que “ainda precários” e dotados de “opiniões contraditórias até mesmo em pontos fundamentais”, para ele, o país começava “só agora” a se “preocupar seriamente com o assumpto” e assim, o Congresso de Eugenia tinha começado “dando um grande passo”.²⁸⁶

E esse passo não tardaria a ser dado em mais direções, como podemos identificar no exemplo da discussão que se seguiu na Câmara dos Deputados do Brasil no dia 25 de julho de 1929.²⁸⁷ O então deputado Antônio Augusto de Lima²⁸⁸, aproveitou o momento propício de recém-término do Congresso de Eugenia para colocar em pauta no Congresso Nacional o tema da “repressão do alcoolismo”:

referindo-se á reunião do Congresso Brasileiro de Eugenia, diz que se encontra no archivo da Camara um projecto tratando de assumpto que se prende directamente á questão da defesa da raça, o que estabelece medidas contra o alcoolismo.

Recorda a argumentação produzida em defesa da proposição, pelo respectivo autor, Sr. Plinio Marques, que, diz, com argumentos irrespondíveis, e com elementos de estatística neurological, criminal, pathologica, demonstrou que, talvez, o maior inimigo da saúde seja, a par da tuberculose, o álcool.

Vem pedir a atenção da casa para a matéria.

Passa a fazer considerações sobre o uso do álcool, erroneamente admittido não apenas pela ignorancia das classes populares, ou pelo luxo dos ricos, mas até pela sciencia.

²⁸⁵ “Para melhorar a nossa gente”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 11 jul. 1929, p. 3.

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ Cf. “Congresso Nacional”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1929, p. 4; “A sessão de hontem na Camara”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1929, p. 2.

²⁸⁸ Antônio Augusto de Lima (Nova Lima/MG, 1859-1934, Rio de Janeiro/DF) foi um deputado (1909-1929; contituente 1934) e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1882). Foi membro da Academia Brasileira de Letras (1903, cadeira n. 12) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: FÁRIA, Helena. LIMA, AUGUSTO DE [verbete]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Augusto%20de.pdf>. Consulta em ago. 2020.

E, depois de insistir em demonstrar os males causados pelo alcoolismo, conclue, appellando para o “leader” da maioria, no sentido de ser dado o andamento ao projecto de autoria do Sr. Plinio Marques.²⁸⁹

Já que tais solenidades tiveram a presença de tantas autoridades e do próprio presidente, era provável que projetos de lei baseados em discussões dela advindos fossem levados para a apreciação do corpo de deputados em período pós-congresso eugenista. Assim como, também era provável o resgate de projetos de lei que estariam de acordo com preceitos eugênicos, mas que estavam esquecidos e arquivados.

Não que tais discussões não fossem realizadas antes, porém ao observarmos nas fontes que, devido à realização desse evento elas ganharam mais força e prestígio. Ao menos os interlocutores propositivos em vários debates apresentaram argumentos que citavam o Congresso de Eugenia como tendo dado aval a determinada proposta que na ocasião era trazida à casa legislativa. Mesmo que determinada proposta não tenha sido unânime do evento, deputados utilizaram-se do Congresso de Eugenia para legitimar as suas proposições e assim, recomendar a atenção e aprovação das mesmas pelos outros deputados. Por conta de proposta tal, ser ela supostamente recomendada por tamanho congresso médico e científico realizado sob as asas da Academia médica nacional, não seria um engano dizer que a mesma acabaria por ganhar mais força e legitimidade dentro Congresso Nacional e ter mais chances de obter êxito.

Em outro artigo, datado de dias depois desse último artigo citado, podemos visualizar o registro de mais uma reunião da Liga Brasileira de Higiene Mental. Nele, também é tratado o “problema do alcoolismo” e sua pretensa repressão. Assim como é informado que o presidente da república desde o início de seu governo encontrou com a Liga e a ouviu sobre a sua “pregação” antialcoólica, concedendo após isso o seu “apoio moral” nas duas primeiras semanas antialcoólicas promovidas pela instituição. E no ano de 1929 a Liga solicitou para que a sua terceira semana anti-alcóolica fosse patrocinada pelo presidente da república Whashington Luís.²⁹⁰

A ação do deputado Augusto de Lima de pedir para que voltasse a ordem do dia o projeto de Plinio Marques sobre repressão antialcoólica foi vista com “grande satisfação” ao ser abordado nessa reunião da Liga de Higiene Mental. Esse projeto de lei havia sido

²⁸⁹ “Congresso Nacional”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1929, p. 4.

²⁹⁰ “Liga Brasileira de Hygiene Mental. A reunião da secção de anti-alcoolismo”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1929, p. 11.

apresentado na Câmara Federal quatro anos antes. Voltava, porém, naquele momento de final de julho de 1929 na esteira da realização do Congresso de Eugenia, que segundo a Liga, focalizou esse evento muitos dos “efeitos anti-eugenicos, ou dysgenicos do álcool, em nosso meio”.

Nessa reunião da Liga foi comentado que, em consideração “dos Poderes Publicos”, foi oferecido “dois notaveis estudos sobre o problema da repressão legal do alcoolismo”, de autoria dos “Drs. Milciades de Freire e Severino Lessa”. Esses dois trabalhos foram resumidos e ambos memoriais foram apresentados “ao Chefe do Poder Executivo [...], o que foi feito igualmente para os Srs. Congressistas” do legislativo. Lessa participou do Congresso de Eugenia apresentando o trabalho “O problema do alcoolismo no Brasil”.²⁹¹

Segundo essa mesma matéria o presidente Whashington Luis teria concedido meses antes uma audiência a “instituições scientificas” e tratado sobre a repressão do alcoolismo, tendo-se mostrado, “de facto, impressionado” pelas cifras das estatísticas apresentadas por Lessa, sobre o consumo de bebidas alcoólicas no Brasil. Supondo esse texto que, talvez, tenha sido “a eloquência desses algarismos que determinou S. Ex. a prometter todo o seu apoio á campanha repressiva legal contra o alcoolismo em nosso Paiz, declarando-nos que, opportunamente, chamaria a attenção do Congresso Nacional para o assumpto”.²⁹² Podemos inferir que esse mesmo trabalho apresentado ao presidente da República, pode ter sido reapresentado no Congresso de Eugenia, ao menos em parte ou em sua versão revista.

Não adentraremos o tema sobre a repressão ao alcoolismo e seu histórico no Brasil, somente buscamos aqui pontuar como discussões sobre os mais diversos temas caros ao momento e que já ocorriam anteriormente, transpassaram o Congresso de Eugenia. Enquanto que esse evento, senão modificou alguns entendimentos, acabou por influenciar e serviu como argumento legitimador para diversas pautas em debate na arena social e política brasileira daquele momento. E o tema da repressão alcoólica era bastante caro, por exemplo, para a Liga Brasileira de Higiene Mental e setores ligados ao movimento católico militante. O próprio deputado Augusto de Lima pode ser visto participando de reunião em junho de 1929 que discutia o tema do divórcio na “Commissão de Fé e Moral” da Confederação Católica do Rio

²⁹¹ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 342.

²⁹² “Liga Brasileira de Hygiene Mental. A reunião da secção de anti-alcoolismo”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1929, p. 11.

de Janeiro ²⁹³, o que pode nos indicar a amálgama de questões políticas, religiosas e científicas em alguns dos debates caros à época.

3.5 O “problema eugenico da imigração”

Outro artigo sobre o qual podemos encontrar a autoridade do Congresso de Eugenia sendo acionada em debates sobre projetos de lei da Câmara legislativa federal foi publicado no dia 12 de julho de 1929. De título “Negros e amarelos”, nele é indagado sobre a reprovação de conclusão de uma “these” sobre o tema da restrição imigratória que ocorreu no Congresso de Eugenia. Comenta que essa reprovação encontrava-se em ponto de vista oposto ao projeto em andamento da Câmara, de autoria do deputado federal mineiro Fidélis Gonçalves Reis (1880-1962).

Esse deputado, além da criação do ensino profissionalizante obrigatório (propôs um projeto de lei nesse sentido que foi aprovado em 1927), apresentou em 1923 um projeto de lei que vetava a imigração de pessoas da cor negra e restringia a entrada de “amarelos”. ²⁹⁴ Tal projeto de lei apareceu nesse artigo como já tendo um “parecer favorável da comissão de Agricultura”, mas que tinha passado pela “comissão de Finanças” onde foi avaliado sobre a autorização de despesas contidas nele. Nessa comissão o relator era o Ministro da Fazenda à época de nome Oliveira Botelho, que “apresentou um longo estudo” e concluiu “pela aceitação do projeto, na parte referente á proibição da imigração negra e negando aprovação ao dispositivo relativo á resticção da imigração amarella”. ²⁹⁵

Como podemos observar, havia uma diferenciação entre esses dois tipos de imigração “indesejável”, sendo dado um tratamento ainda mais restritivo em relação à população imigrante negra. Para a negativa quanto da proposta de restrição a imigrantes, em principal advindos do Japão, o artigo sugeriu uma explicação. O ministro Oliveira Botelho teria “estudado” os núcleos japoneses de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso e, inclusive,

²⁹³ “Fe’ e Moral”. In: “Confederação Catholica”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 5.

²⁹⁴ Sobre a atuação e discursos desse deputado referente a diversas questões, como economia, trabalho, imigração, população e “os destinos da nação”, cf. RICCIOPPO, Thiago. *"Inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis"?* Raça, etnia, miscigenação, imigração e trabalho na perspectiva de Fidélis Reis (1919-1934). 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

²⁹⁵ “Negros e amarelos”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 jul. 1929, p. 4.

teria feito uma “extensa excursão” às localidades. Após o parecer desse ministro o projeto estacionou na comissão de finanças por conta de um “pedido de vista”.²⁹⁶

Mas, o que nos dispõe nesse caso é mais o interesse aparente da autoria não informada desse artigo do que da personagem do ministro da Fazenda. Pois, o autor desconhecido lamentou-se que era “nesse pé” que se encontrava “o estudo de importante assumpto” que, na Câmara, era “discutido como se vê por parlamentares de Estados aos quaes o problema muito directamente interessa”.²⁹⁷ Como podemos observar, o artigo parece acusar o ministro de não acatar a restrição a imigrantes japoneses por interesses provavelmente econômicos de alguns Estados que estavam a se sobrepor a interesses superiores e mais caros à nacionalidade.

Concluiu opinando que a “tendência do legislador” era para a aprovação, “ao menos em parte”, do projeto de Reis. Evocou o Congresso de Eugenia que ocorrera há pouco “com evidentes e maiores responsabilidades na apreciação do problema sob este aspecto” e menciona que o mesmo negara a aprovação de conclusão que envolvia “exactamente o pensamento e o objectivo do projeto em marcha naquelle ramo do legislativo”. Parecendo então chamar à responsabilidade e sugerir a influência que esse evento teve nesse caso e tinha em assuntos sobre restrição imigratória, o artigo encerra com a seguinte pergunta retórica:

Quem está, afinal, com a verdade e pleiteando pela melhor causa da nacionalidade: o deputado por Minas, com seu projecto, ou o Congresso de Eugenia com a resolução a que chegou?²⁹⁸

A “these” citada que tivera a sua conclusão recusada durante os debates do evento foi a apresentada por Antônio José de Azevedo Amaral, sob o título “O problema eugenico da immigração”. A mesma encontra-se disponível nas *Actas e trabalhos* do congresso, onde fora publicada como o último trabalho do documento.²⁹⁹

²⁹⁶ *Ibidem.*

²⁹⁷ *Ibidem.*

²⁹⁸ *Ibidem.* Sobre esse tema da restrição da imigração negra no Brasil, Riccioppo (*op. cit.*, pp. 76-86) nos mostra como essas já apareciam em projetos de lei do Brasil desde o final do século XIX. Inclusive, Fídelis Reis foi relator do projeto de lei n.º 209 (de 1921) proposto por deputados de Pernambuco e São Paulo que estipulava em seu primeiro artigo: “Fica proibida no Brasil a imigração de indivíduos humanos de cor preta”. Resolvendo “ir além”, Reis apresentou em 1923 o projeto n.º 291 tratado aqui, onde incluiu também a restrição aos asiáticos.

²⁹⁹ AMARAL, A. J. de Azevedo. O problema eugenico da immigração. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e trabalhos*. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 327-340.

Quando da realização do Congresso de Eugenia esse trabalho em especial gerou as mais acaloradas discussões segundo o que podemos encontrar nas atas do evento referente a “segunda reunião”, datada do dia 2 de julho de 1929.³⁰⁰ Como o título nos sugere, o texto de Azevedo Amaral trata sobre a restrição imigratória. Nessa ata, podemos verificar uma extensa discussão sobre esse tema, que ocupou algumas páginas. Diferentemente do que ocorreu com outras discussões que não tiveram o debate acompanhado em tão pormenor.

O trecho inicial desse trabalho enuncia os principais pressupostos aos quais Azevedo Amaral insistia a tratar sobre o tema da eugenia:

O problema eugênico da imigração

A tendência característica do espírito moderno a fazer intervir a acção orientadora da intelligencia e da vontade humanas, modificando as condições naturaes do determinismo dos phenomemnos tem-se feito sentir, ultimamente, em certas categorias de factos sociaes que, desde tempos immemoriaes, se passavam no domínio do acaso e sob a pressão exclusiva de circumstancias accasionaes e ambientes. Entre estes novos campos de acção consciente e inspirada por dados fornecidos pela investigação scientifica, nenhum offerece maior interesse actual, sobretudo em um paiz nas condições do nosso, do que as migrações que, hoje como em todos os anteriores períodos históricos, se processam sob a influencia irresistível de factores econômicos. [...].³⁰¹

Nessa pesquisa não logramos encontrar muitos artigos que mencionam ou tratam desse trabalho, assim como também não encontramos algum artigo que tenha um registro ou entrevista com Azevedo Amaral após o evento, para além dos abordados anteriormente. Diversos trabalhos da historiografia da eugenia já abordaram os debates em torno da imigração e eugenia, sobretudo utilizando como fonte o próprio trabalho de Azevedo Amaral que fora publicado em sua íntegra no opúsculo do evento.³⁰²

³⁰⁰ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 16-21.

³⁰¹ AMARAL, A. J. de Azevedo. O problema eugenico da imigração. *op. cit.*, p. 327.

³⁰² Podemos citar os seguintes textos como referência para o assunto: STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, pp. 331-391; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929. In: _____. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito?* Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37). *op. cit.*, pp. 131-155; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, imigração e população. In: _____. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. *op. cit.*, pp. 357-441; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, miscigenação racial e

Azevedo Amaral considerava como próprio do “espírito moderno” intervir em coisas que antes eram obras do “acaso”, devendo a imigração ser matéria de intervenção “racional”. Assim sendo, para este intelectual deveria existir cuidado com os movimentos imigratórios, devendo ser acompanhados de perto pelas autoridades, utilizando a intervenção “científica” para regrar esse trânsito de pessoas e prevenir o país de supostos riscos degenerativos e sociais que alguns “typos raciaes” poderiam trazer. Corroborando este, ao menos em parte, com os anseios de Miguel Couto sobre o tema da imigração.

Logo no início de sua fala em apresentação de trabalho no Congresso de Eugenia, Azevedo Amaral expõe a máxima de que “Civilisar é domesticar”. Sendo respondido por Roquette-Pinto que “A domesticação é factor preponderante nas diferenciações raciaes; mas é preciso accentuar que a influencia não é do meio natural e sim de um meio artificial, creado pelo homem”.³⁰³ Podemos observar nesse e em outros trechos dessa apresentação a insistente interrupção de suas falas por Roquette-Pinto. Esse debate ocorrido e retratado nas atas do evento nos apresenta as “cismas” que ocorreram no congresso entre os seus participantes, nos quais “as disputas dentro do campo da eugenia vieram à tona”. As mais polêmicas, conforme já comentado, foram referentes ao debate sobre esse trabalho referente à restrição imigratória de Azevedo Amaral onde era afirmado que “a mistura racial levaria à degeneração”.³⁰⁴

Nessa mesma apresentação, Azevedo Amaral foi apoiado por alguns colegas de evento, entre os quais estava Miguel Couto.³⁰⁵ Opuseram-se às suas conclusões Roquette-Pinto, Belisário Penna e Fróes da Fonseca. Roquette-Pinto ao se opor à tese de Azevedo Amaral, defendia que o problema brasileiro não era racial, mas sim higiênico, além de

imigração. In: _____. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2019, pp. 271-296.

³⁰³ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 16.

³⁰⁴ STEPAN, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. *op. cit.*, p. 371.

³⁰⁵ Esse médico participou como deputado pelo Distrito Federal da Constituinte de 1933-34, onde apresentou ementas a ante-projecto de lei sobre educação e restrição imigratória em dezembro de 1933. Em seu discurso, embasado com uma miríade de autores racistas dos Estados Unidos (Madson Grant, Lothrop Stoddart, entre outros) falou em prol de se “formar o cidadão útil a si próprio e á Patria”, enquanto que a pátria deveria ser protegida de se “tornar um apagado mosaico”, pois “todas as provas” mostrariam que era necessário “um meio homogêneo” para a “produção de grandes valores”. Nessa ocasião utilizou as conclusões de Azevedo Amaral e citou o Congresso de Eugenia no plenário. Além das conclusões restritivas de Azevedo Amaral, Couto acrescenta a proposta de proibir a “imigração africana”, enquanto que a “imigração asiática” ficaria restrita a 5% do total do que já se tinha dessa população no Brasil. In: “Emendas ao ante-projecto de constituição”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 3 dez. 1933, p. 12.

considerar a questão do impedimento da entrada de estrangeiros com base na política e na saúde ao invés de pautar-se pelo argumento racial de Miguel Couto e Renato Kehl.³⁰⁶

Roquette-Pinto ao se contrapor a medidas mais “extremas” e “restritivas” de alguns de seus colegas argumentou que “aprovar a décima conclusão da these do Dr. Azevedo Amaral é negar todas as conquistas laboriosamente feitas pelos brasileiros no desbravamento e na ocupação de sua terra”.³⁰⁷ Afirmou que o Brasil não era “uma vã e sentimental expressão verbal”, mas sim, era “uma realidade” e “um facto”.³⁰⁸ A décima e última conclusão a qual o antropólogo se referiu está publicada ao final do trabalho de Azevedo Amaral onde era recomendada “a exclusão de todas as correntes imigratorias que não sejam de raça branca”³⁰⁹, a qual foi recusada por maioria de votos.

Segundo Stepan, a corrente neolamarckista dos caracteres adquiridos era bastante influente no Brasil ainda na década de 1920 e provavelmente teria vindo via influência francesa, que também era forte no país.³¹⁰ Tal corrente de pensamento se fez de forma “ecclética” no Brasil, misturando-se a “genética ao estilo lamarckista com a linguagem do novo mendelismo”.³¹¹ Ao passo que as leis de Mendel eram aceitas, ainda sim, era deixado um “espaço” para interpretações neolamarckistas de “noção de que de alguma forma a influência do meio poderia alterar permanentemente o plasma germinativo”.³¹² Para essa autora o uso “equivocado” em que se baseavam os eugenistas brasileiros, se dava por conta da eugenia lamarckiana não delimitar uma divisão clara entre natureza e cultura, podendo assim presumir que melhorias poderiam ser alcançadas ao longo do tempo.³¹³

³⁰⁶ STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *op. cit.*, p. 371; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 125.

³⁰⁷ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 16-17.

³⁰⁸ *Ibidem*.

³⁰⁹ AMARAL, A. J. de Azevedo. O problema eugenico da imigração. *op. cit.*, p. 340.

³¹⁰ STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2004, pp. 346-347.

³¹¹ Segundo o Dicionário de Português Online Michaelis, o termo “Lamarckismo” refere-se à “Teoria de Lamarck, segundo a qual a variação das espécies se daria pelo desenvolvimento ou atrofia de órgãos, graças a seu uso intenso ou à sua inatividade, de que resultariam variações de estrutura que se transmitiriam hereditariamente.” Enquanto que “Mendelismo” refere-se à “1. Doutrina formulada por Gregor Johann Mendel (1822-1884), botânico austríaco, em que se explicam os fenômenos de hereditariedade dos caracteres dos organismos, pelo jogo de fatores determinantes desses caracteres existentes nas células sexuais dos progenitores e transmitidos aos descendentes no ato da fecundação, segundo leis determinadas.” In: “Lamarckismo”; “Mendelismo”. Dicionário Online Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Consulta em jun. 2019.

³¹² STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2004, p. 347.

³¹³ *Ibidem*, p. 348.

Diversos autores têm discordado dessa afirmação de Stepan ³¹⁴, argumentando que não havia desconhecimento ou uso “equivocado” do mendelismo por parte dos eugenistas brasileiros, devido às suas conexões de saberes e intercâmbios com países como os EUA e a Alemanha. E mais, que havia um uso combinativo da eugenia “positiva” e “negativa” de acordo com cada personagem sobre temática particular. Ou, ainda, que haveria um “consenso” no “dissenso”, pois se discordavam em questões científicas específicas, concordavam em discutir e trabalhar em prol de um projeto de regeneração nacional baseado na teoria do Branqueamento da população brasileira. ³¹⁵

Tal afirmação pode ser verificada em diferentes intelectuais, nos quais podemos observar um exemplo emblemático na atuação do antropólogo Roquette-Pinto que durante a sua conferência apresentada durante o evento colocara-se ao lado da eugenia mendeliana, dos eugenistas americanos Charles Devenport e Eugen Fischer. Porém,

ao contrário deles, utilizava-se da própria eugenia mendeliana para demonstrar que, no caso da população mestiça brasileira, nada em sua constituição genética denunciava sinal de degeneração. Os problemas que impediam o progresso do país e o melhoramento do aspecto físico e mental de parte de sua população não estariam relacionados à miscigenação, nem à herança biológica, mas sim à desorganização da política nacional, à falta de instrução e saúde. ³¹⁶

Roquette-Pinto afirmava que “as raças” eram “desiguais como as radiações do espectro”, enfatizando assim as desigualdades, enquanto que, ao mesmo tempo, negava energicamente “a possibilidade de se estabelecer hierarquias” entre elas. ³¹⁷ Portanto, o uso da eugenia nos debates nacionais caros à época fazia parte de um movimento no sentido de abrir possibilidades do que esses personagens interpretavam como “aprimoramento

³¹⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p.93-110; MUÑOZ, Pedro. *Clínica, laboratório e eugenia: uma história transnacional das relações Brasil-Alemanha*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Editora FIOCRUZ, 2018.

³¹⁵ SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito?* Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37). 2008. *op. cit.*, p. 132 e 196.

³¹⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: FGV Editora & Editora FIOCRUZ, 2017, p. 378.

³¹⁷ SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça como Questão: História, Ciências e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 103-104.

hereditário” e “ação moralizadora” da população mestiça brasileira via intervenção humana.

318

Dentro desse cenário eclético da eugenia poderiam então ser inseridas as ideias de branqueamento, em que a miscigenação, diferentemente como eugenistas estrangeiros informavam ³¹⁹, “propiciaria um futuro ‘menos moreno’ à população brasileira” através da mistura do povo híbrido nacional com imigrantes brancos vindos da Europa. ³²⁰ Por achar que os caracteres brancos eram preponderantes, idealizava-se que a população se branquearia e o tipo negro e seus “caracteres inferiores” se diluiria, praticamente sumindo dentro de algumas gerações. Tal ideologia de branqueamento tinha em si embutida a tese assimilacionista de que no país não teria havido segregação racial institucional como em outros países, gerando assim um povo harmônico, mas que, na realidade, a elite branca realizava a segregação por através de mecanismos informais. ³²¹

Em seu *Diagramas de constituição antropológica das populações do Brasil* – organizados segundo as estatísticas oficiais de 1872 e 1890, Edgard Roquette-Pinto e João Batista de Lacerda ³²² erroneamente previram que no ano de 2012 os negros teriam desaparecido enquanto que os brancos seriam a maior parte da população. Em 1912, provável

³¹⁸ As conclusões de Roquette-Pinto apresentadas em seu trabalho ao Congresso de Eugenia, que defenderam a tese sobre população brasileira não ser dotada de “qualquer estigma de degeneração” eram de conhecimento de Gilberto Freyre e aparentemente acabaram por influenciá-lo em seu importante e clássico livro *Casa-Grande & Senzala*, de 1933. No prefácio desse livro, Freyre fez menção a um episódio da década de 1920 de quando estudava nos Estados Unidos e viu desembarcar em Nova Iorque marinheiros brasileiros “mulatos e cafuzos”. Expôs nesse texto que o vislumbrar de tais indivíduos andando sob a neve dessa cidade americana causou nele a impressão de que estivesse diante de “caricaturas de homens”, supostos resultados diretos da miscigenação racial que tanto o inquietava. Lamentou então nesse prefácio, que lhe faltou à época quem lhe “disse então, como [...] Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que [...] julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 18. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympo, 1977, p. lvii apud SANTOS, Ricardo Ventura. *Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação*. *op. cit.*, p. 85; ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Notas sobre os typos anthropologicos do Brasil*. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e trabalhos*. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 145.

³¹⁹ Aqui podemos fazer menção ao eugenista e editor britânico K. E. Trounson quando deu a sua opinião sobre a eugenia brasileira ao analisar algumas matérias nacionais enviadas à revista *Eugenics Review* em 1931: concluiu que os brasileiros interpretavam a eugenia “de forma menos restrita” do que os eugenistas anglo-saxões. A “genética e a seleção natural e social” eram “bastante negligenciadas”, onde “a visão” era “mais sociológica que biológica”. In: TROUNSON, K. E. “The Literature Reviewed”. *Eugenics Review*, 13 (1931), p. 236 apud STEPAN, Nancy. ‘A hora da eugenia’. *op. cit.*, 2005, p. 76.

³²⁰ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012, p. 73.

³²¹ STEPAN, Nancy. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. *op. cit.*, 2004, p. 358.

³²² LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. *Roquette-Pinto: Ciência e Humanismo no Brasil do Século XX*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005, pp. 1-11, pp 2-3. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1467.pdf>>. Consulta em jun. 2020.

ano de sua elaboração, através de dados aproximados Roquette-Pinto e Batista de Lacerda atestaram que a população brasileira era constituída por 50,0% de brancos, 9,0% de negros, 13,0% de índios e 28,0% de mestiços, enquanto que em 2012 a mesma foi retratada como provavelmente constituída por 80,0% de brancos, 0% de negros, 17,0% de índios e 3,0% de mestiços.³²³

Após o fim do Congresso de Eugenia e o adentrar aos anos 1930 com suas mudanças na sociedade brasileira, podemos observar, segundo Fábio Koifman, “o ponto mais alto da influência do pensamento eugênico nas atividades do Estado brasileiro” que “ocorreu durante o Estado Novo.”³²⁴ Após a Revolução de 1930, além do *lobby* realizado por vários eugenistas, como no caso da criação da Comissão Central Brasileira de Eugenia por Renato Kehl para propagandear a eugenia entre os membros da Assembléia Constituinte de 1933-34, houve a inserção de eugenistas, adeptos de práticas eugênicas e sanitaristas dentro da administração do estado, como foi o caso de Belisário Penna como Diretor do Departamento Nacional de Saúde e o caso de Roquette-Pinto e Kehl integrando a Comissão para consultoria sobre eugenia e problemas de imigração do recém-criado Ministério do Trabalho.³²⁵

Após o período de democracia parlamentar limitada e o advento da Ditadura do Estado Novo, em 1937, os eugenistas mais radicais continuaram frustrados, pois o novo regime aparentemente não era simpático às medidas de aborto ou esterilização, porém o movimento eugenista teve algumas vitórias. Foram criadas no novo âmbito de gerenciamento da vida social pelo Estado, ainda em 1933, políticas voltadas ao bem-estar infantil, saúde das mães, restrição ao trabalho infantil e feminino, entre outros. Segundo Stepan, na prática essas medidas eram ineficazes, assim como eram as outras conquistas eugênicas, como a exigência de um comprovante de saúde física e mental por parte dos noivos que por ventura quisessem casar-se. Esta última legislação desapareceu com o Estado Novo, porém as anteriores continuaram, ainda que o Estado não tivesse total capacidade de cumpri-las na prática.³²⁶

Stepan, afirma ainda que outro fator importante a considerar foi o modo como o novo regime se apropriou da eugenia inserindo-a no bojo de seu projeto: o de criar uma “consciência homogênea de nacionalidade”, pela qual os seus esforços se concentraram em criar “novos aparatos estatais” para formar um “sentimento de unidade nacional”. Por conta

³²³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *op. cit.*, p. 126.

³²⁴ KOIFMAN, Fábio. *op. cit.*, p. 81.

³²⁵ STEPAN, Nancy. *op. cit.*, 2004, pp. 374-375.

³²⁶ *Ibidem*, pp 373-375.

desse novo direcionamento ideológico: o racismo, ao menos em seu modo aberto, foi condenado, pois poderia atrapalhar o projeto de “nacionalismo excludente” do regime varguista.³²⁷ Em contrapartida, a eugenia durante o Estado Novo ganhou forte espaço nas políticas migratórias de Estado, sendo até mesmo a Constituição Brasileira de 1937 influenciada pelo pensamento eugênico da época.³²⁸ Nesse contexto de repensar a nação e atribuir novas funções ao Estado, achou-se necessário que deveriam ser selecionados os “imigrantes ideais” para o Brasil³²⁹, prestando então a eugenia uma importante contribuição ao “aperfeiçoamento eugênico da raça” nesse período.³³⁰

3.6 “Maternidade consciente” e o “Feminismo e a raça”

Assim como em outros circunscritos aos dias em que se realizaram as comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina, o artigo do dia 6 de julho d’*O Paiz* apresenta extensa descrição de várias atividades ocorridas no dia anterior, tanto as solenes quanto recortes sobre as discussões realizadas nos vários congressos concomitantes. Ao tratar sobre o Congresso de Eugenia é dado destaque a discussão do trabalho do médico ginecologista, professor e filantropo Fernando Augusto Ribeiro Magalhães³³¹, que discutiu

³²⁷ *Ibidem*, p. 377.

³²⁸ LAFER, Celso. Prefácio. In: KOIFMAN, Fábio. *op. cit.*, p. 15.

³²⁹ Para ver sobre restrições à imigração realizadas com base em políticas eugênicas durante o Estado Novo, cf: KOIFMAN, Fábio. *op. cit.*

³³⁰ Essa citação pertence a Getúlio Vargas, que a proferiu em seu “Manifesto à nação” lida na Câmara dos deputados em 14 de maio de 1932 e foi publicado posteriormente no DOU de 16 de maio de 1932 sob o título de “A nação brasileira”: “Pelo aperfeiçoamento eugênico da raça, apressar o progresso do país”. Apud KOIFMAN, Fábio. *op. cit.*, p. 67. Tal citação demonstra a preocupação de Vargas com a questão da constituição populacional brasileira, em especial o seu conhecimento e sua consideração pela eugenia como uma via para o “aperfeiçoamento” da “raça brasileira”.

³³¹ Fernando Augusto Ribeiro Magalhães (1878-1944), médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1899), atuando nela em vários cargos nas áreas de Clínica Ginecológica e Obstétrica (1900-15). Diretor do Hospital Maternidade do Rio de Janeiro (1915-18) e da Faculdade de Medicina (1930), além de reitor da Universidade do Rio de Janeiro (em 1913). Foi deputado pelo Rio de Janeiro à Constituinte (1934) e fundador da entidade beneficente Maternidade Pró-Matre (1918), a qual foi diretor até a sua morte. Foi membro da Academia Nacional de Medicina, da Academia Brasileira de Letras (eleito em 1926 para a cadeira de n. 33, recebido por Medeiros e Albuquerque, sendo presidente desta entre 1929-32), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outras associações nacionais e internacionais. Em sua homenagem o Hospital Maternidade Fernando Magalhães leva o seu nome, o único permitido a realizar processos abortivos legais na cidade do Rio de Janeiro. Cf: Biografia: Fernando Magalhães – site da ABL. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/fernando-magalhaes/biografia>>. Acesso em jan. 2021; CARVALHO, José M. de (Org.). *A Academia Brasileira de Letras: subsídios para sua história*. Rio de Janeiro: ABL, 2009 (Coleção Afrânio Peixoto ; v. 89).

“com grande proficiencia” o tema “Maternidade consciente” e foi “vivamente applaudido” pelos demais congressistas.³³²

O artigo reproduziu parte da apresentação de Fernando Magalhães, que segue:

As questões sexuaes estão no alcance de todo mundo; os médicos collaboram nellas, desviados, como todo mundo. Ninguém há, medico ou não, capaz de insurgir-se contra a physiologia, a que todos se submettem sem appellar para o instincto, nem a intervenção dolorosa, na hora da defesa individual. Mas muitos médicos e muitos sociólogos pleiteam desobediencia á physiologia sexual normal. No entanto, os órgãos todos são propriedade privada, menos os da sexualidade, dos quaes o individuo é apenas depositario por confiança da especie . Do que lhes é proprio, raros se desprendem; o que lhes não pertence muitos querem dispor. No minimo, é deshonesto.³³³

Nesse trecho, o congressista expôs o que para ele seriam as leis naturais e que contra elas, ninguém poderia e conseguiria mudá-las, sendo os indivíduos a elas subordinados. Dentro dessas leis, estaria a de que os órgãos de reprodução humana não pertencem aos indivíduos, mas sim, a toda a espécie humana. A isso ele chamou de fisiologia sexual “normal”, ou seja, para esse médico essa era a norma a seguir. O ginecologista deixa a indicativa de que a ciência deveria interferir na regulação desses órgãos através do Estado e, acrescenta à sua reclamação, que há médicos e sociólogos que desobedecem tal “norma”, oferecendo perigo à espécie e à constituição saudável dos brasileiros.

Fernando Magalhães argumentou que em muitas questões de saúde individual há o consenso em erradicar a enfermidade que aflige determinado indivíduo, porém quando esta era uma enfermidade coletiva, a mesma atenção e respeito não são dados. Acusando que muitos médicos e pacientes ousavam ir contra as leis imutáveis da natureza. Seguindo o raciocínio desse médico, o indivíduo dotado de um órgão concedido pela espécie, não poderia utilizá-lo como bem entendesse.

Como ginecologista atento as discussões sobre a maternidade de seu tempo, o foco desse controle para Magalhães não poderia ser outro se não o corpo das mulheres, como bem coloca em trecho de sua fala sobre a “maternidade consciente”:

³³² “As Commemorações do centenario da Academia Nacional de Medicina”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1929, p. 4.

³³³ *Ibidem*.

Chamam a tudo isso maternidade consciente. Consciente de quem? Consciencia do tarado, do doente, do desesperado. Remedio para essa desordem, a fraude praticada pelas vontades perturbadas. E a eugenia, perguntarão, com esses doentes, esses tarados, esses energyricos, a procrearem desabusadamente? Para isso, o remedio não é a liberdade, mas a tutela pela proteção, pelo cuidado, pelo ensino do individuo que tem de ser subordinado.

A locução “maternidade consciente” está adulterada; melhor será dizer “maternidade consagrada”. A responsabilidade dos dirigentes intelectuaes e politicos está traçada na phrase de Picard: “Sendo a maternidade uma função social, é preciso honrar e remunerar essa função”.³³⁴

Infelizmente esse é mais um dos trabalhos que não constam no volume I dos trabalhos do Congresso de Eugenia e não o encontramos na lista de trabalhos que seriam publicados nos volumes subsequentes. Podemos, porém, encontrar o trabalho “Maternidade consciente” publicado nesse volume I com a indicação de que a autoria seria do médico e eugenista Castro Barreto. Nesse trabalho foi defendido a importância de uma educação eugênica no sentido de criar um curso de maternidade para a formação de meninas em idade pré-adolescente. Seriam ofertadas duas aulas por semana com duração de uma hora cada no próprio local onde essas meninas já estudassem.³³⁵

É provável que houve dois trabalhos com esse mesmo título, algo comum nesse congresso. Há indicação nesse sentido ao verificarmos tanto esse artigo de jornal citado quanto nas atas do evento do dia 5 de julho de 1929.³³⁶ Sobre os trabalhos do Congresso de Eugenia, em geral, há tanto repetições de títulos/temas em apresentações, como há também erros de digitação e enganos sobre título e autoria. Esses erros ocorreram tanto na publicação das *Actas e trabalhos* quanto na ocasião do evento, o que gerou algumas discussões e problemas para os seus autores. Veremos dois exemplos disso nos dois próximos subcapítulos dessa dissertação.

Sendo assim, não podemos encontrar toda a argumentação desse trabalho. Podemos somente verificar, com base nesse único trecho disponível no artigo de jornal d’*O Paiz* e através da bibliografia disponível sobre o médico Fernando Magalhães, sobre a sua preocupação e interesse na regulamentação da maternidade e assim, na regulação do corpo feminino. Além também, sobre a responsabilização dos intelectuais, ele incluso, mais o

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ BARRETO, Castro. Maternidade consciente. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 321-325.

³³⁶ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 34.

Estado no tocante à maternidade. A não observância desses preceitos e a permissividade em deixar ao indivíduo a regulação de sua procriação, além da precária ou a total falta de assistência em relação ao parto, configurava-se para esse ginecologista como um perigo e incentivo a expansão de “taras” diversas.³³⁷

Para essa realização, a proposta de Magalhães “estabelecia que o Estado fosse o provedor da assistência e incentivava a hospitalização de todas as parturientes, com o consequente controle médico do corpo da mulher e do campo obstétrico”. Modelo a qual acabou por ganhar gradativamente espaço e tornar-se preponderante na década de 1930, quando houve “o aumento do número de maternidades e de leitos maternos na cidade do Rio de Janeiro”, “o que também significou o aumento do número de partos normais realizados por médicos, os únicos que faziam oficialmente partos nos hospitais”.³³⁸

Argumentação nessa mesma direção foi posta por Fernando Magalhães em artigo da revista *Clinica Obstétrica*, sob o título “A orientação obstétrica no Brasil: ensino e pesquisa”. Esse texto data de junho de 1930, ou seja, no ano seguinte ao Congresso de Eugenia e provém de uma conferência realizada em Paris, França. Demonstrando isso como as discussões que ocorreram no Congresso de Eugenia, assim como antes dele já eram postas, continuaram a aparecer após o mesmo, sendo que muitos textos aparecem em suas versões preliminares nos trabalhos apresentados no evento. Podemos acompanhar nos trabalhos apresentados no Congresso de Eugenia o desenvolvimento de ideias, debates e textos que ao longo dos anos subsequentes seriam empregadas em outros congressos científicos, conferências, trabalhos, palestras e livros pelos diversos intelectuais que do evento participaram, constituindo inclusive propostas de projetos de lei.

Segundo Larissa Souza o periódico *Clinica Obstétrica* destinou-se a registrar os trabalhos de Magalhães e no referido artigo de junho de 1930 ele abordou o histórico da atuação médica com enfoque na construção da prática obstétrica. Destacou “a construção de uma nova maternidade no Rio de Janeiro, citando a importância de tratar-se de uma instituição separada de um hospital”. Reafirmou assim, “a visão do papel social específico da mulher na sociedade naquele contexto”, que seria definido por seu sexo biológico, âmbito

³³⁷ O termo “tarado” usado por Magalhães não se refere à licenciosidade sexual ou a algum crime de abuso sexual como hoje esse termo pode ser compreendido no senso comum, mas sim remete a algum tipo de “falha”, de suposto “defeito” entendido à época. Por isso, podemos encontrar trabalhos que tratam pessoas portadoras de deficiência física e/ou mental como “tarados”, ou seja, portadores de “taras”.

³³⁸ PROGIANTI, Jane M. Modelos de assistência ao parto e a participação feminina. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF); 57(3), pp. 303-5, mai./jun. 2004, p. 304.

focal de atuação para o desenvolvimento do “papel da obstetrícia como mantenedora das ‘obrigações raciais’”.³³⁹

Para Fernando Magalhães, era através do sexo que a mulher ligava-se “à eternidade da espécie”, e seu aparelho genital feminino não lhe pertencia, mas sim à raça e a mulher era somente dele um “depositário”. Assim, nesse artigo de 1930 Magalhães desenvolve argumento idêntico ao do trecho citado da *these* “Maternidade consciente” de 1929, complementando novamente com a responsabilização dos “legisladores e condutores de opinião” sobre o “dever” de manter vivo na memória os “atributos” e as “obrigações femininas”.³⁴⁰ Sendo assim, para Larissa Souza, apoiando-se nas reflexões de Maria Barreto e Fabíola Rhoden, a defesa de um espaço reservado nos hospitais para gestantes e recém-nascidos se devia a campanha em prol de um ideal de nacionalidade e higienismo em voga no século XX, onde uma de suas pautas era a busca do combate à alta taxa de mortalidade infantil ao mesmo tempo em que se construía “uma ciência da mulher baseada na diferença entre os sexos”, atribuindo à mulher a função social da maternidade.³⁴¹

Nas Atas das reuniões do evento é citado que Fernando Magalhães leu seu trabalho, porém esse documento não deu muitos detalhes sobre seu conteúdo, diferente do que pudemos encontrar no artigo d’*O Paiz* abordado aqui. Nas Atas é informado somente que outros dois congressistas também apresentaram trabalhos sobre o mesmo tema e que ao ser posta em debate, o congressista do Peru, o médico Carlos Enrique Paz Soldán³⁴² manifestou a sua alegria em verificar o acordo de suas ideias com as apresentadas por Magalhães. Citou que esse trabalho foi “precisamente” uma das teses abordadas pelos soviéticos e que não era uma das que poderiam angariar um voto absoluto. Mas que, dentro de suas teses “socialista e liberal”, no Peru eram considerados dois fundamentos, o de povoar o país com indivíduos que se “sintam verdadeiramente peruanos” e que a contribuição do pai e da mãe na formação dos filhos não era idêntica, logo, tinha-se como objetivo oferecer as gestantes “conforto material e

³³⁹ SOUZA, Larissa Velasquez de. Fontes para a história da ginecologia e obstetrícia no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.4, pp. 1129-1146, out.-dez. 2018, p. 1144.

³⁴⁰ MAGALHÃES, Fernando. A orientação obstétrica no Brasil: ensino e pesquisa. *Revista Clínica Obstétrica*, ano 3, n.28, pp. 69-86. jun. 1930, p. 74 apud SOUZA, Larissa Velasquez de. *op. cit.*, p. 1144.

³⁴¹ SOUZA, Larissa Velasquez de. *op. cit.*, p. 1144.; BARRETO, Maria Renilda Nery. Pro Matre: arquivo e fontes para a história da maternidade no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.18, supl.1, pp. 295-301. 2011; ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

³⁴² Carlos Enrique Paz Soldán (1885-1972), de Lima, Peru. Médico, humanista, sanitarista, poeta, orador e fundador da Medicina social em seu país.

moral”.³⁴³ Paz Soldán, assim como Magalhães, situou a mulher como público alvo das políticas públicas sobre a maternidade e afirmou sobre a necessidade do Estado promover políticas para interferir e proteger a gestação.

Outro participante do congresso, o jurista Emilio Pimentel de Oliveira dissera “extranhar a denominação” dos trabalhos apresentados, pois argumentou que a maternidade tinha origem na fecundação e essa é advinda de ato involuntário e inconsciente, dependendo o período de gestação não somente da vontade ou consciências do homem ou da mulher, pois havia a disposição legal que puniria a interrupção da gravidez, caracterizado pelo crime de aborto. Lembrou ainda, que “a procreação é dever imposto aos seres vivos sobre o qual se funda a perpetuidade da espécie” e no caso da espécie humana, ainda seria um dever social e de patriotismo. Logo, segundo Emilio Oliveira, “o premio ora lembrado” por Magalhães não se justificava, pois “não se pode premiar o que na realidade não existe”, ainda mais quando esta “resulta apenas da imposição legal”. Sobre tal “prêmio”, não pudemos encontrar em nenhuma das fontes esclarecimento sobre o que exatamente se trata, porém diante do histórico de ideias apresentadas por Fernando Magalhães, podemos inferir que se referia a uma proposta de que o Estado oferecesse alguma quantia em dinheiro como ajuda de custo para a mulher gestante. Essa discussão de Emilio Oliveira com Fernando Magalhães e Paz Soldán nos demonstra diferentes visões sobre qual deveria ser a atuação do Estado referente à maternidade, em especial no tocante a discussão sobre como se dariam os gastos públicos com essa questão.

Oliveira comentou ainda sobre “o facto da lei especial referente ao abandono da mulher grávida pelo marido” e indicou que o Congresso médico sugerisse ao governo medidas de proteção legal a todas as gestantes, assim como as já existentes para as funcionárias públicas e operárias.³⁴⁴ Aqui vale lembrar que a preocupação quanto à proteção a maternidade e a criança foram incluídas na Constituição promulgada em 1934, a qual contou com a colaboração e participação como deputados constituintes de diversos médicos e defensores em diversos níveis da eugenia. Essa questão aparece em seu artigo 138, nos seguintes itens: “c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa”.³⁴⁵

³⁴³ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 34.

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Diário Oficial da União. Seção 1. 16 jul. 1934.

Apesar de ter o corpo da mulher e as questões em torno da reprodução humana como centrais em diversas pautas de discussões propostas para o maior evento da eugenia nacional, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia contou com a participação de somente uma única mulher em sua lista de trabalhos elencados a compor o segundo ou terceiro volume dos trabalhos escolhidos do evento. De nome Maria Antonieta de Castro ³⁴⁶, apresentou o trabalho “A influência da educação sanitária na redução da mortalidade infantil”, que acabou ficando de fora do único volume publicado. ³⁴⁷

Na presente pesquisa, em todos os artigos de periódicos apurados, não houve uma única ocorrência sequer sobre o trabalho ou apresentação de Maria de Castro, em se tratando de resumo, resenha, citação de trecho ou uma entrevista com a professora. O que pôde ser encontrado foi a citação do nome dela e o título de trabalho nos muitos artigos com a listagem de adesões de novos nomes ao Congresso e lista geral de trabalhos do evento. Ao verificar, tanto a listagem de trabalhos elencados para comporem os três volumes dos trabalhos completos do evento, quanto extensas listagens com todos os trabalhos a serem apresentados no evento, esse último em artigos de jornais datados da véspera do evento, só foi encontrado o nome de Marieta Castro como a única participante feminina a apresentar trabalho. Para além dela, participou Celina Padilha como secretária do evento. Não logramos encontrar registros de demais participantes femininas que possam ter tido. ³⁴⁸

Tal fato, pode se dever a Marieta residir em São Paulo e não estar próxima dos responsáveis pelos jornais e demais periódicos cariocas ou mesmo por conta de nem todos os trabalhos apresentados terem tido algum destaque nos periódicos do Rio de Janeiro. Porém, o

³⁴⁶ Maria Antonieta de Castro (1892-1984) foi professora e “uma das primeiras Educadoras Sanitárias do país, fazendo parte, do Primeiro Curso de Educadoras Sanitárias do Instituto de Higiene de São Paulo criado em 1925, com formatura em dezembro de 1927”. “A partir de 1927, Maria Antonieta de Castro foi designada para o cargo de Educador Sanitário Chefe da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde (IESCS), órgão criado pela reforma de 1925, dependência da Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Com esta nova função, sua prática pedagógica ampliou seu diálogo não somente com o ensino das primeiras letras, mas também com o ideário higienista e eugenista do período e, portanto com questões da saúde que favoreceriam a ‘revigoração da raça’”. In: “Maria Antonieta de Castro”. Site da NIEPHE/FEUSP. Disponível em: <<https://sites.usp.br/niephe/mulher-inovadoras/maria-antonieta-de-castro/>>. Acesso em nov. 2020.

³⁴⁷ Vanderlei de Souza e outros informam que esse trabalho estaria disponível no Arquivo de Antropologia Física, de responsabilidade do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional/UFRJ, junto com todos os documentos disponíveis referentes ao Congresso de Eugenia. Ele é um dos trabalhos inéditos que estavam disponíveis nesse arquivo. Cf. SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.3, pp. 763-777, jul.-set. 2009, pp. 770-771.

³⁴⁸ Para conferir listagem das apresentações de trabalho e conferências que foram elencadas para ocorrer no Congresso de Eugenia, registradas às vésperas do evento, indicamos o seguinte artigo o qual reproduzimos em sua íntegra no anexo 2 dessa dissertação: “Diversas notícias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1929, p. 9.

fato dela ser possivelmente a única mulher que apresentou trabalho no evento, é digno de nota. Para Anderson Carlos, Fernanda Franzolin e Márcia Alvim, ao problematizarem as relações de gênero no Congresso Brasileiro de Eugenia, por mais que as políticas eugênicas estivessem centradas na “mulher como alvo de controle da questão reprodutiva”, o “trabalho de eugenistas brasileiros sujeitava a ciência a princípios de hegemonia masculina e, concomitantemente, de submissão feminina”.³⁴⁹ Portanto, a ausência de participação feminina aqui lembrada não é mero acaso, mas faz parte de como a eugenia era operacionalizada dentro das forças de seu campo de atuação e reflete a exclusão feminina de diversos setores, movimentos e debates que ocorriam à época.

Segundo Vanderlei de Souza e outros autores, Marieta de Castro apresentou trabalho sobre as atividades da Inspetoria de Educação Sanitária do Estado de São Paulo no tocante à saúde materna e infantil, onde buscou afirmar que “os programas de puericultura, higiene pré-natal e de educação materna eram fundamentais na geração de uma prole saudável”. Para isso utilizou-se de gráficos e dados estatísticos, além de gráficos, ilustrações e fotografias.³⁵⁰ Vemos aqui mais um trabalho que enfocou na questão da educação como um importante fator para alcançar uma situação saudável e eugênica.

Apesar de Castro ter sido a única mulher que apresentou trabalho no evento, isso não quer dizer que ela foi a única mulher interessada em participar, pois Maria Lacerda de Moura, uma militante feminista do movimento anarquista, enviou carta endereçada ao presidente do evento reivindicando a sua participação e tecendo reclames sobre a lista dos inscritos não ter “um só nome de mulher!”.³⁵¹ Para a reivindicante, um “congresso de eugenia só de homens”, seria a prova “de que estamos muito distantes da solução do problema”. Moura expôs ainda a sua visão sobre a eugenia, onde seria “inútil pensar em Eugenia, em defesa da espécie, se a mulher é escrava social do preconceito sexual, através da monogamia hipócrita.”³⁵²

³⁴⁹ CARLOS, Anderson Ricardo; FRANZOLIN, Fernanda; ALVIM, Márcia Helena. Problematizações das relações de gênero no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo biológico e controle reprodutivo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.3, pp. 781-801, jul.-set. 2020, p. 782 e 798.

³⁵⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. *op. cit.*, p. 770.

³⁵¹ Maria Lacerda de Moura, 25 mai. 1929. Fundo Pessoal Renato KEHL, DAD-COC/FIOCRUZ apud GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. 2015. 276 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, p. 167.

³⁵² *Ibidem*.

Assim como Weber Goés em sua pesquisa, não encontramos o nome de Maria de Moura ³⁵³ ou de seu trabalho de título “A emancipação feminina” entre os listados para a publicação em um dos três volumes do opúsculo do evento, bem como não encontramos qualquer menção a seu nome nos artigos de periódicos enfileirados para essa pesquisa, o que nos leva a crer que ela não participou do evento. Apesar de sua não participação e de seu trabalho não ter sido apresentado, Maria de Moura pôde nos deixar através dessa carta o seu protesto, a sua interpretação sobre o evento e a sua concepção sobre o lugar da mulher dentro do movimento eugenista, que era contrário ao defendido por muitos dos congressistas, como é o caso de Fernando Magalhães. A concepção de Maria de Moura aproxima-se do entendimento da mulher como protagonista dentro movimento eugênico e não somente como foco de aplicações de políticas, considerada como um “depositário” pertencente à “raça”, a sofrer intervenção e ser “zelado”.

É na direção contrária aos argumentos de Moura que se mostra outro trabalho apresentado no Congresso de Eugenia por Fernando Magalhães datado do dia 3 de julho de 1929, ao qual só podemos ter acesso a trechos expostos n’*O Brazil-Médico*, uma revista semanal de medicina e cirurgia da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. De título “O feminismo e a raça”, esse é mais um trabalho possivelmente inédito nas fontes sobre o evento conhecidas até então. O texto que trata sobre esse trabalho de Magalhães nas Atas do evento é bastante sucinto, informando somente que o orador quis apresentá-lo “como advertência do perigo que ameaça a raça com o feminismo” e, por isso, não a trouxera para ser votada. ³⁵⁴

Já o trecho apresentado no artigo da revista médica nos informa mais detalhes, tendo iniciado com a fala de Magalhães sobre o voto feminino, onde ele afirmou entender que as mulheres “podem votar, mas não devem fazê-lo”. E “quanto ao assumpto propriamente em causa – o feminismo – considera-o anti-eugenico”. Assim, para ele,

³⁵³ Maria Lacerda de Moura (Manhuaçu/MG, 1887-1945, Rio de Janeiro/DF) foi uma das maiores influenciadoras do pensamento feminista no Brasil. Formou-se professora normalista e lecionou na educação primária de sua cidade de nascimento. Tinha como norte a pedagogia libertária, tendo importante atuação em campanhas de alfabetização de adultos, onde ajudou a fundar a Liga Contra o Analfabetismo (1912). Junto com a bióloga, política e ativista feminista Bertha Lutz fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1919), presidindo também a Federação Internacional Feminina. Publicou em 1924 a obra "A mulher é uma degenerada", que visava ser uma defesa das mulheres e uma resposta a ideias em voga na psiquiatria da época que as inferiorizava. In: FIUZA, Adriana Aparecida de F.; ACHRE, Simone P. Revisitando o nascimento da teoria feminista no Brasil a partir de “A mulher é uma degenerada”, de Maria Lacerda de Moura. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1, pp. 16-31, 2020, pp. 18-22.

³⁵⁴ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 24.

O feminismo, – que nasceu da opressão secular exercida pelo homem sobre a mulher, que hoje procura desatar os seus grilhões e que atira a mãe de família á arena agitada de todas as competições sociaes com o sexo forte, que a extenua nos labores das actividades remuneradas extra-domiciliares, o feminismo que exalta sobremaneira a fantasia e a imaginação da mulher, – consiste um factor que influe, por tudo isso, desfavoravelmente do ponto de vista biologico sobre o embryão isto é, sobre a futura entidade humana.³⁵⁵

Para o ginecologista, a função primordial biológica e social das mulheres era a maternidade e as mudanças às quais as sociedades ocidentais vinham experimentando com a crescente reivindicação de movimentos feministas, seja por direito ao voto, seja por direito ao trabalho e renda e etc, eram vistos como empecilho e risco a boa gestação do embrião e saúde da mãe. Sendo assim, o feminismo era contrário ao seu projeto de maternidade moderna ao qual ele vinha trabalhando, assim como seria contra a sua visão da mulher como sexo frágil e que deveria ficar restrita ao lar, protegida, inclusive pelo Estado, em especial quando esta fosse passar pela gestação de um filho.

O trabalho “feminismo e a raça” não foi posto para ser votado, como pedido pelo próprio médico, sendo assim, não podemos saber se as teses seriam aprovadas ou não. Porém, podemos observar que este trabalho teve espaço enquanto o de Maria de Moura foi preterido, mostrando quais os possíveis direcionamentos buscados pelo conjunto do Congresso de Eugenia, ao menos em relação à sua diretoria responsável pela escolha dos trabalhos a comporem o evento.

3.7 “Accordo conjugal”, divórcio e “pilherias”

Mesmo não tendo sido posto para ser votado, o trabalho de Fernando Magalhães sofreu objeções por parte do acadêmico Medeiros e Albuquerque³⁵⁶, lembrando este que “a patria do fundador da eugenia, habitada por uma raça forte, inteligente e activa, acaba de

³⁵⁵ “O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Brazil-Médico*, Ed. 29, pp. 842-845, 20 jul. 1929, p. 843.

³⁵⁶ José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (Recife/PE, 1867-1934, R. de Janeiro/DF), foi funcionário público, “jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista”. Membro fundador (cadeira n. 22) da Academia Brasileira de Letras, professor da Escola de Belas Artes (desde 1890), aluno particular de Silvio Romero e cursou História Natural com Emílio Goeldi. Fez parte do grupo republicano à época da Proclamação da República. Foi deputado federal por Pernambuco e diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1897). É autor da letra do Hino da Proclamação da República (1890). Editado de: Biografia: Medeiros e Albuquerque. Site da ABL. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/medeiros-e-albuquerque/biografia>>. Consulta em nov. 2020.

conduzir por eleição mulheres ao seu parlamento e até uma ministra”.³⁵⁷ Esta fala nos mostra a variabilidade de opiniões em alguns debates do Congresso de Eugenia, que já ocorriam em outros âmbitos da sociedade.

Não há o registro sobre qual foi a fala de resposta realizada por Magalhães, somente que este se levantou novamente e defendeu seus argumentos.³⁵⁸ Logo em seguida foi o próprio Medeiros e Albuquerque que se pôs a apresentar o seu trabalho de título “Accordo conjugal e eugenia”, e logo após a leitura foi “muito applaudido pela assembléa”.³⁵⁹

Porém, logo em seguida o médico Joaquim Moreira da Fonseca pediu a palavra e lamentou que o acadêmico Medeiros e Albuquerque tenha “feito humorismo” sobre a eugenia e que seria necessário, com base em sua tese, que os cônjuges usassem um “apparelho syntonizador”. O presidente da sessão então lê as conclusões de M. e Albuquerque novamente e são elas: “1º – A procura do accordo psychologico entre conjuges, aparte o seu caracter moral, tem tambem indiscutivel valor eugenico; 2º – Seria util organizar tests os quaes pudessem medir esse accordo”.³⁶⁰

Seguem-se daí apartes de vários congressistas que viram incongruências no trabalho por diversos possíveis motivos e assim o indagaram. Entre eles, Eugênio Vilhena de Moraes³⁶¹, que elogiou as qualidades do acadêmico e seu ofício como escritor, porém dizendo não concordar com a *these* em questão. Colocou-se contra a mesma por achar que se a família continua, “apezar de todas as tentativas que se fazem para destrui-la, é porque o accordo [conjugal] existe”. Já Fernando Magalhães disse não poder concordar com a segunda conclusão, pois constituiria “mais um elemento de dissolução de casaes”, onde é acompanhado por Barbosa de Oliveira que teve a mesma conclusão e afirmou que a aplicação

³⁵⁷ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 24.

³⁵⁸ “O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Brazil-Médico*, *op. cit.*, p. 843.

³⁵⁹ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *op. cit.*, 1929, p. 24.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 25.

³⁶¹ Eugênio Vilhena de Moraes (Campanha/MG, 1887-1981, Rio de Janeiro/RJ), advogado e professor. Cursou Direito, formando-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, hoje integrante da UFRJ (1907). Foi Diretor do Arquivo Nacional (1938-58) e inspetor de Ensino do MEC, com exercício em diversos colégios particulares. Pertenceu ao Centro D. Vital (associação de leigos católicos), ao Instituto de Geografia e História Militar Brasileiro e foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1921). “Fraco, desde menino, quando foi levado a Aparecida do Norte, recuperou-se da doença, o que considerou milagre da Virgem, ‘com pouco mais de 40 anos’ [...]. Seus ideais de vida, atestava-o Pedro Calmon, foram a família, a religião e a pátria”. “Possuía muitas condecorações e medalhas, principalmente das Forças Armadas e do Vaticano” e publicou os textos “Qual a influência dos jesuítas em nossas letras. Decaíram depois da saída dos discípulos de Santo Inácio de Loyola?” (IHGB, 1º Congresso de História Nacional, 1921), “O patriotismo e o clero no Brasil” (R. IHGB, 153, 1926), “A Padroeira do Brasil”. (RJ: Centro D. Vital, 1929), entre outros. Editado de: “Socios falecidos brasileiros: Eugênio Vilhena de Moraes”. Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/EVMorais.html>>. Consulta em nov. 2020.

dessas medidas seria imoral e impossibilitaria o matrimônio. Enquanto que o médico e membro da Academia Brasileira de Letras, Cândido Firmino de Mello Leitão julgou “não ser o accordo psychologico um valor eugenico” e que a má influência que M. e Albuquerque afirmou a criança sofrer com pais em “desacordo”, “nada” teria “que ver com a eugenia”.³⁶²

Sobre o conteúdo do trabalho de Medeiros e Albuquerque, nas atas do evento só constam essas duas conclusões, assim como há o título do mesmo na lista para a publicação futura que não ocorreu. Sendo assim, com base somente nas discussões das atas não há como inferir sobre os motivos da acusação sofrida pelo acadêmico de fazer “humorismo” em um congresso científico, nem sobre o que se tratava seu trabalho em mais detalhes. Porém, com o auxílio de artigos dos periódicos recolhidos para essa pesquisa, os mesmos podem nos ajudar com mais peças para nosso “quebra-cabeça” analítico sobre as discussões no âmbito do Congresso de Eugenia.

No artigo “Eugenia e accordo conjugal” do dia 21 de julho de 1929 do *Jornal do Commercio*, pode ser encontrado o trabalho apresentado por Medeiros e Albuquerque ao Congresso de Eugenia na íntegra.³⁶³ Possivelmente pode ser uma versão levemente modificada, já que possivelmente ele a publicou no jornal para ajudar em sua defesa contra os ataques e críticas que ele e seu trabalho receberam. Conta esse artigo com praticamente quatro colunas completas de texto divididas entre duas páginas, nas quais o acadêmico apresenta os argumentos que foram muito criticados por outros congressistas.

M. e Albuquerque em seu trabalho elevou os fatores psicológicos à considerável importância quando da questão do matrimônio, onde afirmou não bastar os “reproductores” serem sadios e fortes. Chamou a atenção de que esses fatores estariam sendo negligenciados e a eugenia sendo até o momento uma “simples zootecnia applicada a animaes conscientes”. Para ele, mesmo estando sadios de corpo os dois indivíduos de determinado casal, caso um deles tivesse a certeza de que viveria em perpétuo desacordo com o outro, seria insensato que fosse aceita essa união.³⁶⁴

Afirmou que “questão” para ele não era de “simples moralidade” ou de “conveniencia dos conjuges viverem em harmonia”, mas sim era “um caso de eugenia”. Citou que “psico-analistas” teriam demonstrado que “revoltados, criminosos e prostitutas”,

³⁶² 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 25.

³⁶³ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. “Eugenia e accordo conjugal”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, pp. 4-5.

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 4.

provinham de “casas desunidas”, enquanto que criticou o “Decalogo catholico”, que “aos seus outros preceitos” não estaria dando “nenhuma sennção immediata”. Mas, estaria somente mandando aos filhos honrarem pai e mãe, como se através disso teriam o necessário para viver bem. Diferente do preceito religioso, o acadêmico argumentou que, se “os filhos pequenos veem os pais em disputa, insultando-se, injuriando-se, accusando-se reciprocamente, fica logo sabendo que essa autoridade sagrada não vale coisa alguma”. Sendo assim, o desacordo entre os pais ficaria “depositado solidamente no Inconsciente” das crianças, tornando-os inconsequentes e nutridos com “desprezo pela sociedade e por todas as autoridades”.³⁶⁵

Para a determinação da existência ou não desse tal “desacordo conjugal”, Medeiros e Albuquerque assumiu que não seria fácil de diagnosticá-lo, pois era de difícil determinação a sanidade psicológica e alguns autores já teriam tentado achar a compatibilidade conjugal na “determinação dos sangues”. Porém, para ele, seria mais satisfatório investigar a questão do ponto de vista psicológico e examinar o “acordo de genios” que repousaria “sobre uma certa identidade de formas de associações de ideias”.

Comentou que para verificar qual era “o genero de associações de ideias de cada pessoa”, o avaliador deveria dizer uma “palavra-estimulo” e “provocativa” para que assim o avaliado a respondesse de imediato com outra palavra que tivesse relação com a proferida pelo avaliador.³⁶⁶ Através disso, poderiam ser observados padrões e serem identificados antagonismos ou não nos casais, que poderiam ter “mechanismos cerebrais” “inteiramente antagonicos”. E, “pensando nas varias tentativas para determinar o caracter dos individuos de um modo rapido e preciso”, o congressista apontou ser impossível não se lembrar do trabalho de June Downey da Universidade de Whyoming sobre seus “tests de character” que foram expostos na obra “Will Temperament and its testing”,³⁶⁷ a qual ele pareceu se basear para escrever o trabalho que apresentou ao Congresso de Eugenia.

³⁶⁵ *Ibidem.*

³⁶⁶ *Ibidem.*

³⁶⁷ *Ibidem.* Segundo João Almino, M. e Albuquerque considerou a ele mesmo como um inovador no campo da psicologia, ao sugerir que seu livro de 1924 de título “Tests: introdução ao estudo dos meios científicos de julgar a inteligência e a aplicação dos alunos”, teria sido a primeira publicação brasileira sobre o tema da avaliação psicológica. Esse livro tratou “da utilização de testes de inteligência individuais e coletivos e da aplicação de testes na avaliação da aprendizagem”. In: ALMINO, João. Medeiros e Albuquerque: Irrequieto inovador. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, fase IX, ano 1, n. 95, pp. 45-52, abr./mai./jun. 2018, p. 49. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira-no95>>. Acesso em set. 2020.

Continuou a sua exposição, indagando sobre como então poderia “entrar no diagnostico de cada” um e “como forçar, por um subterfugio, os dois a revelar pelo menos se podem estar de accordo ou, como diz uma comparação grosseira, mas muito popular, se podem ‘puxar juntos’” o “mesmo carro”. Foi “pensando nisso” que Medeiros e Albuquerque afirmou propor um “test possivel de accordo entre quaesquer pessoas”, onde este tinha “quase o ar de um jogo de salão”, mas que, não o escolheu para “fazer um trabalho humorístico; mas sim porque o humorismo era o unico meio que havia para chegar a revelação involuntaria de certas tendencias inconscientes”. O “humorismo” seria aí, “portanto, uma coisa muito seria”. Citou Sigmund Freud sobre “o chiste” e a “graça”, onde indicou que o “espírito” serviria para “dar expressão a sentimentos reprimidos”. E, por isso, “atraves dos sentimentos manifestados, graças ás frases de espirito e ás anedotas em que qualquer pessoa ‘acha graça’”, poderia ser feito “uma certa sondagem psicológica dos seus sentimentos”.³⁶⁸

Foi então, partindo desses argumentos, que o congressista formulou seu “test de accordo psicologico” que buscou verificar “ate que ponto” o casal avaliado “concordam entre si”. E explicou: “A coisa é aliás das mais simples. Acharão adiante 24 anedotas, marcadas com letras” e cada avaliado deveria classificar essas anedotas na ordem de sua preferência para ser realizada uma posterior contagem. Assim, Medeiros e Albuquerque finalizou sua argumentação explicando os vários pontos referentes às regras propostas para o processo de contagem de pontos, alertando que por menor desacordo que um casal tenha, nem “mesmo um ditador, que tivesse força para isso, não deveria querer que só se casassem os examinados que chegassem ao perfeito accôrdo”. Sendo então, o “ensaio” por ele escrito, “de certo muito imperfeito”, mas que buscou apenas mostrar um modelo para a organização de testes de “accordo psicologico” futuros. E, ao final, elencou na íntegra as 24 anedotas das quais transcrevemos abaixo somente três:

– (A) – Armando, embora ao lado da esposa passou toda a noite sonhando com prazeres inteiramente extra-conjugaes. Duas vezes, occorreu-lhe mesmo dizer em voz alta um nome de mulher: “Irene! Irene!

De manhã a esposa o interpellou, querendo saber quem poderia ser essa Irene. Elle, porem, respondeu-lhe sem embaraço:

– Pois tu não sabes que é um Cavallo de corridas?!

³⁶⁸ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. “Eugenia e accordo conjugal”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, pp. 4-5.

E com um beijo a scena acabou ahi. Com outro beijo, recomeçou, porém, á tarde, quando elle voltou do trabalho e, segundo o seu costume depois desse carinhoso gesto, perguntou á mulher o que tinha havido de novo. Ella lhe respondeu, calma, com uma admiravel ironia:

– Nada! Apenas o cavallo de corridas telephonou para cá duas vezes, á tua procura...

b) – Quando o Tenente de Tesson, ajudante de ordens do Marechal Joffre, esteve em Washington, uma Americanazinha linda e entusiasta aproximou-se e perguntou-lhe se na guerra tinha tido occasião de bater-se peito a peito com os allemães e de matar alguns. O official respondeu affirmativamente. Embora, pela natureza das suas funcções, não costumasse estar na vanguarda, algumas vezes esteve e combateu. De uma dellas, foi forçado a matar varios inimigos.

– Com qual das mãos? – inquiriu a Americana.

O ajudante de Campo do General Joffre, que nunca foi canhoto, levantou um pouco admirado da pergunta, a mão direita e disse singelamente:

– Com esta!

A moça precipitou-se, tomou-lhe a mão e cobriu-a de beijos.

Outro official que ouvira todo o dialogo e assistira á scena, murmurou a De Tassan:

– Felizardo!

Mas elle respondeu desapontado:

– Felizardo nada! Burro é que eu fui! Devia ter dito que eu matara os allemães a dentadas...

[...]

f) – A’ cabeceira de um pobre homem doente, o medico falando á mulher do enfermo:

– Seu marido precisa principalmente de descanso. Eu receitei um narcotico.

– E quando devo da-lo a elle?

– Não; não tem nada que dar a elle. E’ para a senhora tomar. ³⁶⁹

Ao fim da transcrição das 24 anedotas, o trabalho encerrou com a recommendação das duas conclusões já anteriormente citadas.

Após a apresentação desse trabalho e estando a sofrer diversas críticas durante o evento, Medeiros e Albuquerque explicou “mais uma vez os fundamentos das conclusões que propõe” e assim o presidente da sessão as colocou em votação. Vilhena de Moraes tentou

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 5.

impedir a votação dessas conclusões requerendo “que se vote a preliminar ‘se taes conclusões são objeto de votação’” e a mesma foi rejeitada. Tendo entrado então para a votação a primeira conclusão foi “regeitada por 30 votos contra 23”, ficando a segunda conclusão então “prejudicada”.³⁷⁰

Na edição do dia 14 de julho de 1929 de *A Cruz*, órgão da Parochia de São João Baptista do Rio de Janeiro e “sob os auspícios da Confederação Catholica do Rio de Janeiro”³⁷¹, há quatro artigos não assinados dedicados a discutir acontecimentos do Congresso de Eugenia. Três deles são sobre a apresentação de Medeiros e Albuquerque, os quais não lhe foram nada elogiosos. O primeiro deles, de título “Ao léo”, comentou sobre terem ocorrido “galhardamente” as celebrações do aniversário da Academia de Medicina, onde o Congresso de Eugenia “foi, de certo, um dos mais interessantes, dados os seus aspectos clinicos, sociais e até religiosos”.³⁷² É interessante notarmos o elogio e a importância dada ao evento nesse artigo. Aqui o Congresso de Eugenia foi posto como também dotado de um suposto aspecto religioso, além do científico. Esse fato provavelmente se deveu, também, à participação de católicos militantes no evento que, inclusive, apresentaram trabalho e obtiveram a aprovação de suas conclusões. Denota-se com isso, a busca de participação do movimento intelectual católico nas discussões eugênicas.

Nesse primeiro artigo M. e Albuquerque foi citado com ironia, onde podemos ler um esboço sobre como ele era visto pelo autor do artigo: “conhecido ancião, impenitente sophista” e “original, originalíssimo em muitas coisas, nas estiradas décadas de sua descansada existencia”, tendo então apresentado “uma these subtil, capciosa”, uma “armadilha” preparada “para um ambiente de ingenuos” como se ele fosse o único “dotado de alguma dose de perspicacia”. Assim, nesse artigo o acadêmico foi acusado de envolver o seu trabalho em “tênue roupagem”, para mascarar, “entretanto, uma these pró-divorcio”.³⁷³

Nesse artigo foram abordados ainda, alguns argumentos do trabalho do acadêmico sobre a questão da má criação dos filhos e afirmou que as suas propostas de resolução foram na direção de propor o divórcio. Criticou ainda a qualidade da proposta sobre a realização do exame de testes, resumindo-a como “apenas em contar aos desposandos, p. ex., duas dezenas de anedotas”, onde essas foram contadas na íntegra pelo “pinturesco velho jovial”, que se

³⁷⁰ 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 25.

³⁷¹ Frase que consta no cabeçalho de cada edição desse jornal.

³⁷² “Ao léo”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 3.

³⁷³ *Ibidem*.

resumiram em “carunchosas anedotas tresandantes a pornographia e todas em torno da infidelidade conjugal”. Acrescentou, ironizando: “Edificante! Não acham? Científico, piramidalmente científico! Não vêm?”. Terminando por exclamar que o “ancião das historietas livres, fescenninas, foi fragosamente derrotado. Ainda bem”.³⁷⁴

Na mesma página desse primeiro artigo, há outro artigo sobre o mesmo assunto. De título “Congressos e pilherias” teceu mais críticas pessoais a Medeiros e Albuquerque. Seu título deu o indicativo de querer apartar o acadêmico citado em relação ao Congresso eugênico e dos festejos da Academia de Medicina, pois a sua participação, fazendo alusão ao fato do mesmo ter lido piadas durante sua fala, seria uma simples peça de humor “ou ridículo, da pilheria” diante da seriedade dos eventos ocorridos. Novamente, nesse artigo é realizada aproximação dos festejos da Academia e do evento de eugenia à religião cristã-católica, quando afirmou que “entre as comemorações festivas da memorável data”, não faltaram “o cumprimento do dever religioso das ações de graças a Deus”.³⁷⁵ Provavelmente isso se referia a outros trabalhos considerados mais alinhados com os preceitos do catolicismo defendido por esse jornal.

O autor do artigo chamou a Medeiros e Albuquerque de “intelectual Laroussiano”, “sábio de bobagem, que, á semelhança do idiota, [...] disse não sómente, *in corde suo*, mas proclamou ao Mundo que não há Deus”. Por isso e ao achar seu trabalho irrisório, indagou ironicamente ser “admirável” que ele “tenha conseguido falar em uma reunião de homens sérios” e, além disso, ter conseguido ainda, “votos de homens sérios...”. Mas que, porém, graças ao senso da maioria, “as tolices de Medeiros e Albuquerque não passaram de tolices” e concluiu afirmando não conhecer “melhor pilheria que a simples presença desse homem num congresso de medicina”.³⁷⁶

Podemos encontrar nesse trecho uma das possíveis explicações pelo qual o autor de “Accordo conjugal e eugenia” foi tão duramente criticado, para além de opiniões sobre seu trabalho ter pouca qualidade. Medeiros e Albuquerque era ateu. Sendo “uma figura polêmica por excelência” envolveu-se em inúmeras polêmicas, dentre elas, as que adentraram temas de cunho religioso, onde utilizou “sua língua ferina contra as religiões em geral, contra o

³⁷⁴ *Ibidem.*

³⁷⁵ “Congressos e pilherias”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 3.

³⁷⁶ *Ibidem.*

cristianismo e em especial contra o catolicismo”, a qual se referiu em suas memórias como a “estupidez do Calvário”.³⁷⁷

Considerava o catolicismo como ridículo e absurdo e em 1928 entrara em polêmica com o padre Pedro Gaston da Veiga quando este lhe respondera sobre uma crítica sua feita ao livro “Alegria Criadora” de Tasso da Silveira que colocava Deus como o criador de todas as coisas. M. e Albuquerque em certa parte da polêmica indagou quem teria então criado Deus, concluindo que “se 2 e 2 são realmente 4 – não sei muito bem”, “mas de que Deus não existe – tenho a mais absoluta certeza”.³⁷⁸ Descrença essa, que conservou até a sua morte em junho de 1934, onde por sua vontade não foi realizada nenhuma cerimônia religiosa na ocasião de seu sepultamento.³⁷⁹

Apesar dos artigos anteriormente citados referentes ao dia 14 de julho de 1929 de *A Cruz* não serem assinados, podemos supor que a sua autoria seja de militantes católicos que participaram do evento, onde alguns deles podem ter sido os interpeladores de Medeiros e Albuquerque quando este apresentou seu trabalho. Dentre eles estavam Vilhena de Moraes, Joaquim Moreira da Fonseca e Barbosa de Oliveira. Podemos supor que dentre estes podem estar os autores dos dois artigos de crítica tratados anteriormente. Tanto que esses três personagens foram citados em mais um artigo sobre essa discussão referente ao trabalho de Medeiros e Albuquerque na edição do dia 14 de julho de 1929 do jornal citado.

Esse artigo tratou sobre o que foi discutido na reunião da Confederação Católica masculina do dia 7 de julho desse mesmo ano, ou seja, em paralelo com o último dia de Congresso de Eugenia. Segundo o artigo, na presença de “numerosíssimos representantes das associações confederadas” e várias autoridades religiosas católicas, os três citados foram agraciados com um “voto de applausos” e chamados de “intrepidos catholicos” que defenderam os “princípios” da religião e “souberam defender também a seriedade do Congresso o seu tanto perturbada, pelo desplante e ousadia de um verdadeiro intruso no meio de homens de bem”. Ao passo que, além do voto e palmas da assembleia presente, os três participantes também receberam a “benção de Pastor” do arcebispo. Anunciou ainda que,

³⁷⁷ ALMINO, João. Medeiros e Albuquerque: Irrequieto inovador. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, fase IX, ano 1, n. 95, pp. 45-52, abr./mai./jun. 2018, pp. 46-47. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira-no95>>. Consulta em set. 2020.

³⁷⁸ *Ibidem*.

³⁷⁹ “Falleceu Medeiros e Albuquerque”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 jun. 1934, p. 1 e 8.

segundo “Gaspar Vianna d’*A União*”, a atitude dos congressistas católicos foi também muito apreciada nos “círculos de imprensa”.³⁸⁰

É notável que o mesmo Gaspar Vianna³⁸¹ citado, teceu críticas a Medeiros e Albuquerque anos antes, quando este último era presidente da Academia Brasileira de Letras. O motivo era a suposta permissividade e aprovação que tinha o acadêmico diante da propagação de livros “perniciosos” de “literatura de escandalo” e de “sargeta” os quais Vianna reprovava e travava uma campanha contra. Reclamou que anúncios de editoras que publicavam livros de tal ordem constavam na revista da Academia de Letras e repudiou a crítica que Medeiros e Albuquerque fez à “Liga pela Moralidade”, entidade criada com o propósito da “hygienização” das livrarias que, segundo Vianna, o acadêmico a chamou de “imoral” somente porque combatia a “pornographia”.³⁸² Tais fatos nos sugerem que Medeiros e Albuquerque já contava com a desaprovação de vários expoentes do meio intelectual católico antes mesmo de realizar a sua apresentação no evento de eugenia em 1929.

Medeiros e Albuquerque respondeu as críticas proferidas em *A Cruz* por meio de dois artigos no *Jornal do Commercio* do dia 21 de julho de 1929, sendo um sobre explicações e a sua defesa no caso e o outro no qual expõe na íntegra seu trabalho “Eugenia e accordo conjugal”, o mesmo artigo que fora citado aqui anteriormente. Nesse primeiro artigo em sua defesa, informou que foi convidado para participar do Congresso de Eugenia e que expôs “sumariamente” sobre o assunto que iria apresentar ao presidente do evento, tendo recebido dele a sua aprovação. O que teria havido foi que o responsável por tomar nota dos trabalhos que seriam apresentados, inscreveu o seu trabalho com o título “O divorcio e Eugenia”, o que gerou um resultado segundo ele “curioso”.³⁸³

³⁸⁰ “Confederação Catholica”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 5.

³⁸¹ “O professor Arthur Gaspar Vianna, irmão do prestigiado médico patologista Gaspar Vianna, nasceu em Belém do Pará, em 1883, e notabilizou-se por trabalhar na redação de revistas e jornais, como o católico *A União*, do qual foi redator entre 1932 e 1933. Na década de 1940, ficou conhecido como autor de livros didáticos sobre a História do Brasil”. “Vianna criticava publicações de revistas ‘anti-católicas’ (...), afirmando que ‘catolicismo é a base para o nacionalismo’”. In: JESUS, Carlos G. Nóbrega de. *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. 2011. 202f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, p. 35 e 167, respectivamente as notas 63 e 539.

³⁸² VIANNA, Arthur Gaspar. “Vida religiosa: Livros, revistas e jornaes”. *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro, 13 ago. 1924, p. 8 e VIANNA, Arthur Gaspar. “Vida religiosa: A moral vigente e a literatura”. *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1924, p. 4.

³⁸³ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. “Uma Nota” In: “Notas Literarias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, p. 3.

De fato, ao conferirmos a listagem sobre os trabalhos que seriam apresentados no evento e que foi publicado em vários jornais na véspera do mesmo ³⁸⁴, o trabalho de M. e Albuquerque aparece com esse título ao invés de “Eugenia e accordo conjugal”. Esse último título, tido como o correto, aparece nomeado na listagem de trabalhos que foram enumeradas nas *Actas e trabalhos* do evento. Percebemos aqui que houve um erro quanto ao título do trabalho em questão divulgado nas vésperas do evento.

Por esse motivo, segundo o acadêmico, “todos os que logo previram” que, se ele trataria de divórcio automaticamente seria para defendê-lo, foram assisti-lo “para votar contra”. Mas que, não fora disso que ele se ocupou e como os presentes não ouviram nada sobre o divórcio ou a defesa dele, os que foram buscando votar contra essa questão trataram de acreditar que havia nas “conclusões aparentes” algo de malicioso. E assim, “com medo de serem embrulhados pelas minhas sinistras machinações, na duvida sobre os meus santos designos votaram contra”. ³⁸⁵ Foi exatamente essa a acusação que apareceu no artigo “Ao léo” de *A Cruz* que já fora aqui citado, de que o acadêmico teria tentando aprovar de forma ludibriosa um trabalho pró-divórcio.

O acadêmico descreveu a cena dos ataques que sofreu a ilustrando de forma cômico-apelativa, onde “A coisa” teria se passado

como se um certo numero de atiradores estivessem de espingarda engatilhada, apontando para um lugar de onde ia sahir uma pavorosa ave de rapina. O que sahiu, entretanto, foi uma pombinha ingenua e candida. Mas como elles estavam preparados para atirar sobre a ave que ia sahir pelo lugar indicado, atiraram... ³⁸⁶

E concluiu a cena afirmando que foi “positivamente comico”, devido a diferença de apenas três votos que fez seu trabalho ser negado. ³⁸⁷ Contando ele, com nomes de Miguel Couto, Roquette-Pinto e Porto Carrero dentre os votos favoráveis às suas conclusões. ³⁸⁸

³⁸⁴ Pode ser conferido um exemplar dessa listagem no seguinte artigo que consta no anexo 2 desse trabalho: “Diversas noticias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1929, p. 9.

³⁸⁵ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. “Uma Nota” In: “Notas Literarias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, p. 3.

³⁸⁶ *Ibidem*.

³⁸⁷ Como citado aqui anteriormente, de acordo com as Atas do evento a diferente de rejeição da primeira conclusão de M. e Albuquerque foi de “30 votos contra 23” e não somente três votos. Cf. 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e trabalhos*. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 25.

³⁸⁸ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. “Uma Nota”. *op. cit.*

Defendeu-se discordando do que fora acusado, de que ao buscar o “acordo psicologico” entre os casais saberia que tal acordo não existia “e assim, buscava impossibilitar o casamento”. Pois, segundo o acadêmico “com ou sem eugenias” os casamentos continuariam a acontecer e “se tal conclusão se pudesse tirar seria contra a eugenia inteira”. Eugenia essa que, segundo ele, tinha o ideal de que só poderiam se reproduzir “indivíduos completamente perfeitos”, mas que esse era somente “um ideal” e “como é necessário que nos contentemos com realidades, nós nos vamos satisfazendo com ellas”.³⁸⁹ Aqui Medeiros e Albuquerque enunciou o que entendia como sendo um dos pilares da eugenia e assim tentou contrariar a ideia passada nos artigos de *A Cruz* que estavam a imprimir um aspecto de aproximação entre eugenia e fé católica. Para ele, se religiosos eram contra a sua tese sobre os “testes psicológicos”, então deveriam ser contra a eugenia em geral.

Como tem mostrado a análise aqui corrente, por mais que o acadêmico tenha tentado contrapor a eugenia à religião cristã-católica e por mais que essa religião tinha embates em alguns temas caros tanto para ela quanto para a eugenia, como a questão da esterilização, isso não necessariamente coloca eugenia *versus* catolicismo. Como pudemos averiguar, existia opinião elogiosa de vários artigos de um jornal católico ao maior e mais importante evento nacional sobre eugenia, além da participação nesse mesmo evento de membros da elite intelectual e militante católica.

A eugenia como sinônimo de modernidade e que buscou ser normalizada no contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX, para obter maior permeabilidade nos diferentes países, precisou adaptar-se e absorver as mais diferentes e aparentes paradoxais influências. Querendo fazer-se presente e imperativos, os defensores da eugenia não poderiam estar à margem de conformidades, debates e discussões inerentes a maior nação católica do mundo. Em muitos casos, eram eles mesmos católicos e militantes da causa religiosa. E esses debates, claro, não foram realizados sem recuos, avanços, trocas, reesignificações durante as diversas disputas ocorridas nas discussões dos “problemas nacionais”. Dada a natureza da eugenia como um movimento científico e social altamente permeável a influências fora de seu campo, a mesma tratou de se agregar aos mais diversos debates e reclames de seu tempo. Não podendo então a eugenia ser compreendida através somente de comparações e modelos fixos de um único país tido como “modelo” de eugenia. Mesmo que de forma não isolada e não

³⁸⁹ *Ibidem.*

sem sofrer influências, cada região e país tiveram um surgimento e desenvolvimento próprio da eugenia.

Ainda sobre o artigo de 21 de julho de 1929 de Medeiros e Albuquerque, ele ainda teceu críticas à organização e a forma como se deu a discussão e votação dos temas no Congresso de Eugenia. Achando-se prejudicado e alegando que o evento “funcionou de um modo muito pouco racional”, comentou que as “theses” eram apresentadas “em 10 minutos (maximo intransponível)” e “a discussão começava imediatamente, cada um falando também apenas 10 minutos”, não havendo “estudo de comissão” e “tempo algum de meditação”. E terminou sua exposição apresentando a sua “lógica”: “Sempre que se rejeita um princípio como falso, admite-se implicitamente que o contrario é verdadeiro. Não há afirmação mais elementar em Logica”. Por isso, segundo M. e Albuquerque, o Congresso de Eugenia, ao rejeitar as suas conclusões, votou pelo contrário delas e concluiu que não havia vantagem para os casais estarem “de accordo”, não havendo “vantagem alguma” em realizar testes para “fazer tal previsão”.³⁹⁰

Logo no dia seguinte no mesmo jornal veio em resposta o artigo do jurista Levi Carneiro, que presidira a seção de educação do Congresso de Eugenia.³⁹¹ Carneiro, como responsável pela seção na qual foi apresentado o trabalho de Medeiros e Albuquerque, julgou necessário prestar alguns esclarecimentos sobre “apreciações bem pouca lisongeiros” que o evento sofrera por parte do acadêmico. Para ele, a afirmação de que o congresso funcionou de “um modo muito pouco racional”, poderia “redundar em desprestígio dos trabalhos” do evento que, segundo ele, “foram notáveis, apesar de quaesquer deficiencias ou imperfeições, inevitáveis na primeira tentativa dessa especie consumada entre nós”. Não haveria motivos para “zanga”, já que a “these” foi rejeitada somente por uma diferença de três votos, onde entre os vencidos estavam Miguel Couto, Roquette-Pinto e Porto Carrero.³⁹²

³⁹⁰ *Ibidem.*

³⁹¹ Levi Fernandes Carneiro (Niterói/RJ, 1882-1971, Rio de Janeiro/RJ), foi jurista e ensaísta. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, exerceu a advocacia como sua principal atividade. Foi fundador e primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1932), consultor-geral da República (1930-1932) e deputado na Constituinte de 1934. Foi membro (eleito em 1936, cadeira n. 27) e presidente (1941) da Academia Brasileira de Letras; membro benemérito do Instituto dos Advogados Brasileiros, da Associação Brasileira de Educação, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outras associações. In: Biografia: Levi Carneiro. Site da ABL. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/levi-carneiro/biografia>>. Consulta em nov. 2020.

³⁹² CARNEIRO, Levi. “1 Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1929, p. 4.

Para o jurista, teria sido de melhor trato se tivesse havido uma ou mais comissões que avaliassem os trabalhos antes de serem postos em apreciação no dia do evento. Essa foi a resolução que ele tratou com Roquette-Pinto para pôr em funcionamento em uma segunda edição vindoura do evento. Apesar de não ter sido implementada na edição de 1929, argumentou que para suprir a essa necessidade, foi ele mesmo e a secretária da seção, Celina Padilha, que examinaram e resumiram os trabalhos. Mas, que isso não pudera ser feito com a “these” de Medeiros e Albuquerque pelo fato dela não ter sido “apresentada com antecedência á Mesa, mas levada pelo autor pessoalmente á sessão”.³⁹³ Nesse trecho foi narrado alguns detalhes sobre o proceder na organização das seções do evento, pois se nessa seção não houve uma comissão, é provável que nas outras a avaliação dos trabalhos também ficaram a cargo somente de seus presidentes. Com base nesse caso, podemos inferir que os trabalhos foram avaliados por somente duas pessoas, incluído aí secretários responsáveis.

Levi Carneiro defendeu que a “restrição de tempo era inevitável” e usual a congressos científicos, onde, “pela relevância do assunto, e em atenção ao eminente relator – apesar de sobrecarregada a pauta de trabalhos, e apesar das reclamações” a ele enviadas, consentiu o dobro do tempo regimental a Medeiros e Albuquerque. E quanto à “lógica” utilizada pelo acadêmico ao acusar o evento de adotar a proposição diametralmente oposta à contida em suas conclusões, somente por tê-las recusado, diz parecer-lhe “um tanto forçada”. Pois, a justificativa para os votos contrários podem ter sido diversos, segundo Carneiro. E sobre isso citou ocorrências em outros trabalhos, onde os autores acabaram por retirar algumas conclusões ou nem pôndo-as a votação por suscitarem demasiada polêmica e falta de consenso. Terminou sua resposta afirmando ter ele mesmo votado a favor das conclusões de Medeiros e Albuquerque.³⁹⁴ Dias depois, em resposta, Medeiros e Albuquerque afirmou que a sua crítica foi somente em relação ao regimento dos trabalhos e que não teve “intenção de fazer qualquer restrição ao zelo, á competência, á habilidade” de Levi Carneiro. Mas que, continuou a achar que o regimento do evento tinha sido pouco “racional”, reafirmando a sua crítica à organização do evento.³⁹⁵

Cinco dias após o artigo de Levi Carneiro e na mesma edição da citada tréplica de M. e Albuquerque, o professor Eugênio Vilhena de Moraes escreveu um artigo sob o título

³⁹³ *Ibidem.*

³⁹⁴ *Ibidem.*

³⁹⁵ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. “Replicas e treplicas”. In: “Notas Literarias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1929, p. 2.

“Eugenia e logica” que também indagou a “lógica” proposta pelo acadêmico e a acusou de “capciosa” e “tendenciosa”. Vilhena de Moraes criticou e acusou o acadêmico de falhar em suas afirmações de suposta lógica elementar, zombando assim, de si mesmo ao fazer uso de sua fama reconhecida de “formidável ironista” ao declarar que tinha com seu trabalho os mais “santos designios”. Lamentou ainda um suposto aumento de presunção de Medeiros e Albuquerque após a entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* por seu “illustre confrade” de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o professor Edgard Roquette-Pinto, que foi um dos que votaram a favor de suas conclusões.³⁹⁶

Vilhena de Moraes citou trecho dessa entrevista, onde narrou sobre Roquette-Pinto dizer não ter achado justo o critério pelo qual teria sido julgado o trabalho de Medeiros e Albuquerque e que teriam visto nele intenções que “de nenhum modo” encontrou. Para o diretor do Museu Nacional, o trabalho recusado com seu “test” faria “parte do exame pré-nupcial”, uma das pautas eugenistas mais palpitantes entre seus divulgadores.

Parecendo lamentar a posição de Roquette-Pinto, Moraes ironizou: que daí adiante seria “assim”, “Não combinando os genios, ninguém casa, o Juiz não deixa [...]”. E “graças a isso, vae despontar uma verdadeira idade de ouro na vida conjugal, – desaparecendo quaesquer attrictos, rugas ou desavenças entre os conjugues, que viverão em perpetua lua de mel [...]”. Pedindo ainda, ironicamente, que se fizesse uma “standardização do processo dos testes, applicando-os indistintamente a todos os problemas da vida social: [...], recrutamento do funcionalismo, do exercito, do magisterio, da magistratura, da representação politica de tudo, afinal”. Pois então, “botam-se as cartas, contam-se as pilherias, medem-se o accordo” e “quem não tiver media alta, rua!”. Terminando seu artigo fazendo uma contraposição ao trabalho que criticou, pedindo também atenção com os resultados “altamente compensadores” de “tão grande alcance social” e “brilantemente defendidas e calorosamente aprovadas pelos illustres scientistas Dr. Fernando de Magalhães e Moreira da Fonseca”.³⁹⁷

Em mais um artigo não assinado de *A Cruz* sobre a discussão do caso Medeiros e Albuquerque, repetindo o título “Ao léo” e datado do dia 18 de agosto de 1929, foi realizado mais críticas e ataques pessoais ao acadêmico. Relembrou o caso da “celebre these

³⁹⁶ MORAES, Vilhena de. “Eugenia e logica”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1929, p. 11.

³⁹⁷ *Ibidem*. Vale lembrar que o trabalho de Fernando Magalhães tratou de reforçar papéis sociais e biológicos da mulher, além de tecer uma crítica ao feminismo. Enquanto que o de Joaquim M. da Fonseca tratou sobre castidade, o qual abordaremos mais a frente nesse texto. Ambos trabalhos iam na direção de mesmo interesse de pautas religiosas do catolicismo, o que pode explicar a citação justamente a esses, em contraposição ao de Medeiros e Albuquerque.

estapafúrdia com que o velho sophista” se apresentara no congresso e novamente ironizou o fato de que Medeiros e Albuquerque era “um respeitável ateu” em “pleno século vinte”.³⁹⁸ O objetivo do artigo foi, sobretudo, de citar trechos de um outro artigo publicado no dia 11 de agosto de 1929 n’*O Jornal*, de título “A logica do absurdo”.

Do escritor satírico Mendes Fradique³⁹⁹, esse artigo trata também de tecer críticas à “lógica” enunciada por Medeiros e Albuquerque e fez comentários irônicos e aviltosos sobre o Congresso de Eugenia:

E’ noção corrente, entre os espiritos equilibrados, que nada há mais inutil na face da terra do que um congresso. Em verdade, mais inutil do que um congresso só dois congressos. Entretanto, dada a relatividade phenomenica das coisas terrenas, póde dizer-se que para algo servem os congressos. Serve, por exemplo, de válvula de segurança ás intelligencias plethoricas, aos encephalos entupidos de idéas. Os congressos são verdadeiras sangrias mentaes, em que se descongestionam os cérebros entumecidos pela hypersecreção da idéa.⁴⁰⁰

Fradique indicou a ocorrência, “a par de aspectos absolutamente sérios” desses eventos, de “episódios perdidamente divertidos”. E o congresso de Eugenia em questão teria rendido um desses episódios com a apresentação da tese de Medeiros e Albuquerque que fora recusada. Indicou que o acadêmico aproveitou uma “deixa” e tratou dela em um jornal, realizando esse feito “com aquoila agilidade que lhe é peculiar na tessitura da lógica trêfega”. Com seu “argumento, adelgado pelo exaggero do sofhisma, tornou-se demasiadamente frágil, o estalou”. E assim, “para defender o objecto de uma these, excedeu ao limite da elasticidade lógica e estourou” ao “fazer crer apenas este aleijão syllogistico: Si o congresso de eugenia rejeitou uma these, tacitamente approvou a these opposta; ora a these rejeitada tratava da concodia conjugal; logo o congresso approvou a discórdia conjugal!”.⁴⁰¹

³⁹⁸ “Ao léo”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 18 ago. 1929, p. 3.

³⁹⁹ Mendes Fradique, pseudônimo satírico do médico e católico conservador capixaba José Madeira de Freitas (1893-1944). Segundo Cleverson Carneiro, Madeira de Freitas utilizou-se desse pseudônimo, baseado no nome do personagem de Eça de Queirós (Fradique Mendes), para burlar o realismo e recriar “parodicamente, um narrador-personagem que ultrapassa os limites da realidade, refletindo, ironicamente e de forma invertida, os princípios do realismo, com o objetivo de tratar satiricamente a realidade brasileira”. In: CARNEIRO, Cleverson. *Mendes Fradique e seu método confuso: Sátira, boemia e reformismo conservador*. 2008. 220f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 9 e 46.

⁴⁰⁰ FRADIQUE, Mendes. “A logica do absurdo”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 11 ago. 1929, p. 1.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

E assim terminou esse artigo de achincalho, afirmando que se “aceitarmos o syllogismo” de M. e Albuquerque, era de direito “armar um outro [...] análogo ao primeiro, em estrutura”:

Um cachorro mordeu o Sr. Medeiros e Albuquerque.

Ora, o congresso, examinando essa these, verifica-lhe a improcedência e rejeita-a; e rejeitando-a, aprova tacitamente o oposto, isto é: o Sr. Medeiros e Albuquerque mordeu um cachorro...⁴⁰²

Porém, nem todos os artigos foram de crítica ao cronista. Em artigo de dezembro de 1929, o advogado e delegado de polícia Heitor Lima saiu em defesa de Medeiros e Albuquerque, além de tratar extensamente a questão do “Divórcio e eugenia”. Denominou o “pretense Congresso de Eugenia” como “composto sobretudo de carolas e charlatães” que acabaram “de dar ao paiz um triste espectáculo” quanto ao debate desenrolado para a “these” de M. e Albuquerque.⁴⁰³

Trata-se esse artigo de Heitor Lima de uma peça de campanha pró-divórcio, debate esse que estava em pleno desenvolvimento à época. Tanto que uma das motivações pelo qual compreendemos que o trabalho de Medeiros e Albuquerque sofreu recusa durante o evento e tamanho repúdio e contestação após o mesmo, se deveu justamente a suspeita e acusação dele estar escondendo uma these pró-divórcio em pleno desenvolvimento de debates em torno da aceitação ou não do divórcio na sociedade brasileira.⁴⁰⁴

Heitor Lima, além de advogado e delegado de polícia, foi um crítico literário que atuava em plena oposição ao grupo de intelectuais católicos do Centro Dom Vital. Era essa uma influente associação de católicos leigos com o objetivo de intervir na esfera cultural e assim assegurar os preceitos que seus participantes viam como sendo caros para a fé cristã-católica. Seus embates se davam, dentre outros temas, sobre a discussão do matrimônio e divórcio. Heitor Lima evocou a eugenia para esse debate visando discutir em prol da aprovação do divórcio no país.

⁴⁰² *Ibidem*.

⁴⁰³ LIMA, Heitor. “Divorcio e Eugenia”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 dez. 1929, p. 2.

⁴⁰⁴ A lei que regula o desquite teve início no Código Civil em 1916, mas foi somente regularizada em 1942. Contando com embates entre divorcistas e antidivorcistas ao longo dos anos, o debate adentrou os anos 1970, onde podemos encontrar a atuação da militância católica civil e institucional em embates no Congresso Nacional e na esfera civil. Em 26 de dezembro de 1977 a lei do divórcio foi institucionalizada no Brasil.

Esse advogado fez uso de palavras do médico e eugenista Castro Barreto publicadas em outro artigo do *Correio da Manhã*. Esse eugenista também participou no Congresso de Eugenia com o trabalho de mesmo título que o de Fernando Magalhães: “Maternidade consciente”.⁴⁰⁵ Castro apresentou nesse artigo o divórcio como “um fenómeno adaptativo, inhérente ao desenvolvimento da sociedade”, em que era buscado “o máximo bem-estar e a maior perfeição humana”.⁴⁰⁶ Esse eugenista atribuiu uma roupagem “científica” ao divórcio em sua fala.

Para ele, independente “da vontade das facções” – aqui provavelmente referiu-se aos militantes católicos antidivórcio –, o divórcio impunha-se “como uma necessidade da vida moderna [...]”, onde todo “o mundo civilizado” já o teria adotado. Somente o “sectarismo intolerante, firmado em princípios obsoletos, braveja contra as reformas oriundas da observação e fundadas em princípios científicos”.⁴⁰⁷

Continuando a citação a Barreto, Heitor Lima ao observar “o ambiente hypocrita brasileiro”, indicou como imperativo “legislar sobre o divorcio”, pois em decorrência da não existência de tal legislação, o resultado era “o descalabro” de “deploráveis consequências para a sociedade e para a raça”. Tratava-se o divórcio então, de uma “lei moderna, actual, científica” que ao não referendá-la, o Brasil estaria a lograr “ainda uma vez um humilhante record”: tínhamos sido a última nação a abolir a escravatura e seríamos a última a estabelecer o divórcio. Além de expor as ideias sobre o assunto foi citado quais ações foram indicadas por Castro Barreto, sendo este tratado como sendo um médico dotado de “alguma responsabilidade na campanha pela eugenia em nosso paiz”:

Adeantei-me a pedir á Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro a designação de uma comissão para collaborar na formação da futura lei do divorcio, especialmente no seu aspecto medico, higienico e eugenetico, para que uma lei de tamanha importancia seja elaborada como devem ser as leis de hoje, com a collaboração dos technicos, para que resulte uma lei scientifica, moral e útil.⁴⁰⁸

⁴⁰⁵ BARRETO, Castro. “Maternidade consciente”. 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 321-325.

⁴⁰⁶ BARRETO, Castro apud LIMA, Heitor. “Divorcio e Eugenia”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 dez. 1929, p. 2.

⁴⁰⁷ *Ibidem*.

⁴⁰⁸ *Ibidem*.

Argumentou esse médico e eugenista, que a “maioria absoluta das incompatibilidades” entre os casais provinham das “moléstias transmissíveis (sobretudo venereas), taras e molestias nervosas”. Estabeleceu então, que o exame pré-nupcial não seria suficiente, já que tais doenças poderiam ser adquiridas após o casamento, assim como a aquisição de uma tara ou vício – provavelmente o do alcoolismo – não teria seu tempo determinado. Ficando o conjugue “sadio e normal” refém, o que poderia levar ao “concubinato”, ao “adulterio”, às infecções venéreas, “ao aborto criminoso e até ao infanticídio”.⁴⁰⁹

Concluiu sobre esse assunto reafirmando o caráter “moderno” e “necessário” da legislação pró-divórcio, enquanto que a religião era contrária à própria natureza por suas concepções consideradas atrasadas e preconceituosas com seu clero incompetente no assunto por não ter esposas e nem filhos:

Perante a sciencia moderna, a sexualidade como a nutrição, as mais imperiosas manifestações da materia viva, precisam de ser conduzidas do melhor modo, sabiamente reguladas sobretudo nas grandes agglomerações, porque a compressão por leis antibiologicas traz as mais deploráveis consequências. A moral tem que ser plasmada sobre typos normaes, orientada pela observação scientifica e nunca ditada por concepções contrarias á biologia, metaphysicas, resultantes de estados mysticos mais ou menos psychopathicos.⁴¹⁰

3.8 Plágio no Congresso de Eugenia?! “A idade e o casamento” e a “Continencia masculina como factor eugenico”

É do ano de 1937 que surge uma polêmica referente a dois trabalhos apresentados no Congresso de Eugenia. Com a manchete “Que sera’ isso?” impressa em letras garrafais na página de capa da edição das 13h do jornal *Diário da Noite* está uma acusação de plágio no caso de “Espantoso ajustamento de idéas, palavras e vírgulas em torno de duas theses scientificas!”.⁴¹¹

⁴⁰⁹ *Ibidem.*

⁴¹⁰ *Ibidem.*

⁴¹¹ “Que sera’ isso?”. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 24 fev. 1937, p. 1.

Os acusados em questão são os médicos Leonídio Ribeiro e Joaquim Moreira da Fonseca com seus trabalhos apresentados ao Congresso de Eugenia em 1929 e posteriormente publicados nas *Actas e trabalhos* do evento com os respectivos títulos: “A idade e o casamento” e “Casamento e eugenia”. Nesse artigo do *Diário da Noite* foi exposta uma imagem que compara lado a lado as primeiras laudas desses dois trabalhos e conclui que ambas coincidem, “palavra por palavra” e pergunta: “Quem é, afinal, o verdadeiro autor?”.⁴¹²

Nele, foi enunciado em tom denunciativo que coincidências comuns em outros gêneros textuais não eram aplicáveis em “matéria científica”, tornando-se um assunto mais difícil de explicar. Pois, os assuntos poderiam até serem os mesmos, porém não poderiam ser “expostos com as mesmas palavras”. Acusou que ambas seriam cópias de um terceiro que, “por certo”, ignorava esse fato. E, terminou por indicar quem poderia e deveria prestar as devidas explicações: “o Sr. Leonidio Ribeiro, como director do Gabinete de Identificação”.⁴¹³

O médico e criminalista Leonídio Ribeiro Filho⁴¹⁴ dirigia a época o Gabinete de Identificação da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Talvez parta daí a disposição do jornal de interpelar sobre trabalhos de um congresso científico ocorrido há mais de seis anos da data de sua publicação. Como o médico exercia um cargo de considerada importância na polícia, logo ficaria ainda mais grave uma acusação de plágio.

Outros dois artigos são publicados pelo mesmo jornal nos dias posteriores. O primeiro deles relatou que a suposta descoberta teria tido “o efeito de uma bomba” e comprometia gravemente os dois cientistas. Que “frevilharam os comentários” e “nasceram discussões”, falando-se até na “arte sobrenatural de Chico Xavier”, onde um “espírito brincalhão poderia ter ditado aos dois médiuns theses idênticas”. Declarou ainda que a cidade

⁴¹² *Ibidem*.

⁴¹³ *Ibidem*.

⁴¹⁴ Leonídio Ribeiro Filho (São Paulo/SP, 1893-1976, Petrópolis/RJ), médico (1916) pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e criminalista pelo Curso de Medicina Pública – que consistia em aulas de medicina legal, química forense e medicina sanitária oferecidas por Afrânio Peixoto. Trabalhou como perito da polícia no Gabinete de Medicina Legal (desde 1907) e como médico legalista interino concursado da Polícia Civil do Distrito Federal (1917-18). Fez parte da Missão Médica Militar do Brasil na Europa durante a Primeira Guerra Mundial, retornando ao país no início de 1919. Leonídio foi convidado para dirigir o Gabinete de Identificação (1931-1945) por seu amigo de faculdade Batista Luzardo, que foi designado por Getúlio Vargas para o cargo de Chefe de Polícia do D.F. Foi também membro da Academia Nacional de Medicina (1928). In: “Leonídio Ribeiro Filho”. Site da ANM. Disponível em: <<https://www.anm.org.br/leonidio-ribeiro-filho/>>. Consulta em nov. 2020; MONTEIRO, Rodrigo M. O gabinete do dr. Leonídio: polícia, medicina-legal e identificação criminal no Rio de Janeiro no início do século XX. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 19., 2020, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020, pp. 1-11. Disponível em: <https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600113197_ARQUIVO_653379b3ec84cdcfa387cbb38df81750.pdf>. Acesso em dez. 2020.

teria permanecido na expectativa no aguardo das explicações de cada um. Mas, que pareceram não querer falar sobre as “theses”, “que sem duvida” pertenciam “a um terceiro”. E assim o jornal afirmou ter supostamente identificado o “terceiro” de quem teria sido plagiado o trabalho: tratava-se, supostamente, de um “desses gênios que permanecem na obscuridade por caprichos incompreensíveis da sorte ou por modestia pessoal”: era um cientista espanhol já falecido.⁴¹⁵

Apesar de ter anunciado que em breve seria revelado o nome de tal autor espanhol, não encontramos tal artigo e não sabemos se o mesmo chegou a ser publicado. Dado a elucidações sobre os dois trabalhos em questão que trataremos logo a seguir, desconfiamos que essa informação sobre um suposto autor espanhol possa ser falsa. Porém, essa questão sobre a existência ou não desse autor não é o nosso foco aqui. Trataremos então sobre o desenvolvimento desse caso, sobretudo sobre as respostas dos dois acusados.

Em resposta, Leonídio Ribeiro indicou que o seu texto alvo de acusação estava também publicado em seus livros “Questões Medico-Legais” (1931) e “Medicina Legal” (1933) sob o mesmo título de “Casamento e eugenia”.⁴¹⁶ Sendo este, mais um caso onde podemos verificar um trabalho que possui como sua versão anterior um trabalho apresentado no Congresso de Eugenia, denotando a influência desse evento e a possibilidade de se verificar trabalhos sobre debates caros ao país de determinada época em suas versões anteriores às definitivas publicadas em livros.

O criminalista sem muito explicar de início, pediu uma verificação e retificação por parte do jornal, acusando o repórter que a escreveu de ser um “amador”.⁴¹⁷ Porém, uma explicação mais completa sobre esse caso por parte de Ribeiro pode ser encontrada quando da oportunidade de um artigo de 1943 em sua coluna de nome “Vida Médica” n’*O Jornal*. Nesse artigo foi tratado, para além desse assunto sobre os supostos plágios, sobre debates de eugenia como a lei do exame pré-nupcial que fora realizada na Constituinte de 1933-34 e tivera como relator o deputado e jurista Levi Carneiro. Informou que na ocasião tal lei foi aceita, mas que até a presente data de seu artigo (jul. 1943) não houvera a sua regulamentação por dificuldade prática de implementá-la devido a falta de estrutura e médicos disponíveis.⁴¹⁸ Vemos aqui um

⁴¹⁵ “Dois cientistas brasileiros apresentaram a mesma these!”. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1937, p. 11.

⁴¹⁶ “O caso das theses ao Congresso de Eugenia”. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1937, p. 16.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

⁴¹⁸ RIBEIRO, Leonídio. “Vida Médica”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1943, p. 4.

vislumbre sobre o desenlace de um dos temas caros aos eugenistas, em que passados praticamente uma década de debatida e criada, a lei não surtira efeito na prática por problemas e dificuldades em sua regularização.

Quanto ao caso dos supostos plágios, Leonídio Ribeiro explicou que seu trabalho apresentado no evento de eugenia em 1929 foi publicado no volume I das *Actas e trabalhos* desse congresso. Podemos encontrá-lo publicado nas páginas 315 a 320 desse documento. Porém, quanto ao trabalho de Joaquim Moreira da Fonseca de suposto título “Casamento e Eugenia”, que também pode ser encontrado publicado nesse mesmo documento nas páginas 299 a 304, há um grave e curioso erro “por um descuido ou defeito de paginação”.⁴¹⁹

Nesse último trabalho há somente a conclusão original de Joaquim da Fonseca, que foi apresentada por este último no Congresso de Eugenia. Ela figura como uma epígrafe nessa publicação na página 299. O que vem abaixo e constitui todo o resto do trabalho é, na verdade, a cópia do texto do trabalho de Leonídio Ribeiro “A idade e o casamento”, porém, sem os dez primeiros parágrafos e acrescido de um título errado. O título correto do trabalho de J. M. da Fonseca é “Continencia masculina como factor eugenico” e não “Casamento e Eugenia”.

Lamentou então Leonídio Ribeiro que, “alguns maliciosos ou desatentos aludem, de quando em quando, a esse fato, para deixar no ar a hipótese de um plágio de um dos dois autores, ou coisa mais grave, como seria o fato de havermos ambos copiado trabalho original de um terceiro autor”. Não havendo assim, segundo Ribeiro, qualquer coincidência de ideias ou palavras, pois cada um ocupou de seu tema no evento e os mesmos “não comportavam conclusões totalmente idênticas”. Havendo então, “apenas um erro de paginação”.⁴²⁰

Joaquim Moreira da Fonseca também tratou sobre e explicou esse caso uma sessão da Academia Nacional de Medicina no ano de 1937 que foi tema de dois artigos publicados em jornais.⁴²¹ Neles, Fonseca mostra preocupação diferente à de seu colega Leonídio Ribeiro, que temia por seu “patrimônio científico”. Fonseca demonstrou preocupação com o zelo por seu “patrimônio moral” que não queria ver desmerecido diante de seus amigos, colegas e filhos. Nega que tenha apresentado “trabalho algum ao referido Congresso de Eugenia relativo à ‘Casamento e Eugenia’, que de modo algum” o pertencia. Indicou ainda, que para

⁴¹⁹ *Ibidem.*

⁴²⁰ *Ibidem.*

⁴²¹ “Academia Nacional de Medicina”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 8 abr. 1937, p. 3-4; “Academia Nacional de Medicina”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 25 abr. 1937, p. 3-4.

evitar o engano bastaria que fossem consultadas as atas do evento também publicadas junto com os trabalhos, “conforme consta às páginas 33”. E para corroborar com a sua versão ele enviou uma carta a Roquette-Pinto, que foi o presidente do evento.

Nessa carta fez seis perguntas que visaram elucidar “de vez” esse caso, as quais o antropólogo respondeu e Joaquim da Fonseca as expôs e foi publicado na íntegra nesses dois artigos para legitimar seu intento. Essas respostas vão ao mesmo sentido do que Leonídio Ribeiro atestou em artigo aqui citado, de que houve um erro de paginação na publicação dos trabalhos do evento e foi isso que gerou tais enganos. Finalizou a sua defesa dizendo que tinha “sempre procurado” em sua carreira médica, “trilhar a linha reta e se algo” tinha “alcançado de seu esforço”, rendia-lhe “á Deus” as suas “melhores ações de graça pelo que [...] tem concedido em sua infinita bondade!”.⁴²²

Nessa passagem podemos verificar que a preocupação de Joaquim da Fonseca era, para além de sua reputação científica, com seus pares, inclusive, os religiosos quanto à dúvida sobre a sua conduta moral e também quanto à possibilidade dele ter apresentado um trabalho que poderia ir contra preceitos católicos. O trabalho de Leonídio Ribeiro atribuído a ele recomendava que fosse impedido o matrimônio “dos que por qualquer motivo não só patológico como fisiológico estejam em condições desfavoráveis para realizar uma descendência sadia”. Assim como, colocava o exame pré-nupcial como dotado de poder para adiar casamentos dos “indivíduos que ainda não pudessem gerar uma prole válida”, mesmo que esses estivessem dentro da idade legal para adquirir núpcias.⁴²³ Há nessas conclusões recomendações que interviam no matrimônio, área na qual a Igreja Católica se considerava como a única instituição reguladora. Explica-se por isso, o esforço de J. M. da Fonseca de se distanciar de tal trabalho. A despeito desse esforço até a atualidade ocorre tal confusão e há alguns trabalhos da historiografia recente sobre a eugenia que, ao abordar as ideias originalmente pertencentes à Leonídio Ribeiro, acabaram erroneamente por dar crédito a J. M. da Fonseca.⁴²⁴

⁴²² *Ibidem*.

⁴²³ RIBEIRO, Leonídio. A Idade e o Casamento. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 320.

⁴²⁴ Exemplo de tais enganos podem ser encontrados nos seguintes textos: UCHAK, Francielle. Eugenia e controle matrimonial no Brasil: uma análise do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, XXXV ENCUESTRO DE GEOHISTÓRIA REGIONAL e XX SEMANA DE HISTÓRIA, 2015, Maringá. *Anais...* Maringá, 2015, pp. 3609-3618. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1295.pdf>>. Acesso em dez. 2019; CARLOS, Anderson Ricardo; FRANZOLIN, Fernanda; ALVIM, Márcia Helena. Problematizações das relações de gênero no primeiro

O trabalho de Leonídio Ribeiro em questão tratou sobre apontamentos para a realização de um casamento que visasse assegurar os “interesses supremos da raça”. Apresentou argumentos e números sobre qual era a idade permitida em varios países da época para que uma pessoa pudesse se casar e recomendou que o Brasil adotasse medidas cada vez mais rigorosas para as “condições de escolha dos conjugues”. Para esse criminologista “a idade ideal, sob todos os aspectos, para o casamento seria das mulheres a partir dos 18 anos e dos homens a partir dos 20”, apontando argumentos contra o que ele considerou como um casamento precoce e, ao mesmo tempo, um casamento tardio. Para ele, o desenvolvimento das funções sexuais se fazia de acordo com cada raça e clima, “influindo ainda como fator decisivo o meio ambiente e as condições de vida de cada um”.⁴²⁵

Diferentemente, as conclusões de Joaquim Moreira da Fonseca estabeleciam um caráter moral à questão matrimonial, elevando a castidade masculina como dotada de um “factor eugenico”, onde recomendou que:

‘E’ preciso ensinar a juventude masculina que, não somente a castidade e a continência são possíveis, e não são nocivas; mas, ainda que estas virtudes são as mais recomendáveis, sob o ponto de vista simplesmente medico e hygienico, e que constituem um importante factor eugênico.⁴²⁶

Tal conclusão pode ser encontrada repetidas vezes ao longo dos anos nos diversos jornais aqui abordados. Diferente do que poderíamos supor, de que as conclusões mais reproduzidas do Congresso de Eugenia seriam as referentes à imigração, como as do trabalho de Azevedo Amaral, na realidade, foram as conclusões sobre a castidade masculina até o casamento as mais repetidas nos artigos de jornais em um espaço temporal longo. Assim como, o debate que contou com mais artigos e polêmica envolvida foi o caso aqui abordado no subcapítulo anterior, referente ao trabalho de Medeiros e Albuquerque. Evidenciando assim, uma influência de pautas religiosas e da militância religiosa no debate eugênico do período.

Por conta de seu trabalho, Joaquim M. da Fonseca foi citado em pequeno artigo de capa na mesma edição onde Medeiros e Albuquerque sofreu diversas críticas e ataques

Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo biológico e controle reprodutivo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.3, pp. 781-801, jul.-set. 2020.

⁴²⁵ RIBEIRO, Leonídio. A Idade e o Casamento. *op. cit.*, pp. 315-320.

⁴²⁶ FONSECA, Joaquim M. “Casamento e eugenia”. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 299.

peçoais. Em *A Cruz* do dia 14 de julho de 1929, J. M. da Fonseca é citado como tendo recebido a bênção e os aplausos do “Pastor da archidiocese” e da “Confederação Catholica” pela apresentação de seu trabalho no Congresso de Eugenia sobre a “continência masculina antes do casamento”. Nesse mesmo artigo, Fonseca foi citado como presidente da União Catholica Brasileira e da Comissão de Mocidade, que são em conjunto felicitadas no artigo por sua ação desenvolvida no evento.⁴²⁷

Em artigo do dia 2 de junho de 1929 d’*A Cruz* podemos verificar que essa atuação católica no Congresso de Eugenia foi coordenada e planejada com antecedência. Nesse curto artigo de capa foi relatado que “no Circulo Catholico”, teriam se reunido “a comissão de Mocidade da Confederação Catholica” e que estiveram “presentes a União Catholica dos Escoteiros Catholicos, Acção Universitaria Catholica, Congregações Marianas de S. João Baptista da Lagoa”, entre outras. Nessa ocasião “foram tomadas diversas medidas a respeito do Congresso de Eugenia” que seria realizado “dentro em breve” no Rio de Janeiro.⁴²⁸ Nessa ocasião, provavelmente devem ter sido discutidas questões de interesse dessas associações, incluindo aí a atenção a determinados temas que seriam abordados no evento.

Em outra ocasião, após o término do evento e na mesma edição e página em que eram congratulados participantes do Congresso de Eugenia membros de entidades católicas leigas que rebateram a tese de Medeiros e Albuquerque, há informação sobre comissões de discussões dentro das entidades católicas sobre assuntos como a questão da “Educação sexual”, do divórcio e da construção da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro.⁴²⁹

Esses esforços que chegaram até o primeiro evento nacional de eugenia faziam parte de um contexto onde:

⁴²⁷ “Prof. Moreira da Fonseca”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. Jul. 1929, p. 1. Para além da presidência das associações citadas, Joaquim Moreira da Fonseca (1886-1970), foi médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1910), tendo sido professor da mesma, além de membro da Academia Nacional de Medicina (posse em 1919 e emérito em 1945; saudado por Afrânio Peixoto e precedido por Miguel Pereira). Foi também “membro efetivo da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, Membro e Secretário da Sociedade Médica dos Hospitais, do Rio de Janeiro, e Membro Emérito da Academia Brasileira de Medicina Militar”, entre outras entidades nacionais e internacionais. Foi “condecorado com a Medalha Carlos Chagas, do Mérito Médico Nacional. Comendador da Ordem Pontificia de São Gregório Magno, da Ordem Pontificia “Pro Ecclesia et Pontífice”, da Ordem de São João de Latrão (Roma), Comendador, com placa, da Ordem do Santo Sepulcro; e da Ordem do Mérito Médico – Grande Oficial”. In: “Joaquim Moreira da Fonseca”. Site da ANM. Disponível em: <<http://www.anm.org.br/joaquim-moreira-da-fonseca/>>. Consulta em dez. 2020.

⁴²⁸ “Mocidade Catholica”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 2 jun. 1929, p. 1.

⁴²⁹ “Confederação Catholica”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 5.

o movimento católico brasileiro, iniciado nos anos 20 reflete todo um engajamento social e um apelo à participação. A conjuntura histórica, marcadamente da transição, levou a Igreja a reformular o seu papel na sociedade, sob pena de ser marginalizada. A emergência de novos valores sociais, políticos, econômicos e intelectuais punham em risco o monopólio exercido até então pelo catolicismo. [...]

Dentro de tal quadro, em que as forças sociais lutavam por impor-se no cenário político nacional, a Igreja assume uma estratégia de autodefesa, que reflete mais a sua perplexidade em face das mudanças sociais, do que o desejo de integrar-se na sociedade moderna. Assim, reforça sua concepção tradicionalista e elitista, parecendo-lhe mais seguro abraçar-se a uma ideologia conservadora como meio de sobrevivência.⁴³⁰

Joaquim M. da Fonseca levou o seu tema sobre a castidade como um meio eugênico a muitos outros espaços, como a conferência sobre a “Hygiene moral da mocidade” proferida no Radio Club no programa “Hora Catholica de Radio Cultura” em 1931. Essa conferência foi reproduzida em um extenso artigo no *Jornal do Commercio* onde foi exposto um tema que era de interesse de moralistas e também de cientistas, segundo o artigo. Visando a “Hygiene moral da mocidade justamente pregar no meio dos jovens uma vida moralizada, a qual constitue o vigor e a beleza da alma”, lembrou esse texto da ocasião do evento eugênico em 1929 quando da aprovação por unanimidade da tese sobre castidade masculina e é reproduzida mais uma vez, nessa página, a conclusão da mesma que já citamos anteriormente.

431

Segundo argumentos apresentados nessa conferência, era visível a evidência de que a castidade favoreceria a eugenia, que era a “a sciencia” que visava o “aperfeiçoamento da raça humana quer no ponto de vista physico, quer mental”. E o jovem ao “não observar as regras impostas pela virtude da castidade”, depressa acabaria por ser acometido pelas piores consequências, fazendo surgir “as ruínas do espírito, da vontade, do character, do coração, do corpo, da saúde, da felicidade [...], da família, da futura esposa e da futura prole, da sociedade e da Patria e mais do que tudo isto, perderá o direito á morada celeste por toda a eternidade”. Sendo estas, as “terríveis desvantagens da impureza”. Os supostos “desgraçados effeitos de uma juventude mal compreendida” não paravam aí, pois os filhos a nascerem de tais relações viriam com a hereditariedade doentia, com hidrocefalia, “idiotia, a epilepsia e etc”. E

⁴³⁰ VELLOSO, Mônica P. A Ordem: uma revista de doutrina política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 21 (3): 117-160, jul./set. 1978, p. 120.

⁴³¹ “Hygiene moral da mocidade”. In: “Vida Catholica”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1931, p. 14.

assim, “o indivíduo, a esposa, os filhos e demais descendentes, a sociedade, a pátria e a humanidade” sofreriam com “os resultados da claudicação do caracter”. Ao final desse artigo, há uma conclamação aos brasileiros para serem castos, pois assim Deus teria ordenado e exigido.⁴³²

O médico militante da castidade ainda escreveu outros artigos, trabalhos e prestou conferências ao longo dos anos em sua campanha por um Brasil casto.⁴³³ Em um deles, de 1955, apresentou diversos nomes de personalidades médicas, institutos e universidades nacionais e internacionais, além de congressos científicos nacionais e internacionais anteriores e posteriores ao de eugenia de 1929, que aprovaram conclusões parecidas quanto à dele em prol da recomendação da castidade até o casamento.⁴³⁴

Descreveu ao final desse trabalho uma conclusão praticamente parecida a de 1929, incluindo o trecho em que apresenta a castidade como um “comprovado fator eugênico”, além de incorporar o trecho: “biológico, médico e higiênico, como [...] o melhor meio de profilaxia das doenças venéreas”. E para o alcance desse “factor”, enumerou algumas recomendações para que se pudesse conservar ou readquirir a castidade: a um médico “idôneo” da família deveria ser reservada a orientação moral enquanto que deveria ser cultivado “um ideal superior” religioso, “mediante a adoção dos princípios cristãos, a prática piedosa e principalmente a frequência dos sacramentos da Igreja”. Enquanto que, a um sacerdote deveria ser entregue a orientação espiritual. Ao lado desses perceitos, recomendou ainda “alguns conselhos, de ordem prática” que deveriam

ser dados aos moços [...], tais como:

Fugir das más companhias e das más leituras; evitar o teatro e o cinema maus; afastar-se das dansas lascivas; temperança na comida e nas bebidas alcoólicas; cultivo progressivo e constante da vontade; vigilância nos sentidos, principalmente no da visão.

⁴³² *Ibidem.*

⁴³³ Pudemos encontrar artigos publicados sobre esse mesmo tema, em 1933, direcionado a juventude católica, e em 1955, direcionado a médicos onde afirmou estar apreciando esse tema “sob o prisma científico, biológico e médico” ao invés de religioso. Esse último constitui um trabalho sobre o tema de oito páginas, podendo ser considerado o trabalho extendido da versão publicada em 1929 onde somente constava as suas conclusões. Vemos aqui o esforço desse médico em buscar alcançar diferentes públicos com sua pauta da castidade. Seguem as respectivas referências desses artigos: FONSECA, Joaquim M. da. “Maria immaculada e a mocidade brasileira”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 8 dez. 1933, p. 4; FONSECA, Joaquim M. da. “A continência masculina antes do casamento”. *O Brazil-Médico*. Rio de Janeiro, jul. 1955, ed. 27 a 31, pp. 85-92.

⁴³⁴ FONSECA, Joaquim M. da. “A continência masculina antes do casamento”. *op. cit.*

Como auxiliares são aconselháveis os exercícios físicos, mas regrados, bem como os desportos, sem exageros.

Um ponto importante é o do jovem se persuadir da possibilidade e das vantagens da castidade até o casamento; pois se ele aceitar *a priori* este ideal, certamente será meio caminho andado.⁴³⁵

3.9 Os “Limites da Eugenia”

Se alguns militantes católicos preferiram uma eugenia amalgamada a preceitos católicos, outros intelectuais religiosos adotaram uma posição mais crítica à ciência de Galton. Um desses exemplos podemos encontrar em dois artigos escritos por Tristão de Ataíde, pseudônimo do escritor Alceu Amoroso Lima.⁴³⁶

Intitulados de “Limites da Eugenia” I e II esses artigos de julho de 1929 buscaram enquadrar e realizar uma crítica ao movimento eugênico sob uma ótica católica “antimaterialista”.⁴³⁷ O primeiro deles é datado do mesmo dia em que terminou o evento de eugenia, o dia 7 de julho. Amoroso Lima, aproveitou assim a ocasião do findar desse congresso para tecer as suas críticas.

Nele, argumentou que estava a haver um fanatismo eugênico e que essa ciência era a “religião moderna por excelência”, nomeando-a de “antropolatria”. Termo esse, que usou em sua acusação de que estaria havendo uma adoração em torno dessa nova ciência e que “no século XX o homem ocidental adorou sobretudo a Ciência”, deixando de lado a adoração ao seu “Deus verdadeiro”. Assim, para esse escritor o “homem do século XX” adorava “a si mesmo”.⁴³⁸

⁴³⁵ *Ibidem*, pp. 91-92.

⁴³⁶ Alceu Amoroso Lima, pseud. Tristão de Ataíde (Petrópolis/RJ, 1893-1983, Petrópolis/RJ). Escritor e crítico literário formado em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro (1913). Converteu-se ao catolicismo por influência de Jackson de Figueiredo (1891-1928), tornando-se um dos quadros mais representativos da militância leiga da Igreja Católica no país. Foi membro da Academia Brasileira de Letras (1935, cadeira n. 40) e diretor do Centro Dom Vital, importante associação leiga católica. Era crítico ao movimento modernista de São Paulo. Foi um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. In: Biografia: Alceu Amoroso Lima (pseud. Tristão de Ataíde). Site da ABL. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/alceu-amoroso-lima-pseud-tristao-de-ataide/biografia>>. Consulta em jan. 2021.

⁴³⁷ ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, I”. In: “Vida Literaria”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 7 jul. 1929, p. 4; ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, II”. In: “Vida Literaria”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, p. 4.

⁴³⁸ ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, I”. *op. cit.*

Para isso, deu exemplos de acontecimentos políticos e sociais no mundo que segundo ele atestavam tal fato, como o “atheísmo” alçado de “religião de Estado” na Rússia do “Partido Comunista” e na China onde supostamente estariam substituindo a foto de Cristo pela de “Sun-Yat-Sen” em qualquer capela de missionários tomada pelas tropas revolucionárias.⁴³⁹

O século XX para Amoroso Lima estava vivendo a disseminação de um “novo renascimento pagão”, “já não mais sob o signo da Arte, como no século XV”, “mas sob o signo da Sciencia”. E assim era renovada a mesma preocupação de religiosos cristãos de séculos anteriores, porém nesse momento os alvos desse “novo paganismo” estariam nos “legisladores pragmatistas” e não mais nos “filosofos humoristas”.⁴⁴⁰

O temor da contemporaneidade para Amoroso Lima era que esses legisladores transformassem em lei preceitos interpretados como contrários aos desígnios divinos para a humanidade. Nesse período, a eugenia estaria apresentando a sua “essencia” quando equiparando o homem ao animal, retirando-o então, da esfera de criação de um ser divino perfeito que teria feito o ser humano à sua imagem e semelhança.⁴⁴¹

Para o escritor teria sido com Darwin que o “surto moderno do eugenismo” teria começado e desse “biólogo que revolucionou o mundo científico com seu evolucionismo materialista” vinha o mesmo “raciocínio do poeta grego, do utopista do Renascimento ou do socialista moderno”. O deslumbre com “as theorias animalistas da ‘Origem das Especies’ de 1859” e a aplicabilidade integral aos humanos de rigorosa regulamentação dos cruzamentos foi, para esse autor, o ponto de partida de Galton para a criação da eugenia. E, citando um trecho de um texto do criador da eugenia publicado no “Macmillan’s Magazine”, comenta o que concluiu sobre o que seria a eugenia criada por esse cientista inglês:

Isto é, o homem todo é um producto da hereditariedade. E a hereditariedade pode ser governada como se governa uma força mecânica. E como o mendelismo, nas plantas e nos animaes, veio revelar o rythmo de reprodução das espécies vegetaes e animaes, com uma approximação maior do que até então, – o mesmo raciocinio se applicou á hereditariedade humana. Sendo o homem apenas um animal aperfeiçoado, sendo a seleção natural dos mais aptos a lei de aperfeiçoamento biológico da natureza – só faltava passar para as mãos do homem, o que até então se deixava entregue á Natureza ou á Providencia. E assim se criou e se desenvolveu a Eugenia moderna, e

⁴³⁹ *Ibidem.*

⁴⁴⁰ *Ibidem.*

⁴⁴¹ *Ibidem.*

sobretudo o “eugenismo”, isto é, o fanatismo eugenico, o materialismo eugenista, a observação de chegar ao superhomem por meios puramente humanos.⁴⁴²

Citou a realização do Congresso Brasileiro de Eugenia, que para Amoroso Lima delineava exatamente o apontado por ele nesse artigo. Atestou que esse evento, por mais que não tivera iniciado “os estudos anthropologicos por aqui”, “veiu, sem duvida, despertar o interesse por um thema que hoje apaixonou a humanidade toda que está fazendo delirar tantos homens sóbrios e inflamar nacionalidades inteiras”.⁴⁴³

Comentou também sobre o histórico da eugenia nacional em sua percepção, afirmando que dez anos antes se sofria com a falta de bibliografia no país sobre o tema, enquanto que no ano de 1929 sofria-se com o excesso dela. E assim, “Multiplicaram-se, por tal fôrma, em tão poucos annos os livros, os congressos, as sociedades, as revistas, girando todos em torno do problema da raça, que só mesmo os especialistas podem acompanhar”. Advertiu, porém, que ao estar envolvida nos mais diversos tipos de problemas morais, filosóficos e até religiosos, não poderia a eugenia ser entregue somente aos eugenistas. Ela interessaria “a todos nós pois affecta todo o problema do mundo e do homem moderno”, em especial, ao “mundo americano”.⁴⁴⁴

Aqui o “problema da raça” foi colocado como “fundamental” para os “americanos”, “de norte a sul”. E no Brasil, onde seríamos “mais sujeitos ao desanimo”, o “espetáculo das nossas populações do interior, e mesmo das cidades ou das regiões menos ásperas”, não eram exemplos positivos “para animar a quem quer que seja”. Tínhamos em sua análise, um “Povo triste” e “feio”, assim como “doente, mal pago, mal alimentado, mal amparado” e sobretudo “sem infancia”. Um “povo em que as crianças já têm cara de velhos”. Essa era para ele uma das coisas mais horríveis que tínhamos de lutar, que era contra o “envelhecimento precoce do nosso povo”. E continuou em sua adjetivação da população brasileiro, como esta constituída por um

Povo que desanima logo. Povo de indiferenças alarmantes. Povo sem belleza na infância. Sem religião nos moços. Sem sabedoria nos velhos. E,

⁴⁴² *Ibidem.*

⁴⁴³ *Ibidem.*

⁴⁴⁴ *Ibidem.*

com tudo isso, povo das mais inapreciáveis qualidades moraes, justamente naquelles que menos contacto têm com a civilização.⁴⁴⁵

Amoroso Lima pareceu compactuar com o retrato feito da população brasileira pelos intelectuais de sua geração e atestou também que o cenário nacional era de falta de todos os atributos para fazer dessa nação constituída por uma população forte, sadia e moderna. Porém, acima disso, assumiu temer mais “os remedios que as molestias”. Pois, com essas moléstias, mesmo que compreedidas como terríveis, o escritor afirmou que poderíamos ao menos ser nós mesmos. Já com os “remedios” seríamos uma “coisa de absolutamente copiado”. Classificou assim, a eugenia como uma ideologia científica moderna importada do exterior e afirmou temer a “yankização e a moscovitização do Brasil” que estariam a caminhar “a passos de gigante”.⁴⁴⁶

Terminou esse seu primeiro artigo em tom de ironia ao caçoar de um país como o Brasil, dotado de um “povo assim, tão triste e tão feio”, onde a eugenia assumiu “logo as feições de uma fada milagrosa, que vem curar toda essa tristeza e toda essa fealdade”. Indicou não estar muito convencido com as promessas da eugenia, aparentando lamentar que assim como nos Estados Unidos, essa prática científica estava a estabelecer-se como a “sciencia do dia”. Sendo “mais do que sciencia, – uma religião [...]”.⁴⁴⁷

Foi essa última afirmação o mote de seu segundo artigo sobre o tema em julho de 1929, o qual transcreveu em sua epígrafe uma citação a Francis Galton: “Eugenics will sweep the world like a new religion”. Afirmou logo no início desse artigo que Galton previu que a eugenia conquistaria “a credulidade do homem moderno como uma religião nova” e que assim aconteceu pouco mais de duas décadas após a sua morte.⁴⁴⁸

Deu como exemplo o que ocorreu nos Estados Unidos que, segundo o seu entendimento, ocorreu o que chamou de “duplo phenomeno”, a qual ele era crítico. Afirmou que nesse país estava a ocorrer uma aliança da eugenia com o protestantismo “na marcha incessante ao ‘progresso’ scientifico e religioso”. A eugenia nesse país tornou-se “realmente aquilo que o seu fundador previu”, estando a “racionaliação sexual” ligada “não só a todo o futuro da raça americana mas ainda da humanidade e da religião”. E para ilustrar isso,

⁴⁴⁵ *Ibidem.*

⁴⁴⁶ *Ibidem.*

⁴⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁴⁸ ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, II”. In: “Vida Literaria”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, p. 4. Vale recordar que Galton faleceu em janeiro de 1911.

Amoroso Lima transcreve um trecho do livro “The Next Age of Man” (1927, páginas 348 e 399) de Albert Edward Wiggam:

“A imediata racionalização sexual (direct birth-control) será o agente decisivo para determinar o caracter e o destino do homem sobre a terra e para conformar o futuro de sua civilização” [...]. E termina o seu livro invocando S. Paulo e dizendo: – “E eu não vejo porque motivo não hão de os homens amar uma fé bem fundada e constructiva, que os fará seguir, por sua própria sciencia, de faces abertas, louvando a gloria de Deus e fazendo um uso intelligente de Suas leis para guiar a sua própria evolução de gloria em gloria, evoluindo por sua própria intelligencia em direcção áquella Imagem Divina, que é a mais bella e luminosa visão dentro delles. E nesse sentido, a eugenia é tão grande quanto a capacidade do homem para esperar e sonhar, tão profunda quanto a sua capacidade de penetrar e de guiar as leis de sua própria natureza e tão larga quanto a sua capacidade de organizar os seus esforços sociaes dirigindo-os a fins cada vez mais fecundos”.⁴⁴⁹

Amoroso Lima expressou ser possível ver inequivocadamente a fusão que esse autor americano faz entre eugenia e religião, considerando o “brith control” como “a boa nova, o Evangelho do seculo XX...”. Ao citar outro livro de seu conhecimento desse mesmo autor, “The new decalogue of Science” (1923, página 98), transcreve de forma irônica os seguintes trechos desse eugenista americano: “Se Jesus estivesse entre nós teria sido o Presidente do primeiro Congresso de Eugenia”, pois

A sciencia não veio destruir a grande essência ethica da Biblia mas completal-a. Só Ella podia completal-a. E a eugenia, que não é mais do que a simples evolução orgânica consciente e intelligente, fornece o programma final para a cristianização completa da humanidade.⁴⁵⁰

Amoroso Lima criticou tal mentalidade eugênica, colocando-a como o que se tinha de maior em termos de “humorismo” em seus dias, pois a mesma pretendia, segundo as suas palavras, “regenerar a humanidade pelo... policiamento civil das alcovas...”.⁴⁵¹

Enquanto que esse autor americano citado viu relação entre cristianismo e eugenia, Amoroso Lima cita outro que a negava, o inglês Anthony M. Ludivici e seus dois livros de

⁴⁴⁹ *Ibidem*.

⁴⁵⁰ WIGGAM, Albert Edward. The new decalogue of Science. 1923, p. 98 apud ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, II”. *op. cit.*

⁴⁵¹ ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, II”. *op. cit.*

1923 e 1928 (“Wooman: a vindication” e “Man: an indictment”). Nessas obras, Ludovici teria aplicado um “eugenismo nietzscheano”.⁴⁵²

Ludovici viu no cristianismo a “negação completa” da eugenia, havendo por isso a necessidade “de uma nova religião” e “para a realização de uma tal tarefa” seria necessário “uma nova espécie de homens (sic)” e tudo o que poderia se “fazer por ora” era “preparar o caminho para isso”.⁴⁵³ Foi então para Amoroso Lima que “nessa tarefa de criar uma nova ‘ordem’ de homens” que interveio a eugenia. Essa era “a nova religião” que se apresentou para “salvar e regenerar a humanidade”, “fundada exclusivamente sobre o ‘culto do corpo’” ao invés do espírito. Por Ludovici considerar o cristianismo anti-eugenico é que Amoroso Lima o considerou como um “neo-pagão em toda a significação do termo”.⁴⁵⁴

O desejo expresso pelo escritor brasileiro nesse artigo é acentuar que, em todos os eugenistas dele contemporâneos, era procurado “ter do problema eugênico uma visão não apenas medica ou política, mas filosofica”, sendo encontrado “sempre” na eugenia um aspecto “não mais [...] como sciencia mas como religião”. Não havendo “mais o estudo da eugenia”, mas sim um “culto da eugenia”.⁴⁵⁵

É diante disso que o autor apresentou uma teoria geral que acreditava aglutinar as explicações para toda a gama de transformações de seu tempo, que via sob a sua ótica crítica e religiosa com extremada preocupação. Onde seria esse,

o resultado monstruoso da lenta revolução que se vem operando no sub-solo de todo pensamento moderno, com a accumulção dos erros de gerações successivas. O Homem no posto de Deus. O culto do Corpo em vez do culto do Espirito. A Anthropologia como Sciencia Suprema em lugar da Theologia. Em summa – o anthropocentrismo do seculo XX se oppondo ponto por ponto ao theocentrismo do seculo XII.⁴⁵⁶

Diante dessas interpretações, Amoroso Lima afirmou que não deveria ser menosprezada a capacidade da eugenia e sua revolução sexual, pois seus progressos tinham sido

⁴⁵² *Ibidem.*

⁴⁵³ LUDIVICI, A. M. *Man: an indictment*. 1928, p. 338 apud ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, II”. *op. cit.*

⁴⁵⁴ ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, II”. *op. cit.*

⁴⁵⁵ *Ibidem.*

⁴⁵⁶ *Ibidem.*

tão rápidos e tão extensos, as suas ambições tão grandes, que não há exaggero em ver nessa sciencia mesclada de religião pelo fanatismo que está despertando, um dos fundamentos do grande assalto que a mentalidade revolucionaria materialista pretende lançar contra os valores espirituales humanos e christãos.⁴⁵⁷

Apesar de suas opiniões extremamente críticas e aparentemente condenatórias à ciência de Galton, Amoroso Lima não condenou a eugenia por completo, ao menos não ainda em 1929. Pediu, porém, para que essa nova ciência fosse considerada “com toda a precaução”. E, em principal, que fosse sabido realizar nela “uma distincção muito rigorosa” entre o que haveria de aproveitável e de condenável – logicamente de acordo com os preceitos de seu pensamento religioso aqui exposto. Informando ele ter desejado nesse artigo mostrar que a prática eugenista aplicada até então não era “uma simples sciencia”, havendo “sob a capa de espirito scientifico” a aplicação de “uma filosofia de absolutismo materialista (a equiparação do homem ao animal) e de uma política de absolutismo etatista (o direito do Estado de intervir na vida mais intima dos individuos)”.⁴⁵⁸

Amoroso Lima reclamou sobre opiniões que eram encontradas na leitura de artigos de jornalistas que eram publicados “todos os dias” sobre a existência de supostos “preconceitos” enraizado na sociedade brasileira. Esses artigos alvo de crítica pelo escritor atacavam o que eles viam como “preconceitos” que entravavam a criação de uma “mentalidade eugenica” no país. Aqui, o escritor pareceu atuar em resposta a artigos como dos jornalistas Antonio Leão Velloso e Azevedo Amaral. Sobre esse último já tratamos anteriormente nesse trabalho sobre os seus artigos sobre a criação da “mentalidade eugenica”. Enquanto que sobre o primeiro, podemos encontrar o seguinte artigo de sua autoria: “Eugenia, castidade masculina, etc”, publicado no *Correio da Manhã* no dia 17 de julho de 1929.

Esse artigo foi iniciado por Velloso com uma saudação a realização do Congresso de Eugenia que tinha sido realizado “com pompa”, onde foram trazidos ao debate “não só o melhoramento da raça, como inumeras questões, de ordem econômica, social, hygiencia, moral e religiosa, que embaraçaram a solução daquelle problema fundamental”. Atestou aí Velloso, uma opinião encontrada em algumas das fontes aqui abordadas, a de que no

⁴⁵⁷ *Ibidem.*

⁴⁵⁸ *Ibidem.*

Congresso de Eugenia houvera trabalhos e conclusões aprovadas que eram conflitantes entre si. Mostrando-nos que havia um complexo debate sobre os problemas nacionais.⁴⁵⁹

Leão Velloso afirmou que não seria “da noite para o dia”, apesar da realização do evento eugênico, que seriam reduzidos “a pó um milhão de preconceitos” que a humanidade segundo a sua opinião vinha acumulando desde o princípio da civilização. E que a esses, relacionavam-se a “constituição da família, a liberdade de amar, etc.”, que seriam “capazes de abalar profundamente a estrutura da sociedade”.⁴⁶⁰ É em relação a esse trecho sobre os “preconceitos” que consideramos ser o reclame de Amoroso Lima citado anteriormente.

Velloso aproveitou esse artigo para criticar a tese sobre a continência masculina pré-nupcial de Joaquim M. da Fonseca. Assegurando que “no matrimonio, como em tudo, a experiência era imprescindível, viesse ella do homem ou da mulher”. Inclusive, ironizou o Congresso de Eugenia acusando-o de não parecer estar “muito convencido de que as gerações vindouras” estivessem “dispostas a adoptar suas regras de castidade”. Pois, somente assim se explicaria a adoção de outra tese no evento que foi, segundo esse autor, oposta à pretensão de “lançar o alicerce da pureza masculina” sobre a castidade até o casamento. Referiu-se ao debate sobre a tese “das mães solteiras”, tratando-se aí de uma menção ao trabalho “As mães solteiras, sua protecção e dignidade”, de Astolpho Vieira de Rezende.⁴⁶¹

Esse trabalho foi mais um dos que se encontravam listados para figurar na publicação futura nos volumes II e III dos trabalhos do evento. Apesar de não ter sido publicado no opúsculo do congresso (volume I), pode ser lido possivelmente em sua íntegra em um extenso

⁴⁵⁹ O participante pernambucano do Congresso de Eugenia de nome Geraldo de Andrade em entrevista a Azevedo Amaral comentou nesse mesmo sentido: “verificou-se, como era de esperar, o facto de serem apresentadas monographias em torno de um mesmo thema divergentes entre si, advogando ideias radicalmente oppostas. Ahi o Congresso soube manter coherencia rejeitando algumas conclusões”. In: “Cuidando do maior patrimônio nacional: o homem”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1929, p. 3.

⁴⁶⁰ VELLOSO, Antonio Leão. “Eugenia, castidade masculina, etc”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 jul. 1929, p. 4.

⁴⁶¹ O que pudemos averiguar sem maiores confirmações sobre esse autor é que possivelmente nasceu em 1870 em Cataguazes, Minas Gerais. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo e transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1904. Foi presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros entre 1931-1933 e foi autor de diversas obras no campo do Direito. In: Institucional: Galeria de presidentes. Site do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Morreu em 1946. Disponível em: <<https://www.iabnacional.org.br/institucional/galeria-de-presidentes>>. Acesso em mar. 2021; Astolpho Vieira de Rezende. Site GeneaMinas. Disponível em: <<https://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1445245>>. Acesso em mar. 2021.

artigo na mesma edição do *Jornal do Commercio* em que foi publicado o trabalho completo de Medeiros e Albuquerque.⁴⁶²

O trabalho de Astolpho Rezende fez um histórico do Direito perante filhos advindos de relações fora do matrimônio e apresentou propostas para a proteção jurídica da mãe e de sua prole. Anunciou assim, como denunciado por Amoroso Lima, que era vivida uma época de transformações no mundo ocidental e o autor desse trabalho dá enfoque nas transformações sofridas no campo do Direito. Nesse cenário colocou “a mulher e a criança” como “Vítimas seculares do despotismo, aliado á indiferença e á incúria, esmagadas pelos preconceitos, que os homens entre si transmitiram de geração em geração”. Propôs que havia chegado a hora de se “disputar um pouco daquela igualdade e daquela protecção, a que a sua qualidade de seres vivos e pensantes lhes dá direito, mas que as leis feitas pelo homem, até aqui” lhes havia negado.⁴⁶³

Astolpho Rezende evidenciou como uma “das grandes tarefas do século” então vigente, a busca de se “tornar realidade os grandes principios da igualdade dos sexos, e da igual protecção da lei a todos aquelles que, homens, mulheres ou crianças, contribuem para a perpetuação da espécie através do tempo e das idades”. Apontou e criticou o que para ele ainda era uma realidade, a condição da mulher como “um ser de condição inferior” na organização jurídica da sociedade. Onde, “escrava ou animal, propriedade do pae, do marido, da família, ou da tribo, matrona mais tarde, jamais” teria alcançado “a plenitude de direitos, que sua condição de ser pensante lhe dava o direito de aspirar”. Sendo assim, apesar das evoluções acarretadas desde a Revolução Francesa, Rezende indagou quantas mulheres ainda não enfrentavam “preconceitos seculares”. Tanto a criança como a mulher “que concebe fora do casamento” suportaram “sempre o ódio e o desprezo das leis, da sociedade, e da religião”,

⁴⁶² Cf. REZENDE, Astolpho. “As mães solteiras, sua protecção e dignidade – Pesquisa da paternidade – Penalidade pacuniaria na fecundação extra-legal”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, pp. 3-4. Podemos encontrar referência a esse mesmo texto publicado em revistas diferentes, com datação de junho e julho-setembro de 1929, ou seja, esse texto circulou em outras versões publicadas tanto antes quanto após o Congresso de Eugenia. Cf. REZENDE, Astolpho Vieira. As mães solteiras: sua protecção e... *Revista de Jurisprudência Brasileira*, 4, pp. 207-218, jun. 1929 (apud CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. op. cit.* p. 99); REZENDE, Astolpho Vieira. As mães solteiras : sua protecção e... *Arquivo Judiciario*, v. 11, suplemento, pp. 95-103, jul./set. 1929 (Catálogo Coletivo : catálogo da RVBI. Disponível em: <http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=000373927>. Acesso em mar. 2021).

⁴⁶³ *Ibidem*.

segundo ele as “três forças” que contra eles se aliavam “para punir” neles, “o crime do homem”.⁴⁶⁴

Esse autor discorreu largamente sobre questões do direito em torno desses dois indivíduos foco de sua tese, onde discutiu como se colocaram as legislações ao longo do tempo. Para além de sua discussão em períodos posteriores ao ano da Constituinte de 1933-34⁴⁶⁵, podemos encontrar conclusões gerais aprovadas pelo Congresso de Eugenia que foram na direção apontada por esse trabalho.

Essas conclusões comporam os pontos de número 20 e 21 das “principais conclusões aprovadas” pelo evento que tratam sobre a recomendação da “investigação da paternidade” abranger “os filhos espúrios” e sobre o direito da mulher “agravada em sua honra” poder ser reparada, se não pela via do casamento, por um “dote correspondente á sua própria condição e estado”.⁴⁶⁶ Assim como, há no artigo 138 da Constituição Federal de 1934 subítem que menciona, em conjunto com a indicação ao estímulo à educação eugênica (item b), a questão da proteção à maternidade e a infância (item c), além do socorro “as famílias de prole numerosa” (item e).⁴⁶⁷

Antonio Leão Velloso em seu artigo de 17 de julho de 1929 opinou debochadamente sobre o trabalho de Astolpho Rezende com objetivo de atingir a eugenistas e à militância católica leiga. Pois, argumentou ironicamente que esse trabalho não seria necessário na sociedade do futuro. Sociedade essa onde não existiriam mais mães solteiras graças ao “banho lustral” que seria dado pelos eugenistas. Podendo ser excessão a isso, somente o recurso “de uma explicação sobrenatural” do “mysterio da concepção immaculada...”. Essa ironia ácida contra o cristianismo foi provavelmente direcionada aos setores católicos, em especial, talvez, a Tristão de Ataíde (Amoroso Lima) que é citado nesse artigo por conta de seu artigo “Limites da Eugenia, I” que Velloso lera.

⁴⁶⁴ *Ibidem*.

⁴⁶⁵ Esse mesmo trabalho seria citado em artigo de 1950 pelo conhecido deputado federal pela causa do divórcio, de nome Nelson Carneiro (1910-1996). Esse deputado citara o trabalho de Astolfo de Resende por conta da ocasião da apresentação de um projeto “que equipara a ‘companheira’ à esposa para efeito de alimentos e outros benefícios”, onde foi “muito contraditado pelo pe. Arruda Câmara que o aparteou insistentemente”. Cf. “Outros assuntos”. In: “Ainda sem número a Câmara dos Deputados”. *Diario de Noticias*. Rio de Janeiro, 7 jun. 1950, p. 3.

⁴⁶⁶ Essas conclusões foram publicadas em: “Principais conclusões aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Boletim de Eugenia*. Piracicaba, Ano IV, n. 40, pp. 86-89, out.-dez. 1932, p. 88. Esse documento está reproduzido em completo no anexo 4 desse trabalho.

⁴⁶⁷ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Diário Oficial da União. Seção 1. 16 jul. 1934.

Velloso demonstrou não concordar com Amoroso Lima no tocante à oposição da “moderna eugenia” em relação aos cânones da Igreja Católica, citando para isso o artigo do padre jesuíta Hermann Muckermann publicado no mesmo dia que o de Ataíde.⁴⁶⁸

Segundo Velloso o padre sustentou que “o futuro do Estado e da Igreja repousa sobre os homens sadios de corpo e de espírito” e era “exatamente” isso que sustentaria a eugenia. Para finalizar seu artigo, delineou que o assunto sobre as pretensas “collisões” entre religião e eugenia oferecia “larga materia para o debate”.⁴⁶⁹ Velloso pareceu buscar estrategicamente aproximar eugenia e catolicismo ao fazer uso do artigo do padre eugenista Muckermann. Mesmo que, ao mesmo tempo, tenha demonstrado o seu pouco apreço a essa religião e sua atuação na realidade brasileira, o que demonstra a importância da religião cristã-católica para os debates sobre eugenia e questões caras tocadas por ela. Mesmo atores políticos com muitas contrariedades ao catolicismo e/ou com seus prosélitos não deixavam de debater e negociar com grupos sociais influentes dessa religião.

Em resposta aos artigos de Velloso e Azevedo Amaral aqui citados que utilizaram do argumento sobre o que eles chamaram de “preconceitos”, Alceu Amoroso Lima exclamou o seguinte em seu segundo artigo sobre os “Limites da Eugenia”:

Pois bem, esses chamados “preconceitos” são mais nem menos do que o domínio mais sagrado, mais fechado, mais inviolável de nossa vida íntima, que não estamos dispostos de modo algum a deixar penetrar pelo poder policial e pseudo-científico do Estado. Esses domínios são reservados a nossa consciência e, portanto, ao poder espiritual e não ao poder temporal.

Isso é que precisa ficar bem claro na cabeça dos eugenistas íntegros. Há muitos pontos em que não cedemos nem cederemos nunca.⁴⁷⁰

Nesse ponto, o eugenista Otávio Domingues buscou estabelecer contato com Tristão de Ataíde, “tendo iniciado uma troca de ideias” com esse “campeão do catolicismo brasileiro” para “descobrir em que ponto ele se coloca”. Devido às críticas realizadas por Ataíde (Amoroso Lima) e outros à eugenia e a importância que esses intelectuais católicos tinham na

⁴⁶⁸ Esse artigo do eugenista alemão Hermann Muckermann, intitulado “Eugenia e catolicismo” pode ser conferido em: MUCKERMANN, Hermann. “Eugenia e catholicismo”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 4 e n. 5, pp. 2-3 e 2, abr.-mai. 1929.

⁴⁶⁹ VELLOSO, Antonio Leão. “Eugenia, castidade masculina, etc”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 jul. 1929, p. 4.

⁴⁷⁰ ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, II”. In: “Vida Literaria”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, p. 4.

sociedade brasileira da época, esse eugenista em carta para Renato Kehl em 1931 elabora uma estratégia de tentar “demonstrar que a eugenia não tem nenhum ponto que vá de encontro ao espírito cristão”. Ao mesmo tempo que aconselhou sobre a necessidade de “envolvê-los e assimilá-los”, considerava “contrproducente uma campanha aberta” que ferisse “os pontos de vista católicos”.⁴⁷¹ Com isso, podemos observar que:

De maneira geral, os eugenistas estavam conscientes da força que os argumentos religiosos desempenhavam na sociedade brasileira. Para o movimento eugênico, seria imprescindível, portanto, lançar mão do diálogo político e intelectual, do convencimento e de mediações que amenizassem as críticas à ciência eugênica.⁴⁷²

Domingues poderia ter tido a resposta para essa pergunta já no segundo artigo sobre os “Limites da Eugenia” do próprio Amoroso Lima em julho de 1929. Onde é exposto, como em seu primeiro artigo dessa série, que o grupo católico crítico da eugenia também não estava satisfeito com o que se apresentava “por ahi” em nosso país, tendo eles também “muito que regenerar” e procurado um caminho de “evolução e de selecção”.⁴⁷³ Porém, isso não poderia ser realizado “pelos mesmos processos” que buscavam alguns eugenistas empregar no Brasil. Para “eles” a “verdadeira eugenia” só poderia ser feita “em aliança com a verdadeira fé” e não estariam “á procura de nenhuma nova religião”. Também não consentiriam que nenhuma ciência e nenhum poder civil invadissem “domínios que cabem a outro gênero de poder”. Não existindo em sua opinião uma oposição a fazer a eugenia, mas sim contra o “eugenismo”, que nomeou ser “a eugenia illimitada e puramente naturalista e etatista”.⁴⁷⁴

Amoroso Lima, termiou esse seu segundo artigo sobre os “Limites da eugenia” indagando sobre se haveria ou não limites para a eugenia. E estaria aí o seu ponto, criticando os “eugenistas absolutos” que acreditavam ser possível “uma nova ordem de homens”, afirmando que tentar ultrapassar os “limites ‘naturaes’” seria “degenerar em vez de regenerar”. A distinção entre a eugenia aceita por Amoroso Lima e a eugenia que segundo ele

⁴⁷¹ DOMINGUES, Octávio. Correspondência com Renato Kehl. Piracicaba. Fundo Pessoal Renato Kehl. (Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz). 15 jan. 1932 apud WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, pp. 263-288, jan.-mar. 2013, pp. 273-274.

⁴⁷² WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo. *op. cit.*, p. 274.

⁴⁷³ ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, II”. *op. cit.*

⁴⁷⁴ *Ibidem.*

deveria ser repudiada estava na máxima que a primeira consideraria “o homem como um ‘homem’”, enquanto que a segunda “apenas como um ‘animal’”.⁴⁷⁵ Ou seja, a eugenia poderia ser aceita e poderia realizar um importante trabalho de “regeneração” da população brasileira, desde que de braços dados ao catolicismo e sem ferir supostos preceitos dessa religião.

Outro personagem que criticou o Congresso de Eugenia, além de criticar um dos trabalhos desse congresso aprovados por unanimidade ao mesmo tempo em que criticou o movimento representado por Tristão de Ataíde, foi o poeta, escritor e dramaturgo da primeira fase do movimento modernista (1922-1930), Oswald de Andrade (1890-1954). Em um de seus textos que tratou sobre o seu movimento antropofágico publicado n’*O Jornal*, comentou sobre o “interessante” estado da mentalidade brasileira de sua época. Entre o que o escritor chamou de “grandes nomes” continuadores da “microcephalia” estavam os que, “proclamando por exemplo, sem intuito de blague, num Congresso de Eugenia, que nestes tempos freudianos, a castidade deve ir até o casamento”. Contrapondo-se a isso, estaria “o Brasil que renasce poderosamente” nas “expressões da pintura, de escultura, de poesia e de pensamento” que nos poderiam garantir “nada termos com os aposentados-natos que querem atravancar o caminho de todas as conquistas”.⁴⁷⁶

Chamou a esse movimento “encabeçado por Tristão de Athayde e Augusto Schmidt” de “neo-catholicismo”, vindo “como a consequencia da nossa nefasta educação de casa e de família”. De “nossa formação menineira” de onde jaz, no “fundo das recordações de cada um de nós”, “uma mamãe afflicta com os perigos desse abysmal mundo moderno que vae roendo o cyclo vencido”. Sendo este, constituído de um

forte elemento emocional que talvez seja o grave impecilho para a conquista profunda da vida, o medo physico do inferno, a esperança na ressurreição de uma carnezinha modestamente gulosa e regalada pelos trópicos, um gozo de ladainhas e de vellas [...].⁴⁷⁷

Para Oswald de Andrade, contrapondo-se a esse cenário, nos “paizes cultos” professores

⁴⁷⁵ *Ibidem*.

⁴⁷⁶ DE ANDRADE, Oswald. “De Antropofagia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1º set. 1929, p. 2.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

de universidades indicam os novos caminhos: além da educação sexual preparando a liberdade de amar, a eutanásia e sobretudo a maternidade consciente.

Infelizmente, aqui no Rio, homens da maior responsabilidade exaltam ainda a vil comédia da castidade católica. A nova geração saberá mastigá-los.⁴⁷⁸

Esses debates entre eugenistas, seus simpatizantes e movimento católico leigo se desenrolariam ao longo dos anos, podendo ser visto como uma das questões mais palpitantes a do tocante a esterilização. Em artigo de 1931, o psiquiatra Alberto Farani escreveu sobre esse tema. Nele, esse psiquiatra que participou do Congresso de Eugenia em 1929 com o trabalho “Da esterilização nos degenerados”, apontou a Igreja Católica como uma inimiga dessa campanha. Pois, a Igreja não admitindo essa prática estaria na direção da salvaguarda de direitos do indivíduo, quando a ciência e a sociedade propunham servir cada vez mais aos direitos da sociedade.⁴⁷⁹

Afirmou Farani que era preciso encarar os fatos. Tratava-se para ele de impedir “o advento dos degenerados” e não deixar que eles se reproduzissem a vontade, cruzando os braços sob a égide da “falsa virtude” e “falso conceito” da moral. Para esse membro da Liga Brasileira de Higiene Mental não bastaria para enfrentar tamanho problema dos “degenerados” somente “meios anticoncepcionais”, pois não bastariam. Seria preciso impedir em “definitivo” e isso deveria se dar via “restrição matrimonial ou a esterilização”.⁴⁸⁰

Sobre o impedimento do casamento, Alberto Farani apontou que o exame pré-nupcial, estimado para todos os que pela eugenia militavam, era bem-vindo. Porém, não era de todo eficaz, por conta de nem todas as relações sexuais se darem dentro do matrimônio. Podendo as chamadas relações ilegítimas serem bastante fecundas. Sendo assim, o fato a ser encarado seria o da esterilização para “impedir o advento de degenerados, venham de onde vierem, legítimos ou não”.⁴⁸¹

Farani comentou e teceu argumentos que visaram rebater algumas críticas que a prática sofria. O primeiro deles foi sobre que não haveria prejuízo algum da “resecção do

⁴⁷⁸ *Ibidem.*

⁴⁷⁹ FARANI, Alberto. “Liga Brasileira de Higiene Mental. A conferência do dr. Alberto Farani”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 19 set. 1931, p. 4. Nesse artigo consta somente a segunda parte dessa conferência, estando em seu formato completo publicado em: FARANI, Alberto. “Como evitar proles degeneradas”. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Rio de Janeiro, v.4, n.3, p. 169-179, 1931.

⁴⁸⁰ FARANI, Alberto. “Liga Brasileira de Higiene Mental. *op. cit.*”

⁴⁸¹ *Ibidem.*

deferente ou da trompa”, não sendo uma “mutilação” de modo algum como criticavam alguns contrários a esse tipo de prática. Assim como, também não valeria para ele o argumento sobre a dignidade humana ser desprestigiada no processo. Indagando que, seria então “mais digno procrearem-se indivíduos incapazes?”. Acusou os contrários à esterelização de serem os mesmos que “admittem a possibilidade de herança degenerada”. Discordando da solução dada por muitos ao problema, quando esses indicam a “segregação” do indivíduo como uma prática “mais humana (sic)”.⁴⁸²

Nessa última questão acusou os críticos de “admitirem a nocividade do tarado” e de não quererem com ele conviver no meio social, aconselhando assim o seu internamento. Sobre isso, afirmou Farani que não discutiria sobre “a crueldade de tal proceder” e somente indicaria a “mais racional, mais economica e mais humana” prática: a esterilização. Para ele, embora “o internamento” pudesse ser realizado em “colonias, onde a vida é mais aprazível”, nem por isso, deixava de ser uma medida cruel por conta do afastamento da família.⁴⁸³

Indicou como uma das vantagens da prática esterilizatória, a “conservação dos desejos e da satisfação sexual”, onde o individuo poderia exercê-la sem aumentar o número de “degenerados” do mundo. Dentro disso, Farani argumentou em contrário à indicação realizada em trabalho de Joaquim da Fonseca, sobre o qual chama a prática da continência como uma “thologia forçada”, a qual desrespeitaria a integridade humana.⁴⁸⁴

Outra ideia a ser criticada pelo psiquiatra foi a da

repetição da these individualista, menosprezando a collectividade quando a tendência moderna, quer scientifica, quer social ou política, trata de mostrar o predomínio benéfico da concepção opposto, isto é, o sacrificio do individuo ao bem social.⁴⁸⁵

Resumi então a sua recomendação quanto à prática esterilizatória como a mais vantajosa, pois os outros “remédios” apresentavam-se sempre mais desvantajosos e até ineficazes para Farani, como: “a educação (de indivíduos ineducaveis), o exame pre-nupcial

⁴⁸² *Ibidem.*

⁴⁸³ *Ibidem.*

⁴⁸⁴ *Ibidem.*

⁴⁸⁵ *Ibidem.*

(inexequível de momento, e que só atende as uniões matrimoniais) e a continência (utopia hypocrita)”.⁴⁸⁶

Antonio Leão Velloso em artigo do final da década de 1930 escreveu sobre temática que foi no mesmo sentido que a de Farani. Tratou sobre a “Eugenia e seus sectários”. Esse médico teceu uma divisão em que colocou o médico de um lado enquanto que o eugenista de outro. Do lado em que colocou o médico, estaria o costume com a “feiura” e o deixar-se seduzir pelos “pobres sofredores”. Pelos “deserdados da saúde”, que acabavam por gerar um suposto “atavismo impiedoso”. Do lado contrário, em que colocou o eugenista, esse apresentava-se “sob as feições duras e implacáveis de um Lycurgo, decretando e executando em nome da perfeição humana, o massacre dos imperfeitos”.⁴⁸⁷

Diferenciando educação e combate às doenças da genética, Velloso apontou as “distâncias” entre o médico e o eugenista, atestando que a “filantropia e a arte de curar” eram “inimiga da eugenia e do aperfeiçoamento humano, pois estimula a prática da piedade, assegurando sobrevivência e perpetuação dos inferiores”. Por isso, o auxílio financeiro dado aos tidos como “tarados” atrapalharia a seleção humana.⁴⁸⁸

Ao seguir a esteira de alguns eugenistas que já indagavam há anos sobre a ineficácia da educação em face com a hereditariedade, Velloso afirmou que “abrir escolas não é igual a fechar prisões” e a “criminalidade não é resolvida pela educação”, estando a mesma “a ocorrer por conta da disgenia, na degeneração do homem”. Sobre isso, o médico recorre a uma citação do eugenista Renato Kehl que mostrou um exemplo “estatístico” dos Estados Unidos, onde estaria a “matar-se [...] vinte vezes mais do que na Inglaterra, mesmo considerando a densidade da população”. Para Kehl, isso demonstrou que “a Bíblia e a cadeira eléctrica foram insuficientes para melhorar a situação de desordem reinante no paiz de Tio Sam”.⁴⁸⁹

Porém, para esse mesmo eugenista e também para Velloso, ao final do artigo seus discursos são apaziguados contraditoriamente. Assim eles indicam que a eugenia deveria ser implementada por medidas “suasórias e suaves”, sem propósitos draconianos. Pedindo para que “os médicos praticos”, cuidem das “imperfeições humanas que diariamente”

⁴⁸⁶ *Ibidem.*

⁴⁸⁷ VELLOSO, Antonio Leão. “Eugenia e seus sectarios”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 mai. 1939, p. 4.

⁴⁸⁸ *Ibidem.*

⁴⁸⁹ *Ibidem.*

encontravam-se no caminho [...]”. Praticando, pois, a “piedade” por serem as virtudes “theologas” não contraindicadas aos “animos fortes”.⁴⁹⁰

Em outro artigo sobre uma reunião da Liga Brasileira de Higiene Mental de 1933 foi discutido tema na mesma direção, sobre a campanha que estava sendo realizada quanto à coleta de donativos para essa instituição. Para o qual surgira certa insatisfação de seus participantes. Muitos indivíduos interpelados sobre a possibilidade de doar para a “Liga”, respondiam sobre já terem doado para outra campanha, a “Pró-Matre”, fazia “poucos mezes”. Essa era uma maternidade que visava prestar assistência a mães e crianças desfavorecidas e para os membros da Liga era uma instituição digna de admiração “pela bella e nobre campanha”. Porém, a campanha Pró-Higiene Mental deveria “imediatamente despertar o mais elevado sentimento de solidariedade”, pois “a qualidade” deveria “primar sobre a quantidade, tratando-se de seres humanos”.⁴⁹¹

Sendo afirmado nesse artigo que, “Ter nascido é bom, mas ter bem nascido, isto é, sem taras, sem defeitos, sem latencias mórbidas, é ainda melhor”. Enquanto que foi citado trecho do trabalho apresentado ao Congresso de Eugenia pelo Gustavo Riedel de título “O dispensario psychiatrico como elemento de educação eugenica”, onde enunciou:

Merece, pois, atenção, o estudo dos meios que imprimam maior resistência intellectual e moral á raça, sendo errônea a sentença de que a maior produção humana é a garantia da força e vitalidade de um povo.⁴⁹²

Desse modo, através dos diversos debates aqui abordados pudemos vislumbrar a variedade e complexidade dos mesmos, que perpassaram o tema da eugenia e a realização de seu primeiro congresso nacional sobre o tema. Evento esse importante como marco na busca pela institucionalização da eugenia no Brasil.

⁴⁹⁰ *Ibidem.*

⁴⁹¹ “Campanha pro’-hygiene mental”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 3 nov. 1933, p. 6.

⁴⁹² *Ibidem.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a eugenia teve o seu significado atrelado à ideia de modernidade e foi agenciada em diferentes áreas de atuação pelos mais diversos atores sociais, destacando-se os médicos, que concluímos terem sido o grupo mais atuante dentro desse movimento científico e social no Brasil. Mas, também se destacaram políticos, psiquiatras, sanitaristas, educadores, juristas, acadêmicos dentre outros no contexto brasileiro.

Verificamos e abordamos ao longo do texto os usos das instituições que os atores políticos fizeram, ao evocarem e aplicarem a autoridade delas na campanha eugênica. Esse uso ocorreu, em principal, com o próprio Congresso de Eugenia, mas também em relação à Academia Nacional de Medicina, ao Museu Nacional, à Câmara Legislativa Federal, ao Poder Executivo, etc. Além também, dos usos que fizeram esses atores de suas posições sociais e de prestígio próprio, ao mesmo turno que buscavam ganhar prestígio pessoal com sua atuação na campanha eugênica para fazerem ser ouvidos e ter participação nos debates nacionais da arena social e política.

Assim, através dessa dissertação esperamos ter contribuído com futuras pesquisas ao colocar em evidência material até aqui inédito sobre o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, seus participantes, debates e trabalhos. Nessa pesquisa, pudemos constatar a importância e espaço dado a esse evento, que contou com ampla divulgação nos diferentes periódicos do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil. Nessa cidade houve a publicação de artigos de periódicos diversos sobre a organização, a realização e os trabalhos e debates discutidos no Congresso de Eugenia quase que diariamente em seu período de maior destaque, referente a alguns meses do ano de 1929, em especial. Esse dado pode ser verificado para além do texto, de forma organizada na lista de fontes aqui reunida, elencada por ordem cronológica ao final desse trabalho.

Pudemos também encontrar quantidade considerável de artigos que trataram em algum nível do Congresso de Eugenia em momentos distintos ao de sua realização, como a partir de sua convocação em junho de 1928 e após a sua realização, em período posterior a julho de 1929. Foi constatada a existência de artigos em anos e até décadas após a realização do evento, destacando-se o período de julho de 1929 até o ano de 1933, onde nesse último teve início a Constituinte de 1933-34. Evidenciamos e concordamos por isso, com a tese anunciada pela historiografia da eugenia de que esse foi um evento que obteve expressiva

divulgação na imprensa diária da então capital federal Rio de Janeiro. Além disso, pudemos confirmar a premissa e procurado demonstrar com inúmeros exemplos encontrados nas fontes escolhidas para essa pesquisa sobre como o Congresso de Eugenia foi um marco importante para a intelectualidade brasileira e para a institucionalização da eugenia no Brasil. Através de seus trabalhos e discussões geradas no bojo de sua organização e realização, o Congresso de Eugenia impactou e influenciou os debates sobre questões caras a nacionalidade brasileira, como ciência, raça, nação e a elaboração e implementação de políticas públicas no final da década de 1920 e durante a década de 1930.

Os artigos encontrados e utilizados nessa pesquisa foram contituídos por notícias, resumos, resenhas, opiniões, entrevistas com participantes e autoridades, trechos e/ou resenhas de trabalhos, trabalhos completos (alguns inéditos), entre outros sobre o Congresso Brasileiro de Eugenia. Foi através da diversidade desses artigos, elaborados e escritos na esteira da organização e realização desse evento, que foi possível nessa dissertação tratar e reconstruir a diversidade de debates e temas caros ao movimento eugenista brasileiro, aos intelectuais, aos cientistas e autoridades políticas da época. Para além de sua diversidade e discordâncias, podemos afirmar que versaram na direção da busca por um suposto “aperfeiçoamento” e “regeneração” da população brasileira através das mais diversas práticas sob o “guarda-chuva” bio-social da eugenia.

FONTES

Do Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

Artigos de jornais, revistas e demais periódicos por ordem de sua datação:

- “Aperfeiçoemos a raça humana!”. *A Noite*. Rio de Janeiro, 12 set. 1912, p. 1.
- “Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 30 mai. 1921, p. 4.
- “O Congresso de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 10 jun. 1921, p. 3.
- VIANNA, Arthur Gaspar. “Vida religiosa: Livros, revistas e jornaes”. *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro, 13 ago. 1924, p. 8.
- VIANNA, Arthur Gaspar. “Vida religiosa: A moral vigente e a literatura”. *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1924, p. 4.
- “Academia Nacional de Medicina. A sessão commemorativa de fundação do douto instituto”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1928, p. 1.
- “Academia Nacional de Medicina”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 1º jul. 1928, p. 14.
- SEM TÍTULO (Discurso de Miguel Couto durante o 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina). *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1928, p. 7.
- VALERIO, Americo. “Falso pudor”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 5 jul. 1928, p. 2.
- “Uma oração lapidar”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1928, p. 3.
- AMARAL, Antônio J. de Azevedo. “A criação da mentalidade eugenica”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1928, p. 2.
- “A eugenia na Europa e no Brasil”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 set. 1928, p. 4.
- KEHL, Renato. “Em defesa da nacionalidade”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 out. 1928.
- “O primeiro centenário da Academia Nacional de Medicina. As brilhantes commemorações que se projectam para 1929”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1928, p. 2.
- “O delicto de contagio”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1929, p. 3.
- “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 jan. 1929, p. 6.
- “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 10 mar. 1929, p. 2.
- “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 mar. 1929, p. 4.
- “Congresso de eugenia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 mar. 1929, p. 4.
- “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 29 mar. 1929, p. 2.
- “1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Relação geral dos inscriptos”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 16 abr. 1929, p. 2.
- “O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 abr. 1929, p. 9.
- “Boa semente”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 24 abr. 1929, p. 3.

- MUCKERMANN, Hermann. “Eugenia e catholicismo”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, Ano I, n.4 e n. 5, pp. 2-3 e 2, abr.-mai. 1929.
- “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 mai. 1929, p. 2.
- “A Academia de Medicina vae commemorar, ruindosamente, o 1º Centenario”. *A Noite*. Rio de Janeiro, 28 mai. 1929, p. 1-2.
- “Mocidade Catholica”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 2 jun. 1929, p. 1.
- AMARAL, Antônio J. de Azevedo. “Abandono da raça”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1929, p. 1 e 5.
- “Congresso de eugenia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 jun. 1929, p. 4.
- “Camara”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1929, p. 2.
- “Congresso Nacional”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1929, p. 2.
- “Liga Brasileira de Hygiene Mental”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1929, p. 4.
- “Telegrammas, cartas e informações dos estados”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1929, p. 7.
- “Representações platinas no centenario da Academia de Medicina do Rio de Janeiro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1929, p. 5.
- “Centenario da Academia de Medicina. 1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1929, p. 5.
- “Liga Brasileira de Hygiene Mental”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jun. 1929, p. 14.
- “Eugenia, palavra magica”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1929, p. 3.
- “Diversas noticias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1929, p. 9.
- “O centenario da Academia Nacional de Medicina”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 jul. 1929, p. 3.
- “O centenario da Academia Nacional de Medicina”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1929, p. [ilegível].
- “1º Congresso Brasileiro de Eugenia”. In: “Os congressos medicos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1929, p. 10.
- “O prof. Miguel Couto e o Congresso de Eugenia”. In: “As Commemorações do Centenario da Academia de Medicina”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 5 jul. 1929, p. 1 e 4.
- “As Commemorações do centenario da Academia Nacional de Medicina”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 6 jul. 1929, pp. 1 e 4.
- “O centenário da Academia de Medicina”. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 29, 6 jul. 1929, pp. 20-21.
- “A gloria sol dos mortos”. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, Ano XXX, n. 29, 6 jul. 1929, p. 31.
- ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, I”. In: “Vida Literaria”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 7 jul. 1929, p. 4.
- “Para melhorar a nossa gente”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 11 jul. 1929, p. 3.

- “Negros e amarelos”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 jul. 1929, p. 4.
- “Prof. Moreira da Fonseca”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 1.
- “Ao léo”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 3.
- “Congressos e pilherias”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 3.
- “Confederação Catholica”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 5.
- “Fe’ e Moral”. In: “Confederação Catholica”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 14. jul. 1929, p. 5.
- VELLOSO, Antonio Leão. “Eugenia, castidade masculina, etc”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 jul. 1929, p. 4.
- “O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”. *O Brazil Médico*, Ed. 29, 20 jul. 1929, p. 842-845.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. “Uma Nota” In: “Notas Literarias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, p. 3.
- REZENDE, Astolpho. “As mães solteiras, sua protecção e dignidade – Pesquisa da paternidade – Penalidade pacuniaria na fecundação extra-legal”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, pp. 3-4.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. “Eugenia e accordo conjugal”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, pp. 4-5.
- ATHAYDE, Tristão. “Limites da Eugenia, II”. In: “Vida Literaria”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21 jul. 1929, p. 4.
- CARNEIRO, Levi. “1 Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1929, p. 4.
- “A sessão de hontem na Camara”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1929, p. 2.
- “Congresso Nacional”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1929, p. 4.
- “Cuidando do maior patrimônio nacional: o homem”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1929, p. 3.
- “Liga Brasileira de Hygiene Mental. A reunião da secção de anti-alcoolismo”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1929, p. 11.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José J. “Replicas e treplicas”. In: “Notas Literarias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1929, p. 2.
- MORAES, Vilhena de. “Eugenia e logica”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1929, p. 11.
- FRADIQUE, Mendes. “A logica do absurdo”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 11 ago. 1929, p. 1.
- “Ao léo”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 18 ago. 1929, p. 3.
- DE ANDRADE, Oswaldo. “De Antropofagia”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1º set. 1929, p. 2.
- LIMA, Heitor. “Divorcio e Eugenia”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 dez. 1929, p. 2.
- CARVALHO, Mario. “Amor de para-quédas...”. *A Noite*. Rio de Janeiro, 10 fev. 1930, p. 4.
- VELLOSO, Antônio Leão. “Segredo profissional e delicto de contaminação”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 set. 1930, p. 4.

- FARANI, Alberto. “Liga Brasileira de Hygiene Mental. A conferencia do dr. Alberto Farani”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 19 set. 1931, p. 4.
- “Hygiene moral da mocidade”. In: “Vida Catholica”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1931, p. 14.
- “Principais conclusões aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Boletim de Eugenia*. Piracicaba, Ano IV, n. 40, pp. 86-89, out.-dez. 1932.
- VELLOSO, Antonio Leão. “O Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 jun. 1933, p. 4.
- “Campanha pro’-hygiene mental”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 3 nov. 1933, p. 6.
- “Emendas ao ante-projecto de Constituição”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 3 dez. 1933, p. 12.
- FONSECA, Joaquim M. da. “Maria immaculada e a mocidade brasileira”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 8 dez. 1933, p. 4.
- “Falleceu Medeiros e Albuquerque”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 jun. 1934, p. 1 e 8.
- “Que sera’ isso?”. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 24 fev. 1937, p. 1.
- “Dois cientistas brasileiros apresentaram a mesma these!”. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1937, p. 11.
- “O caso das theses ao Congresso de Eugenia”. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1937, p. 16.
- “Academia Nacional de Medicina”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 8 abr. 1937, pp. 3-4;
- “Academia Nacional de Medicina”. *A Cruz*. Rio de Janeiro, 25 abr. 1937, p. 3-4.
- VELLOSO, Antonio Leão. “Eugenia e seus sectarios”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 mai. 1939, p. 4.
- RIBEIRO, Leonídio. “Vida Médica”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1943, p. 4.
- “A morte do embaixador Leão Veloso”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 jan. 1947, p. 1.
- “Outros assuntos”. In: “Ainda sem número a Câmara dos Deputados”. *Diario de Noticias*. Rio de Janeiro, 7 jun. 1950, p. 3.
- FONSECA, Joaquim M. da. “A continência masculina antes do casamento”. *O Brazil-Médico*. Rio de Janeiro, ed. 27 a 31, pp. 85-92, jul. 1955.

Outras fontes

1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929. Disponível em Acervo Raro COC/FIOCRUZ: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AceBibCOC_R&PagFis=9788&Pesq=>. Último acesso em fev. 2021.

- AMARAL, A. J. de Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, p. 327-340.
- BARRETO, Castro. “Maternidade consciente”. 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 321-325.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Diário Oficial da União. Seção 1. 16 jul. 1934.
- FARANI, Alberto. Como evitar proles degeneradas. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Rio de Janeiro, v.4, n.3, pp. 169-179, 1931.
- FONSECA, Joaquim M. Casamento e eugenia. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 299-304.
- RIBEIRO, Leonídio. A Idade e o Cazamento. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 315-320.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. Notas sobre os typos anthropologicos do Brasil. In: 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. v. I. Rio de Janeiro: s. n., 1929, pp. 119-147.

Outras fontes (via consulta indireta)

- “Os soberanos belgas chegaram hontem ao Rio de Janeiro”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 set., 1920, p. 1.
- Boletim de inscrição dos participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (Antonio Carlos Pacheco e Silva). Acervo Arquivo de Antropologia Física, Museu Nacional/UFRJ.
- CAMPELLO, Neto. “A situação nacional”. *Revista Academica da Faculdade de Direito de Recife*, 1919.
- COUTO, Miguel. *Seleção Social: Campanha antinipônica*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942 [1930].
- DARWIN, Charles. *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*. Londres: John Murray, 1971, 2 v., v. I, esp. pp. 167-184.
- DOMINGUES, Octávio. Correspondência com Renato Kehl. Piracicaba. Fundo Pessoal Renato Kehl. (Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz). 15 jan. 1932
- Folheto de divulgação do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Acervo Arquivo de Antropologia Física, Museu Nacional/UFRJ.
- GALTON Francis. *Inquiries into human faculty and its development*. London: J. M. Dent & Co., [1907].
- GALTON, Francis. *Heredity Genius* (1869). Londres: Julyan Friedmann, 1979.

- KEHL, Renato. *Aparas Eugenicas: Sexo e Civilização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.
- KEHL, Renato. Eugenics in Brazil. *Boletim de Eugenia*. Ano III, n. 28, abr. 1931.
- MAGALHÃES, Alfredo Ferreira. *Pró eugenismo*. Bahia: Tipografia de São Francisco, 1913.
- MAGALHÃES, Fernando. A orientação obstétrica no Brasil: ensino e pesquisa. *Revista Clínica Obstétrica*. Ano 3, n.28, pp. 69-86, jun. 1930.
- Maria Lacerda de Moura, 25 mai. 1929. Carta. Fundo Pessoal Renato KEHL, DAD-COC/FIOCRUZ.
- Monteiro Lobato em carta a Renato Kehl em 1936. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC/FIOCRUZ.
- REZENDE, Astolpho Vieira. As mães solteiras, sua protecção e dignidade – Pesquisa da paternidade – Penalidade pacuniaria na fecundação extra-legal. *Revista de Jurisprudência Brasileira*, 4, pp. 207-218, jun. 1929.
- REZENDE, Astolpho Vieira. As mães solteiras, sua protecção e dignidade – Pesquisa da paternidade – Penalidade pacuniaria na fecundação extra-legal. *Arquivo Judiciario*, v. 11, suplemento, pp. 95-103, jul./set. 1929.
- ROMERO, Silvio. “Explicações indispensáveis”. Prefácio a *Vários escritos*, Tobias Barreto. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe, XXIII-IV, 1926.
- TROUNSON, K. E. “The Literature Reviwed”. *Eugenics Review*, 13 (1931).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, capítulos de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações

- ADAMS, Mark B. (Org.). *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990.
- AGUIAR, Marcela P. A causalidade biológica da doença mental: uma análise dos discursos eugênicos e higienistas da Liga Brasileira de Higiene Mental nos anos de 1920-1930. *Mnemosine*, Vol.8, nº1, p. 2-27 (2012).
- ALMEIDA, Marta de. A criação da cátedra de medicina tropical no Peru e no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, pp. 355-373, abr.-jun. 2011.
- ALMINO, João. Medeiros e Albuquerque: Irrequieto inovador. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, fase IX, ano 1, n. 95, pp. 45-52, abr./mai./jun. 2018. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira-no95>>. Acesso em set. 2020.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARRETO, Maria Renilda Nery. Pro Matre: arquivo e fontes para a história da maternidade no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.18, supl.1, pp. 295-301. 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior*. São Paulo: A Girafa, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editora Presença, 1990.
- BRITO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.
- CARLOS, Anderson Ricardo. *Problematizações Históricas do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia para o Ensino de Biologia*. 181f. Dissertação (Mestrado em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática) – Centro de Ciências Naturais e Humanas, Universidade Federal do ABC, Santo André.
- _____; FRANZOLIN, Fernanda; ALVIM, Márcia Helena. Problematizações das relações de gênero no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo biológico e controle reprodutivo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, pp. 781-801, jul.-set. 2020.
- CARNEIRO, Cleverson. *Mendes Fradique e seu método confuso: Sátira, boemia e reformismo conservador*. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, controlar,*

- curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, pp. 427-453.
- _____. *Tributo a Vênus*: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de (Org.). *A Academia Brasileira de Letras*: subsídios para sua história. Rio de Janeiro: ABL, 2009 (Coleção Afrânio Peixoto; v. 89).
- _____. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, n. 38, pp. 63-79, out. 1998.
- CARVALHO, Leonardo D. de.; PIETTA, Gerson. Questões e perspectivas em torno da história da eugenia: o que mais a historiografia tem a dizer sobre o tema? *Revista Maracanan*, n. 13, pp. 111-126, dez. 2015.
- CASTAÑEDA, Luiza A. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. *Episteme*, Porto Alegre, vol. 3, n. 5, pp. 23-48, 1998.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*: Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora UNICAMP, 2005.
- COCKS, G. The international eugenics community. *Reviews in American History*, 22, 4, p. 674-8, 1994.
- DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- DEL COUNT, Valdeir. O controle de características genéticas humanas através da institucionalização de práticas socioculturais eugênicas. *Scientiæ studia*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 511-30, 2013.
- DIKÖTTER, F. Race culture: recent perspectives on the history of eugenics. *The American Historical Review*, *American Historical Association*, v. 103, n. 2, p. 467-478, Apr. 1998.
- DIWAN, Pietra Stefania. *O espetáculo do feio*: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- FIUZA, Adriana Aparecida de F.; ACHRE, Simone P. Revisitando o nascimento da teoria feminista no Brasil a partir de “A mulher é uma degenerada”, de Maria Lacerda de Moura. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1, pp. 16-31, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. Soberania e disciplina. In: _____. *Microfísica do poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, pp. 179-191.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 18. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympo, 1977.
- GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro*: a proposta de povo em Renato Kehl. 2015. 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.
- GOMES, Augusto Patrini M. B. Decadência e História em Oswald Spengler. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 36., 2011, São Paulo. *Anais...* ANPUH: São Paulo,

- 2011, pp. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848123_ARQUIVO_Artigo_ANPUH_2011_3.pdf>. Acesso em dez. 2019.
- HAGYVA, Helga. Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau? *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, pp. 152-159, jan./jun. 2007.
- HERMAN, Arthur. Sobre os escombros: Arthur de Gobineau e o pessimismo racial. In: _____. *A idéia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999, pp. 55-83.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. Cuidar, controlar, curar em perspectiva histórica: uma introdução. In: _____. (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, pp. 11-27.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos. Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JESUS, Carlos G. Nóbrega de. *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. 2011. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis.
- KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. Entre antropologia e medicina: uma análise dos estudos antropológicos de Álvaro Fróes da Fonseca nas décadas de 1920 e 1930. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, pp. 687-704, set./dez. 2012.
- KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- LABISCH, Alfons. Doctors, workers and the scientific cosmology of the industrial world: the social construction of the health and the homo hygienicus. *Journal of Contemporary History*, v. 20, n. 4, pp. 599-615, 1985.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1977, pp. 343-374.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/CCBB, 1996, pp. 23-40.
- _____; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto: Ciência e Humanismo no Brasil do Século XX. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005, pp. 1-11. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1467.pdf>>. Consulta em jun. 2020.
- MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20*. 1998. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em C&T/Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- _____; MOREIRA, Ildeu. A divulgação científica no Rio de Janeiro: um passeio histórico e o contexto atual. *Revista Rio de Janeiro*, n. 11, p. 38-69, set-dez., 2003.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MEHLER, B. A. *A history of the American Eugenics Society, 1921-1940*. Urbana, 1988. Tese (Doutorado em História). University of Illinois.
- MIKI, Bianca Sayuri. *Os inassimiláveis: o antiniponismo na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34*. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MONTEIRO, Rodrigo M. O gabinete do dr. Leonídio: polícia, medicina-legal e identificação criminal no Rio de Janeiro no início do século XX. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 19., 2020, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2020, pp. 1-11. Disponível em: <https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600113197_ARQUIVO_653379b3ec84cdcfa387cbb38df81750.pdf>. Acesso em dez. 2020.
- MORAES, Luis Edmundo de Souza. Racismo e Higiene Racial no Nacional Socialismo: Recusa da Modernidade? In: AARÃO REIS, Daniel; MATOS, Hebe; OLIVEIRA, João P.; MORAES, Luis E. de S.; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.). *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, pp. 231-254.
- MUÑOZ, Pedro. *Clinica, laboratório e eugenia: uma história transnacional das relações Brasil-Alemanha*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Editora FIOCRUZ, 2018.
- PÉCAUT, Daniel. A geração dos anos 1920-40. In: _____. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIXOTO, Priscila Bermudes. *Até que a eugenia nos separe: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936)*. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.
- PROGIANTI, Jane M. Modelos de assistência ao parto e a participação feminina. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF) 2004 maio/jun;57(3):303-5.
- RAEDERS, Georges. (Org.). *D. Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondências inéditas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- _____. *O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.
- RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a Riqueza Natural, a Pobreza Humana e os Imperativos da Civilização, Inventar-se a Investigação do Povo Brasileiro. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça como Questão: História, Ciências e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- RICCIOPPO, Thiago. *"Inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis"? Raça, etnia, miscigenação, imigração e trabalho na perspectiva de Fidélis Reis (1919-1934)*. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

- ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- ROSA, Alessandra. *Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)*. 2005. 126f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- SÁ, Dominichi M. de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- SANTANA, Nara M.; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. *Revista de Estudos Sociais*, Bogotá, n. 58, pp. 28-38, Dec. 2016.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. Os intelectuais e a eugenia. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA UFPR, 1., 2009, Curitiba.
- _____. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*. 2008. 257f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça como Questão: História, Ciências e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 83-108.
- _____; MELO E SILVA, Maria Celina S. de. *Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEIXAS, André Augusto A.; MOTA, André; ZILBREMAN, Monica. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 2009, 31(1):82.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, pp. 117-149, mar/mai 2002.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOBHIE DIAZ, Fernando. Origens e marcas da institucionalização na psicanálise do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 19, n. 3, pp. 1093-1097, jul.-set., 2012.
- SOUZA, Larissa Velasquez de. Fontes para a história da ginecologia e obstetrícia no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.4, pp. 1129-1146, out.-dez. 2018.
- SOUZA, Milena; BOARINI, Maria. A deficiência mental na concepção da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.14, n.2, pp. 273-292, Mai.-Ago. 2008.

- SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan/jun 2013.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., pp. 93-110, dez. 2016.
- _____. A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.
- _____. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- _____. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: FGV Editora & Editora FIOCRUZ, 2017.
- _____. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/dez 2008.
- _____. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2019.
- _____; SANTOS, Ricardo V.; COELHO, Mônica C.; HANNESCH, Ozana; CARVALHO, Cláudia R. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.3, pp. 763-777, jul.-set. 2009.
- _____; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.
- STEPAN, Nancy Leys. *‘A hora da eugenia’*: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
- _____. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, pp. 331-391.
- STERN, Alexandra. *Eugenic Nation: faults and frontiers of better breeding in modern America*. California: University of California, 2005.
- UCHAK, Francielle. Eugenia e controle matrimonial no Brasil: uma análise do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA - ENCUENTRO DE GEOHISTÓRIA REGIONAL - SEMANA DE HISTÓRIA, 7. - 35. - 20., 2015, Maringá. *Anais...* Maringá, 2015, pp. 3609-3618. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1295.pdf>>. Acesso em dez. 2019.
- VELLOSO, Mônica P. A Ordem: uma revista de doutrina política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 21 (3): 117-160, jul./set. 1978.

- WEGNER, Robert. Renato Kehl, a eugenia alemã e a doença de Nietzsche. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 36., 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, 2011, pp. 1-10. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300877663_ARQUIVO_Renato_Kehl,augeniaalemaeadoencadeNietzsche.pdf>. Acesso em dez. 2019.
- _____; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, pp. 263-288, jan.-mar. 2013.

Verbetes e materiais diversos consultados da Internet

- "20 de maio de 1900, lançamento do periódico Revista da Semana". Site Biblioteca Nacional Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <bdigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-20-de-maio-de-1900-lancamento-do-periodico-revista-da-semana/>. Consulta em jun. 2021.
- "Luis Jiménez de Asúa". Site da Real Academia de la historia. Ministerio de ciencia e innovación, Gobierno de España. Disponível em: <<https://dbe.rah.es/biografias/13291/luis-jimenez-de-asua>>. Consulta em ago. 2021.
- "Socios falecidos brasileiros: Eugênio Vilhena de Moraes". Site do IHGB. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/EVMorais.html>>. Consulta em nov. 2020.
- "Gustavo Kohler Riedel". Site da ANM. Disponível em: <<http://www.anm.org.br/gustavo-kohler-riedel/>>. Consulta em nov. 2020.
- "Joaquim Moreira da Fonseca". Site da ANM. Disponível em: <<http://www.anm.org.br/joaquim-moreira-da-fonseca/>>. Consulta em dez. 2020.
- "Lamarckismo"; "Mendelismo". Dicionário Online Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Consulta em jun. 2019.
- "Leonídio Ribeiro Filho". Site da ANM. Disponível em: <<https://www.anm.org.br/leonidio-ribeiro-filho/>>. Consulta em nov. 2020.
- "Maria Antonieta de Castro". Site da NIEPHE/FEUSP. Disponível em: <<https://sites.usp.br/niephe/mulher-inovadoras/maria-antonieta-de-castro/>>. Consulta em nov. 2020.
- "Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca". Site da ANM. Disponível em: <<https://www.anm.org.br/olympio-arthur-ribeiro-da-fonseca/>>. Consulta em dez. 2020.
- ACCORSI, Giulia Engel. "Ernani Lopes". Médicos que atuaram no Hospital Nacional de Alienados. Biblioteca Virtual em História do Patrimônio Cultural da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://hpcs.bvsalud.org/wp-content/uploads/2018/07/Lopes-Ernani.pdf>>. Consulta em jul. 2019.
- Astolpho Vieira de Rezende. Site GeneaMinas. Disponível em: <<https://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1445245>>. Acesso em mar. 2021.

- Biografia: Alceu Amoroso Lima (pseud. Tristão de Ataíde). Site da ABL. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/alceu-amoroso-lima-pseud-tristao-de-ataide/biografia>>. Consulta em jan. 2021.
- Biografia: Fernando Magalhães. Site da ABL. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/fernando-magalhaes/biografia>>. Consulta em jan. 2021.
- Biografia: Levi Carneiro. Site da ABL. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/levi-carneiro/biografia>>. Consulta em nov. 2020.
- Biografia: Medeiros e Albuquerque. Site da ABL. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/medeiros-e-albuquerque/biografia>>. Consulta em nov. 2020.
- Biografia: Miguel Couto. Site da ABL. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/miguel-couto>>. Consulta em jan. 2021.
- CHAVES, Luís. AMARAL, Azevedo do [verbete]. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>>. Consulta em jul. 2019.
- FARIA, Helena. LIMA, AUGUSTO DE [verbete]. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Augusto%20de.pdf>. Consulta em ago. 2020.
- Institucional: Galeria de presidentes. Site do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Disponível em: <<https://www.iabnacional.org.br/institucional/galeria-de-presidentes>>. Acesso em mar. 2021.
- LEAL, Carlos. JORNAL, O. [verbete]. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-o>>. Consulta em jul. 2019.
- LOPES, Raimundo Helio. MEDEIROS, Amaury de. [verbete]. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MEDEIROS,%20Amauri%20de.pdf>>. Consulta em junho de 2019.
- MOREIRA, Juliano. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/morjul.htm>. Consulta em jun. 2021.
- PECHMAN, Robert. COUTO, Miguel [verbete]. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-de-oliveira-couto>>. Consulta em jul. 2019.
- VELLOSO, Antonio Leão. "Abscesso do cerebelo, reação meningea intensa". *Brazilian Journal of Otorhinolaryngology*, vol. 11, ed. 3, mai.-jun. 1943, pp. 253-258. Disponível em: <oldfiles.bjorl.org/conteudo/acervo/acervo.asp?id=889>. Consulta em jan. 2021.

ANEXOS

Anexo 1 – Folheto de divulgação e Boletim de inscrição do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia



“Folheto de divulgação do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, com assinaturas dos organizadores (em ordem alfabética): Alvaro Fróes da Fonseca, Alvaro Ozório de Almeida, Celina Padilha, Edgard Roquette-Pinto, Fernando da Silveira, Levi Carneiro, Miguel Couto e Renato Kehl”. (Acervo Arquivo de Antropologia Física, Museu Nacional/UFRJ) apud SOUZA, Vanderlei de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *op. cit.*, p. 772.

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

1001

Snr. Presidente do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia
Academia Nacional de Medicina
Avenida Augusto Severo, 4 — Rio de Janeiro

Peço-vos inscrever-me como membro do referido Congresso

Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva

NOME (BEM LEGIVEL)

Endereço: —

Director do Hospital de Juqueri
Juqueri (S.P.R.)
S. Paulo

Nota — E' gratuita a inscriçao; somente os que desejarem receber as publicações do Congresso e participar do banquete official deverão contribuir com a taxa de trinta mil reis, fazendo a declaração á margem deste boletim.

“Boletim de inscrição dos participantes do Congresso. Na foto, inscrição de Antonio Carlos Pacheco e Silva, diretor do Hospital de Juqueri, de São Paulo”. (Acervo Arquivo de Antropologia Física, Museu Nacional/UFRJ) apud SOUZA, Vanderlei de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *op. cit.*, p. 773.

Anexo 2 – Programação prevista para o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia ⁴⁹³

Diversas noticias

Os trabalhos do Congresso de Eugenia serao realizados diariamente no amphitheatro de Biologia da Faculdade de Medicina (na Praia Vermelha) de accordo com o seguinte programma:

2ª feira - 1 de Julho, ás 10 horas

- 1) Alfredo F. de Magalhaes – Educação eugénica em geral;
- 2) Achilles Lisboa – Organização partica da acção eugénica no Brasil;
- 3) Cesidio da Gama e Silva – Educação como elemento primordial da Eugenia;
- 4) Barbosa de Oliveira – Educação moral e Eugenia;
- 5) Achilles Lisboa – Idem;
- 6) Salles Filho – Política Eugénica;
- 7) Victor Vianna – Política Eugénica;
- 8) Raul Riga – Problema immigratorio;

⁴⁹³ De acordo com o seguinte artigo aqui reproduzido na íntegra: “Diversas noticias”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1929, p. 9.

- 9) A. J. de Azevedo Amaral – Problema eugenico da immigração;
- 10) Fernando de Magalhães – Preconceitos anti-raciaes;
- 11) Arthur Lobo da Silva – Acção Eugénica dos Exercitos;

3ª feira – 2 de julho, ás 9 horas na Faculdade de Medicina – (Praia Vermelha):

- 1) Juliano Moreira – Luta contra as doenças mentaes;
- 2) Plinio Olinto – Hygiene Mental e os [ilegível]citantes cerebraes;
- 3) Mario Ferreira de Carvalho – Prophylaxia de espiritismo;
- 4) José Ignacio Lobo – Toxicomania;
- 5) Gustavo Riedel – Dispensario psiquiatrico
- 6) Mendes de Castro – Luta contra as doenças venereas;
- 7) Eduardo Rabello e Silva Araujo – Luta contra as doenças venereas;
- 8) Americo Valerio – Educação anti-venerea
- 9) Oscar Penna Fontenelle – Delicto de contaminação;
- 10) Levi Carneiro – Esterelisação eugenica de tarados e criminosos

4ª feira – 3 de julho, ás 9 horas:

- 1) Fernando de Magalhães – O feminismo e a raça;
- 2) Braullo de Magalhães – Idem;
- 3) Moreira Guimarães – Idem;
- 4) Ignacio Amaral – Idem;
- 5) Bocanera Netto – Exame pré-nupcial;
- 6) Bocanera Netto – O divorcio e Eugénia;
- 7) Medeiros e Albuquerque – O divorcio e Eugénia
- 8) Leonidio Ribeiro Filho – Idade e Casamento;
- 9) Moreira da Fonseca – Continencia masculina antes do casamento, como factor eugenico;
- 10) Maria Antonieta de Castro – Mortalidade infantil;
- 11) Dalmacio de Azevedo – Idem;
- 12) Severino Lessa – `Probelma do alcoolismo no Brasil;
- 13) Gustavo de Rezende – O álcool como factor dysgenico.

Ás 8 ½ horas, da noite no Syllogeu conferencia de Fernando R. Silveira, sobre Biometrica.

5ª feira – 4 de julho ás 9 horas, na – (Praia Vermelha):

- 1) Roquette Pinto – Typos antropológicos da população do Brasil
- 2) Oliveira Vianna – Idem;
- 3) Roberto Heinrickson – Grupos hemáticos;
- 4) Alvaro Osorio de Almeida – Metabolismo basico nas raças;
- 5) Geraldo de Andrade – A raça do ponto de vista antropológico;
- 6) A. Bovero – Glandulas sebáceas em diversas raças;
- 7) R. Locchi – Appendice vermiforme nas raças;
- 8) Oliveira Vianna – A raça do ponto de vista antropológico e sociológico;
- 9) Oliveira Vianna – Immigração;
- 10) Bulhões de Carvalho – Estatística dos tarados no Brasil;
- 11) Azevedo Amaral – Problema eugênico da immigração;
- 12) Jorge de Moraes – A raça do ponto de vista sociológico;
- 13) Xavier de Oliveira – Immigração para o Nordeste;
- 14) Benjamin Vinell Baptista – Aplazia Clavicular;
- 15) Alfredo Ellis Junior – Typos raciaes brasileiros;

- 16) Alfredo Ellis Junior – A Eugenia [...] [ilegível];
- 17) Alfredo Ellis Junior – A imigração japonesa;
- 18) Waldemar E. Coutts – Herancia psychica intra-uterina;
- 19) A. J. Sampaio – Genetica vegetal;
- 20) Fernando R. Silveira – Sports em Zéa Mais;
- 21) Renato Kehl – Registro individual e genealogico;
- 22) Nuno Guerner – Factores anti-eugenicos no trabalho operario;
- 23) A. C. Pacheco e Silva – Estudos estatísticos das moléstias mentaes;
- 24) Padberg Drenkpol – Fecundidade e Eugenia
- 25) Carlos Pennaflel – Recriação e eugenia;
- 26) Motta Rezende – Factores de degeneração;
- 27) Newton Belleza – Consanguinidade;
- 28) Ernani Lopes – Ficha familiar em hygiene mental.

6ª feira – 5 de julho, ás 9 horas:

- 1) Victor Russomano – Aspectos eugênicos da assistencia materna;
- 2) Clemente Ferreira – Legislação social;
- 3) Fernando Magalhães – Maternidade consciente;
- 4) Adolpho Rezende – Mães solteiras e sua protecção;
- 5) Vergara Keller – (Chile) Loes y embarazo.

A's 8 ½ horas da noite, o Syllogeu conferencia de Fróes da Fonseca sobre os grandes problemas da antropologia.

Sabado – 6 de julho, ás 9 horas na Faculdade de Medicina – (Praia Vermelha) – Serão discutidos que não entraram nos outros dias e mais as que não constam desta lista. As 8 ½ horas da noite no Syllogeu, conferencia de Levi Carneiro sobre os problemas da educação em relação á eugenia.

Anexo 3 – Lista dos trabalhos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia⁴⁹⁴

- 1) Contribuição ao estudo da raça nos pontos de vista antropológico e sociológico – Geraldo de Andrade.
- 2) Tipos raciais brasileiros – Alfredo Ellis Junior.
- 3) A eugenia paulista nos I, II, III séculos – Alfredo Ellis Junior.
- 4) Imigração Japonesa – Alfredo Ellis (pai).
- 5) Aspectos médico-eugênicos da assistência materna – Victor Russomano.
- 6) Lués y embarazo – Vergara Keller.
- 7) Da esterilização dos degenerados – Alberto Farani.
- 8) A esterilização eugênica dos degenerados – Levi Carneiro.

⁴⁹⁴ Elaborado por: SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito?* Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37). 2008. *op. cit.*, pp. 236-238.

- 9) Registro individual e arquivo genealógico de família – Renato Kehl.
- 10) A educação física na moderna prática pedagógica – Mario Cardim
- 11) O alcoolismo como fator disgênico – Gustavo Augusto de Rezende.
- 12) A finalidade eugênica da luta anti-alcoólica – José de Moraes Mello.
- 13) Tentativas eugênicas através da história – Alberto Childe.
- 14) Registro Genealógico – Affonso de Taunay.
- 15) Alguns Casos autênticos de prolificidade – Padberg Drenkpol.
- 16) Exame pré-nupcial e certificado médio – Boccanera Neto.
- 17) O exame pré-nupcial com fator eugênico – Julio Porto-Carrero.
- 18) Exame pré-nupcial e alcoolismo – Galdino do Valle.
- 19) Alguns aspectos sobre o problema sanitário das zonas rurais do Brasil e especialmente do Amazonas – Samuel Uchoa.
- 20) Mortalidade Infantil e a Casa da Criança, de Jahú – Celso Barroso.
- 21) Profilaxia social da toxicomania – José Ignácio Lobo.
- 22) Organização prática da Ação eugênica no Brasil – Achilles Lisboa.
- 23) Zea-Mais – F. R. Silveira.
- 24) Educação Moral e eugenia – Achilles Lisboa.
- 25) Legislação Social e eugenia – Clemente Ferreira.
- 26) Algunas Consideraciones em relacion com su aspecto científico y social – W. E. Coutts.
- 27) Proyecto de Ley sobre investigación de la partenidad ilejitima – Vergara Keller.
- 28) Educação antivenérea – Américo Valério.
- 29) As Mães solteiras, sua proteção e dignidade – Astholpho de Rezende.
- 30) A maternidade consciente – Edgar Braga.
- 31) O feminismo e a raça – Fernando Magalhães.
- 32) O feminismo e a raça – Moreira Guimarães.
- 33) A procriação consciente e a cultura social da raça – Carlos Penafiel.
- 34) O problema do alcoolismo no Brasil – Severino Lessa.
- 35) Delito de contaminação – Oscar Fontenelle.
- 36) Delito de contaminação – Edgar Altino de Araújo.
- 37) A luta contra a sífilis e moléstias venéreas em São Paulo – Mendes de Castro
- 38) A influencia da Educação sanitária na redução da mortalidade infantil – Maria Antonieta de Castro.
- 39) Educação moral e eugenia – Barbosa de Oliveira.
- 40) A educação como elemento primacial na eugenia – Cesídio da Gama e Silva.
- 41) Educação eugênica em geral – Alfredo Ferreira de Magalhães.
- 42) A luta contra as doenças venéreas no exército brasileiro – Arthur Lobo.
- 43) A ação eugênica dos exércitos – Arthur Lobo
- 44) A profilaxia do espiritismo como higiene mental – Mario Ferreira de Carvalho.
- 45) Imigração – Oscar Coelho de Souza.
- 46) O problema imigratório no Brasil – Raul Reynaldo Rigo.
- 47) Política eugênica conjugal – Medeiros e Albuquerque.
- 48) A eugenia no Brasil – Renato Kehl.
- 49) Os grandes problemas da antropologia – Álvaro Fróes da Fonseca.
- 50) O estado atual do problema de hereditariedade – André Dreyfus.
- 51) Biométrica – Fernando da Silveira.
- 52) Educação e eugenia – Levi Carneiro.
- 53) Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil – Edgard Roquette Pinto.
- 54) Ghiandole ebacee libecee libere della mucosa geniana in varie razze Umane –

Alfonso Bovero.

- 55) Situação do apêndice verminose em relação ao ceco em diversas raças humanas – R. Lochi.
- 56) Considerações em torno do índice radio-pelvico de Lapicque e tíbio-pelvico de Fróes da Fonseca – Emiro Lima.
- 57) Estado atual da questão dos grupos hemáticos – Roberto F. Hinricksen.
- 58) Da aplasia clavicular – Benjamin Vinelli Baptista.
- 59) Genética vegetal – A.J de Sampaio.
- 60) Contribuições ao estudo dos psychogrammas – Ubirajara da Rocha e Arnauld Bretãs.
- 61) Estatística dos tarados no Brasil – Bulhões de Carvalho.
- 62) Quadro demonstrativo das moléstias mentais observadas no hospital de Juquery, de 1925 a 1928 – Pacheco e Silva.
- 63) Herencia psíquica intra-uterina – Waldemar E. Coutts.
- 64) Procriação voluntária do sexo de acordo com a época da coabitação – Jorge de Lima.
- 65) Consangüinidade – Newton Belleza.
- 66) Casamento e eugenia – Joaquim Moreira da Fonseca.
- 67) O dispensário psíquico como elemento da educação eugênica – Gustavo Riedel.
- 68) Da educação física como fato eugênico – Jorge de Moraes.
- 69) Fatores de degeneração observados nas praças da polícia militar – Motta Rezende.
- 70) Maternidade consciente – Castro Barreto.
- 71) O problema eugênico da imigração – Azevedo Amaral.
- 72) A influência da educação sanitária na redução da mortalidade infantil – Maria Antonieta de Castro.
- 73) A idade e o casamento – Leonídio Ribeiro.

R E S E N H A

PRINCIPAIS CONCLUSÕES APROVADAS PELO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA

Não tendo sido publicados, até esta data, os prometidos 2.º e 3.º volumes dos Trabalhos do 1.º Congresso Brasileiro de Eugenia, e em vista de não terem sido incluídas no 1.º volume as conclusões aprovadas pelo referido Congresso, reunido no Rio de Janeiro em 1929, transcrevemos, para maior divulgação no país, e por serem bastante uteis e oportunas neste momento de confusas reformas políticas e sociais, as principais conclusões que aparecem no «Boletim del Instituto International Americano de Protección a la Infancia, de Montevideú.

1.ª

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, solicita do Congresso Nacional uma legislação destinada a preparar um meio ambiente que ofereça condições favoráveis ao aperfeiçoamento da raça.

2.ª

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, solicita do Congresso Nacional a adopção de uma lei que cerque o casamento das condições eugenicas indispensaveis ao aperfeiçoamento da raça.

3.ª

O Congresso recomenda a necessidade da divulgação e do ensino especializado de Eugenia.

4.ª

Os principios de Eugenia e a observancia dos seus preceitos não excluem a influencia benefica da educação, escolar ou extra-escolar, fisica, intelectual ou moral, convenientemente orientada.

5.ª

O Primeiro Congresso Brasileiro de

Eugenia, reconhecendo o alto valor da educação moral como fator eugenico, pede aos poderes publicos que desenvolvam essa educação na escola primaria e particularmente na secundaria.

6.ª

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao Presidente da Republica, ás casas do Congresso Nacional e aos governadores dos Estados, um apelo em que serão postos em foco os gravissimos perigos da imigração promiscua sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança politica e social da Republica

7.ª

O Primeiro Congresso de Eugenia, considerando que as influencias mesologicas não podem alterar no individuo os caracteristicos hereditarios transmitidos de geração em geração, julga que a seleção rigorosa dos elementos imigratorios é essencial e insubstituivel como meio de defesa da nossa raça.

⁴⁹⁵ Segundo constam em: “Principais conclusões aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Eugenia”. *Boletim de Eugenia*. Piracicaba, Ano IV, n. 40, pp. 86-89, out.-dez. 1932.

8.^a

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha que no processo de seleção de imigrantes sejam levados em conta os atributos coletivos das populações donde provierem as correntes imigratorias.

9.^a

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, embora reconhecendo o valor da seleção por meio de uma escala diferencial das correntes imigratorias em *muito desejaveis, desejaveis e indesejaveis*, julga, entretanto, que o criterio selectivo mais eficaz é o exame das condições individuais de cada imigrante.

10.^a

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia chama a atenção dos poderes publicos para o fato de que a saúde fisica do imigrante e a sua robustez muscular não bastam como caracteristicos do valor eugenico do individuo, o qual só pode ser aferido pela apreciação das qualidades mentais e morais em que se traduzem os atributos profundos de sua herança e, portanto, do seu valor como elemento racial.

11.^a

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia considera que os caracteristicos referidos na conclusão anterior, embora susceptiveis de apreciação por processos directos (*tests*), podem ser, entretanto, avaliados com sufficiente precisão por meios indirectos, isto é, por provas de habilitação profissional ou tecnica do imigrante, o seu contrato para serviços especializados por empresas ou pessoas idonias do país, ou pela posse de quantia substancial.

12.^a

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando, que, entre as manifestações mais frequentes das taras hereditarias que incapacitam o imigrante, como elemento etnico indesjavel, figuram formas de desequilibrio mental traduzido em tendencias anti-sociais, aconselha a exclusão inflexivel de todos os imigrantes com antecedentes criminais.

13.^a

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, considerando que, nas condições atuais dos países super-populosos de alta civilização, os individuos que gravitam para o pauperrimo atestam com esse proprio fato a inferioridade mental e moral, condena todas as formas de imigração subvencionada, que apenas podem concorrer para a entrada no nosso país de elementos indesejaveis.

14.^a

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha de um modo geral uma politica de reserva sistematica em materia imigratoria, lembrando aos poderes publicos da União e dos Estados que nas condições creadas pelo desenvolvimento mecanico de todas as formas de atividade produtora, a questão numerica do povoamento passou a um plano secundario, dando-nos muito mais ampla liberdade de acção para exercermos desassombradamente severa vigilancia na seleção de imigrantes.

15.^a

O serviço militar, tal qual se fez presentemente em nosso Exercito, melhora a quasi totalidade dos individuos no ponto de vista da sua robustez fisica.

16.^a

As condições intelectuais e morais das praças devem também sofrer influencia favoravel naquele serviço.

17.^a

Sanadas as falhas que por ventura ainda existam na escolha dos recrutas e na vida das casernas, os contingentes, ao deixarem as fileiras anualmente, formarão nucleos de homens fortes e sadios, capazes de influir eugenicamente na constituição da nossa população.

18.^a

Compete á officialidade do Exército e especialmente ao seu Corpo de Saúde, cooperar para a maxima eficiencia daquele serviço no aperfeiçoamento do homem brasileiro.

19.^a

Si na paz essa influencia do serviço militar é materialmente constatada entre nós, na guerra, á parte as desgraças que ela acarreta, os homens, que sobrevivem, parecem ficar providos de maiores possibilidades para vencerem na luta pela vida, conforme verificações gerais em varios paizes.

20.^a

A investigação da paternidade deve abranger os filhos espurios.

21.^a

A mulher, agravada em sua honra, tem direito a exigir do ofensor, se este não puder ou não quizer reparar o mal pelo casamento, um dote correspondente á sua propria condição e estado, em termos identicos aos que estabelece o Código Civil Brasileiro.

22.^a

O Primeiro Congresso de Eugenia aconselha ao governo facilite o mais que for possivel, a imigração européa para o Nordeste Brasileiro, preferentemente, de colonos agricultores.

23.^a

O Primeiro Congresso Americano de Eugenia aconselha a criação de dispensarios psiquiatricos com serviços sociais anexos aos hospitais de assistencia publica e de assistencia a psicopatas.

24.^a

O Congresso solicita dos poderes publicos providencias para que, tendo-se em vista os fatores de ordem eugenica, se exijam dos escrivães do registro civil fichas mais completas a proposito do registro dos recém-nascidos, fazendo-se com que nos respectivos assentamentos se mencionem sempre, pelo menos, o nome de quatro avós do registrado, e se possivel esclarecimentos sobre os ascendentes, idades, informações sobre o seu modo de vida até que se estude uma formula mais completa e consentania com as exigencias da moderna eugenetica.

Add.: pelo menos nos grandes centros o registro dos nascimentos dê as condições somaticas de peso e dimensões do recém-nascido.

25.^a

O alcoolismo, veneno da humanidade, deve ser combatido por todas as formas, devendo constituir uma verdadeira preocupação politica no estado moderno.

26.^a

A educação anti-alcoolica (e não simples instrucção literaria) deve figurar em todos os institutos de ensino primario no país.

27.^a

Uma legislação anti-alcoolica, habil e adequada, é o mais eficaz e aconselhavel meio de enfrentar os males presentes que decorrem do etilismo.

28.^a

A luta anti-alcoolica é fator eugenico de maxima importancia. A luta anti-alcoolica deve ser baseada :

A) No dificultar a importação, fabricação e o consumo de álcool potável.

B) No favorecer a fabricação e o consumo do álcool industrial.

C) Na educação anti-álcoolica obrigatória.

29.^a

O Primeiro Congresso Americano de Eugenia aprova e recomenda seja adotado pelos poderes públicos o plano de luta anti-álcoolica deferido pelo Dr. Severino Lessa e consubstanciado nos seguintes itens:

A) Sobretaxa proporcionada ao teor alcohólico no primeiro ano, confirmada nos anos subsequentes em progressão aritmética para as bebidas fermentadas e geométrica para as destiladas.

B) Limite, cada ano mais baixo, da percentagem alcohólica permitida na licença para venda de bebidas.

C) aproveitamento obrigatório da receita da sobretaxa para constituir um Fundo Especial, destinado exclusivamente á Instrução e Saúde Pública e a proteger o álcool motor.

30.^a

O Primeiro Congresso Americano de Eugenia aprova e recomenda o estudo do anti-projeto de legislação anti-álcoolica, elaborado de acordo com o referido plano.

31.^a

Recomenda a conveniencia de rever a legislação penal no sentido anti-álcoolico.
